



Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS)  
Programa de Pós-Graduação em História - Mestrado

THIAGO MACHADO DE LIMA

*Entre a política e a religião:*  
O golpe civil-militar de 1964 na cidade de Esplanada, Bahia.

Feira de Santana-Bahia  
2015

THIAGO MACHADO DE LIMA

*Entre a política e a religião:*  
O golpe civil-militar de 1964 na cidade de Esplanada, Bahia.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), para obtenção do Grau de Mestre em História.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Elizete da Silva

Banca Examinadora

---

Professora Dr<sup>a</sup> Elizete da Silva (Orientadora) – UEFS

---

Professor Dr. Eurlino Teixeira Coelho Neto – UEFS

---

Professor Dr. Raimundo Nonato Pereira Moreira – UNEB

Feira de Santana-Ba  
2015

**Ficha Catalográfica – Biblioteca Central Julieta Carteado**

L711e            Lima, Thiago Machado de  
                  Entre a política e a religião: o golpe civil-militar de 1964 na cidade  
de Esplanada, Bahia / Thiago Machado de Lima. – Feira de Santana,  
2015.

219f. : il.

Orientadora: Elizete da Silva

Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Feira de  
Santana, Programa de Pós-Graduação em História, 2015.

1. Golpe militar, 1964. 2. Golpe militar – Esplanada, Bahia -  
Impactos. 3. Golpe militar – Política – Religião. I. Silva, Elizete da,  
orient. II. Universidade Estadual de Feira de Santana. III. Título.

CDU: 32(814.22)

*“Não, não é fácil escrever. É duro como quebrar rochas.”*  
Clarice Lispector (A Hora da Estrela)

## Agradecimentos

À minha Mãe, Ivaneide Lima Machado, pela oportunidade de ter estudado e continuar estudando, pois sempre esteve disposta a me incentivar e ajudar nos meus caminhos por essa vida, além de devotar amor incondicional.

À minha amada Marilécia Oliveira Santos, por todo incentivo, por ter estado ao meu lado em todos os instantes desse Mestrado me dando força, aconselhando em minhas escolhas intelectuais e pelos preciosos momentos de descontração.

À minha irmã Jamille Machado de Lima pelo companheirismo e carinho.

Ao meu primo/irmão Carlos Alberto Machado Noronha, pela amizade, pela paciência em conversar sobre a minha pesquisa, e por ter me recebido gentilmente com sua esposa Rose em sua residência nas minhas passagens pela cidade de Alagoinhas com Marilécia.

Ao meu primo/irmão Anselmo Machado, pelas importantes conversas, pela disponibilidade em ler meus textos, pelos conselhos, incentivos e pela amizade.

À minha orientadora, Professora Dr<sup>a</sup> Elizete da Silva, por ter aceitado me orientar e ter dado total apoio à pesquisa, sempre com paciência e disposta a suportar e acalmar minhas inquietações.

Ao meu pai Ronaldo Alves de Lima e sua família, por terem me dado suporte na cidade de Feira de Santana.

Ao professor Raimundo Nonato Pereira Moreira, pelas boas conversas sobre política e por ter sido o primeiro a incentivar, incondicionalmente, a realização desta pesquisa quando foi meu orientador na Graduação em História na UNEB de Alagoinhas.

Ao professor Clovis Ramaiana pela disposição em me ajudar na minha chegada em Feira de Santana, pela mediação com a orientação da professora Elizete da Silva, pelas aulas ministradas no Mestrado e pela força na construção do projeto da pesquisa.

A Ênio Mendes (*in memoriam*), Erikson Orlando de Carvalho Lins, Dr. Neno (*in memoriam*), Waldir Pires, Aurelito Maciel de Oliveira, Mafalda Machado, Dona Belita (*in memoriam*), Odair Silva, Seu Daíca, (*in memoriam*) e Maria Epifânia, por terem me recebido nas suas residências e terem concordado em responder aos meus questionamentos nas entrevistas realizadas.

À Leila e Eleonor Lins, respectivamente filha e esposa de Dr. Neno, e a Pondé pela mediação que fizeram para a realização das entrevistas e o apoio com muitas informações.

À Ana Clara Mendes pela disposição em me dar informações sobre o pai, Ênio Mendes.

À Rita Macedo (Tia Rita), que forneceu algumas fotografias relacionadas à pesquisa.

Ao amigo Kid Will Matos Vaca, pela mediação que fez com Waldir Pires.

A Elmo Brito que me apresentou Seu Daíca.

A Nelson Silva que cedeu fotos importantes para pesquisa.

Aos queridos amigos Manuel Macias, Arielson Batista e Esdras Oliveira, pessoas que de alguma forma sempre estão presentes em minha vida. E a Letícia Santos, amiga desde a Graduação em História da UNEB.

À Ordem dos Frades Menores Capuchinhos e seus funcionários que abriram os arquivos do convento N. S. do Rosário em Esplanada e Nossa Senhora da Piedade em Salvador.

A Albione Lima que gentilmente me encaminhou sua monografia sobre a gestão do prefeito Euclides Neto em Ipiáú no contexto do golpe de 1964.

Aos professores da UNEB de Alagoinhas pela minha formação na Graduação em História e pela torcida tanto na seleção do Mestrado, quando na produção da dissertação.

Ao professor Paulo Santos Silva pela disposição em ler e contribuir com o meu projeto de Mestrado.

Ao professor Paulo Fábio Dantas Neto pelas indicações dos possíveis caminhos que a pesquisa poderia seguir na ocasião da minha defesa de monografia no ano de 2012 na UNEB.

Ao Professor Robério Souza, pelo incentivo e pela oportunidade de ter me convidado para apresentar aspectos da minha pesquisa na disciplina que ministrou sobre golpe de 1964 e ditadura na UNEB Campus II.

Aos Professores do Mestrado em História da UEFS pelo acolhimento e conhecimentos que me proporcionaram.

Aos professores Lucileide Costa Cardoso e Eurelino Coelho por terem aceitado participar da banca de qualificação, contribuindo com suas críticas e sugestões para o trabalho.

A todos meus colegas de Mestrado.

A todos os funcionários da UEFS que tornaram mais fáceis esses dois anos e meio de ansiedade e muito estudo, em especial Julival.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB) pelo financiamento que proporcionou a pesquisa.

Muito Obrigado!

## RESUMO

Em 31 de março de 1964 a deflagração de um golpe civil-militar depôs o presidente da República João Goulart (PBT). Nesse processo, uma série de ações repressivas, sob o nome de “Operação Limpeza”, comandada pelas Forças Armadas brasileiras articuladas com civis, foi desencadeada em todo território nacional. A cidade de Esplanada, localizada no Litoral Norte da Bahia, sofreu diretamente com os embaraços gerados por esse golpe de Estado. Uma semana após a deposição do presidente, a localidade foi ocupada por dezenas de soldados da 6ª Região Militar (Bahia-Sergipe) que desfiguraram o cenário político local. O prefeito, Erikson Orlando de Carvalho Lins (PSP), popularmente conhecido como Dr. Neno, foi deposto, preso e respondeu a um Inquérito Policial Militar (IPM) sob a acusação de ser elemento “subversivo” e ter atentado contra a “Segurança Nacional”, mas, mesmo passando por toda essa situação, o político ainda encontrou meios para reagir e desafiar parte dos seus opositores na justiça civil. Diante desses fatos, desenvolvemos nesta dissertação uma análise sobre os impactos do golpe civil-militar de 1964 na cidade de Esplanada tendo como foco a experiência repressiva vivenciada pelo prefeito Dr. Neno. Buscamos compreender os fatores que levaram os militares a terem o político esplanadense como alvo, o desdobramento que teve cada etapa da sua repressão, os sujeitos, grupos políticos e instituições, a exemplo da Igreja Católica, que estiveram envolvidos direta e indiretamente nesse processo, a participação da população local, os mecanismos utilizados pelo prefeito para empreender uma reação, e o desfecho dessa história. O recorte temporal estabelecido para o trabalho teve como baliza o ano de 1962 (última eleição geral realizada na Bahia antes da deposição do presidente João Goulart) e o ano de 1964 (momento do golpe).

Palavras-Chave: golpe de 1964; Esplanada–Ba; política; Igreja Católica; repressão; reação.

## ABSTRACT

On March 31, 1964 the outbreak of a civil-military coup overthrew President João Goulart Republic (PBT). In this process, a series of repressive actions, led by the Brazilian armed forces articulated with civilians, has been unleashed throughout the country. The city of Esplanada, located on the north coast of Bahia, suffered directly with mishaps generated by this coup d'etat. A week after the deposition of the President, the town was invaded by dozens of soldiers of the 6th Military Region (Bahia-Sergipe) that disfigured the local political scene. The Mayor, Erikson Orlando Carvalho Lins (PSP), popularly known as Dr. Neno, was deposed, arrested and responded to a Military Police Inquiry (IPM) on charges of being element "subversive" and have attack on the "National Security "but even through all this, the political still found ways to react and challenge of their opponents in the Civil Justice. Given these facts, we have developed this thesis an analysis of the impact of Civil-Military Coup of 1964 in the city of Esplanada focusing on the repressive situation experienced by the Mayor Dr. Neno. We seek to understand the factors that led the military to have the esplanadense political target, the development that had every stage of their repression, subjects, political groups and institutions, such as the Catholic Church, which have been directly and indirectly involved in this process, participation of the local population, the mechanisms used by the Mayor to undertake a reaction, and the outcome of this story. The time frame established for the work had as goal the year 1962 (last general election held in Bahia before the deposition of President Joao Goulart) and 1964 (when the coup).

Keywords: 1964 coup; Esplanada–Ba; politics; Catholic Church; repression; reaction.



## Sumário

Lista de Imagens.....	9
Lista de Quadros.....	11
Lista de Abreviaturas.....	12
Introdução.....	14
Capítulo I. As eleições de 1962 para a Prefeitura de Esplanada.....	28
1. Os sinais do período e a formação do quadro eleitoral.....	28
2. Nos meandros da campanha eleitoral.....	42
3. Os temas em debate e as vinculações aos projetos políticos.....	48
4. O papel do anticomunismo.....	56
5. Sobre vencedores e vencidos.....	67
Capítulo II. O governo do prefeito Dr. Neno e o golpe civil-militar de 1964.....	78
1. Posse, composição política e ações administrativas.....	78
2. A Política de Distribuição de Terrenos.....	84
3. O conflito entre políticos e religiosos na justiça.....	104
4. “Esplanada é hoje cidade sem Deus”.....	115
5. O golpe de 1964 e a situação esplanadense.....	124
Capítulo III. A repressão e a reação nas terras esplanadenses.....	140
1. A “Operação Limpeza” no cenário local.....	140
2. A cassação do deputado estadual Ênio Mendes de Carvalho.....	150
3. O Inquérito Policial Militar contra o prefeito Dr. Neno.....	157
4. A ocupação dos espaços políticos.....	175
5. A reação na justiça civil.....	181
Considerações finais.....	199
Fontes.....	202
Referências bibliográficas.....	209
Anexos.....	215

## Lista de Imagens

- Imagem 01. Autor desconhecido. *Alerta Democratas – eleições de 1962*. 2015. 1 Fotografia. Fonte: Jornal A Tarde, 4 de out. de 1962. p. 4 ..... 65
- Imagem 02. Autor desconhecido. *Panfleto anticomunista – eleições de 1962*. 2015. 1 Fotografia. Fonte: Jornal A Tarde, 29 de set. de 1962. p. 3 ..... 66
- Imagem 03. Autor desconhecido. *O jogo de Futebol*. 1956. 1 Fotografia. Acervo do Senhor Nelson Silva ..... 107
- Imagem 04. Autor desconhecido. *Terreno em disputa*. 1964. 1 Fotografia. Acervo do Senhor Nelson Silva ..... 108
- Imagem 05. Autor desconhecido. *Igreja e convento dos frades capuchinhos de Esplanada*. 1963. 1 Fotografia. Arquivo do Convento de N. S. da Piedade, Salvador, Bahia..... 109
- Imagem 06. Autor desconhecido. *Mapa da “Subversão” na Bahia em 1964*. 2014. 1 Fotografia. Fonte: Jornal A Tarde, 9 e 10 de maio de 1964. p. 1 ..... 173
- Imagem 07. Autor desconhecido: *Desfile militar em Esplanada*. Década de 1970. 1 Fotografia. Acervo da Senhora Rita Macedo ..... 196
- Imagem 08. COSTA, João. *Prefeitura de Esplanada*. 1957. 1 fotografia. Fonte: IBGE ..... 218
- Imagem 09. COSTA, João. *Praça João Pessoa em Esplanada, Bahia*. 1957. 1 fotografia. Fonte: IBGE ..... 218
- Imagem 10. COSTA, João. *Correios e Telégrafos em Esplanada, Bahia*. 1957. 1 fotografia. Fonte: IBGE ..... 218
- Imagem 11. COSTA, João. *Estação Ferroviária de Esplanada*. 1957. 1 fotografia. Fonte: IBGE ..... 218
- Imagem 12. Autor desconhecido. *Ex-prefeito Erikson Orlando de Carvalho Lins, Dr. Neno*. Data desconhecida. 1 fotografia. Acervo da Família Lins ..... 219
- Imagem 13. Autor desconhecido. *Ênio Mendes de Carvalho na ALBA*. 1988. 1 fotografia. Acervo da Família Mendes de Carvalho.....
- Imagem 14. Autor desconhecido. *Panfleto de Campanha do Dep. Hélio Ramos*. 2015. 1 fotografia. Fonte: Jornal A Tarde, 5 de out. de 1962. p. 2 ..... 219
- Imagem 15. Autor desconhecido. *Panfleto de Campanha de Waldir Pires*. 2015. 1 fotografia. Jornal A Tarde 5 de out de 1962..... 219
- Imagem 16. Autor desconhecido. *Presidente João Goulart*. 2015. 1 fotografia. Fonte: Jornal O Estado da Bahia, 14 de mar. de 1964. p. 1 ..... 219

- Imagem 17. Autor desconhecido. *General Justino Alves e o governador Lomanto Júnior*. 2013. 1 fotografia. Fonte: Jornal A Tarde, 4 de maio de 1964. p. 3 ..... 220
- Imagem 18. Autor desconhecido. *Ex-prefeito Aurelito Maciel de Oliveira com o governador Lomanto Junior*. 1964. 1 fotografia. Acervo da família Maciel Oliveira ..... 220
- Imagem 19. Autor desconhecido. *Vereadora da UDN Desdêmona Penalva*. Data não identificada. 1 fotografia. Acervo do Sr. Eneuso Penalva ..... 220
- Imagem 20. Autor desconhecido. *Frei Maurício*. 2014. 1 fotografia. Arquivo da Igreja de N. S. da Piedade, Salvador, Bahia ..... 220
- Imagem 21. Autor desconhecido. *Dep. Estadual Francisco Benjamim*. 2014. 1 fotografia. Arquivo da ABLA ..... 220
- Imagem 22. Autor desconhecido. *Campanha de ACM em 1962*. 2015. 1 fotografia. Fonte: Jornal A Tarde, 5 de out. de 1962. p. 5.....220
- Imagem 23. Autor Desconhecido. *Capitão Adhemar de Lima Andrade (Ao lado esquerdo)*. Data não identificada. 1 fotografia. Fonte: [www.segundaguerra.org](http://www.segundaguerra.org) ..... 221
- Imagem 24. LIMA, Thiago M. *Entrevistado Sr. Odair Silva (Seu Daíca)*. 2012. 1 fotografia.....221
- Imagem 25. LIMA, Thiago M. *Entrevistada Mafalda Machado (Dona Belita)*. 2009. 1 fotografia ..... 221
- Imagem 26. LIMA, Thiago M. *Entrevistada Maria Epifânia Penalva Argolo*. 2015. 1 fotografia ..... 221

## Lista de Quadros

Quadro 01. Candidaturas das eleições de 1962 em Esplanada.....	41
Quadro 02. Configuração política da situação e da oposição em Esplanada com o pleito de 1962.....	72
Quadro 03. Estrutura militar da Bahia na deflagração do golpe de 1964.....	215
Quadro 04. Estrutura jurídica e militar da cidade de Esplanada no contexto da deflagração do golpe de 1964.....	215
Quadro 05. Relação parcial de cidades baianas que realizaram “Marchas da família com Deus pela Liberdade” ou Missas de congratulação ao golpe de 1964.....	216
Quadro 06. Relação parcial de prefeitos baianos que tiveram seu mandato atingido com o golpe de 1964.....	217

## Lista de Abreviaturas

(ADEP) Ação Democrática Popular  
(ADP) Ação Democrática Parlamentar  
(ALBA) Assembleia Legislativa da Bahia  
(ALEF) Aliança Eleitoral Pela Família  
(AI) Ato Institucional  
(AMFNB) Associação de Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil  
(AM) Auditoria Militar  
(AP) Ação Popular  
(ARENA) Aliança Renovadora Nacional  
(Banfeb) Banco de fomento do Estado da Bahia  
(BAP) Bloco de Ação Parlamentar  
(Bel.) Bacharel  
(BC) Batalhão de Caçadores  
(CEB) Confederação Evangélica do Brasil  
(Caseb) Companhia de Armazéns e Silos  
(Cel.) Coronel  
(CGT) Comando Geral dos Trabalhadores  
(CHESF) Companhia Hidroelétrica do São Francisco  
(CJM) Circunscrição da Justiça Militar  
(CPI) Comissão Parlamentar de Inquérito  
(CNBB) Confederação Nacional dos Bispos do Brasil  
(CNI) Confederação Nacional de Indústrias  
(CNV) Comissão Nacional da Verdade  
(COELBA) Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia  
(CPE) Comissão de Planejamento Econômico  
(CV-BA) Comissão da Verdade - Bahia  
(CVE) Câmara de Vereadores de Esplanada  
(DSN) Doutrina de Segurança Nacional  
(ESG) Escola Superior de Guerra  
(FAB) Força Aérea Brasileira  
(FEB) Força Expedicionária Brasileira  
(FMP) Frente de Mobilização Popular  
(FPN) Frente Popular Nacionalista  
(FSD) Fórum Sindical de Debates  
(Fundagro) Fundo de Desenvolvimento Agrícola  
(Gen.) General  
(GR) Guerra Revolucionária  
(IBAD) Instituto Brasileiro de Ação Democrática  
(IPES) Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais  
(IPM) Inquérito Policial Militar  
(Mafrisa) Matadouros Frigoríficos do Estado da Bahia  
(MDB) Movimento Democrático Brasileiro  
(MTR) Movimento Trabalhista Renovador  
(OEA) Organização dos Estados Americanos  
(ORM-Polop) Organização Revolucionária Marxista-Política Operária  
(PCB) Partido Comunista Brasileiro  
(PCdoB) Partido Comunista do Brasil

(PDC) Partido Democrático Cristão  
(Planeb) Plano de desenvolvimento da Bahia  
(PL) Partido Liberal  
(PR) Partido Republicano  
(POR-T) Partido Operário Revolucionário - Trotskista  
(PRP) Partido de Representação Popular  
(PSD) Partido Social Democrático  
(PSP) Partido Social Progressista  
(PST) Partido Social Trabalhista  
(PT) Partido dos Trabalhadores  
(PTB) Partido Trabalhista Brasileiro  
(PTN) Partido Trabalhista Nacional  
(PUA) Pacto de Unidade e Ação  
(RM) Região Militar  
(STF) Supremo Tribunal Federal  
(STM) Supremo Tribunal Militar  
(SUDENE) Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste  
(SUPRA) Superintendência de Política Agrária  
(Tebasa) Telefones da Bahia S.A.  
(TRE) Tribunal Regional Eleitoral  
(TSE) Tribunal Superior Eleitoral  
(UDN) União Democrática Nacional  
(ULTAB) União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil  
(UNE) União Nacional dos Estudantes

## Introdução

Em 31 de março de 1964 foi deflagrado um golpe civil-militar que depôs do Poder Executivo brasileiro o presidente João Belchior Marques Goulart (Partido Trabalhista Brasileiro - PTB), marcando o fim do sistema político criado em 1945 após o fim da ditadura do Estado Novo de Getúlio Vargas. Com a derrubada do governo Goulart, um espectro repressivo se materializou de diversificadas maneiras no território nacional com o título de “Operação Limpeza”. Mediante a justificativa de combater o comunismo para “salvar a pátria”, a “democracia”, os preceitos da “sociedade cristã” e preservar a “Segurança Nacional”, violou-se direitos básicos de cidadãos e o país mergulhou em um jogo político sob a égide de uma ditadura que perdurou até o ano de 1985 e que, na verdade, dentre tantos objetivos, buscou manter privilégios de grupos tradicionais da sociedade brasileira que tiveram sua hegemonia ameaçada frente a um amplo processo de intensificação das lutas sociais e a um governo de caráter nacional-reformista.

Na cidade de Esplanada, localizada na região do Litoral Norte da Bahia<sup>1</sup>, foram intensos os embaraços gerados pelo golpe. Uma semana após a deposição do presidente João Goulart, a localidade foi ocupada por dezenas de soldados da 6ª Região Militar (Bahia-Sergipe) que desfiguraram o cenário político local. O prefeito, Erikson Orlando de Carvalho Lins (Partido Social Progressista - PSP), popularmente conhecido como Dr. Neno, foi deposto, preso e respondeu a um Inquérito Policial Militar (IPM) sob a acusação de ser elemento “subversivo” e ter atentado contra a “Segurança Nacional”, mas, mesmo passando por toda essa situação traumática, o político ainda encontrou meios para desafiar parte dos seus opositores na justiça civil.

Desenvolvemos nesta dissertação uma análise sobre os impactos do golpe civil-militar de 1964 na cidade de Esplanada tendo como foco a experiência repressiva vivenciada pelo prefeito Dr. Neno. Buscamos compreender os fatores que levaram os militares a terem o político esplanadense como alvo, o desdobramento que teve cada etapa da sua repressão, os sujeitos, grupos políticos e instituições que estiveram envolvidos direta ou indiretamente nesse processo, a participação da população local, os mecanismos utilizados pelo prefeito para empreender uma reação e os desfechos dessa história. O recorte temporal estabelecido para o trabalho teve como baliza o ano de 1962 (última eleição geral realizada na Bahia antes da

---

<sup>1</sup> Atualmente a região que abarcava o Litoral Norte foi denominada de Território Litoral Norte e Agreste Baiano, modificação feita no Governo Jaques Wagner (2007 – 2010 e 2011 – 2014). No total a Bahia ficou dividida em 27 territórios de Identidade.

deposição do presidente João Goulart) e o ano de 1964 (momento do golpe). Frisa-se que esse balizamento temporal não é estanque. Ao longo do texto, retrocedemos a períodos anteriores a 1962 ou avançamos a momentos posteriores a 1964 de acordo com as necessidades da análise.

Na operação historiográfica aqui empreendida, dois elementos foram cruciais para compreendermos os desdobramentos do golpe em Esplanada: primeiro, as disputas entre grupos políticos locais com inserção na política estadual e nacional; segundo, o papel político da Igreja Católica na cidade no desenrolar dos acontecimentos. Assim, ressalta-se que percorremos os caminhos da História Política e da História da Religião. Nessa perspectiva, no desenvolvimento desses dois elementos, tomamos como referência algumas noções e conceitos.

Com relação ao primeiro elemento, destacamos a noção de *direita e esquerda* de Norberto Bobbio. Conforme o autor, as disputas entre grupos políticos na sociedade podem ser pensadas através dessa díade e o critério de diferenciação está no ideal da igualdade. É difícil encontrar uma “doutrina política que não tem a ver, em maior ou menor medida, com a igualdade”, porém o que as distingue são as respostas que produzem para três questões cruciais: “Igualdade sim, mas entre quem, em relação a que e com base em quais critérios?”<sup>2</sup> Para a *esquerda*, “a igualdade é a regra e a desigualdade a exceção”, nessa perspectiva, qualquer forma de desigualdade precisa ser de algum modo justificada”. Já para a *direita*, “a desigualdade é a regra”. Se existir alguma “relação de igualdade” que tenha que ser amparada, “ela precisa ser devidamente justificada”.<sup>3</sup> Segundo a concepção de Bobbio “a luta pela abolição da propriedade individual, pela coletivização, ainda que não integral, dos meios de produção, sempre foi para a *esquerda* uma luta pela igualdade”, pela retirada “do principal obstáculo para a realização de uma sociedade de iguais”. A própria “política de nacionalizações”, que por muito tempo “caracterizou a política econômica dos partidos socialistas, foi conduzida em nome de um ideal igualitário, não tanto no sentido positivo de aumentar a igualdade, mas no sentido negativo de diminuir uma fonte de desigualdade”.<sup>4</sup>

Se lançarmos a questão: “igualdade entre quem?” A *esquerda* “tende a dar uma resposta mais extensiva: se não com todos contra poucos, os mais contra os menos”. Outra questão: “igualdade em relação a que?” A *esquerda* “dá preferência aos Direitos Humanos fundamentais contra os bens de consumo e patrimoniais”. Uma terceira questão: “igualdade com base e qual critério?” A *esquerda* “tende a considerar os critérios da necessidade e do

<sup>2</sup> BOBBIO, Norberto. *Direita e Esquerda: razões e significados de uma distinção política*. 3.ed. São Paulo: Editora Unes, 2011. p. 21-22.

<sup>3</sup> *Ibidem*, p. 23.

<sup>4</sup> *Ibidem*, p. 138.



trabalho, já a *direita* privilegia os critérios do mérito e da posição social”. Mas, segundo Bobbio, “o apelo aos valores sempre é histórica e politicamente relativo e”, sendo assim, “ainda que partindo do princípio da igualdade, a distinção entre *direita* e *esquerda* não se resolve em buscar a diferença entre uma igualdade de *direita* e uma igualdade de *esquerda*”, mais sim “em distinguir o diferente modo pelo qual *direita* e *esquerda* concebem respectivamente a relação entre regra e exceção.”<sup>5</sup>

Na cidade de Esplanada, identificamos os principais sujeitos e grupos políticos em disputa no contexto de 1964 como de *direita* e de *esquerda*. A *esquerda* estava alinhada a um projeto nacional-reformista com a bandeira das Reformas de Base que visavam diminuir as desigualdades na sociedade brasileira e que estava no centro do debate político em torno do governo do presidente João Goulart, e a *direita* contra a realização dessas Reformas de Base nos moldes que a *esquerda* pretendia. Com o golpe de 1964, a *direita* esplanadense, que saiu derrotada nas eleições de 1962, se utilizou das suas relações com políticos estaduais, federais e com militares para conseguir conquistar o poder político local, mais especificamente a Prefeitura. Em detrimento dessa situação, a *esquerda*, representada pelo prefeito Dr. Neno, que, por sua vez, também tinha vínculos estaduais e federais com políticos de *esquerda*, sofreu com a repressão. Entretanto, independente da diferença entre o caráter político dos grupos, buscamos atentar para as aproximações existentes entre eles na perspectiva do pertencimento social dos sujeitos dentro da realidade da cidade de Esplanada.

Para a análise dos aspectos da interferência da Igreja Católica na política, o segundo elemento, utilizamos os conceito de *campo religioso* e *capital simbólico* de Pierre Bourdieu. O sociólogo francês percebe a estrutura da sociedade a partir de *campos*, a exemplo do campo religioso, político, literário, artístico dentre outros. O *campo* é um universo simbólico demarcado dentro da realidade social que possui uma autonomia, uma lógica interna de funcionamento, condições específicas de acesso e está fincado sobre uma relação desigual entre os especialistas e os leigos, ou os profissionais e os profanos. O *campo* está marcado por uma relação de força.<sup>6</sup> Dentro do *campo*, a parte hegemônica será aquela que conseguir, em meio às lutas simbólicas, reunir maior *capital simbólico* que significa a junção de outros capitais como capital econômico, cultural e social. Os títulos socialmente reconhecidos, como por exemplo, o título de nobreza, são uma espécie de *capital simbólico*. O título de autoridade religiosa de uma grande religião como a Católica também é uma espécie de *capital*

---

<sup>5</sup> Ibidem, p. 24.

<sup>6</sup> BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. / Idem. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1992.

*simbólico*.<sup>7</sup> Já os símbolos do poder, por exemplo, trajo, cetro, etc, seriam um “*capital simbólico* objetivado”. Do *capital simbólico* resulta o poder simbólico, ou seja, “o poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo e, deste modo, a ação sobre o mundo, portanto o mundo.”<sup>8</sup>

O *campo religioso*, e conseqüentemente a religião hegemônica dentro desse *campo*, está em plena relação com o *campo político*. Conforme Bourdieu, “a estrutura das relações entre o campo religioso e o campo de poder comanda, em cada conjuntura, a configuração da estrutura das relações construtivas do campo religioso” que, por sua vez, “cumpre uma função externa de legitimação da ordem estabelecida na medida em que a manutenção da ordem simbólica contribui diretamente para a manutenção da ordem política, ao passo que a subversão simbólica da ordem simbólica só consegue” atingir “a ordem política quando se faz acompanhar por uma subversão política desta ordem”.<sup>9</sup> Para Bourdieu, “por estar investida de uma função de manutenção da ordem simbólica em virtude de sua posição na estrutura do *campo religioso*, uma Instituição como a Igreja contribui sempre para a manutenção da ordem política”. Mas, o autor chama a atenção que essa relação de legitimação simbólica, “não elimina as tensões e conflitos entre poder político e poder religioso”.<sup>10</sup>

No *campo religioso* esplanadense, a confissão religiosa hegemônica no contexto do golpe de 1964 era a Católica. Investidos do seu *capital simbólico*, a Igreja Católica em Esplanada, através da sua maior autoridade, atuou ativamente na política legitimando o processo eleitoral de 1962 quando apoiou candidatos especificamente da *direita* e buscou imprimir um discurso anticomunista contra políticos de *esquerda*. Próximo aos acontecimentos de 31 de março de 1964, a Igreja Católica e o poder político esplanadense, nesse caso, principalmente o prefeito e seus aliados políticos, estavam em conflito. Com o golpe de 1964, a Igreja se utilizou do momento para ajudar a derrubar seus adversários políticos locais, acionando seu *capital simbólico* para contribuir com a legitimação do golpe, assim como para tentar interferir no processo de repressão ao prefeito local. Destaca-se que em meio a esse processo a Igreja Católica em Esplanada teve momentos de eficácia na sua atuação política, assim como de derrota, como no caso do processo eleitoral de 1962. Frisa-se que a lógica do *campo religioso* da cidade de Esplanada seguia a própria lógica da estrutura do *campo religioso* baiano e brasileiro de então e que a autoridade religiosa que controlava a Igreja Católica na localidade seguia uma linha conservadora dentro da estrutura do

<sup>7</sup> Idem. *Das coisas ditas*. São Paulo: Brasiliense, 2004. pp. 163-164.

<sup>8</sup> Idem. *O poder Simbólico*. Op.cit., p.14.

<sup>9</sup> Idem. *A economia das trocas simbólicas*. Op.cit., p.69.

<sup>10</sup> Ibidem, p. 72.

catolicismo brasileiro. Não conseguimos identificar nas terras esplanadenses, mas no contexto baiano e nacional, houve católicos progressistas (padres, freiras, fiéis) que não estiveram em consonância com o golpe de 1964 e que pagaram o preço por suas escolhas.

Para analisarmos os impactos do golpe de 1964 em Esplanada, foi necessário também entendermos o próprio contexto em que ocorreu a quebra do regime constitucional brasileiro. Os estudos sobre o governo do presidente João Goulart e o golpe de 1964 que originou a ditadura (1964-1985) datam de décadas no Brasil e apesar das dificuldades, principalmente pela proximidade temporal da temática e pelo complicado acesso a determinados tipos de fontes, as pesquisas vem avançando e muito. Lucília de Almeida Neves Delgado, analisando a produção existente, sugeriu a divisão dos estudos em cinco blocos, mesmo que esses blocos não sejam herméticos e dentro deles existam divergências:<sup>11</sup> primeiro, estão os estudos que contemplam uma visão estruturalista das razões que levaram à deposição do presidente Goulart, com ênfase em problemas como subdesenvolvimento e atraso na industrialização;<sup>12</sup> segundo, estão os que dão ênfase ao caráter preventivo do golpe como forma dos grupos conservadores conterem “potenciais e profundas modificações na estrutura econômica e política do Brasil”;<sup>13</sup> terceiro, estão os que refletem que o golpe de 1964 teve sua principal causa nas ações conspiratórias de grupos políticos e econômicos aliados a diferentes segmentos sociais e com o apoio internacional;<sup>14</sup> quarto, os que possuem uma visão conjuntural, com destaque para a questão da democracia e dão ênfase aos aspectos

<sup>11</sup> DELGADO, Lucília de Almeida Neves. O governo João Goulart e o golpe de 1964: memória, história e historiografia. In: *Revista Tempo*. 1946-1964: a experiência democrática no Brasil. Nº 28. Disponível em: [http://www.historia.uff.br/tempo/artigos\\_dossie/v14n28a07.pdf](http://www.historia.uff.br/tempo/artigos_dossie/v14n28a07.pdf). Acesso em: 16/05/2015.

<sup>12</sup> *Ibidem*, p. 130. São exemplos desses estudos: IANNI, Otávio. *O colapso do populismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971. / CARDOSO, Fernando Henrique. “Associated-dependent development: theoretical and practical implications”, In: STEPAN, Alfred (Ed.). *Authoritarian Brazil*. New Haven: Yale University Press, 1973. / TAVARES, Maria da Conceição. *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975. / OLIVEIRA, Francisco Oliveira. *Economia Brasileira: a crítica à razão dualista*. São Paulo: CEBRAP, 1975.

<sup>13</sup> *Ibidem*, p. 132. São exemplos desse estudo: FERNANDES Florestan. *O Brasil em compasso de espera*. São Paulo: HUCITEC, 1981. / FERNANDES, Florestan. “O significado da ditadura militar”, in: TOLEDO, Caio Navarro (org.). *1964: visões críticas do golpe – democracia e reformas no populismo*: Campinas: Editora da UNICAMP, 1997. / TOLEDO, Caio Navarro. *Democracia populista golpeada*, op. cit., 1997. TOLEDO, Caio Navarro. *O governo Goulart e o golpe de 64*. São Paulo: Brasiliense, 1984. / DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *PTB: do getulismo ao reformismo (1945-1964)*. São Paulo: Marco Zero, 1989. / DELGADO, Lucília de Almeida Neves. “Trabalhadores na crise do populismo: utopia e reformismo”, in: TOLEDO. Op. cit., 1997. DELGADO Lucília de Almeida Neves. “Partidos políticos e frentes parlamentares: projetos, desafios e conflitos na democracia”, in: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O Brasil Republicano*. O tempo da experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil e militar de 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, vol. 3. / GORENDER, Jacob. *Combate nas Trevas*. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada. São Paulo: Ática, 1987.

<sup>14</sup> *Ibidem*, p. 135. São exemplos desses estudos: BANDEIRA, Moniz. *O Governo João Goulart e as lutas sociais no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. / DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do estado*. Petrópolis: Vozes, 1981. / STARLING, Heloisa. *Os senhores das gerais: os novos inconfidentes e o golpe de 1964*. Petrópolis: Vozes, 1986. / DULCI, Otávio. *A UDN e o antipopulismo no Brasil*. Belo Horizonte: Editora da UFMG/ PROED, 1986.

políticos pré-1964;<sup>15</sup> e um quinto bloco em que estaria um novo ciclo produtivo marcado pelo acesso a documentação inédita, os registros de efemérides e a relação entre memória e história.<sup>16</sup> Destacamos que ao longo do texto utilizamos como referência uma bibliografia que contempla diferentes perspectivas sobre o governo João Goulart e o golpe de 1964, entretanto, nossa linha de raciocínio seguiu principalmente com a análise de que foi no centro de uma crise política dentro da democracia brasileira que se deu o colapso do regime criado pós-1945, ou seja, nossa ênfase recaí principalmente sobre os fatores políticos. Assim, ao longo do texto destacamos momentos cruciais do governo João Goulart em que algumas questões políticas foram travadas intensamente acirrando as tensões entre as oposições, o que se tornou mais crítico em março de 1964 quando os principais grupos políticos não tiveram disposição em recuar nos seus projetos e isso fez com que a manutenção do regime democrático ficasse fragilizada. Nesse processo, uma *direita* civil e militar saiu para o ataque, rasgou a constituição e tomou o poder autoritariamente.

Nos últimos anos, para além dos debates acadêmicos e da atuação de movimentos sociais que lutam para reparação das mazelas deixadas pela ditadura, a questão do golpe de 1964 tornou-se tema de grande discussão em alguns setores da sociedade brasileira, embora sem despertar a atenção da população em geral. Isso foi resultado dos trabalhos realizados pela Comissão Nacional da Verdade (CNV), criada pela Lei 1.2528/2011 e instituída em 16 de maio de 2012 pelo governo da presidente Dilma Rousseff (Partido dos Trabalhadores – PT). A CNV teve como objetivo “apurar graves violações de Direitos Humanos ocorridas entre 18 de setembro de 1946 e 5 de outubro de 1988.”<sup>17</sup> Em meio ao desenrolar dos trabalhos da Comissão, os temas sobre a revisão da Lei da Anistia, a tortura cometida nos porões da ditadura, o apoio de instituições civis ao regime mobilizou debates entre defensores e críticos desse período da História do Brasil.

O ano de 2014 foi um momento de reparação, por exemplo, para muitos políticos que sofreram com o impacto do golpe de 1964. Completados 50 anos desse fatídico episódio da História Nacional, muitos mandatos políticos foram devolvidos simbolicamente. Nesse

---

<sup>15</sup> *Ibidem*, p. 137. São listados nesses estudos: SANTOS, Wanderley Guilherme. *Sessenta e quatro: anatomia da crise*. Rio de Janeiro: Vértice, 1986. / FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. *Democracia ou Reformas? Alternativas democráticas à crise política – 1961-1964*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993. / FERREIRA, Jorge. “A estratégia do confronto: A Frente de Mobilização Popular”, in: *Revista Brasileira de História*, São Paulo, Anpuh, vol. 24, n. 47, jan./jun. 2004.

<sup>16</sup> *Ibidem*, p. 140-141. São exemplos desses estudos: FICO, Carlos. *O grande irmão*. Da Operação Brother Sam aos anos de chumbo. O governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. / MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Jango e o golpe de 1964 na caricatura*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.

<sup>17</sup> BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. *Relatório/ Comissão Nacional da Verdade*. – Recurso Eletrônico. – Brasília: CNV, 2014.

mesmo ano, a CNV apresentou seu relatório final de III volumes abrangendo em suas páginas um trabalho minucioso e muito rico. O relatório contou com uma série de 29 recomendações assim como uma listagem com nomes de mortos e desaparecidos na ditadura e os responsáveis pela operacionalização da repressão. Dentre as recomendações contidas no relatório, podemos citar: a necessidade de “reconhecimento das Forças Armadas das suas responsabilidades institucionais pelas violações dos direitos humanos ao longo” da ditadura (1964-1985); a “proibição da realização de eventos oficiais em comemoração” ao golpe de 1964, a “revogação da Lei de Segurança Nacional”; a “desmilitarização das polícias militares estaduais”, e o “prosseguimento e fortalecimento da política de localização e abertura dos arquivos da ditadura militar”.<sup>18</sup> Nota-se nas recomendações a ausência de uma demanda importante para diversos grupos da sociedade civil brasileira, ou seja, a revisão da Lei da Anistia. Verifica-se também no relatório a utilização do termo golpe de 1964 apenas como militar, excluindo do acontecimento o seu aspecto civil, apesar de também tratar dos civis responsáveis pela ditadura.

Para além dessas questões, como bem pontuou o historiador Carlos Fico, “o relatório não” trouxe “novidades, ao menos para os historiadores e demais especialistas no tema”. A opção de apurar apenas “graves violações dos direitos humanos, ou seja, dos casos emblemáticos e já muito conhecidos,” não apresentou grandes revelações. Com essa perspectiva, constatou Fico, “ficaram de fora os brasileiros comuns, que não eram” de uma esquerda tradicional “nem participaram da luta armada, mas, ainda assim, foram vítimas da repressão”. Para ele, essa escolha pelos casos emblemáticos resultou na pouca atenção dada pela sociedade em geral aos trabalhos da Comissão.<sup>19</sup>

Em se tratando do tema do golpe civil-militar de 1964 e da ditadura na Bahia, podemos dizer que os estudos estão cada vez mais se ampliando. Uma evidencia desse aspecto foi a publicação de dois volumes da coleção intitulada *Ditadura Militar na Bahia*, organizada pelo historiador Grimaldo Carneiro Zachariadhes. O primeiro volume foi divulgado em 2009 e o segundo em 2014.<sup>20</sup> Nos dois livros estão contidos artigos resultantes principalmente de dissertações e teses produzidas nos programas de pós-graduação da Bahia. São textos que analisam o impacto do golpe em sindicatos, a atuação de movimentos de

---

<sup>18</sup> BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. *Relatório/ Comissão Nacional da Verdade*. – Recurso Eletrônico. – Brasília: CNV, 2014.

<sup>19</sup> FICO, Carlos. *Sobre o Relatório da Comissão da Verdade*. 11 de Dezembro de 2014. Texto disponível em: <http://www.brasilrecente.com/>. Acesso em 17/05/2015.

<sup>20</sup> ZACHARIADHES, Grimaldo Carneiro (ORG). *Ditadura militar na Bahia: novos olhares, novos objetos, novos horizontes*. Salvador: Eduba, 2009. / Idem. *Ditadura Militar na Bahia: Histórias de autoritarismo, conciliação e resistência*. Salvador: Edufba, 2014.

mulheres, o papel da religião, da imprensa e as consequências do golpe em diferentes cidades da Bahia. Esse último tema, podemos afirmar, é o que mais tem se intensificado nos estudos baianos constando já um número considerável de trabalhos produzidos,<sup>21</sup> e o mesmo se pode dizer dos estudos que focam no aspecto das relações entre religião e política no golpe de 1964 e na ditadura.<sup>22</sup>

Fora dos estudos acadêmicos, em terras baianas também foi criada uma Comissão da Verdade (CV). A CV Bahia foi instaurada no dia 10 de dezembro de 2012 pelo governador baiano Jaques Wagner (PT) através do Decreto nº 14.227/2012. A instalação da Comissão só ocorreu em agosto de 2013. Assim como a Comissão Nacional, a CV-Bahia objetivou apurar casos de “graves violações de direitos humanos”. A Comissão, além dos importantes trabalhos desempenhados pelo seu corpo técnico, incorporou os trabalhos realizados por outras Comissões instauradas no estado, a exemplo da Comissão da Verdade da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e da Comissão da Verdade da cidade de Feira de Santana, além de agregar produções realizadas por estudiosos baianos. Em dezembro de 2014, a CV Bahia divulgou um relatório parcial frisando a promessa de continuar os trabalhos no esforço de produzir um relatório final. O relatório, por ser parcial, contém ainda muitas lacunas, mas já trouxe um importante panorama sobre o golpe e a ditadura na Bahia. O acervo reunido, quando disponibilizado, servirá como meio importante para novas pesquisas.<sup>23</sup>

Assim como a Comissão Nacional, a CV-Bahia buscou empreender algumas recomendações, a exemplo: da renomeação de prédios e logradouros públicos que contenham nome de agentes da ditadura; reconhecimento público das vítimas e dos perseguidos na

<sup>21</sup> São exemplos desses estudos: SANTOS, Soane Cristino Almeida dos. *Nacionalismo de esquerda: Frente de Mobilização Popular de Una (1963-1965)*. Dissertação (Mestrado). Santo Antonio de Jesus: Universidade do Estado da Bahia (UNEB) - Programa de Pós-Graduação em História, 2010. / LIMA, Albione Souza. O caráter socialista da gestão de Euclides Neto no Município de Ipiáú (1961-1967). Monografia (História). Ilhéus: Universidade Estadual Santa Cruz, 2003. / OLIVEIRA, Heber José Fernandes de. *O Movimento de Luta Nacionalista em Cruz das Almas – Recôncavo Baiano (1950/1964)*. Dissertação (Mestrado). Santo Antonio de Jesus: Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Programa de Pós-Graduação em História Regional e Local, 2013. / OLIVEIRA, Herbert Santos. *Nacionalismo de Esquerda na Chapada: A trajetória do Grupo dos Onze em Jacobina (1962-1964)*. Monografia – Universidade do Estado da Bahia, Departamento de Ciências Humanas – Campus IV, 2011. / SOARES, Ede Assis; MORAIS, Moisés. O golpe civil-militar de 1964 em Alagoinhas: adesão à ordem ditatorial e repressão política In: ZACHARIADHES. Op.cit., 2014./ DIAS, José Alves. O golpe de 1964 e as dimensões da repressão em Vitória da Conquista. In: ZACHARIADHES. Op.cit., 2009.

<sup>22</sup> São exemplos desses estudos: LIMA, Thiago Machado. *Esplanada é hoje cidade sem Deus: política, religião e anticomunismo nas correntezas do golpe de 1964 no interior da Bahia*. Monografia – (Graduação em História) – Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Departamento de Educação. Colegiado de História. Campus II. 2012. / ARAÚJO, Cêlio Roberto de. *O voto, o terço e as armas: atuação política da Igreja Católica na Bahia na conjuntura do golpe de 1964*. 2008. 128 f. Dissertação, Mestrado em História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008. / ALMEIDA, Luciane Silva de. “*O comunismo é o ópio do povo*”: representações dos batistas sobre o comunismo, o ecumenismo e o governo militar brasileiro (1963-1975). Dissertação, Mestrado em História, Universidade Estadual de Feira de Santana, 2011.

<sup>23</sup> BAHIA (Estado). Comissão Estadual da Verdade. *Relatório de Atividades da Comissão Estadual da Verdade (2013-2014)*. Salvador: CV-Ba, 29 de Dezembro de 2014.

ditadura e a revisão da Lei da Anistia, algo que não constou na Comissão Nacional da Verdade.<sup>24</sup> Ressalta-se que assim como a Comissão Nacional, a Comissão da Bahia não teve grande repercussão na sociedade baiana em geral. Ao que parece, essa situação resulta tanto da pouco apoio que os integrantes da comissão possuem dos principais meios de comunicação do estado, como também pela lógica de focar nos casos emblemáticos, ou as graves violações dos direitos humanos, apenas frisando de forma superficial outras experiências traumáticas vivenciadas por cidadãos comuns ou políticos que não pertenciam a uma esquerda considerada revolucionária.

O trabalho que ora apresentamos sobre o impacto do golpe civil-militar de 1964 na cidade baiana de Esplanada com foco na repressão sofrida pelo prefeito Dr. Neno é algo ainda inexplorado na historiografia baiana e também não consta no relatório parcial apresentado pela Comissão Estadual da Verdade. Podemos afirmar que as ações repressivas desencadeadas nas terras esplanadenses não se enquadram no que se considera “graves violações de direitos humanos”, porém, ressaltamos que a partir desse estudo podemos elucidar pontos importantes sobre o golpe de 1964 na Bahia. Além do impacto do golpe em uma cidade baiana, o trabalho contém uma análise da dinâmica política da Bahia entre os anos de 1962 e 1964, dos embates entre grupos políticos e suas vinculações nacionais, dos apoios e oposições à deposição do presidente João Goulart em terras baianas e também do papel de instituições como a Igreja Católica. Para além dessas questões, o estudo da experiência ocorrida em Esplanada nos permite enxergar de perto o funcionamento da engrenagem repressiva colocada em prática no Brasil nos primeiros meses após o golpe de 31 de março de 1964, bem como a articulação e a participação de civis e militares nesse processo. Ademais, buscamos compreender mecanismos de reação jurídica utilizados contra a repressão, nesse caso específico, mecanismos ainda praticamente inexplorados por outros estudos.

Destacamos que iniciamos essa pesquisa ainda na Graduação em História na Universidade do Estado da Bahia – Campus II – Alagoinhas, onde defendemos, no ano de 2012, a monografia intitulada *Esplanada é hoje cidade sem Deus: política, religião e anticomunismo nas correntezas do golpe de 1964 no interior da Bahia*,<sup>25</sup> sob a orientação do professor Dr. Raimundo Nonato Pereira Moreira. Nessa monografia tivemos como objetivo tratar do papel anticomunista da Igreja Católica em Esplanada no contexto do golpe civil-militar de 1964 e esse trabalho nos propiciou as bases para continuarmos e ampliarmos a

---

<sup>24</sup> BAHIA (Estado). Comissão Estadual da Verdade. *Relatório de Atividades da Comissão Estadual da Verdade (2013-2014)*. Salvador: CV-Ba, 29 de Dezembro de 2014.

<sup>25</sup> LIMA, Thiago Machado de. Op.cit., 2012.

pesquisa no Mestrado em História da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), levantando outras fontes e nos lançando a novos objetivos e problemáticas de pesquisa que compuseram o trabalho que ora apresentamos.

Na composição desta dissertação foi reunido um conjunto de fontes com características diversificadas. Na busca que empreendemos nos arquivos das cidades de Salvador e Esplanada, assim como em contato com diferentes sujeitos que viveram no período estudado, e também em acervos de internet, reunimos um arcabouço documental formado por fontes fotográficas, notas jornalísticas, atas e resoluções legislativas, processos jurídicos, documentos militares, entrevistas orais, enciclopédicas e relatórios eleitorais. Diante desse quadro de fontes, acreditamos ser necessário destacarmos algumas delas e apresentarmos, ainda que de forma esquemática, as orientações metodológicas que buscamos seguir.

Um ponto relevante na elaboração deste trabalho está na reunião de fontes que podem ser classificadas enquanto repressivas. Segundo Caroline Silveira Bauer e René E. Gertz, “os arquivos da repressão possuem especificidades que vão desde dúvida sobre sua existência, passando por sua organização, preservação e difusão”, até as “questões que extrapolam os limites da arquivística e atingem os âmbitos éticos e político.”<sup>26</sup> Conforme os autores, para que ocorra a exploração apropriada de um documento da repressão é necessário alguns cuidados básicos como “conhecer minimamente o funcionamento do órgão de informação ou repressão que o produziu” além de “estar atento à data de produção do documento e relacionar seu conteúdo com a conjuntura do período”.<sup>27</sup> Ao longo da pesquisa tivemos acesso na íntegra ao Inquérito Policial Militar instaurado contra o prefeito de Esplanada Dr. Neno e buscamos analisá-lo mediante essas sugestões metodológicas.

Ressalta-se que o IPM do prefeito esplanadense é um material formado por 114 laudas. Em seu corpo constam documentos de diferentes instâncias do poder militar da Bahia, dentre eles: a chefia do Estado Maior da 6ª Região Militar, o comando da 6ª Região Militar e a Auditoria Militar da 6ª Circunscrição Judiciária Militar. Constam também documentos relacionados a órgãos nacionais da repressão, a exemplo da Comissão Geral de Investigações (CGI). Para além do material militar, o IPM foi composto por fontes legislativas, jornalísticas e depoimentos de diferentes pessoas da cidade de Esplanada, como políticos, religiosos e populares. O acesso a esse documento se deu pelo seu próprio desenrolar jurídico, pois saiu

---

<sup>26</sup> BAUER, Caroline Silveira; GERTZ, René E. Fontes sensíveis da história recente. In: LUCA, Tânia Regina de; PINSKY, Carla Bassanezi. *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2011. p. 178.

<sup>27</sup> *Ibidem*, p.186.



das instâncias da justiça militar e entrou no âmbito da justiça civil, sendo possível encontrá-lo no Fórum da própria cidade de Esplanada.

Para além de documentos produzidos diretamente por instituições militares, encontramos fontes da repressão contidas em documentos de poderes legislativos e neste caso específico destacamos as Atas da Câmara de Vereadores de Esplanada (CVE) e as Atas da Assembleia Legislativa da Bahia (ALBA). Assim, podemos listar ofícios encaminhados pelo poder militar da Bahia aos órgãos legislativos solicitando a cassação de políticos como deputados ou mesmo a decretação de vacância do cargo de prefeito de Esplanada. Além desses ofícios, os próprios atos lavrados em Atas e que constam as deliberações das Casas Legislativas em cassar ou decretar vacância de cargos “sugeridos” por militares, podem ser caracterizados como documentos da repressão, pois os legisladores atuaram corroborando ou mesmo sendo sujeitos ativos nas ações repressivas. Os documentos legislativos ainda foram importantes para a compreensão do cenário político antes, durante e posterior ao golpe de 1964.

Em contraponto às fontes repressivas, destacamos outra importante e peculiar fonte dessa pesquisa que caracterizamos como fonte da reação. Nesse caso, trata-se de um *Mandado de Segurança* impetrado pelo prefeito de Esplanada contra a Câmara de Vereadores local por ter decretado a vacância do cargo de prefeito elegendo indiretamente outro. Não encontramos sugestões metodológicas para tratar desse tipo de fonte especificamente elaborada no início da ditadura. As pesquisas se concentram majoritariamente no estudo de instrumentos jurídicos como *Habeas Corpus*. Mas, mesmo assim, buscamos explorar esse material com os devidos cuidados que se espera no trato de qualquer documento, identificando sua forma de produção, os discursos que estão presentes em seu texto e sua circulação social. Entendemos o *Mandado de Segurança* do prefeito de Esplanada como mais um mecanismo jurídico de reação a repressão no contexto do golpe de 1964, e ao longo da pesquisa ampliamos o olhar sobre esse tipo de reação para outros políticos baianos, a exemplo de deputados estaduais.

Outro conjunto de fontes fundamentais para a pesquisa foram as orais obtidas através de entrevistas com sujeitos que participaram ativamente ou estiveram de alguma forma envolvidos com os acontecimentos que estudamos. Conforme Lucileide Costa Cardoso, “os depoimentos não são apenas meras exteriorizações de realidades, mas expressam um novo fato a ser investigado, erigindo-se enquanto discurso específico que reclama a sua legitimidade frente a outros discursos”, emitindo, “portanto, uma resposta particular às exigências do passado rememorado.” Imbuído desse método, “cabe ao historiador investigar a circulação dessas representações do real, demonstrando que foram recriadas a partir de

questões do presente”. Ou seja, é importante “considerar que o presente lhes imprimiu uma marca singular diferente daquele do acontecimento tal como ocorreu”.<sup>28</sup> Foi com essa perspectiva que utilizamos no trabalho um conjunto de sete entrevistas com políticos baianos e populares de Esplanada.

Os sujeitos entrevistados foram: Erikson Orlando de Carvalho Lins, *Dr. Neno* (prefeito de Esplanada na ocasião do golpe), Aurelito Maciel de Oliveira (prefeito de Esplanada indicado pela ditadura), Ênio Mendes de Carvalho (político de Esplanada e deputado estadual na ocasião do golpe), Maria Epifânia Penalva Argolo (moradora de Esplanada e eleitora nas eleições de 1962), Mafalda Machado, *Dona Belita* (moradora de Esplanada), Odair Antonio Silva, *Seu Daica* (carcereiro de Esplanada na ocasião do golpe), Waldir Pires (candidato a governador da Bahia em 1962 e consultor geral da república durante a fase presidencialista do governo João Goulart). Não se tratou especificamente de inserir uma análise em separado das memórias sobre o golpe em Esplanada. Os depoimentos que obtivemos estão espalhados em determinados locais do texto. Os testemunhos orais ajudaram a apresentarmos e problematizarmos diferentes memórias acerca do golpe em Esplanada, bem como entendermos melhor o desenrolar dos acontecimentos e como essa experiência ficou marcada e foi reelaborada pelos sujeitos.

Outro conjunto de fontes que utilizamos longamente foi o de jornais. Através das concepções de Maria Helena Capelato e Maria Lygia Prado, compreendemos que a imprensa, e aqui especificamente a jornalística, para além dos ricos detalhes factuais que congrega, é um meio de manipulação que atende a interesses de sujeitos ou grupos com possibilidade de interferir diretamente na vida social.<sup>29</sup> Diante dessa concepção fizemos uso das matérias jornalísticas tanto na perspectiva factual para construirmos uma noção do contexto político estadual e nacional, assim como no aspecto de pensar a movimentação de diferentes atores políticos na conjuntura do golpe, seus discursos, filiações ideológicas e projetos defendidos. Além disso, percebemos como os periódicos tradicionais e os grupos a eles vinculados atuaram interferindo ativamente na realidade social.

Por fim, destacamos a utilização de fontes fotográficas. Para a análise dessas fontes, tomamos como suporte as contribuições de Anna Maria Mauad.<sup>30</sup> Para a autora devemos compreender a fotografia enquanto uma representação, um produto cultural, um texto não

<sup>28</sup> CARDOSO, Lucileide Costa. Dimensões da memória na prática historiográfica. In: OLIVEIRA, Ana Maria Carvalho dos Santos; REIS, Isabel Cristina Ferreira dos (Orgs). *História Regional e Local: Discussões e Práticas*. Salvador: Quarteto, 2010. p. 156.

<sup>29</sup> CAPELATO, Maria Helena R; PRADO, Maria Lygia. *O Bravo Matutino*. São Paulo: Alfa-Omega, 1980.

<sup>30</sup> MAUAD, Ana Maria. Através da Imagem: Fotografia e História Interfaces. *Tempo*, Rio de Janeiro, Vol.1, nº.2.1996. pp.73-98.

verbal que imprime códigos e sentidos e que tem um circuito social. Ela é, ao mesmo tempo, imagem/documento e imagem/monumento. As fotografias aqui trabalhadas possibilitaram pensar a História para além dos documentos escritos. Mas, para além do uso de fotografias no corpo do texto como documentos cruciais para nossa análise, inserimos em anexo no trabalho um conjunto de imagens que apresentam alguns sujeitos envolvidos nos acontecimentos que estudamos.

Para finalizarmos esta introdução e darmos início ao texto, destacamos que o leitor encontrará nas páginas que se seguem uma divisão de três capítulos. No capítulo I, intitulado *As eleições de 1962 para a Prefeitura de Esplanada*, analisamos o processo eleitoral de 1962 que foi o último realizado antes do golpe de 1964 e foi o momento em que se elegeu Dr. Neno, alvo da repressão. Discutimos alguns aspectos históricos da cidade de Esplanada, o quadro político local no que concerne ao embate entre oposição e situação, as vinculações entre os políticos locais e políticos com inserção nas esferas estadual e federal e conseqüentemente a seus projetos políticos, assim como a inserção política de instituições como a Igreja Católica.

No capítulo II, intitulado *O governo do prefeito Dr. Neno e o golpe civil-militar de 1964*, analisamos os aspectos do mandato do prefeito de Esplanada entre os anos de 1963 e 1964 focando nas suas ações políticas e conflitos que ocorreram ao longo da sua administração envolvendo diretamente a Igreja Católica local. Adentramos também na discussão acerca da instauração do golpe de 1964 compreendendo como estava a situação política de Esplanada frente a esse acontecimento com foco no prefeito Dr. Neno.

No capítulo III, intitulado *Entre a repressão e a reação nas terras esplanadenses*, analisamos todo o processo de repressão contra o prefeito Dr. Neno. Focamos na ocupação das Forças Armadas na cidade de Esplanada e como a população esteve envolvida nesse processo. Tratamos da instauração do Inquérito Policial Militar contra o prefeito, as articulações para a ocupação dos espaços políticos esvaziados pela repressão, o mecanismo jurídico utilizado por Dr. Neno para reagir a repressão e os desfechos dessa experiência.

De forma geral, esses capítulos correspondem a dois momentos do trabalho: o primeiro momento contempla os capítulos I e II e trata justamente de compreendermos os fatores que levaram a repressão do prefeito de Esplanada. O segundo momento, que está composto pelo capítulo III, analisamos detidamente o impacto do golpe de 1964 na cidade de Esplanada com foco na repressão ao prefeito e na sua reação. Por fim, o trabalho conclui-se com algumas considerações finais nas quais buscamos sintetizar as ideias desenvolvidas ao longo do texto.

## Capítulo I

### As eleições de 1962 para a Prefeitura de Esplanada

#### 1. Os sinais do período e a formação do quadro eleitoral

Em meados de 1962, o clima eleitoral tomava a população da cidade de Esplanada. Era o momento de serem escolhidos os dirigentes locais: prefeito e vereadores; tempo de emersão de velhos conflitos e de engajamento político. Localizada na Bahia, Esplanada estava inserida na zona fisiográfica do Litoral Norte baiano, que nos anos sessenta abarcava as cidades de Acajutiba, Alagoinhas, Aporá, Cardeal da Silva, Conde, Entre Rios, Inhambupe, Jandaíra, Rio Real e Sátiro Dias.<sup>31</sup> Com 1252 Km<sup>2</sup>, Esplanada tinha seu território municipal dividido entre a sede, a zona rural formada por povoados como Mulungu, São José e Limões, e a região da praia que distanciava 60 quilômetros da sede e estava composta pelo distrito do Palame e pela praia do Baixios. A população esplanadense nos anos sessenta estava estimada em 16 mil habitantes, com 36% desse total se concentrando na área urbana.

Esplanada teve sua formação iniciada no fim do século XIX com a construção da estrada de ferro do Ramal do Timbó feita pela companhia Inglesa *Railway Company* e que posteriormente tornou-se propriedade da Viação Férrea Federal Leste Brasileiro (VFFLB). A estrada de ferro foi importante para o crescimento e dinamização da região interligando-a a capital do estado da Bahia, Salvador.<sup>32</sup> Em torno de uma estação ferroviária, construída próximo ao então Arraial do Timbó, começou a surgir a cidade que se achava rodeada por inúmeras fazendas como a Quinhambinda, Vertente, Jibóia, Cabenguêlo e Cunhas. No início do século XX, a Ordem Italiana dos Frades Menores Capuchinhos se instalou na localidade construindo um suntuoso templo nomeado de Nossa Senhora do Rosário e Pompéia, além de um convento com objetivo de expandir um catolicismo romanizado. Esplanada pertenceu anteriormente ao município do Conde e como conquistou uma ascensão urbana e populacional, em 1931 conseguiu se emancipar politicamente.<sup>33</sup>

Além das disputas para prefeito e vereadores, nas eleições de 1962 também foram votados senadores, deputados estaduais e federais, governador e vice-governador, pois as

---

<sup>31</sup> A listagem das cidades que faziam parte do Litoral Norte baiano nos anos sessenta foi retirada do Censo dos anos 1960. Ao longo dos anos, a conformação da Região se modificou com a inclusão e exclusão de cidades. Atualmente a região que abarcava o Litoral Norte foi denominada de Território Litoral Norte e Agreste Baiano.

<sup>32</sup> FARIA, Hildeth Cardoso de. *Esplanada: História, desde o início, até o fim do século XX*. Salvador: Art-Contemp, 1998. p. 10.

<sup>33</sup> FERREIRA, Jurandy Pires (Planejador e Orientador). *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*. Vol XX Salvador: IBGE, 1958. p. 219.

eleições eram gerais na Bahia assim como ocorreria em mais 10 estados brasileiros.<sup>34</sup> Diante desse quadro, para entendermos os embates políticos ocorridos nas terras esplanadenses é necessário uma digressão sobre a própria política brasileira e baiana do período, afinal, de toda forma, os grupos políticos de Esplanada, para além das peculiaridades locais, tinham sua formação e articulação relacionadas a um contexto mais amplo.

Em 25 de agosto de 1961, o então presidente da República, Jânio Quadros, renunciou à chefia do Poder Executivo do Brasil. Quadros tinha sido eleito computando a maior votação que um presidencialista recebera até então no país, 48% dos votos válidos, e trazia a proposta de ‘limpar’ a sujeira da política brasileira, utilizando como símbolo uma vassoura.<sup>35</sup> Desde a redemocratização em 1945, resultado do desmonte da ditadura do Estado Novo de Getúlio Vargas em pleno contexto da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), os maiores partidos políticos que disputavam o poder eram o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), o Partido Social Democrático (PSD) e a União Democrática Nacional (UDN).

A UDN surgiu no “espírito de luta contra o Estado Novo e contra Getúlio Vargas”. O partido se formou enquanto uma “ampla frente de oposição” que reuniu “antigos partidos estaduais” e alianças políticas “entre novos parceiros”.<sup>36</sup> O PSD se constituiu a partir da ação política “dos interventores nomeados por Getúlio Vargas” ao longo do Estado Novo e se caracterizou como um partido de centro.<sup>37</sup> Já o PTB, nasceu “sob chancela governamental”, ou seja, “um partido situacionista” que “teve como palco de articulação o ministério do trabalho, indústria e comércio, e como grande figura, o então chefe do Estado Novo, o presidente Getúlio Vargas”. O partido surgiu “como a coroação organizacional de um longo esforço de construção de uma ideologia trabalhista no Brasil”.<sup>38</sup>

Nesse jogo partidário, outros partidos também tinham representatividade. A própria UDN, após as eleições de 1945, de frente ampla tornou-se uma “frente cindida” dando origem ao Partido Republicano (PR) vinculado ao mineiro Arthur Bernardes, o Partido Libertador

<sup>34</sup> Foram eles: Amazonas, Ceará, Pernambuco, Sergipe, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Piauí, São Paulo, Rio Grande do Sul e Goiás. A Constituição Federal de 1946 deu autonomia para os estados brasileiros determinarem a sua vida eleitoral. Um dos pontos estabelecido foi o tempo de mandato do Executivo e Legislativo. A Bahia, em sua Constituição de 1947 optou pelo tempo de Governo de 4 anos para Prefeito e Governadores, assim como para Vereadores. NICOLAU, Jairo. *Eleições no Brasil: do império aos dias atuais*. Rio de Janeiro: Zahar, 2012. pp. 91-92.

<sup>35</sup> FERREIRA, Jorge. GOMES, Ângela de Castro. *1964: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014. p. 23.

<sup>36</sup> BENEVIDES, Maria Victória de Mesquita. *A UDN e o UDENISMO*. Ambigüidades do Liberalismo Brasileiro (1945-1965). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981. p. 23.

<sup>37</sup> HIPOLITO, Lucia. *De raposas e Reformistas: O PSD e a experiência Democrática Brasileira (1945-64)*. 2ªed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012. pp. 27-42.

<sup>38</sup> GOMES, Ângela de Castro. Partido Trabalhista Brasileiro (1945-1964): getulismo, trabalhismo, nacionalismo e reformas de base. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (Orgs). *As esquerdas no Brasil VOL.2. Nacionalismo e Reformismo radical (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 57.

(PL) representado pelo Gaúcho Raul Pilla, o Partido Social Progressista (PSP) liderado pelo paulista Adhemar de Barros e o Partido Socialista Brasileiro (PSB) organizado pelo baiano João Mangabeira.<sup>39</sup> Ressalta-se também que surgiram outros partidos.<sup>40</sup> Em meio a esse cenário, o Partido Comunista do Brasil (PCB) com seu líder Luís Carlos Prestes, seguia com grande influência no jogo político-partidário do país, contudo, apesar de sair da clandestinidade em 1945, em 1947 teve novamente cassado seu registro eleitoral e a repressão a seus membros não teve trégua. Entretanto, conforme analisou José Antonio Segatto, como no período o PCB estava adotando uma política de alianças através da qual passou a estimar os pleitos eleitorais como um instrumento fundamental de força política, acabou apoiando e também lançando candidatos através de outras legendas partidárias.<sup>41</sup>

Uma aliança entre o PTB e o PSD dominava a política nacional com grande influência de um projeto nacionalista sob a tutela do próprio Getúlio Vargas que não dava vazão total ao projeto liberal da UDN. Antes da eleição de Jânio Quadros em 1960 estiveram na presidência: Eurico Gaspar Dutra (PSD), Getúlio Vargas (PTB) que voltou ao poder por voto popular, mas em meio a uma crise política cometeu suicídio em 1954, e Juscelino Kubitschek (PSD). Todos esses presidentes elegeram-se contra candidatos da UDN, o brigadeiro Eduardo Gomes em 1945 e 1950, e o general Juarez Távora em 1955. Quando Jânio Quadros conquistou as eleições presidenciais de 1960 contou com o apoio da UDN, desta forma, sua vitória significou, em tese, uma conquista udenista sobre a coligação PTB-PSD. Contudo, conforme Maria Victória de Mesquita Benevides, seu curto governo não foi de alguma forma de hegemonia da UDN.<sup>42</sup> Porém, mesmo assim, não foi de ascensão do PSD-PTB. Com a renúncia de Jânio Quadros em agosto de 1961, a situação política se modificava novamente, pois abria caminho para um legítimo representante das forças políticas combatidas pelos udenistas, o vice-presidente João Belchior Goulart, popularmente chamado de Jango, filiado ao PTB e herdeiro político de Getúlio Vargas. A situação era resultado da própria lógica do sistema eleitoral brasileiro que avalizou a eleição de vice-presidente separada da de presidente e com direito a reeleição. Assim, Jango venceu, em 1960, o candidato Milton Campos, vice na coligação de Jânio Quadros, e o candidato Fernando Ferrari, vice na coligação de Adhemar de Barros.

---

<sup>39</sup> BENEVIDES. Op.cit. pp. 47-48-49.

<sup>40</sup> São exemplos desses partidos: Partido Social Trabalhista (PST), Partido de Representação Popular (PRP), Partido Democrata Cristão (PDC), Partido Trabalhista Nacional (PTN). Movimento Trabalhista Renovador (MTR).

<sup>41</sup> SEGATTO, José Antonio. *Reforma e revolução: as vicissitudes Políticas do PCB, 1954-1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995. pp. 124-138.

<sup>42</sup> BENEVIDES. Op.cit., p. 114.

João Goulart, natural do Rio Grande do Sul, possuía uma trajetória política de deputado federal, ministro do trabalho do segundo governo de Getúlio Vargas (1950-1954) e também vice-presidente de Juscelino Kubitschek (PSD).<sup>43</sup> Conforme Lucília de Almeida Neves Delgado, dentro do PTB Jango fazia parte do que se pode denominar de “pragmático reformista”.<sup>44</sup> Em 25 de agosto de 1961, data da renúncia de Jânio Quadros, Jango encontrava-se em viagem ao Oriente. Com sua ausência do Brasil, o presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzili, assumiu o Poder Executivo interinamente, e sua função seria avisar a Jango para que o mesmo regressasse e assumisse o mais alto cargo do país.<sup>45</sup> Entretanto, os ministros militares, Odylio Denys (da Guerra), Sílvio Heck (da Marinha) e Grun Moss (da Aeronáutica), demonstraram total repúdio à possibilidade de João Goulart assumir a presidência.<sup>46</sup> Mais uma vez o espectro golpista rondava a política brasileira, visto que, outras tentativas de impedir um político ligado ao PTB ou PSD de assumir a presidência foram experimentadas no pós-1945, a exemplo de Getúlio Vargas em 1950 e Juscelino Kubitschek em 1955. Nesse contexto, setores da UDN aliados a militares foram os principais artífices. Essas situações também estavam associadas a disputas existentes no seio das Forças Armadas do Brasil entre os militares considerados nacionalistas e outros imperialistas, disputas essas que tinham como palco principal o Clube Militar.<sup>47</sup>

Como em outras ocasiões, a reação à atitude dos militares foi imediata. O Congresso Nacional não cedeu às exigências e em meio aos debates realizados em sessões extraordinárias nos dias seguintes à renúncia de Jânio Quadros, os discursos pautavam pela defesa da legalidade.<sup>48</sup> Mesmo assim, existiam políticos que estavam em consonância com a tentativa de golpe na constituição, a exemplo do udenista Carlos Lacerda, governador da Guanabara, fervoroso opositor do varguismo e agora do janguismo. Do Rio Grande do Sul, o governador petebista Leonel Brizola, cunhado de João Goulart, deu início a uma campanha pela legalidade defendendo a posse do vice-presidente. Os militares daquele estado, que formavam o 3º Exército, aderiram à campanha pela posse de Jango através do seu comandante

---

<sup>43</sup> FERREIRA, Marieta de Moraes. João Goulart: entre a memória e a História In: Idem (Coord.). *João Goulart: entre a memória e a História*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006. p. 9.

<sup>44</sup> DELGADO, Lucília de Almeida Neves. Trabalho, nacionalismo e desenvolvimentismo: um projeto para o Brasil (1945-1964). In: FERREIRA, Jorge (Org.). *O populismo e sua história*. Debate e crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 194.

<sup>45</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. *História Militar do Brasil*. 2.ed., São Paulo: Expressão Popular, 2010. pp. 444-445.

<sup>46</sup> SILVA, Hélio. *1964: Golpe ou contragolpe?* 4.ed. Porto Alegre, RS: L&PM, 2014. p. 57.

<sup>47</sup> Sobre as disputas entre militares de diferentes matizes ideológicas nas Forças Armadas brasileiras ver Nelson Werneck Sodré. Op.cit.,

<sup>48</sup> SILVA, Hélio. Op.cit., p. 57 a 67.

o general Ladário Teles.<sup>49</sup> Brizola, por meio de uma cadeia de rádio, passou a transmitir para todo o país a situação política nacional.<sup>50</sup> Organizações das classes trabalhadoras, estudantis, setores progressistas da Igreja Católica e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) também se mobilizaram pela posse de Jango.<sup>51</sup>

Diante de tal quadro, sem legitimidade na ação, restou aos ministros militares e aos seus apoiadores civis abrir caminho para João Goulart. Entretanto, esse caminho partiu de uma solução negociada que resultou na votação, no Congresso Nacional, de um Ato Adicional que transformou o regime presidencialista brasileiro instaurado em 1945 e avalizado pela Constituição Federal de 1946, em um regime parlamentarista. Nas palavras de Luiz Alberto Moniz Bandeira, João Goulart “recebeu do Congresso um poder mutilado”.<sup>52</sup> Em 7 de setembro de 1961, Jango tomou posse do cargo. Como primeiro ministro foi escolhido o político mineiro Tancredo Neves, membro do PSD.

O presidente João Goulart, herdeiro simbólico de Vargas, e como “pragmático reformista” dentro do PTB, trazia como objetivo governamental a implementação das Reformas de Base no Brasil contemplando assim um amplo espectro da *esquerda* brasileira adepta ao nacional-reformismo. Conforme Jorge Ferreira, as Reformas se constituíam enquanto “um conjunto de medidas que visava alterar as estruturas econômicas sociais do país, permitindo o desenvolvimento econômico autônomo e o estabelecimento da justiça social”. No conjunto das Reformas estavam: a “bancária, fiscal, urbana, tributária, administrativa, agrária, e universitária”, além de se pretender também ultrapassar algumas limitações da Constituição Federal de 1946 lutando pelo direito do voto dos analfabetos e oficiais não-graduados das Forças Armadas, pela legalização do Partido Comunista do Brasil assim como pelo “controle do capital estrangeiro e o monopólio estatal de setores estratégicos da economia.”<sup>53</sup>

De todo modo, como analisou Argelina Cheibub Figueiredo, a solução encontrada do parlamentarismo “conseguiu impedir o golpe, mas também frustrou as expectativas dos grupos nacionalistas e de esquerda em relação às reformas socioeconômicas.” Como dentro do Congresso Nacional os partidos conservadores tinham a maioria das cadeiras “o novo arranjo institucional oferecia garantias adicionais de que a ascensão de um presidente

---

<sup>49</sup> A Estrutura do Exército brasileiro estava assim dividida: 1º Exército com Sede na Guanabara, 2º Exército com sede em São Paulo, 3º Exército com sede no Rio Grande do Sul e 4º Exército com sede em Pernambuco.

<sup>50</sup> FERREIRA; GOMES. Op.cit., pp. 32-33-34.

<sup>51</sup> Ibidem, p. 41.

<sup>52</sup> BANDEIRA. Op.cit. p. 148.

<sup>53</sup> FERREIRA, Jorge. Entre a história e a memória: João Goulart. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (orgs). *As esquerdas no Brasil VOL.2...* Op.cit., p. 522.



comprometido com um programa de Reformas não prejudicaria os interesses representados por esses partidos”.<sup>54</sup>

Apesar das dificuldades institucionais, desde a posse, o presidente Jango e o primeiro ministro Tancredo Neves conseguiram imprimir um governo de “tendência nacionalista”, assim como os outros primeiros ministros que substituiriam Tancredo, ou seja, Brochado da Rocha e Hermes Lima. Questões importantes passaram a ser enfrentadas diretamente como a “nacionalização de serviços públicos”, fato que afetava as relações com o governo dos Estados Unidos sob a presidência de John Kennedy, afinal, empresas americanas foram nacionalizadas no país. O Brasil ainda reatou as relações diplomáticas com a União Soviética e se absteve na votação que expulsou Cuba da Organização dos Estados Americanos (OEA) na conferência de *Punta del Este*, fato que também levou a revolta do governo americano, pois a atitude do governo brasileiro interferia diretamente na hegemonia dos EUA na América Latina em pleno contexto da Guerra Fria.<sup>55</sup>

Para além dessas questões, o governo brasileiro passou a ampliar o diálogo com os trabalhadores, que na ocasião estavam em franco processo de intensificação das suas lutas por direitos. No que concerne aos trabalhadores rurais, um ponto crucial era a questão da Reforma Agrária, elemento chave das Reformas pretendidas por João Goulart e que desde o início dos anos 50 tinha entrado em pauta de forma fugaz na sociedade brasileira, e no período em questão o surgimento das Ligas Camponesas, com a liderança nacional de Francisco Julião, demarcavam a luta dos camponeses pela partilha da terra resultando em ocupações de propriedades rurais em todo o país.<sup>56</sup> Já os operários urbanos, engendraram no início de 1962 um amplo processo de sindicalização de alcance nacional com a criação de novas entidades como o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) e do Pacto da Unidade e Ação (PUA),<sup>57</sup> que mantinham uma relação direta com o governo, seja de apoio ou mesmo de pressão para a realização de determinadas ações. A defesa de um governo nacionalista como pretendido por João Goulart encontrava reverberação no Congresso Nacional através da Frente Parlamentar Nacionalista (FPN), mas que sofria oposição ferrenha de Parlamentares conservadores inseridos na Ação Democrática Parlamentar (ADP).<sup>58</sup>

---

<sup>54</sup> FIGUEIREDO. Op.cit., p. 51.

<sup>55</sup> BANDEIRA. Op.cit., pp. 154 a 158.

<sup>56</sup> GRYSAN, Mario; DEZEMONE Marcus. As esquerdas e a descoberta do campo brasileiro: Ligas Camponesas, comunistas e católicos (1950-1964). In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (orgs). Op.cit., 2007. p. 218.

<sup>57</sup> BANDEIRA. Op.cit., p. 168.

<sup>58</sup> DREIFUSS. Op.cit., p. 319.

Todas essas questões impactavam crucialmente nas eleições de 1962. Para o presidente João Goulart, uma vitória eleitoral dos seus aliados representaria tanto o fortalecimento da luta para se realizar um plebiscito com o intuito de revogar o parlamentarismo imposto na ocasião da sua posse pelo Ato Adicional, quanto para implementar as Reformas de Base no Brasil. Nessa perspectiva, era de suma importância a eleição de políticos adeptos ao nacional-reformismo no Congresso Nacional, nos governos estaduais, e nas diversas cidades brasileiras.

A Bahia tinha como governador em 1962 o udenista Juracy Magalhães. Interventor nomeado por Getúlio Vargas após a ‘Revolução de 1930’, Juracy rompeu com o *varguismo* na ocasião da instauração do Estado Novo em 1937, situação que lhe rendeu o alinhamento com os políticos autonomistas baianos, tradicionais opositores de Vargas e sua política de interventorias da qual Juracy era representante. Os autonomistas baianos tinham como líder Otávio Mangabeira. Foi justamente a junção entre os *juracistas* e *mangabeiristas* que resultou a formação da UDN na Bahia no contexto de redemocratização em 1945.<sup>59</sup> O próprio Otávio Mangabeira teve inserção na fundação nacional do partido tornando-se seu primeiro presidente.<sup>60</sup>

Antes da disputa de 1962 o governador Juracy Magalhães (UDN) buscou propor às lideranças políticas baianas uma pacificação, visando à escolha de um candidato único capaz de congregar as diferentes vertentes políticas do estado materializando um plano de governo conjunto. No contexto baiano, além da UDN, os maiores partidos eram o PSD, que, assim como no cenário nacional, nasceu da articulação de aliados a Vargas, no caso especificamente da Bahia o seu último interventor Renato Onofre Pinto Aleixo,<sup>61</sup> o PTB que também surgiu reunindo quadros políticos ligados ao varguismo, o PR e o PL, partidos que surgiram da cisão da UDN baiana ocorrida em 1950. No caso do PR, foi resultado do rompimento do político Manoel Novais com Juracy Magalhães. No caso do PL foi o rompimento dos autonomistas, liderados por Otávio Mangabeira.<sup>62</sup> Após essa cisão, ocorreu o realinhamento do PR e do PL com a UDN em 1958. Ressalta-se que em 1962 os ex-autonomistas inseridos no PL não tinham mais seu líder Otávio Mangabeira, que faleceu em 1960, em pleno mandato de senador.

---

<sup>59</sup> SILVA, Paulo Santos. *A volta do Jogo democrático. Bahia, 1945*. Salvador: Assembléia Legislativa, 1992. pp. 87-88-91-92.

<sup>60</sup> Idem. *Âncoras de Tradição: luta política e construção do discurso histórico na Bahia (1930-1949)*. Salvador: EDUFBA, 2000. p. 53.

<sup>61</sup> Idem, 1992. p. 106.

<sup>62</sup> Ibidem, pp. 97-98.

No tocante ao apelo de pacificação política proposto em 1962, conforme Paulo Fábio Dantas Neto, essa situação foi um “mote presente em todas as conjunturas pré-eleitorais na Bahia desde 1947”, quando se realizou a primeira eleição para governador após o fim da ditadura do Estado Novo de Vargas. “O argumento era, também, o habitual: os problemas baianos estavam acima dos interesses partidários”.<sup>63</sup> Apesar disso, nunca existiu um candidato único nos pleitos baianos pós-Estado Novo, com eleições marcadas por cisões partidárias e realinhamentos políticos que ora seguiam a lógica nacional, ora se configurava de forma diferenciada. Nas eleições de 1947, Otávio Mangabeira (UDN-PSD-PRP) conquistou o pleito contra o candidato Medeiros Neto (PTB). Em 1950, Régis Pacheco (PSD) venceu Juracy Magalhães (UDN). Em 1954, Antonio Balbino (PTB-UDN-PSP) conquistou o pleito contra Pedro Calmon (PSD-PDC-PSB-PR-PSP). Em 1958, Juracy Magalhães (UDN) venceu a eleição contra os candidatos Pedreira de Freitas (PSD-PTB-PR-PTN-PRP) e Tarcílio Vieira Mello (PDC-PSP). Nessa última eleição foi introduzida na Bahia a disputa para vice-governador do estado, na qual venceu o candidato Orlando Moscoso (PSD-PTB-PR), vice na coligação de Pedreira de Freitas, tendo disputado contra Rômulo Almeida (PSD-UDN) ligado a campanha de Juracy após romper com Antonio Balbino, e Hélio Machado (PDC-PST) vinculado a Tarcílio Vieira Mello.<sup>64</sup>

No contexto eleitoral de 1962, sem ocorrer a pacificação em torno de um candidato único como proposto pelo governador Juracy Magalhães (UDN), foram montadas três candidaturas ao governo do estado: a primeira, a da situação, tinha o nome de Antonio Lomanto Júnior como candidato. Ex-prefeito da cidade baiana de Jequié, Lomanto Júnior obteve a legenda do PTB e através da operação política de Manoel Novaes, líder do PR, do petebista Clemens Sampaio e de Luís Vianna Filho, líder do PL, conseguiu o aval do governador Juracy Magalhães e levou o apoio da UDN.<sup>65</sup> De certa forma, Juracy não conseguiu emplacar um sucessor udenista. A coligação oficial do candidato Lomanto Júnior ficou composta pelos seguintes partidos: PTB, UDN, PR e PST.<sup>66</sup> Além dessas agremiações, a coligação contou com apoio, sem ser registrado oficialmente no TSE, do PL e do PRP.<sup>67</sup>

---

<sup>63</sup> DANTAS NETO, Paulo Fábio. *Tradição, autocracia e carisma: A política de Antonio Carlos Magalhães na modernização da Bahia (1954-1974)*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006. p. 194.

<sup>64</sup> Análise feita a partir de: BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral (TSE). *Dados Estatísticos: Eleições Federais e Estaduais. Quadros comparativos dos pleitos entre 1945 e 1963*. vol. 7. Departamento de Imprensa Nacional: Brasil, 1973. p. 40.

<sup>65</sup> DANTAS NETO. *Op.cit.*, pp. 170-171.

<sup>66</sup> BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral (TSE). *Dados estatísticos: eleições federais, estaduais, realizadas no Brasil em 1962 e em confronto com anteriores e Referendum 6.163*. vol. 6. Departamento de Imprensa Nacional: Brasil, 1964. p. 137.

<sup>67</sup> DANTAS NETO. *Op.cit.*, p. 163.

Nota-se na coligação do candidato a governador Lomanto a união entre o PTB e a UDN, situação discrepante do cenário nacional no qual os partidos eram inimigos inegociáveis. Concorrendo como vice-governador foi lançado o nome de Rocha Pires, avalizado pela coligação (PTB-PR).<sup>68</sup> Na disputa para o Senado entraram os candidatos Lima Teixeira (PTB-PR) e Dantas Júnior (UDN-PR).<sup>69</sup> Na campanha para a Câmara Federal foi lançado a coligação denominada Aliança Trabalhista (PTB-PR-PRP), e a UDN disputou sem coligação.<sup>70</sup> No pleito da Assembleia Legislativa da Bahia foi lançada a coligação também com o nome de Aliança Trabalhista, mas com uma diferente composição de partidos (PTB-PR-PL). A UDN também disputou sozinha, além de partidos como PST e PRP.<sup>71</sup>

A segunda candidatura, a da oposição, centrava em torno do PSD que teve como candidato Waldir Pires, então deputado federal e um dos quadros mais progressistas do PSD baiano. A coligação de Waldir ficou composta pelos seguintes partidos: PSD-PDC-PTN e PSP,<sup>72</sup> além de informalmente o PCB, com o registro eleitoral cassado.<sup>73</sup> Waldir Pires tinha ao seu lado históricos pessedistas baianos como o ex-governador Régis Pacheco, o deputado federal Tarcílio Vieira Mello, o também deputado federal Oliveira Brito e o ex-governador Antonio Balbino (PSD). Balbino se lançou para o Senado com uma coligação formada pelo PSD-PST-PTN-PSP.<sup>74</sup> Além do ex-governador, o outro candidato ao Senado na campanha de Waldir Pires foi o ex-autonomista Josaphat Marinho, que disputou representando a coligação PSD-PST-PTN-MTR-PSP,<sup>75</sup> o candidato ainda contou com o apoio informal de dissidências do PL.<sup>76</sup> A coligação de Waldir Pires tinha como candidato a vice-governador o empresário baiano Orlando Moscoso, que concorreu com a coligação PSD-PDC-PTN-PSP-PST buscando sua reeleição.<sup>77</sup> Na disputa para o Parlamento Federal foi lançada a coligação denominada Aliança Democrática Trabalhista Cristã (PSD-PDC-PTN-PSP-PSB). Já para a Assembleia Legislativa baiana não constou coligações, saindo os partidos de forma avulsa, sendo eles o PSD, o PDC, o PTN, o PSP e o PSB.<sup>78</sup>

---

<sup>68</sup> BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Op.cit., 1973. vol 7. p. 40.

<sup>69</sup> Ibidem, p. 38.

<sup>70</sup> BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Op.cit., 1964. vol. 6. pp. 38-39.

<sup>71</sup> Ibidem, pp. 139-141-143.

<sup>72</sup> BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Op.cit., 1973. vol 7. p. 40.

<sup>73</sup> DANTAS NETO. Op.cit., p. 163.

<sup>74</sup> BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Op.cit., 1973. vol 7. p. 38.

<sup>75</sup> BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Op.cit., 1964. vol. 6. p. 38.

<sup>76</sup> DANTAS NETO. Op.cit. p. 507.

<sup>77</sup> BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Op.cit., 1973. vol 7. p. 40.

<sup>78</sup> BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Op.cit., 1964. vol 6. pp. 144-147.

Correndo por fora desses dois grandes grupos políticos estava a candidatura de Aristóteles Góes, ex-prefeito de Salvador na década de 1950.<sup>79</sup> O candidato não tinha ao seu lado grandes nomes da política baiana. Aristóteles se lançou pelo Movimento Trabalhista Renovador (MTR).<sup>80</sup> Em sua candidatura não constou nenhum candidato a vice-governador, nem tampouco foram lançados nomes do próprio partido para concorrer ao Senado, tendo o MTR entrado na coligação oficial que deu apoio a candidatura de Josaphat Marinho. No mais, na campanha para deputado o partido não coligou com outra agremiação.<sup>81</sup>

Do ponto de vista da política nacional, o presidente João Goulart, por ser do PTB, estava aliado à candidatura de Lomanto Júnior, mas Jango não se envolveu diretamente na campanha eleitoral da Bahia. De todo modo, naquele momento, podemos inferir que as forças políticas de sustentação da candidatura de Waldir Pires estavam mais centradas no projeto nacional-reformista do presidente do que os aliados de Lomanto. Vale ressaltar que o presidente João Goulart, nas duas eleições que disputou como vice-presidente teve uma votação expressiva na Bahia obtendo vitórias sobre os outros candidatos no Estado. Em 1955 obteve 233.115 votos<sup>82</sup> e em 1960 conquistou 232.135 sufrágios do eleitorado baiano.<sup>83</sup> Seus apoios nessas eleições se fizeram prioritariamente com políticos que estavam inseridos na coligação de Waldir Pires.

Após essa digressão sobre o contexto político nacional e baiano podemos centrar no foco das disputas pela Prefeitura de Esplanada em 1962 com maiores subsídios para compreender a lógica da política local. Assim como na disputa do pleito estadual, foram montadas três candidaturas nas terras esplanadenses. A primeira, a da situação, estava formada em torno do PSP. Em Esplanada, o PSP, em 1962, reunia políticos que transitaram anteriormente em agremiações políticas como o PTB e o PSD, e que dominavam o poder local desde 1950 elegendo os seguintes prefeitos: Pedro Moreira de Souza (PSD – mandato 1951-1955), Dr. Orlando Batista Lins (PTB – mandato 1955-1959) e Dr. João de Carvalho Batista (PSD – mandato 1959-1963).<sup>84</sup>

<sup>79</sup> BATALHA, Sílvio. *Cartilha Histórica da Bahia*. 8.ed. Salvador: Ed. Do autor, 2008. p. 64.

<sup>80</sup> BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Op.cit., 1964. vol 6. p. 38.

<sup>81</sup> BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Op.cit., 1973. vol 7. p. 40.

<sup>82</sup> BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral (TSE). *Dados Estatísticos: eleições federais, estaduais e municipais, realizadas no Brasil em 1952, 1954 e 1955, e em confronto com anteriores v. 3 (parte 1)*. Departamento de Imprensa Nacional: Rio de Janeiro, Brasil, 1958. p. 37.

<sup>83</sup> *Ibidem*, p. 13. Nas eleições de 1958 e 1960 o resultado das votações dos candidatos que concorreram contra Jango foram as seguintes na Bahia: 1958 - Milton Campos obteve 177.108 e Danton Coelho computou 28.705 votos. 1960 - Milton Campos recebeu 217.141 votos e Fernando Ferrari conseguiu 67.635 votos.

<sup>84</sup> Análise feita a partir da leitura da seguinte fonte: CÂMARA DE VEREADORES DE ESPLANADA (CVE). Livro de Atas Nº 2. Ano de abertura: 1951. Local: Esplanada, Bahia, Brasil. Arquivo da CVE.

O PSP escolheu como candidato Erikson Orlando de Carvalho Lins, popularmente conhecido como Dr. Neno. Vereador por duas vezes e presidente da Câmara, Dr. Neno era um jovem político de 33 anos de idade e advogado formado na Universidade da Bahia. O candidato era filho do ex-prefeito Dr. Orlando Lins e sobrinho do então prefeito Dr. João Batista. Durante muito tempo esse grupo político teve como líder o Dr. Ladislau Cavalcanti, popularmente conhecido como Dr. Lili, e se chamavam *lilisistas*. Interventor de Esplanada durante o Estado Novo de Vargas, Dr. Lili se elegeu deputado estadual pelo PSD em 1947, se reelegendo em 1950 e em 1954, permanecendo no cargo até 1958 quando não disputou eleições.<sup>85</sup> Na ocasião, Dr. Lili, como presidente da Assembleia Legislativa da Bahia, foi cogitado para ser candidato a governador numa proposta de pacificação entre UDN e PSD, mas seu nome não foi avalizado pelo então governador Antonio Balbino (PSD).<sup>86</sup> Nesse processo, Dr. Lili tinha colocado seu filho, Murilo Cavalcanti para ser candidato a deputado estadual, logrando êxito na eleição, mas com base na cidade de Alagoinhas. Especificamente nas eleições de 1962, Dr. Lili não seguia mais com sua base política em Esplanada e tinha abandonado seus antigos aliados, resolvendo não dar apoio à candidatura de Dr. Neno. O fato se deu justamente por conta da candidatura ter sido articulada por um político adversário seu, o deputado estadual Ênio Mendes de Carvalho, que apesar da oposição política era seu amigo.

O deputado estadual Ênio Mendes, também membro do PSP, era primo e cunhado do candidato a prefeito Dr. Neno. Advogado formado na Universidade da Bahia, Ênio Mendes se elegeu deputado estadual pela primeira vez em 1958,<sup>87</sup> justamente quando Dr. Lili saiu da política e abriu caminho para o filho, com base em Alagoinhas. A base política de Dr. Lili em Esplanada deu total respaldo à candidatura de Ênio Mendes para a Assembleia Legislativa da Bahia, não seguindo a indicação do antigo líder de apoiar seu filho Murilo Cavalcanti, que afinal também se elegeu.<sup>88</sup> Ênio Mendes conquistou a vaga de deputado estadual em 1958 com uma votação total de 5.290 votos<sup>89</sup> e filiado na legenda do PR, que tinha como líder Manoel Novais, mas com a vitória de governador de Juracy Magalhães (UDN) e o

---

<sup>85</sup> As votações de Dr. Lili na Bahia foram: em 1945 - 2.076 votos/ em 1950 - 4. 211 votos/ em 1954 - 4 704 votos. Referências dos dados, respectivamente: BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral (TSE). *Dados estatísticos: eleições federal, estadual e municipal, realizadas no Brasil a partir de 1945*. Departamento de Imprensa Nacional: Rio de Janeiro, 1950. p. 107. / BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral (TSE). *Dados estatísticos: eleições federais e estaduais, realizadas no Brasil em 1950*. v. 2. Departamento de Imprensa Nacional: Rio de Janeiro, 1952. p. 90. / BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral (TSE). *Op.cit.*, 1958. vol 3. (parte 1). p. 101.

<sup>86</sup> GUEIROS, J.A. *O último Tenente*. Juracy Magalhães em depoimento a J.A Gueiros. Rio de Janeiro-São Paulo: Editora Record, 1996. p. 29.

<sup>87</sup> BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral (TSE). *Dados estatísticos: eleições federais, estaduais, realizadas no Brasil em 1958, e em confronto com anteriores* v.4. Departamento de Imprensa Nacional: Brasil, 1961. p. 166.

<sup>88</sup> *Ibidem*, p. 164. A votação de Murilo Cavalcanti na Bahia em 1958 foi de 5.982 votos.

<sup>89</sup> *Ibidem*, p. 166.

realinhamento de Manoel Novais ao *Juracisismo*, Ênio Mendes desfilou-se do PR e entrou nos quadros do PSP que, em terras baianas, no contexto em questão, diferia da orientação política conservadora do seu líder, o paulista Adhemar de Barros.<sup>90</sup>

A candidatura a prefeito de Dr. Neno (PSP) juntamente com a de deputado estadual de Ênio Mendes (PSP) estava centrada em torno da candidatura para governo da Bahia de Waldir Pires. Essa candidatura esplanadense ainda apoiava para deputado federal o candidato Hélio Ramos (PSD) amigo de Ênio Mendes e que também se inseria na política de Esplanada e em cidades do Litoral Norte, como Entre Rios. Hélio Ramos, como político do PSD, disputava a eleição na coligação Aliança Democrática Trabalhista Crista (PSD-PDC-PTN-PSP-PSB). Na disputa para o Senado os candidatos apoiados foram Josaphat Marinho e Antonio Balbino.<sup>91</sup>

A segunda candidatura à Prefeitura de Esplanada estava formada pela UDN, partido que na cidade, desde o período da redemocratização no Brasil em 1945 com o fim da ditadura do Estado Novo de Getúlio Vargas, esteve no Poder Executivo local apenas uma vez entre 1947 a 1950, além de ocupar poucas cadeiras no Legislativo.<sup>92</sup> A UDN de Esplanada, assim como na lógica baiana, foi formada por políticos autonomistas apositores a Vargas e ao interventor, no caso esplanadense Dr. Ladislau Cavalcanti (Dr. Lili). Na cidade, esses políticos tinham como líder o advogado Rui Penalva, candidato derrotado a deputado federal constituinte em 1933,<sup>93</sup> e também em 1945 quando ficou como suplente da UDN.<sup>94</sup> Após o Estado Novo, os udenistas esplanadenses conseguiram eleger o prefeito Dr. Antonio da Costa Pinto Dantas, médico que não era natural da cidade, mas morava na localidade há anos e derrotou o candidato do PSD indicado por Dr. Lili. Porém, o prefeito udenista renunciou ao cargo no meio do mandato. Em seu lugar, assumiu o vereador udenista Dr. João de Almeida Seabra Veloso. Após esse processo, os udenistas esplanadenses não tinham conseguido emplacar mais nenhum candidato a prefeito.

Em 1962, os udenistas, como políticos de oposição, apostavam suas expectativas no nome do fazendeiro Arlindo Lima de Azevedo, senhor de idade avançada e com grande

<sup>90</sup> Entrevista concedida pelo Senhor *Ênio Mendes de Carvalho* ao pesquisador Thiago Machado de Lima. Local: Salvador, Bahia, Brasil. Data: 21 de março de 2011.

<sup>91</sup> Entrevista concedida pelo Senhor *Ênio Mendes de Carvalho* ao pesquisador Thiago Machado de Lima. Local: Salvador, Bahia, Brasil. Data: 21 de março de 2011.

<sup>92</sup> Constatação obtida através da consulta das seguintes fontes: CÂMARA DE VEREADORES DE ESPLANADA-BA. Livro de Atas Nº 1. Ano de abertura 1930. Local: Esplanada, Bahia, Brasil. Arquivo da CVE. / CÂMARA DE VEREADORES DE ESPLANADA-BA. Livro de Atas Nº 2. Ano de abertura 1951. Local: Esplanada, Bahia, Brasil. Arquivo da CVE.

<sup>93</sup> SILVA, Paulo Santos. Op.cit. 2000. p. 40.

<sup>94</sup> BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Op.cit., 1950. p. 33. Nessa eleição Rui Penalva obteve 1.435 votos.

inserção nos grupos com poder econômico na cidade, com dinheiro para investir numa campanha política, mas sem experiência de mandato Legislativo ou Executivo.<sup>95</sup> Na campanha de vereador, Arlindo Lima contava com o apoio de nomes tradicionais do Legislativo esplanadense como a vereadora udenista Desdêmona Penalva, inserida na política local desde os anos 1930 quando entrou para as fileiras do autonomismo junto com seu pai Rui Penalva.<sup>96</sup> Arlindo Lima era tio do deputado estadual Ênio Mendes, o que acirrava os embates políticos com uma disputa dentro da própria família. O udenista Arlindo ainda contou com o apoio justamente de Dr. Lili, que agora tinha se aliado a seus antigos opositores locais, mas sem poderes de cargo político. Vale frisar que nessa mesma eleição, o filho de Dr. Lili, Murilo Cavalcanti, saiu candidato a prefeito da cidade de Alagoinhas.

O articulador político da candidatura de Arlindo Lima era o udenista Francisco Benjamim, que estava disputando uma cadeira na Assembleia Legislativa da Bahia. Chico Benjamim, como era popularmente conhecido, era sergipano, mas iniciou o curso de Direito na Universidade da Bahia ainda na década de 1950. No ano de 1958 foi nomeado chefe de gabinete do governador Juracy Magalhães (UDN). Em 1961 concluiu o curso de Direito na Universidade do Estado da Guanabara retornando à Bahia para assumir o cargo de revisor fiscal. Já em 1962, ocupava a função de promotor adjunto.<sup>97</sup> Francisco Benjamim tinha parentes em Esplanada, a exemplo do udenista Nelito Barbosa, e buscava congregar seus votos na região do Litoral Norte se utilizando do seu poder de inserção nos quadros estaduais da UDN baiana.<sup>98</sup> Desta forma, sua candidatura a deputado estadual rivalizava diretamente com a do candidato esplanadense Ênio Mendes de Carvalho. O grupo da UDN de Esplanada estava centrado na candidatura ao governo do estado de Lomanto Júnior. Não conseguimos identificar um candidato único para deputado federal apoiado pelos udenistas esplanadenses, mas destacamos os nomes do deputado Manoel Novais que estava concorrendo pela Aliança Trabalhista (PTB-PR-PRP) e Antonio Carlos Magalhães (UDN), pois foram os únicos que aparecem nos registros históricos que conseguimos reunir. Os udenistas esplanadenses ainda

---

<sup>95</sup> Em consulta feita a todos os Livros de Atas existentes na Câmara de Vereadores de Esplanada e que contemplam o ano de 1930 a 1962, em nenhum documento de posse de mandato ou assunção por substituição, foi encontrado o nome do Senhor Arlindo Lima.

<sup>96</sup> Entrevista concedida pelo Senhor *Erikson Orlando de Carvalho Lins (Dr. Neno)* ao pesquisador Thiago Machado de Lima. Local: Salvador, Bahia, Brasil. Data: 21 de março de 2011.

<sup>97</sup> ROCHA, Fernando. *Francisco Benjamim*. Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. Fundação Getúlio Vargas. (Versão Online). Disponível em: <http://www.fgv.br/cpd/doc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx> Acesso em 13/02/2015.

<sup>98</sup> Entrevista concedida pelo Senhor *Erikson Orlando de Carvalho Lins (Dr. Neno)* ao pesquisador Thiago Machado de Lima. Local: Salvador, Bahia, Brasil. Data: 21 de mar. de 2011.



apoiavam as candidaturas para o Senado de Lima Teixeira (PTB-PR) e Dantas Júnior (UDN-PR).<sup>99</sup>

A terceira candidatura à Prefeitura esplanadense foi formada em torno do nome de Adhemar de Lima Andrade, capitão da arma de Infantaria da reserva remunerada do Exército. O capitão Adhemar tinha feito parte da Força Expedicionária Brasileira (FEB) enviada para combater na Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Ao retornar ao Brasil, entrou para reserva e regressou à Esplanada.<sup>100</sup> Embora com o desejo de entrar na política, não se encaixava diretamente em nenhum grupo local. Ainda nas eleições de 1958 foi o candidato pela UDN a prefeitura de Esplanada, derrotado pelo candidato do PSD.<sup>101</sup> Em 1962, como não encontrou respaldo na UDN, acabou saindo por outro partido de legenda não identificada. A candidatura do capitão Adhemar aparentemente não encontrava ressonância em círculos políticos locais, nem estaduais.

Em meio a esse jogo político partidário baiano e esplanadense e a profusão de nomes dos candidatos, podemos esquematizar essa conjuntura política de 1962 através do quadro seguinte.

Quadro 01  
Candidaturas das eleições de 1962 em Esplanada

CARGOS	CANDIDATURA DA SITUAÇÃO	CANDIDATURA DA OPOSIÇÃO	CANDIDATURA DA OPOSIÇÃO
Prefeito	Dr. Neno (PSP)	Arlindo Lima (UDN)	Adhemar de Lima Andrade (?)
Vereadores	Candidatos do PSP	Candidatos da UDN	-
Governador	Waldir Pires (PSD-PDC-PTN-PSP) e o PCB	Lomanto Júnior (PTB-UDN-PR e PST) e informalmente o PL e o PRP	-
Vice-Governador	Orlando Moscoso (PSD-PDC-PTN-PSP-PST)	Rocha Pires (PTB-PR)	-
Dep. Federal	Hélio Ramos - Aliança Democrática Trabalhista Cristã (PSD-PDC-PTN-PSP-PSB).	Manoel Novais - Aliança Trabalhista (PTB-PR-PRP), Antonio Carlos Magalhães (UDN)	-
Dep. Estadual	Ênio Mendes de Carvalho (PSP)	Francisco Benjamim (UDN)	-
Senadores	Antonio Balbino (PSD-PST-PTN-PSP) Josapaht Marinho(PSD-PST-PTN-MTR-PSP)	Lima Teixeira PTB-PR Dantas Júnior (UDN-PR)	-

Fonte: Dados do TSE, Livros de Atas da Câmara de Vereadores de Esplanada e depoimentos orais.

<sup>99</sup> O Candidato ao Senado Dantas Júnior era irmão do primeiro Prefeito eleito em Esplanada após o Estado Novo de Vargas, Dr. Antonio da Costa Pinto Dantas, que renunciou ao cargo e foi embora da cidade. Os dois eram filhos do Barão de Geremoabo.

<sup>100</sup> BAHIA-SERGIPE. Auditoria da 6ª Região Militar (Justiça Militar). *Inquérito Policial Militar (IPM) Nº 14/64*. Autor: Justiça Militar. Indiciado: Dr. Erikson Orlando de Carvalho Lins. Local: Salvador, Bahia, Brasil. 29 de abril de 1964. Arquivo do Fórum Municipal de Esplanada. Setor: Crime. Documento composto por 114 páginas. p. 20.

<sup>101</sup> Entrevista concedida pelo Senhor *Erikson Orlando de Carvalho (Dr. Neno)* ao pesquisador Thiago Machado de Lima. Local: Salvador, Bahia, Brasil. Data: 21 de mar. de 2011.

Assim como na campanha para governador do estado, em que a polarização política ocorreu entre os candidatos Waldir Pires e Lomanto Júnior, a disputa na cidade de Esplanada ficou polarizada entre o candidato da UDN, Arlindo Lima, e o candidato do PSP, Dr. Neno. Com esse quadro político montado, os candidatos saíram em busca dos votos do eleitorado e em julho de 1962 colocaram nas ruas a campanha eleitoral que se propagaria até a véspera do dia 7 de outubro.

## 2. Nos meandros da campanha eleitoral

Toda campanha política tem uma estrutura logística e propagandística que pode ser ampla ou restrita dependendo do lugar onde ocorre e dos recursos financeiros disponíveis. Conforme Maria Augusta de Souza, na Bahia, “a propaganda política utilizada nas eleições, na segunda metade do século XX”, abarcava “além dos brindes e cartazes, a transmissão de comícios e pronunciamentos pelo rádio e a publicação de fotos e mensagens nos jornais”.<sup>102</sup> Nas rádios, “os partidos e candidatos podiam comprar espaços para veicular ou, até mesmo, transmitir, ao vivo, a íntegra dos comícios de suas campanhas”.<sup>103</sup> No que concerne aos jornais, da mesma forma os candidatos poderiam “comprar espaços para veiculação de textos preparados por ele mesmo ou por sua assessoria, ou enviar informações das suas campanhas às editoras que publicariam da maneira que considerasse apropriada”.<sup>104</sup> No aspecto televisivo, a Bahia dispunha apenas de uma emissora, a TV Itapoã, “inaugurada no dia 19 de novembro de 1960”, mas que só contemplava a capital do estado, Salvador. “A presença do candidato na televisão se dava através de mensagens veiculadas em programas cujos horários eram pagos ou em entrevistas e noticiosos com tempo de participação definido arbitrariamente.”<sup>105</sup>

Segundo Nelson de Souza Sampaio, desde o ano de 1945 chegando ao início da década de 1960, um dos pontos que mais se intensificou na campanha eleitoral na Bahia foi à propaganda política. Para o autor, quem “outrora não imprimia boletins ou pregava cartazes nas paredes, nem desfraldava faixas ou mandava anunciar a candidatura pelo rádio e jornais”, não podia, naquele período, “deixar de imitar os concorrentes”. As cidades maiores se

---

<sup>102</sup> SOUZA, Maria Augusta Lima de Souza. *Culturas Políticas na Bahia: Mutações em campanhas eleitorais*. Dissertação (mestrado). Salvador: Universidade Federal da Bahia (UFBA), Faculdade de Comunicação (Facom), 2007. p. 42.

<sup>103</sup> *Ibidem*, p. 44.

<sup>104</sup> *Ibidem*, p. 42.

<sup>105</sup> *Ibidem*, p. 44.

constituíam no “ambiente predileto” da propaganda, mas no contexto, já eram “raros os lugarejos onde não se” notava os “rastros de uma campanha política numa parede com letreiros pichados ou com retratos de candidatos”.<sup>106</sup> Sampaio chega a afirmar que se verificava “um efeito circular entre a propaganda política e a democratização”. A articulação entre o candidato e o eleitor ainda existia de forma direta ou através dos chefes locais, mas “a propaganda, sob diversas formas, tornou-se indispensável na batalha das urnas”.<sup>107</sup> Entretanto, um fator crucial era que não existia regulamentação que igualasse os candidatos perante os meios propagandísticos, estes ficando “na dependência dos recursos de cada concorrente”. Com isso, “a igualdade de concorrer os sufrágios populares”, restringia-se “pelas desigualdades econômicas”.<sup>108</sup>

Na cidade de Esplanada, a campanha eleitoral em 1962 se fez de forma bem modesta. A localidade não dispunha de meios de comunicação propriamente locais pelos quais os candidatos, sem maiores esforços, poderiam levar suas mensagens para os eleitores de todos os espaços esplanadenses, ou seja, a sede, a zona rural e a zona da praia. Nada de emissoras de rádio, ou um jornal local. Os amantes das ondas sonoras acompanhavam as transmissões de emissoras como a Rádio Sociedade da Bahia.<sup>109</sup> Já os leitores de periódicos tinham como principal veículo de informação o jornal *A Tarde*, que chegava à cidade por meio de trem que desembarcava em dois horários na estação ferroviária.<sup>110</sup>

Nesse ponto, os eleitores esplanadenses recebiam pelos meios de comunicação informações dos candidatos a governador, senadores e deputados e associavam os candidatos locais às propagandas dos seus candidatos no quadro estadual. Diante dessa constatação, os políticos esplanadenses que disputavam a Prefeitura local, assim também como os próprios candidatos a vereadores, não gozavam de muitos recursos propagandísticos e tinham como meios para alcançar o eleitorado com suas promessas o corpo a corpo nas ruas, almoços, distribuição de panfletos e brindes, propaganda sonora em carros e principalmente os comícios.

A melhor condição financeira para tocar uma campanha política quem possuía era o candidato udenista Arlindo Lima, pois tinha o apoio dos principais grupos econômicos locais o que possibilitava um pomposo financiamento na campanha. Esplanada era uma cidade que

<sup>106</sup> SAMPANIO, Nelson de Souza. O diálogo Democrático na Bahia. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*. Rio de Janeiro, 1960. pp. 18-19.

<sup>107</sup> *Ibidem*, p. 20.

<sup>108</sup> *Ibidem*, p. 29.

<sup>109</sup> Entrevista concedida pelo Senhor *Erikson Orlando de Carvalho (Dr. Neno)* ao pesquisador Thiago Machado de Lima. Local: Salvador, Bahia, Brasil. Data: 21 de mar. de 2011.

<sup>110</sup> FARIA, Hildeth Cardoso de. *Oitenta Anos de Vida – Reminiscências*. Salvador: Ed Art Contemp.1994. p. 16.

possuía suas bases econômicas fincadas na propriedade rural, a qual girava a economia local principalmente com a criação de bovinos e a produção de gêneros alimentícios como banana, feijão, laranja, aipim e coco.<sup>111</sup> Segundo os dados presentes no censo agrícola de 1960, foram declarados oficialmente 970 propriedades em todo o território esplanadense, mas sem o registro do número de trabalhadores.<sup>112</sup> De forma mais modesta do que os fazendeiros, porém também com sua parcela de importância na economia local, estavam os proprietários do comércio de bens e serviços, assim como de pequenas indústrias que produziam, por exemplo, farinha. De acordo com dados do censo de 1960, Esplanada possuía 48 estabelecimentos comerciais varejistas. Nesses estabelecimentos existiam 10 empregados formais e 80 pessoas ocupadas, incluindo membros das famílias dos proprietários que não eram remunerados.<sup>113</sup> No setor de serviços, o número chegava à casa de 21 estabelecimentos contando apenas com 4 empregados formais e 29 ocupados também incluindo familiares do proprietário que não recebiam ordenado.<sup>114</sup> Já na pequena indústria o número chegava a 13 estabelecimentos com 26 operários formais e 39 trabalhadores ocupados.<sup>115</sup>

Além de se amparar nos grupos dos proprietários rurais, do comércio e da pequena indústria em Esplanada, o candidato udenista Arlindo Lima ainda tinha o apoio do gerente da única instituição financeira da cidade, o Banco Econômico.<sup>116</sup> Assim, com mais apoio financeiro para girar a campanha, o candidato teve maior disponibilidade para se dirigir às localidades pertencentes à Esplanada e para organizar almoços e comícios. Não identificamos outras estratégias propagandísticas da campanha como a distribuição de brindes ou panfletos, nem carros de som. Muito importante na campanha eleitoral era a visita local de candidatos aos pleitos estaduais, essas visitas funcionavam como demonstrações do prestígio do político local e também garantia compromissos firmados publicamente. Arlindo Lima contou muito com a participação do candidato a deputado estadual Francisco Benjamim (UDN), mas um fator impulsionador da sua campanha foi a presença em Esplanada do então candidato a governador Lomanto Júnior, que realizou um grandioso comício na praça principal da cidade

---

<sup>111</sup> Dados disponíveis em: <http://biblioteca.ibge.gov.br> Acesso em: 30 de outubro de 2014.

<sup>112</sup> Dados disponíveis em: <http://biblioteca.ibge.gov.br> Acesso em: 30 de outubro de 2014.

<sup>113</sup> Dados Disponíveis em: [http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/60/ccs\\_1960\\_v4\\_t5\\_se\\_ba.pdf](http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/60/ccs_1960_v4_t5_se_ba.pdf) Acesso em: 30 de outubro de 2014.

<sup>114</sup> Dados disponíveis em: [http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/60/ccs\\_1960\\_v4\\_t5\\_se\\_ba.pdf](http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/60/ccs_1960_v4_t5_se_ba.pdf) Acesso em: 30 de outubro de 2014.

<sup>115</sup> Dados disponíveis em: [http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/100/ci\\_1960\\_v3\\_t4\\_se\\_ba\\_mg.pdf](http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/100/ci_1960_v3_t4_se_ba_mg.pdf) Acesso em: 30 de outubro de 2014.

<sup>116</sup> Entrevista concedida pela Senhora *Maria Epifania Penalva Argolo* ao pesquisador Thiago Machado de Lima. Local: Esplanada, Bahia, Brasil. Data: 15 de mar. de 2015.

reunindo um grande número de populares em consequência da articulação dos udenistas locais.<sup>117</sup>

No que concerne especificamente à estrutura de campanha para governo do estado de Lomanto Júnior, esta diferia em muito da principal candidatura da oposição, ou seja, Waldir Pires. Um aspecto que podemos frisar era o apoio que Lomanto possuía do jornal com maior circulação no Estado, o *A Tarde*.<sup>118</sup> No periódico, a candidatura de Waldir Pires só saía com matérias pagas e de acordo com a disposição da direção do jornal, já Lomanto tinha acesso livre sempre com matérias favoráveis.<sup>119</sup> Lomanto ainda adotou estratégias como o uso de charges que atacavam a candidatura de Waldir Pires e seus aliados diretos como o ex-governador Antonio Balbino, então candidato a senador, o ex-governador Régis Pacheco, candidato a deputado federal, e Tarcílio Vieira Mello, também candidato a deputado federal.<sup>120</sup> Lomanto Júnior ainda lançou um *Jingle* que dizia: “Lomanto, esperança do povo, / é gente nossa, é sangue novo. / Lomanto é a renovação, / veio do alto sertão, / municipalista, filho de agricultor, / ele é amigo do pobre, / irmão do trabalhador”. O candidato petebista apoiado pela UDN, ainda distribuía broches em formato de feijão na lapela, como símbolo do apoio ao agricultor e ao pobre da Bahia, além de demarcar a sua atenção para o problema do abastecimento e da fome no estado.<sup>121</sup>

Já a campanha de Waldir Pires aparentemente não adotou nenhum *Jingle*, nem tampouco broches com símbolo da campanha. Entretanto, fez uso massivo da propaganda com panfletos que também buscavam atacar os apoios de Lomanto, concentrando na UDN com a figura do então governador Juracy Magalhães,<sup>122</sup> além de ter recebido uma importante presença política na Bahia para a realização de um comício, o ex-presidente da República Juscelino Kubitschek (PSD), fato que não ocorreu com Lomanto.<sup>123</sup> Apesar de a candidatura Lomantista ser oficialmente do PTB, que era o mesmo partido do presidente Jango, este não esteve na Bahia durante a campanha eleitoral.

<sup>117</sup> Entrevista concedida pelo Senhor *Erikson Orlando de Carvalho (Dr. Neno)* ao pesquisador Thiago Machado de Lima. Local: Esplanada, Bahia, Brasil. Data: 22 jun. 2010.

<sup>118</sup> Para maiores informações sobre o Jornal *A Tarde* no contexto do Golpe de 1964 ver: TANNOUS, Simão Alves. “*Relendo notícias*”: o jornalismo baiano e o governo de João Goulart (1963-1964). Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011.

<sup>119</sup> SOUZA. Op.cit., 2007. p. 40.

<sup>120</sup> Em meio a campanha eleitoral as charges da campanha de Lomanto Jr. geralmente eram veiculadas na página 2 do Jornal *A Tarde*.

<sup>121</sup> SOUZA. Op.cit., p. 46.

<sup>122</sup> É possível perceber a estratégia de atacar a relação de Lomanto Jr com o Governo de Juracy Magalhães (UDN) em diversas matérias veiculadas no Jornal *A Tarde*, a exemplo das publicadas nos dias 11 e 12 de setembro de 1962 na página 2 do jornal.

<sup>123</sup> DANTAS NETO. Op.cit., p. 174.

Na realidade de Esplanada, a outra principal candidatura à Prefeitura, a do candidato do PSP Dr. Neno, possuía uma base financeira muito menor do que a do candidato udenista Arlindo Lima, e apenas um fazendeiro local declarou apoio a sua campanha eleitoral. Mas, como ele tinha inserção política e muita popularidade na cidade, sua candidatura ‘correu de vento em popa’ já nos primeiros momentos e tinha como *slogan* “o garoto do futuro”, que empolgava os eleitores mais jovens e jogava com a diferença de idade que tinha em relação ao seu adversário da UDN, um senhor de idade.<sup>124</sup> Dr. Neno tinha conseguido com um amigo um equipamento de som colocado em cima de uma caminhonete que rodava a cidade e as redondezas fazendo sua propaganda.<sup>125</sup> Quanto aos comícios, o candidato realizou apenas três, um na zona rural no povoado de Limões, principal do município no período, outro na região da praia no povoado do Baixios, e um último na sede, na praça principal.<sup>126</sup> Diferente do candidato Arlindo Lima (UDN), Dr. Neno (PSP) não contou com a realização de um comício com seu candidato a governador Waldir Pires, que em nenhum momento da campanha compareceu a Esplanada. Ademais, seu líder político, o deputado estadual Ênio Mendes de Carvalho, pouco se envolveu no corpo a corpo na campanha na cidade, pois estava rodando a Bahia fazendo a campanha de Waldir Pires e angariando mais votos em regiões onde era menos conhecido. Ainda tinha o fator da tensão familiar, pois o deputado Ênio Mendes era sobrinho do candidato a prefeito da oposição, Arlindo Lima.<sup>127</sup>

A candidatura de menor composição política em Esplanada, a do candidato Adhemar de Lima Andrade, aparentemente não possuía uma estrutura mínima de campanha, não tendo registro da realização de comícios e da distribuição de propagandas políticas na cidade. Sua campanha provavelmente se resumia no corpo a corpo entre conhecidos. Ressalta-se que Adhemar não tinha nenhum candidato a vereador lhe apoiando e também não se filiava diretamente à estrutura de campanha dos candidatos a governador do estado. Na própria política estadual, caminhando por fora da polarização eleitoral, o candidato Aristóteles Góes (MTR) aparentemente também não possuía uma estrutura sólida de campanha.

É importante frisar que em Esplanada o eleitorado não era grande e, em 1962, o alistamento computou um total de 2.621 eleitores.<sup>128</sup> Esse número correspondia a pouco mais

<sup>124</sup> Entrevista concedida pela Senhora *Maria Epifânia Penalva Argolo* ao pesquisador Thiago Machado de Lima. Local: Esplanada, Bahia, Brasil. Data: 15 de mar. de 2015.

<sup>125</sup> Entrevista concedida pelo Senhor *Ênio Mendes de Carvalho* ao pesquisador Thiago Machado de Lima. Local: Salvador, Bahia, Brasil. Data: 21 de mar. de 2011.

<sup>126</sup> Entrevista concedida pelo Senhor *Ênio Mendes de Carvalho* ao pesquisador Thiago Machado de Lima. Local: Salvador, Bahia, Brasil. Data: 21 de mar. de 2011.

<sup>127</sup> Entrevista concedida pelo Senhor *Ênio Mendes de Carvalho* ao pesquisador Thiago Machado de Lima. Local: Salvador, Bahia, Brasil. Data: 21 de mar. de 2011.

<sup>128</sup> BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Op.cit., 1964. vol 6. p. 323.

de 15% da população que estava por volta de 16 mil habitantes. Em termos de votos, no quadro geral do estado da Bahia, Esplanada não tinha expressividade. Segundo dados do Tribunal Regional Eleitoral (TRE), nas eleições de 1962 a Bahia contava com 1.206.453 eleitores aptos a votarem. A capital, Salvador, estava com um eleitorado de 213.415 eleitores. O índice eleitoral de maior amplitude estava localizado na região do Recôncavo baiano, que computava um total de 338.126 eleitores, que representava 28% do eleitorado de todo o estado. Depois do Recôncavo, as regiões com maior porcentagem eleitoral eram as seguintes: cacaueteira, 155.902 (12,9%); nordestina, 92.547 (7,7%); Feira de Santana, 76.927 (6,4%); Chapada Diamantina, 72.927 (6%) e Vitória da Conquista, 68.824 (5,8%). Dentre as cidades, depois de Salvador, as que possuíam maior densidade eleitoral eram: Feira de Santana (28.914); Itabuna (26.050); Jequié (23.452); Vitória da Conquista (22.786); Ilhéus (22.359); Santo Amaro (17.805); Alagoinhas (16.072); Canavieiras (15.585), Ipiaú (14.632); Jacobina (14.498); Serrinha (12.010); Juazeiro (11.218); Irecê (10.285); Macaúbas (10.204) e Ibicarai (10.039). As demais possuíam menos de 10 mil eleitores e Esplanada estava incluída entre elas.<sup>129</sup>

O contingente de eleitores tinha aumentado significativamente na Bahia nas eleições de 1962,<sup>130</sup> entretanto, uma parcela grande da população estava excluída do processo de escolhas dos representantes e esse problema estava no cerne do próprio código eleitoral que avalizava o regime democrático brasileiro após 1945, e que o projeto de Reformas de Base reclamado por setores das *esquerdas* e pretendido pelo presidente João Goulart tinha como objetivo modificar. Conforme Jairo Nicolau, de acordo com o código eleitoral de 1950, que complementou a lei Agamenon de 1945 e a Constituição Federal de 1946, tinha a obrigatoriedade e o direito de votar e ser votado todo cidadão brasileiro maior de 18 anos, porém estavam “excluídos os analfabetos, os militares (salvo os oficiais), os mendigos e os cidadãos privados dos direitos políticos”. Cidadãos com mais de 65 anos e mulheres que não desempenhassem “funções lucrativas” não eram obrigados a votar.<sup>131</sup> Nos anos 1960, a quantidade de analfabetos no Brasil estava na marca dos 39%, assim como o número de mulheres que não desempenhavam oficialmente atividades lucrativas ainda era alto, o que restringia, e muito, os eleitores.

<sup>129</sup> Jornal *A Tarde*, 25 de Set de 1962. p. 3.

<sup>130</sup> Em 1945: 440.621; em 1947: 477.535; em 1950: 867.292; em 1954: 1.090.000; em 1955: 1.093.808, em 1958: 920.249; em 1960: 943.317; em 1962: 1.206.453. BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Op.cit., 1964. vol 6. p. 50.

<sup>131</sup> NICOLAU. Op.cit., p. 93.

Na realidade de Esplanada, para conseguir o título eleitoral, um cidadão considerado apto poderia solicitar no Fórum da cidade o seu título de eleitor. Diante desse processo de exclusão do jogo eleitoral, imaginemos que possuir um título era símbolo de distinção o que numa cidade pequena como Esplanada fazia as pessoas serem conhecidas e mais fáceis de serem procuradas pelos candidatos. Mas, para além das estruturas de campanha e das alianças entre nomes políticos, o que contava fortemente no jogo eleitoral era o que os candidatos tinham a propor aos eleitores e os projetos políticos que eles representavam.

### 3. Os temas em debate e as vinculações aos projetos políticos

Nenhum dos três candidatos ao cargo de chefe do Poder Executivo esplanadense, Dr. Neno, Arlindo Lima, capitão Adhemar, apresentou oficialmente um programa de governo detalhado, mas, independentemente disso, existiam questões locais que nenhum dos políticos poderiam se furtar a colocar em pauta na disputa por votos. Esplanada, na segunda metade do século XX, possuía alguns benefícios que muitas cidades do mesmo porte na Bahia não possuíam. Existiam escolas básicas, uma Escola de Iniciação Agrícola vinculada aos Frades Capuchinhos, um ginásio da Campanha Nacional de Educandários Gratuitos (CNERG), uma agência do Banco Econômico, agência dos Correios e Telégrafos, transporte ferroviário, uma rodovia federal cortando a cidade (a BR 11 que se tornou a BR 101), pista de pouso para aviões de pequeno porte, bibliotecas, cinemas, energia elétrica, um Hospital dos Frades Capuchinhos, postos de saúde etc.<sup>132</sup> Entretanto, em meio a esse horizonte positivo, muitos problemas existiam, e alguns deles se concentravam na precariedade do serviço de energia elétrica, na falta de calçamento e estrutura das ruas e das praças, na limitação dos serviços de saúde pública, na falta de um abastecimento estruturado de água potável, na escassez de emprego e na indisponibilidade de terras para cidadãos esplanadenses construírem casas ou mesmo para desenvolverem pequenas propriedades agrícolas.

Quanto à precariedade do serviço de energia elétrica, a primeira usina de eletricidade construída em Esplanada foi inaugurada no fim da década de 1920 em comum acordo entre a Igreja Católica e a Prefeitura. Posteriormente, sob conflito entre políticos e religiosos, a Prefeitura assumiu sozinha o intento que era problemático e restrito a um pequeno número de habitantes.<sup>133</sup> Nos anos 1960, a mesma usina ainda funcionava e era administrada pela

---

<sup>132</sup> FERREIRA, Jurandy Pires. *Op.cit.*, pp. 219-220-221.

<sup>133</sup> BAHIA. *Ordem dos Frades Menores Capuchinhos. Livro/Álbum Convento de Esplanada II. Material Datilografado. Ano: 1978. Local: Salvador, Bahia, Brasil. Arquivo da Igreja de Nossa Senhora da Piedade. p. 87.*



Prefeitura. Apesar de nos anos 1950 a inauguração da usina de Paulo Afonso com a distribuição de eletricidade pela Companhia Hidroelétrica do São Francisco (CHESF) terem significado “um salto energético” para a Bahia,<sup>134</sup> algumas regiões do estado ainda não estavam contempladas como é o caso do Litoral Norte onde se localizava Esplanada. Nos anos 1950, uma campanha de políticos esplanadenses visando também congregar políticos de cidades vizinhas como Entre Rios, Acajutiba, Inhambupe, Conde, Rio Real e Jandaíra, buscava conseguir um transformador para captar energia elétrica de Paulo Afonso,<sup>135</sup> mas a campanha não surtia efeito e caía nas mãos dos candidatos como uma promessa a ser cumprida ao longo do mandato.

No que corresponde ao quesito da saúde pública, Esplanada contava com o funcionamento do Hospital São Francisco e São Vicente, inaugurado no ano de 1927 pelo Frade Capuchinho Gregório de San Marino com apoio financeiro da Prefeitura e da população.<sup>136</sup> Na passagem dos anos 1950 para os anos 1960, a Casa Hospitalar vivia em crise com problemas de financiamento e de estrutura que não tinha condições de contemplar as demandas da cidade e também de localidades vizinhas que estavam em situação pior. Apesar de possuir 101 leitos, o Hospital contava apenas com 1 médico, 1 dentista e 2 auxiliares de enfermagem.<sup>137</sup> Os postos de saúde existentes também não sanavam a demanda. Frisa-se ainda que não existia ambulância na localidade para o transporte dos doentes. Mas, o caos da saúde pública em Esplanada seguia a lógica de todo o estado da Bahia que nos anos 60 contava apenas com 8 mil leitos hospitalares<sup>138</sup> para uma população de 6 milhões e 234 mil habitantes.<sup>139</sup> Sob esse prisma, dos candidatos à Prefeitura, os eleitores esperavam a promessa de investimento no Hospital dos Capuchinhos, assim como verbas para o transporte de doentes e acomodação na capital do estado onde o número de hospitais, apesar da precariedade, era maior.

No aspecto do abastecimento de água, a falta de estrutura em Esplanada era gritante. Na localidade não existia um fornecimento de água encanada. Deste o início do século XX, no processo de formação da cidade, os políticos buscaram sanar o problema. A água que provia a comunidade advinha de fontes localizadas em riachos. O principal ponto de coleta era a

---

<sup>134</sup> RISÉRIO, Antonio. *Uma História da Cidade da Bahia*. Rio de Janeiro: Versal Editores, 2014. p. 518.

<sup>135</sup> CÂMARA DE VEREADORES DE ESPLANADA (CVE). Ata da Sessão de 13 de abril de 1957 publicada no Livro de Atas Nº 2. Ano de abertura: 1951. Local: Esplanada, Bahia, Brasil. Acervo da CVE. pp. 119-120.

<sup>136</sup> BAHIA. Ordem dos Frades Menores Capuchinhos. Livro/Álbum Convento de Esplanada II. Material Datilografado. Ano: 1978. Local: Salvador, Bahia, Brasil. Arquivo da Igreja de Nossa Senhora da Piedade. p. 89.

<sup>137</sup> FERREIRA, Jurandy Pires. Op.cit., p. 221.

<sup>138</sup> Dados obtidos em: ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DA BAHIA (ALBA). Ata da Sessão de 7/04/1963 publicada no Diário da Assembléia em 16/04/1963. Local: Salvador, Bahia, Brasil. Arquivo da ALBA. p. 31.

<sup>139</sup> SOUZA. Op.cit., p. 26.

chamada Fonte da Bica que ficava próxima da estação ferroviária. Além dessa, as outras existentes eram a do Riacho Malombê, próximo ao bairro do Timbó, Negro do Mato, Chico Dias e Pau Ferro ou Riachinho, mas que não ficavam bem localizadas como a da Bica.<sup>140</sup> Na década de 1920 foi construída uma caixa da água pelo Instituto Federal de Obras contra a Seca (IFOCs).<sup>141</sup> No mais, a Prefeitura tratava de construir e higienizar fontes no território da localidade. Mas, a demanda era enorme. Como a construção de um sistema de abastecimento por encanações exigia uma articulação grande, a promessas dos candidatos se concentravam na construção de novas caixas d'água para armazenar a maior quantidade possível do precioso líquido.

No que se refere ao calçamento das ruas de Esplanada e a estruturação de praças, a sede municipal possuía uma avenida larga e arborizada que seguia nos dois lados da estrada de ferro que cortava todo o centro da cidade. Essa avenida tinha o nome do ex-governador da Bahia J.J. Seabra, pois parte da família do político residia nas terras esplanadenses. A avenida partia da estação ferroviária e seguia até a direção do bairro do Timbó. Nesse percurso encontravam-se as casas das famílias mais antigas e de posses de Esplanada, assim como os prédios da Prefeitura, dos Correios, do Banco Econômico, da Igreja Matriz, o Colégio Monsenhor Basílio, o Clube Social de Esplanada, a sede da Escola de Iniciação Agrícola dos Frades Capuchinhos e a Igreja e o convento Nossa Senhora do Rosário e Pompéia. Nesse percurso existiam três importantes praças da cidade, a João Pessoa, próximo a estação de trem e onde se concentrava o pequeno comércio local, a Praça da Igreja Matriz e a Praça Nossa Senhora do Rosário e Pompéia onde se localizava a caixa d'água do IFOCs. Tanto a avenida quanto as praças eram de chão de terra batida, o que em dias de chuva, podemos imaginar, tornavam-se verdadeiros lamaçais. Nesse caso, as promessas giravam em torno tanto da construção da estrutura das praças, quanto do calçamento da avenida J.J Seabra com pedras de paralelepípedo.

No ponto da escassez de empregos, as possibilidades existentes em Esplanada eram poucas e direcionadas. A Prefeitura local era a maior empregadora e provavelmente os gestores faziam uso político dos empregos, mas também possuíam seus próprios limites orçamentários. As propriedades rurais, que eram muitas, tinham uma demanda de trabalhadores, mas o trabalho era em sua maioria braçal e na zona rural e da praia de Esplanada, não contemplando a população que vivia na sede. Ademais, as condições de trabalho eram precárias e sem nenhuma proteção de leis trabalhistas. O pequeno comércio e as

---

<sup>140</sup> FARIA. Op.cit., 1998. p. 20.

<sup>141</sup> Idem, 1994. pp. 21-23.

pequenas indústrias não dispunham de muitas vagas de emprego sendo que, de acordo com os dados do censo de 1960, juntando-se ao pequeno número de trabalhadores estavam familiares dos proprietários. No mais, as instituições existentes na cidade como Correio, Banco Econômico, CNERG, e Fórum, tinham suas vagas de empregos dispostas muitas vezes por indicações políticas e necessitavam também de trabalhadores com um grau de qualificação maior.

A falta de empregos diversificados em Esplanada e o baixo número de trabalhadores formais, é um indício da aparente inexistência de organizações sindicais e associações de trabalhadores na cidade nos anos 60, fato que não identificamos na pesquisa, enquanto que na Bahia, assim como no Brasil, o processo se intensificava. Em terras baianas um dos maiores símbolos da organização sindical em 1962 era o Sindicato dos Petroleiros (SINDIPETRO) e o Sindicato dos Trabalhadores da Extração de Petróleo (STIEP) que contemplavam trabalhadores ligados a Refinaria de Mataripe pertencente à Petrobrás que em 1962 tinha como presidente o político baiano Francisco Mangabeira, indicado pelo Presidente João Goulart.<sup>142</sup> Além desses, destacavam-se o Sindicato dos Portuários da Bahia, o Sindicato dos Metalúrgicos, e o Sindicato dos Bancários existente em cidades como Alagoinhas, Feira de Santana, Ilhéus, Vitória da Conquista e Jequié.<sup>143</sup> Enfim, aos candidatos à Prefeitura de Esplanada cabia também uma promessa de implementar um plano de ação que objetivasse dinamizar a economia local gerando emprego para os esplanadenses.

No quesito da terra, Esplanada sofria com o problema da concentração fundiária. No contexto dos anos 60, podemos afirmar que as terras existentes na localidade estavam divididas em 4 setores. A Ordem dos Frades Menores Capuchinhos era uma das maiores detentoras de terras na área urbana, os fazendeiros dominavam a zona rural e da praia, a maioria das terras devolutas eram pertencentes ao poder público municipal, estadual e federal e o que sobrava era de pequenos proprietários. À medida que a população local crescia a necessidade de terra para construir casas e/ou para fazerem pequenas propriedades agrícolas também crescia, só que para quem não tivesse dinheiro para negociar a compra com proprietários dispostos a vender, a situação ficava complicada, ainda mais num lugar com escassez de emprego. Diante desse quadro, eram esperadas propostas dos candidatos para uma possível solução dos problemas. Mas, apesar desse aspecto, vale frisar que não se notava em

---

<sup>142</sup> Sobre esses sindicatos na Bahia ver: OLIVEIRA JR, Franklin. *A Usina dos Sonhos: Nascimento, ascensão e refluxo da organização sindical dos trabalhadores da indústria da destilação e refinação do petróleo no Estado da Bahia: 1954 – 1964*. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1995.

<sup>143</sup> BAHIA (Estado). Comissão Estadual da Verdade. *Relatório de Atividades da Comissão Estadual da Verdade (2013-2014)*. Salvador: CV-Ba, 29 de Dezembro de 2014. pp. 65-66-71-73.

Esplanada a existência de uma luta pela terra mais direcionada para ações práticas como ocupações, nem mesmo a atuação de Ligas Camponesas.

Dentre os candidatos a prefeito, o que tinha maior prestígio político entre a população era o do PSP, Dr. Neno, pois o grupo em que estava inserido e que dominava o poder local desde 1950, apesar dos problemas existentes, tinha feito importantes realizações para Esplanada, além do mais, Dr. Neno era filho do ex-prefeito Dr. Orlando Batista Lins e sobrinho do então prefeito Dr. João de Carvalho Batista. O candidato ainda vinha de dois mandatos de vereador assumindo por um mandato a presidência da Câmara. Isso permitia a Dr. Neno assegurar perante aos eleitores que tinha traquejo para sanar os problemas da localidade, pois além de ser parente de gestores, tinha experiência política no Legislativo assim como sua formação acadêmica de advogado, fato que não poderia ser acionado pelos outros candidatos.

Quanto aos feitos do seu grupo político podemos destacar no governo do prefeito Pedro Moreira de Souza (PSD) a atuação para a implantação do Banco Econômico, primeira agência bancária da cidade.<sup>144</sup> Já no governo do prefeito Orlando Batista Lins (PTB), pai de Dr. Neno, a construção do prédio dos Correios e Telégrafos, assim como a construção do prédio da Prefeitura Local, onde também funcionava a Câmara de Vereadores, construções que modificaram a paisagem urbana do centro da cidade.<sup>145</sup> Convém destacar que no fim da década de 1950, já iniciada administração do prefeito João de Carvalho Batista (PSD), tio de Dr. Neno, foi o momento de inauguração do Ginásio de Esplanada pertencente à Campanha Nacional de Educandários Gratuitos (CNERG) que posteriormente tornou-se a Campanha Nacional de Educandários da Comunidade (CNEC). A obra contou com respaldo do deputado estadual Ênio Mendes e do deputado federal Hélio Ramos.<sup>146</sup> A CNERG teve uma grande representação frente à população local, pois antes da instituição a grande maioria dos jovens para ter acesso ao ensino ginasial precisavam se deslocar para outras cidades como Alagoinhas e Salvador e somente filhos da elite local poderiam fazer esse investimento. A CNERG, com o incentivo federal e da Prefeitura Municipal, permitiu um novo horizonte de formação educacional para os jovens esplanadenses na passagem dos anos 1950 para os 1960.

Evidentemente que os candidatos da oposição, Arlindo Lima (UDN) e Adhemar Andrade (?) poderiam usar o argumento de que, a despeito das conquistas do grupo político

---

<sup>144</sup> CÂMARA DE VEREADORES DE ESPLANADA (CVE). Ata da sessão de 28 de maio de 1955 publicada no Livro de Atas Nº 2. Ano de abertura: 1951. Local: Esplanada, Bahia, Brasil. Arquivo da CVE. pp. 87-88.

<sup>145</sup> CÂMARA DE VEREADORES DE ESPLANADA (CVE). Ata da Sessão de 24 de out. de 1955 publicada no Livro de Atas Nº 2. Ano de abertura: 1951. Local: Esplanada, Bahia, Brasil. Arquivo da CVE. p. 102.

<sup>146</sup> Entrevista concedida pelo Senhor *Erikson Orlando de Carvalho (Dr. Neno)* ao pesquisador Thiago Machado de Lima. Local: Salvador, Bahia, Brasil. Data: 18 de mar. de 2014.

situacionista, os problemas que existiam em Esplanada e que dificultavam a vida da população local ainda não tinham sido sanados por conta justamente do domínio do grupo político em que estava inserido o candidato Dr. Neno. Para além das questões estruturais que a cidade de Esplanada necessitava e que os candidatos a prefeito tinham que levar como promessas para a campanha eleitoral, mesmo sem um programa definido de governo, um fator importante era a associação dos candidatos aos projetos políticos que estavam sendo travados em torno das candidaturas ao governo do estado e que estavam sintonizados com os próprios embates em torno da política nacional.

O candidato Lomanto Júnior lançou como lema de campanha “o interior avança para o governo”. Em seu projeto político apresentado na TV e amplamente divulgado na imprensa, Lomanto tinha três pontos cruciais, como identificou Célio Araújo: primeiro “um discurso municipalista que apregoava a chegada do momento das regiões do interior baiano ocuparem os espaços de poder no estado, tradicionalmente dirigidos pelos políticos da capital”; segundo, “um conjunto de ações que objetivavam modernizar a economia do estado principalmente por meio da industrialização” e nesse ponto se fazia necessário a “criação do parque industrial baiano”; e terceiro a “profissão de fé no regime democrático, progressista e cristão”.<sup>147</sup>

Como era candidato oficial do PTB, Lomanto levantava a bandeira do nacional-reformismo, entretanto seu apoio na Bahia se fazia com a UDN que tinha como grande nome o então governador Juracy Magalhães. Apesar de ser público e notório, Lomanto Júnior, para não contrapor seu discurso, não frisava o apoio que recebia da UDN baiana, tradicionalmente opositora do varguismo e, na ocasião em questão, do janguismo. O próprio governador Juracy Magalhães não participou ativamente do corpo a corpo na campanha lomantista, pois saiu candidato a senador pela Guanabara a convite do governador daquele estado o udenista Carlos Lacerda, entretanto, os dois filhos do governador baiano, Juracy Magalhães Júnior (Juracysinho) e Jutahy Magalhães, estavam disputando as eleições para a Assembleia Legislativa da Bahia na legenda da UDN e também empenhando apoio à candidatura lomantista. Em síntese, Lomanto jogava dos dois lados. Na sua composição política tinha aval da *direita* baiana e em seu discurso buscava a associação com bandeiras da *esquerda*, mesmo tirando seus componentes radicais e transformadores.

A candidatura de Waldir Pires teve como tema “novos métodos de governo”. Conforme analisou Dantas Neto, os objetivos de governo do candidato do PSD eram resumidos “numa reforma administrativa e nos objetivos de recuperar o crédito financeiro do

---

<sup>147</sup> ARAÚJO, Célio Roberto de. Op.cit., 2008. pp. 25-26.

estado, aumentar sua arrecadação (sem elevação de impostos) e elevar seu potencial energético.” Já o aspecto “social era contemplado no âmbito de pontos voltados para 12 setores de base, entre os quais também figuravam os tradicionais setores da economia”, frisando-se “que no ponto de vista da implantação industrial era mobilizado todo o argumento planejador herdado do governo” do pessedista Antonio Balbino, “com a valorização e articulação do Fundagro, Banfeb e uma menção à necessidade de recuperação da Comissão de Planejamento do Estado (CPE)”.<sup>148</sup>

Importante frisar que foi no governo Antonio Balbino (1955-1959), conforme Antonio Sérgio Alfredo Guimarães, que a ideologia do planejamento surgiu enquanto instituição na Bahia, pois foi criada a CPE que teve como articulador Rômulo Almeida, então secretário da fazenda do estado. Na ocasião, Rômulo de Almeida “já era um economista de renome nacional, tendo chefiado a Assessoria Econômica da presidência da República” do segundo governo de Getúlio Vargas (1950-1954).<sup>149</sup> Sob a tutela da CPE, foi criado no governo Balbino importantes empreendimentos a exemplo do Fundo de Desenvolvimento Agrícola (Fundagro), da Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia (COELBA), a Matadouros Frigoríficos do Estado da Bahia (Mafrisa), a Companhia de Armazéns e Silos (Caseb), a Telefones da Bahia S.A. (Tebasa) e o Banco de fomento do Estado da Bahia (Banfeb).<sup>150</sup> Tendo Balbino como avalista da sua campanha, Waldir Pires se apegava a essa “ideologia do planejamento”, que de certa forma foi deixada de lado no governo Juracy Magalhães, que afinal estava aliado à campanha lomantista. Em seu mandato, Juracy ainda buscou a aprovação de um Plano de desenvolvimento da Bahia (Planeb), mas este foi rejeitado na Assembleia Legislativa do Estado.<sup>151</sup>

De todo modo, não existia de forma profunda grandes diferenças nos programas apresentados pelos dois principais candidatos no pleito do governo do estado, pois ambos tinham uma postura “moderada e progressista”.<sup>152</sup> Entretanto, a campanha de Waldir Pires tinha o diferencial de abrir o diálogo mais eloquente “com setores tradicionalmente excluídos das áreas de decisão política”, nesse caso específico, “as classes trabalhadoras, urbanas ou rurais, representadas por sindicatos e políticos ligados ao PCB, e a possibilidade de incluir

<sup>148</sup> DANTAS NETO. Op.cit. p. 176.

<sup>149</sup> GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. *A formação e a crise da hegemonia burguesa na Bahia*. (1930-1964). Dissertação. Mestrado em Ciências Humanas -UFBA. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 1982. p. 67.

<sup>150</sup> BATALHA. Op.cit. p. 68.

<sup>151</sup> GRIMARÃES. Op.cit., p. 131.

<sup>152</sup> *Ibidem*, p. 137.

suas reivindicações em ações do governo”.<sup>153</sup> Em suma, Waldir Pires estava associado diretamente a um projeto nacional-reformista, já Lomanto se utilizou de alguns elementos do nacional-reformismo, mas apenas como estratégia eleitoral. Mas, evitando uma leitura maniqueísta, importante frisar que nem todas as forças de *esquerda* estavam centradas na campanha de Waldir, assim como nem todas as forças de *direita* estavam na coligação de Lomanto.

Quanto ao terceiro candidato a governador, Aristides Góes (MTR), nenhum plano de governo foi divulgado na imprensa. Ele apenas propagava a ideia: “Depois de Régis – Balbino e Juracy a Bahia só endireita com Aristóteles.”<sup>154</sup> O discurso do candidato do MTR era um discurso de basta na política baiana, atacando os últimos três governadores que afinal estavam inseridos nas duas principais candidaturas: Régis Pacheco (PSD) e Antonio Balbino (PSD) aliados a Waldir Pires (PSD), e Juracy Magalhães (UDN) aliado a Lomanto Júnior (PTB). Aristóteles Góes excluía do seu “basta”, o ex-governador Otávio Mangabeira (UDN/PL), primeiro governador após o fim do Estado Novo de Vargas. Inteligentemente Aristóteles protegia a memória do liberal Mangabeira, afinal, seria uma gafe na campanha atacar um ex-governador símbolo autonomista/udenista da resistência democrática na Bahia, assim como atacar um político já falecido.

Diante dos programas de governo e dos apoios/coligações dos candidatos ao pleito estadual, seguindo nossa linha de raciocínio sobre a disputa eleitoral em Esplanada, o candidato da UDN Arlindo Lima estava associado a um projeto de *direita* no estado, ao final encabeçado por Lomanto Júnior (PTB-UDN). O candidato a prefeito Adhemar de Lima Andrade, como já pontuamos, não conseguimos associar a nenhuma candidatura e projeto político, nem mesmo pura e simplesmente ao nome do candidato Aristóteles Góes (MTR). Já o candidato do PSP, Dr. Neno, aliado a Waldir Pires (PSD), empenhava apoio ao nacional-reformismo.

É importante ressaltar que os dois principais candidatos esplanadenses, Arlindo Lima e Dr. Neno, apesar de estarem vinculados a grupos e projetos políticos opostos, e respectivamente podemos classificá-los enquanto uma *direita* e uma *esquerda* em Esplanada, ambos tinham pontos de aproximação no aspecto do pertencimento social, pois faziam parte de uma mesma elite local. Como indício dessa aproximação podemos destacar a inserção dos candidatos em um espaço de sociabilidade esplanadense restrito a essa elite, o Clube Social de Esplanada. Apenas pessoas abastadas economicamente e de família tradicional na cidade

---

<sup>153</sup> ARAÚJO. Op.cit., p. 26.

<sup>154</sup> Jornal *A tarde*, 15 de set de 1962. p. 2.

tinham o direito de frequentar o Clube, e as famílias dos dois candidatos eram das poucas privilegiadas. O Clube Social de Esplanada, guardada as devidas proporções, era uma espécie de Rotary Clube ou Lions Clube local. Para se ter uma ideia, não era permitido por muitos anos a entrada de pobres e negros nesse espaço.<sup>155</sup>

Independente dessas aproximações e afastamentos entre as candidaturas, no caso específico do candidato do PSP, Dr. Neno, a sua filiação a um projeto nacional-reformista lhe rendeu alguns problemas ao longo do último mês da campanha eleitoral em Esplanada, assim como praticamente todos os grupos políticos que estavam apoiando a candidatura de Waldir Pires a governador do estado da Bahia. Dentre esses problemas, um foi potencializador de acirramentos políticos e se chamava anticomunismo.

#### 4. O papel do anticomunismo

No início de setembro de 1962, após quase dois meses de campanha política, a disputa entre os candidatos à Prefeitura de Esplanada ficou mais acirrada e um elemento específico contribuiu para esse acirramento, a interferência direta da Igreja Católica local. Como instituição religiosa presente na cidade desde o início do século XX e hegemônica no *campo religioso* esplanadense, a Ordem dos Frades Capuchinhos tinha um *capital simbólico* acumulado e forte inserção na população esplanadense. Além do mais, em 1962, mantinha o funcionamento da Escola de Iniciação Agrícola e também do Hospital São Francisco e São Vicente. Por esses fatores, a sua participação direta na campanha eleitoral era muito representativa.

Os capuchinhos tinham como maior autoridade católica no período em Esplanada o italiano frei Maurício de Mercatello. O frei tinha chegado ao Brasil em 1951 e após ser vigário no estado de Sergipe seguiu para Esplanada ainda na década de 1950.<sup>156</sup> Seu papel na campanha começou com a declaração oficial do apoio da Igreja Católica a um dos candidatos, e o escolhido foi o udenista Arlindo Lima. Mas, além de empenhar seu apoio à candidatura da UDN, frei Maurício começou a atacar ferrenhamente o candidato do PSP, Dr. Neno, que

---

<sup>155</sup> Sobre o clube social de Esplanada ver: CARVALHO, Anselmo Ferreira Machado. *Aspectos da memória histórica de Filogônio Machado Farias sobre a cidade de Esplanada*. Trabalho de Conclusão de Curso (História). Salvador: Universidade Federal da Bahia (UFBA), 2007.

<sup>156</sup> BAHIA. Ordem dos Frades Menores Capuchinhos. *Dossiê Os Capuchinhos na Bahia*. Material Datilografado. Ano não identificado. Local: Salvador, Bahia, Brasil. Arquivo da Igreja de Nossa Senhora da Piedade. Sem número de página.



passou a sofrer com fortes discursos anticomunistas dissipados em missas, procissões e almoços políticos na cidade.

A tendência anticomunista de frei Maurício de Mercatello e sua disposição em interferir diretamente no campo político esplanadense estavam em consonância com o posicionamento de um amplo setor tradicionalista da Igreja Católica no período. Na década de 1960, de uma forma geral, o catolicismo estava focado em uma nova postura em relação às demandas sociais. Essa postura estava orientada pela Encíclica *Mater et Magistra*, publicada em 1961, pelo Papa João XXIII, como uma forma de reagir à instabilidade política e social que atingia boa parte do mundo em plena Guerra Fria, assim como conter o avanço de outras religiões. Nesse sentido, ao tempo em que um setor do clero católico direcionou-se para os trabalhos de base, outro, tradicionalista, voltou-se para a defesa dos princípios da instituição e isso significava uma reação principalmente contra o “perigo vermelho”.<sup>157</sup> Entretanto, vale frisar que a luta anticomunista da Igreja Católica não se restringiu ao período em questão. Em Encíclicas anteriores, até mesmo antes da Revolução Bolchevique de 1917, a Instituição já demonstrava sua preocupação com os comunistas, a exemplo da *Rerum Novarum* (1893).<sup>158</sup>

Na Bahia, em setembro de 1962, a hierarquia da Igreja Católica, que tinha como representante maior o Arcebispo Primaz do Brasil D. Augusto Álvaro da Silva, conhecido como Cardeal da Silva, organizou-se para atuar no pleito eleitoral. Na tarde de 5 de setembro de 1962, na Igreja de São Pedro dos Clérigos, em Salvador, o Cardeal da Silva reunido com outros membros do clero baiano, fundou oficialmente no estado a Aliança Eleitoral Pela Família (ALEF). Por meio dessa aliança a Igreja Católica iria orientar os votos do eleitorado católico baiano.<sup>159</sup> Na reunião de criação da ALEF, os religiosos presentes frisaram a iminência do “perigo comunista” no pleito eleitoral, ressaltando que a Igreja Católica não iria transigir “com os candidatos vinculados ao credo de Moscou, ou com ele comprometidos, pelo perigo que representam para a segurança do regime democrático e para os princípios fundamentais defendidos pela Igreja”. Os religiosos ainda advertiram para a ameaça das chamadas “forças populares” ou “nacionalistas”, ou seja, aqueles que seriam os maus candidatos.<sup>160</sup> O jornal *A Tarde*, que noticiou todo o processo de criação da ALEF, ainda

---

<sup>157</sup> LIMA, Thiago Machado. Op.cit. 2012. p. 23.

<sup>158</sup> RODHEGERO, Carla Simone. O comunismo e outros perigos: memórias sobre o medo entre católicos. *História Oral*, v.10,n.2,p.2,p.98-100,ju-dez.2007.

<sup>159</sup> Jornal *A Tarde*, 6 de set. de 1962. p. 3.

<sup>160</sup> Jornal *A Tarde*, 6 de set. de 1962. p. 3.

afirmou que se notavam nos membros católicos presentes na reunião certa preferência para a candidatura a governador de Lomanto Júnior.<sup>161</sup>

Os membros da ALEF iriam avaliar os candidatos mediante uma comissão que pretendia caracterizá-los enquanto ótimos, bons e maus. Para que os políticos baianos recebessem o aval católico precisavam assinar um “documento que continha os princípios defendidos pela ALEF, e o fato dos candidatos não” terem “acusações comprovadas por documento escrito de atitudes que contrariassem os princípios mínimos da organização”.<sup>162</sup> Após mais de 10 dias de criação da ALEF e dos trabalhos da Comissão, a Igreja Católica estava prestes a lançar sua listagem, entretanto, em forma de nota editorial no jornal *A Tarde* lançou um recado direto ao candidato do PSD, Waldir Pires, intitulado “A Igreja deu seu ensejo, agora se explique para o povo”:

Nota-se claramente, nas recomendações eclesiásticas, o desejo de oferecer uma oportunidade ao Sr. Pires, enquanto é tempo, para declarar-se publicamente contra a doutrina e métodos extremistas. E os católicos Baianos estão esperando essa atitude. Estão aguardando que ele assuma, em praça, pública, na imprensa, no rádio, na televisão o compromisso de desligar-se dos inimigos da religião os traidores da Pátria, os destruidores da família. Até agora, entretanto, faltou coragem ao candidato pessedista para tanto. Limitou-se a desmentir o que dele se diz e se sabe, apenas perante a comissão de sacerdotes encarregada de examinar as candidaturas que estão pleiteando os sufrágios de seus coestaduanos. Este é o seu comportamento. Até nisso, vem seguindo os VELHOS METODOS, (ou serão novos?) de ascender uma vela a Deus e outra ao Diabo. Enquanto, perante a Igreja, Jura que não é comunista e que a coloração rubra de sua mocidade já esmaeceu, transformando-se em “nacionalismo”; nos contatos com a esquerda se mostra apaixonado, um vibrante apaixonado do credo vermelho. (...) <sup>163</sup>

O discurso oficial da Igreja Católica tratava de dissipar representações comuns sobre os comunistas como detentores de “doutrina e métodos extremistas”, “inimigos da religião”, “traidores da pátria” e “destruidores da família”. O informe católico fazia um trocadilho com o *Slogan* de campanha de Waldir Pires, e substituiu o “Novos Métodos” por “Velhos Métodos” apelando por uma atuação dúbia do candidato em se alinhar com Deus e com o Diabo, que nesse caso representava o Comunismo. Como pontuamos, Waldir Pires se alinhava a um discurso nacional-reformista e envolvido com as “forças populares”, o que a Igreja Católica de antemão já propagava como “perigo” para a democracia. Entretanto, o que pesava ainda mais era o fato da candidatura do pessedista receber apoio da secção baiana do clandestino Partido Comunista. Especificamente dois nomes do Partido Comunista na Bahia

<sup>161</sup> Jornal *A Tarde*, 6 de set. de 1962. p. 3.

<sup>162</sup> ARAÚJO. Op.cit., p. 32.

<sup>163</sup> Jornal *A Tarde*, 17 de set. de 1962. p. 2.

estavam concorrendo na coligação do candidato Waldir Pires, para deputado federal Fernando Santana, e para deputado estadual Aristeu Nogueira, secretário-geral do partido na Bahia.<sup>164</sup>

Apesar da atitude da Igreja Católica, Waldir Pires não assumiu de imediato nenhuma reação no sentido de rejeitar o voto dos comunistas. Em 21 de setembro foi estampando nas páginas dos periódicos baianos a Lista da ALEF. No documento constavam apenas os nomes dos candidatos a governo do estado, deputados federais e estaduais, assim como prefeitos de Salvador. A listagem não seguia as pretensões iniciais da Igreja Católica que era dividir os candidatos em ótimos, bons e maus. O número de candidatos era pouco, e antes da lista uma nota explicativa justificava: “a circunstância do pouco tempo de existência da ALEF e de não ter seu programa sido devidamente divulgado fez com que muitos candidatos que se inscreveriam não tivessem oportunidade de fazê-lo”.<sup>165</sup> No que concerne a campanha de Waldir Pires, as autoridades católicas resolveram esperar e não vetar o nome do pessedista. Mas, de forma geral, como pontuou Dantas Neto, a listagem da Igreja católica evidenciava que, além do anticomunismo, os religiosos professaram um udenismo enrustido.<sup>166</sup>

Se nos primeiros momentos a ALEF não vetou totalmente Waldir Pires, esse respaldo, e conseqüentemente à sua coligação, não demorou em ser retirado definitivamente. Faltando três dias para o pleito eleitoral foi divulgada uma nova lista da Aliança e o nome do candidato do PSD foi retirado, restando apenas o do candidato apoiado pela UDN, Lomanto Júnior. Waldir tinha seguido sem tomar nenhuma atitude pública em rejeitar os votos dos comunistas e continuou sem dispensar apoios, ele apenas propagava seguir as orientações da Encíclica *Mater Et Magistra*. Sobre esse ponto da campanha eleitoral, em entrevista que nos concedeu, Waldir Pires emitiu a seguinte memória:

Na realidade o Cardeal, ele quis, desejou, ele chegou a me interpelar na linha de que eu não recebesse os votos dos comunistas. Eu disse a ele, isso é absolutamente impossível. Não há na democracia a possibilidade de você não receber o voto de quem quer apoiar, isso é a negação do processo democrático. “Oh, Cardeal, não dá para admitir essa hipótese, eu não admito. O senhor sabe que eu não sou comunista, mas fui companheiro dos comunistas em todas as batalhas da minha juventude. No secundarismo e em todo o período universitário, uma batalha que era do povo brasileiro”[...]. E com isto, evidentemente que o Cardeal vetou e baixou uma instrução inscrita para todas as Igrejas da Bahia, de toda parte. Ele sabia que eu não era inclusive porque eu era professor de direito constitucional da Universidade Católica.<sup>167</sup>

<sup>164</sup> SOUZA. Op.cit., p. 39.

<sup>165</sup> Jornal A Tarde, 21 de set. de 1962. p. 3.

<sup>166</sup> DANTAS NETO. Op.cit., p. 175.

<sup>167</sup> Entrevista concedida pelo Senhor *Waldir Pires* ao pesquisador Thiago Machado. Local: Salvador, Bahia, Brasil. Data: 29 de maio. de 2012.

Waldir Pires frisou que a própria ideia de democracia se encaixa na liberdade de não recusar apoio, fato que a Igreja Católica tentava lhe impor. O depoente fez questão de demarcar que não era comunista apesar reconhecer seu alinhamento a eles. O fato de Waldir Pires ter sido vetado pela Igreja Católica impactava obviamente em todos seus apoiadores no Estado que também acabavam sendo identificados enquanto adeptos do “perigo vermelho”.

É com esse quadro que podemos relacionar a atitude da Igreja Católica em Esplanada na figura do frei Maurício de Mercatello em iniciar uma oposição anticomunista à candidatura de Dr. Neno em detrimento do apoio a candidatura do udenista Arlindo Lima. Os maiores aliados políticos de Dr. Neno (Waldir Pires, Hélio Ramos e Ênio Mendes de Carvalho) não estavam na lista da ALEF, e ainda apareciam em informes no estado sendo considerados “perigosos”. Na cidade de Esplanada nos anos 60 não identificamos a existência de uma seção clandestina do Partido Comunista, nem tampouco o candidato Dr. Neno tinha vinculações com setores efetivamente comunistas na Bahia, mas sua perspectiva política seguia o nacional-reformismo, assim como o grupo que empenhava seu apoio, e isso bastava para os anticomunistas.

Em meio à campanha, no mês de setembro de 1962, a Igreja Católica em Esplanada realizou uma missa na Igreja Nossa Senhora do Rosário e Pompéia na qual foram convidados os dois principais candidatos a prefeito, Arlindo Lima, (UDN) e Dr. Neno (PSP). Após a cerimônia religiosa seria realizado um almoço para os candidatos no convento dos Capuchinhos. Em meio à missa, estando presentes os dois políticos, frei Maurício de Mercatello traçou um discurso anticomunista no púlpito alertando os fiéis sobre o perigo da candidatura de Dr. Neno e a do seu líder, o deputado Ênio Mendes. Ao findar o ato religioso, o candidato atacado, revoltado, se recusou a ir ao almoço oferecido pelo superior Capuchinho, ficando no festejo apenas o candidato Arlindo Lima.<sup>168</sup>

Poucos dias antes da eleição, já chegando ao mês de outubro, a Igreja Católica esplanadense realizou um ato grandioso com uma procissão que se transformou em comício eleitoral em favor do candidato udenista Arlindo Lima. Na festa, frei Maurício de Mercatello teve como convidado de honra o bispo de Ilhéus, frei Caetano. Em entrevista realizada com Dr. Neno no ano de 2011, o político esplanadense nos relatou algumas das suas lembranças sobre esse ato:

---

<sup>168</sup> Entrevista concedida pelo Senhor *Erikson Orlando de Carvalho (Dr. Neno)* ao pesquisador Thiago Machado de Lima. Local: Esplanada, Bahia, Brasil. Data: 22 de jun. de 2010.

Na véspera da eleição, houve lá uma festa na Igreja, ruidosa, que compareceu o Bispo de Ilhéus Dom. Caetano de Altamira, que era filho de Altamira e então fez comício, fez comício mesmo, dizendo que nós éramos comunistas que o povo abraße os olhos, essa coisa toda. Lá tinha um ponto... Em frente ao convento tinha um ponto, foi ali mais ou menos que eles fizeram. Celso ex-prefeito, homem de prestígio, meu amigo, depois que o Bispo fez esse comício, ele disse que achava que eu tava derrotado. Porque era Bispo, filho da terra de Altamira.<sup>169</sup>

Como Dr. Neno demonstrou em seu relato, o discurso do convidado bispo de Ilhéus também pautou por um anticomunismo contra sua candidatura. O fato de ser um bispo teria impactado na opinião das pessoas e levantou a descrença na campanha do membro do PSP, exemplificado pelo seu amigo Celso Mendes. Podemos imaginar que a ida do bispo de Ilhéus para Esplanada emanar um discurso político abalava a campanha de qualquer candidato atingido por esse discurso, pois, frei Caetano era um dos mais aguerridos propagadores de representações anticomunistas na Bahia.

Antes de chegar ao posto de bispo de Ilhéus nos anos 1950 a trajetória religiosa de frei Caetano esteve ligada à cidade de Esplanada. O frei nasceu em 1916 na localidade de Altamira próximo às terras esplanadenses. No ano de 1929 ingressou no Seminário dos Frades Capuchinhos em Esplanada, onde permaneceu até o ano de 1938 quando concluiu seus estudos com profissão solene partindo para outras inserções na Ordem Religiosa.<sup>170</sup> Frei Caetano conhecia bem os católicos locais, assim como os candidatos. A convite de frei Maurício de Mercatello, frei Caetano não perdeu oportunidade de ir militar contra o “comunismo” na cidade onde teve oportunidade de ingressar na Ordem dos Capuchinhos.

Um bom exemplo da atuação anticomunista de frei Caetano na Bahia foi um informe publicado pelo jornal *A Tarde*, em 20 de setembro de 1962, intitulado “Esclarecimento ao eleitorado católico. D. frei Caetano, bispo de Ilhéus aos seus diocesanos”, redigido nos seguintes termos:

Meu caro diocesano: Você é católico. Você é brasileiro. Como católico, deve seguir a sua consciência de formação católica, e como brasileiro deve amar o Brasil. Pense, portanto, bem. As próximas eleições podem ser decisivas para sorte da Igreja e para sorte do Brasil. Veja, pois, em quem vai votar: são muitos os candidatos; nem todos merecerão seu voto. (...) Se você der seu voto a candidatos nacionalistas da esquerda, você está votando contra a sua consciência, contra o Brasil. Interessante que os comunistas andam bem acobertados com o nome de nacionalistas. Nacionalismo/reformas de base/ são ótimas peles de ovelha; mas antes de você dar seu voto, levante um bocadinho a pele da ovelha, para ver se debaixo está mesmo

<sup>169</sup> Entrevista concedida pelo Senhor *Erikson Orlando de Carvalho (Dr. Neno)* ao pesquisador Thiago Machado de Lima. Local: Salvador, Bahia, Brasil. Data: 18 de mar. de 2014.

<sup>170</sup> BAHIA. Ordem dos Frades Menores Capuchinhos. *Dossiê Os Capuchinhos na Bahia*. Documento datilografado. Ano não identificado. Local: Salvador, Bahia, Brasil. Arquivo do Convento de Nossa Senhora da Piedade. pp. 50-51.

uma ovelha, um verdadeiro nacionalista, um amigo de verdadeiras reformas de base, ou um lobo vermelho, um Calabar, falso nacionalista, deformador desde as bases do muito ou pouco de bem que uma democracia imperfeitamente praticada já trouxe ao Brasil. (...) Uma das coisas mais revoltantes que encontro nas visitas pelo interior, é o abandono secular em que se tem deixado, depois de tantos anos de promessas falsas, tantas regiões.<sup>171</sup>

Nota-se nitidamente no discurso do frei capuchinho a associação entre os termos “comunista”, “nacionalista” e “reformas de base” sintetizados também na imagem da traição como o “Calabar”, uma alusão ao suposto traidor que se passou para o lado inimigo quando da invasão Holandesa no Nordeste brasileiro no século XVII. O bispo de Ilhéus ao buscar retratar uma suposta situação de abandono em que a população vivia no interior da Bahia, e aqui podemos incluir Esplanada, estabelecia uma relação direta com o *slogan* de campanha do candidato do PTB/UDN Lomanto Júnior, que era “O interior marcha para o Governo”.

É importante frisar que no contexto geral das eleições de 1962, para além da Igreja Católica, outros grupos religiosos estiveram engajados na luta contra o suposto “perigo vermelho”, como por exemplo, alguns setores da Confederação Evangélica do Brasil (CEB). Já um setor ecumênico, em 1962, organizou a Conferência do Nordeste realizada em Recife e tomou posição ao lado dos movimentos sociais, que lutavam para solucionar os problemas sociais do Brasil.<sup>172</sup> Mas, ainda no pleito de 1962, importantes instituições atuaram difundindo o medo contra o comunismo em busca da defesa de interesses que iam muito além de tradições religiosas, e foram elas o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) e o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES).

O IBAD surgiu no fim dos anos cinquenta com o objetivo de “defender a democracia” e teve seu corpo de membros formado por empresários e militares da Escola Superior de Guerra (ESG). Inicialmente o IBAD não teve grande repercussão, quadro que se transformou quando João Goulart assumiu a presidência. Já em 1962 o IBAD criou dois órgãos: o primeiro foi a “Ação Democrática Popular” (ADEP), “uma ação política patrocinada pela estação da CIA no Rio de Janeiro”. O segundo foi a “Incrementadora de Vendas *Promotion S.A.* que possuía a função de “agente publicitário do IBAD e da ADEP” em “estações de rádio, jornais, revistas e canais de televisão em todo Brasil.” O IBAD e a ADEP se aproximaram da Ação Democrática Parlamentar (ADP), grupo político da Câmara

<sup>171</sup> Jornal *A Tarde*, 22 de set. de 1962. p. 2.

<sup>172</sup> Sobre a atuação política da Confederação Evangélica do Brasil ver SILVA, Elizete da. *Protestantismo Ecumênico e Realidade Brasileira: Evangélicos Progressistas em Feira de Santana*. Feira de Santana: Ed. UEFS, 2010.

dos Deputados que tinha como líder o deputado federal da UDN Baiana, João Mendes. A aproximação com a ADP abria um “canal do IBAD” no Congresso Nacional.<sup>173</sup>

O IPES foi criado oficialmente em 29 de novembro de 1961 e seus objetivos declarados era mostrar-se como uma “organização de respeitáveis homens de negócio e intelectuais, com um número de técnicos de destaque, que advogavam participação nos acontecimentos políticos e sociais e que apoiavam a reforma moderada das instituições políticas e econômicas existentes”.<sup>174</sup> Entretanto, o “lado encoberto” do IPES “coordenava uma sofisticada e multifacética campanha política ideologia e militar” que buscava, sobretudo, a “manipulação de opiniões e guerra psicológica”.<sup>175</sup> O IPES se associou ao IBAD e tinha a colaboração financeira de 297 corporações americanas, além do próprio IBAD ser um “canal de fundos multinacionais” com empresas como a Shell e a Esso Brasileira.<sup>176</sup>

Segundo René Armand Dreifuss, o Complexo IPES/IBAD realizou ostensivo financiamento de campanhas políticas em 1962. Os financiamentos partiram de “empresas estrangeiras e nacionais”, “agências governamentais estrangeiras” e o “fundo do Trigo”.<sup>177</sup> O IPES/IBAD realizou “desde ajuda financeira imediata” aos políticos ou agremiações partidárias “até o fornecimento de outras necessidades materiais dispendiosas, como transporte, tempo de rádio e televisão, espaço de jornal e material de propaganda”.<sup>178</sup> Os candidatos beneficiados “eram declaradamente compelidos a assinar um compromisso ideológico, através do qual eles prometiam sua lealdade ao IBAD acima” da lealdade partidária “e que os comprometeria a lutar contra o comunismo e defender o investimento estrangeiro”. Os candidatos financiados pelo Complexo teriam ainda que se comprometer que no Congresso Nacional iriam ter inserção na Ação Democrática Parlamentar.<sup>179</sup>

Quanto aos políticos baianos que receberam apoio financeiro do IPES/IBAD na campanha eleitoral de 1962 para a Câmara dos Deputados, Dreifuss listou Aluísio Castro, João Mendes, Oscar Cardoso, Régis Pacheco, Vasco Filho e Rubem Nogueira.<sup>180</sup> Já na campanha de governador, o candidato Lomanto Júnior também recebeu recursos para defender a democracia e os interesses da economia de mercado contra o comunismo.<sup>181</sup> Em seu último comício da campanha o discurso de Lomanto Júnior cumpria bem o papel de

---

<sup>173</sup> DREIFUSS. Op.cit., p. 102-103.

<sup>174</sup> Ibidem, p. 163.

<sup>175</sup> Ibidem, p. 164.

<sup>176</sup> Ibidem, pp. 206-207.

<sup>177</sup> Ibidem, p. 329.

<sup>178</sup> Ibidem, p. 329.

<sup>179</sup> Ibidem, p. 324.

<sup>180</sup> Ibidem, p. 334.

<sup>181</sup> Ibidem, p. 331.

soldado contra o comunismo com o aval da ALEF baiana e com financiamentos do Complexo IPES/IBAD. Em trechos do seu discurso divulgado na imprensa, o político afirmou: “Manterei as liberdades públicas, como uma conquista do povo. Outra orientação não poderia tomar um homem criado sob a doutrina cristã e que sempre soube manter fiel” (...) “A Bahia repele nesta noite a interferência de forças estranhas nos seus altos destinos”.<sup>182</sup> Lomanto fazia questão de associar-se ao cristianismo em detrimento de seu principal opositor, o candidato Waldir Pires que, apoiado por tais “forças estranhas”, era associado ao comunismo.

Dias antes da eleição, além da listagem da Igreja Católica, informes choviam na imprensa baiana com nomes de políticos waldiristas considerados “perigosos”. Em 4 de outubro de 1962 foi divulgado no *A Tarde* um informe pelo qual podemos perceber bem o uso do anticomunismo:

**Alerta Democratas**  
**Candidatos que se dizem operários e “nacionalistas”, mas que na verdade são comunistas ou apoiados pelos comunistas**

<b>DEPUTADOS FEDERAIS</b>	FERNANDO SANTANA MÁRIO LIMA HENRIQUE LIMA SANTOS HELIO RAMOS
<b>Deputados Estaduais</b>	<b>VEREADORES</b>
WILTON VALENÇA ARISTEU NOGUEIRA ANTONIO MAURICIO DE FREITAS DIOGENES ALVES WALTER DA MATTA JARBAS SANTANA RAIMUNDO REIS ENIO MENDES	JOÃO CARDOSO DE SOUZA AMARO LOPES DE CARVALHO HILO JOSÉ DOS SANTOS JOACI RODRIGUES MOTTA LUTH MEDPADO MATTOS WASHINGTON JOSÉ DE SOUZA JOÃO FIGUEIRA DE SOUZA EUCLIDES VALÉRIO
<b>GOVERNADOR</b> WALDIR PIRES	<b>PREFEITO</b> OSÓRIO VILAS BOAS

**Eleitores cidadão. Não votem neles**  
 O VOTO É LIVRE! MAS VOCE NÃO TERÁ O DIREITO DE DIZER QUE NÃO SABIA ...  
 (Indicações transcritas da edição do Jornal da Bahia de 30-9-62)

Imagem 01. Autor desconhecido. *Alerta Democratas – eleições de 1962*. 2015. 1 Fotografia. Fonte: Jornal A Tarde, 4 de out. de 1962. p. 4.

O anúncio era claro, os eleitores precisavam tomar cuidado com candidatos que se diziam “operários e nacionalistas”, mas “que na verdade” eram “comunistas ou apoiados pelos comunistas”. A listagem dos políticos abarcava a disputa para governador, Câmara

<sup>182</sup> Jornal *A Tarde*, 4 de out. de 1962. p. 4.



Federal, Assembleia Legislativa da Bahia, Prefeitura e Câmara de Vereadores de Salvador. Esse anúncio impactava diretamente na eleição de Esplanada atingindo a campanha do candidato do PSP Dr. Neno, pois além de aparecer o nome do seu candidato a governador Waldir Pires, estavam listados no anúncio o nome do candidato a deputado estadual Ênio Mendes, e do candidato a deputado federal Hélio Ramos. O apelo feito no final no panfleto jogava com o medo dos eleitores e lhes imputava a responsabilidade caso os “comunistas” fossem eleitos: “O voto é livre! Mas você não terá o direito de dizer que não sabia”.<sup>183</sup> Destaca-se ainda a ação anticomunista contra dois grandes líderes sindicais petroleiros da Bahia no período, o candidato a deputado federal Mário Lima, presidente do SINDIPETRO, e o candidato a deputado estadual Wilton Valença, presidente do STIEP.<sup>184</sup> Destaca-se também os nomes de dois membros do Partido Comunista, Fernando Santana candidato a deputado federal e Aristeu Nogueira, candidato a deputado estadual.<sup>185</sup>

O apelo dos anticomunistas para o eleitorado se fazia ainda no uso da imagem da própria família, como ficou demarcado em outro panfleto publicado na imprensa baiana.

---

<sup>183</sup> *Jornal A Tarde*, 4 de out. de 1962. p. 4.

<sup>184</sup> OLIVEIRA JR. *Op.cit.*, pp. 275-276.

<sup>185</sup> Sobre a atuação do Partido Comunista Brasileiro (PCB) na Bahia e a inserção política de líderes como Fernando Santana e Aristeu Nogueira ver FERREIRA, Muniz. Elementos preliminares para a elaboração de uma História do Partido Comunista Brasileiro na Bahia. In: SILVA, Elizete da; NEVES, Erivaldo Fagundes (Orgs.) *Cultura, Sociedade e Política: ideias, métodos e fontes na investigação histórica*. Feira de Santana: UEFS Editora, 2014.



Imagem 02. Autor desconhecido. *Panfleto anticomunista – eleições de 1962*. 2015. 1 Fotografia. Fonte: Jornal A Tarde, 29 de set. de 1962. p. 3.

A mensagem do panfleto jogava com a sensibilidade dos pais/eleitores que se votassem errado, ou seja, em candidatos identificados como comunistas, estariam pondo em risco a liberdade dos próprios filhos. A imagem é bem didática, apresentando duas crianças fardadas escrevendo aparentemente em quadro negro de uma escola. Ressalta-se que a veiculação dessas matérias anticomunistas se faziam principalmente no jornal *A Tarde*, que afinal empenhou apoio a campanha de Lomanto Júnior e seus aliados.

Diante do exposto, afirmamos que o anticomunismo surgiu como um fator importante na campanha eleitoral dissipado por diferentes instituições presentes na sociedade brasileira. Rodrigo Patto Sá Motta utilizou um termo interessante para sintetizar essa situação a “Indústria do anticomunismo”.<sup>186</sup> Na lógica da política da cidade de Esplanada, o candidato da UDN Arlindo Lima se utilizou da “indústria do anticomunismo” para estigmatizar o candidato do PSP Dr. Neno, sem falar que a própria candidatura do capitão Adhemar, apesar de não ter grande alcance, também se utilizava desse expediente. Mas, no que diz respeito especificamente ao candidato da UDN, além de obter o apoio oficial da Igreja Católica em Esplanada através do superior frei Maurício de Mercatello, sua ação anticomunista seguia

<sup>186</sup> MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Perspectiva, 2002. p. 161.

como uma orientação do próprio partido em nível nacional, afinal, faltando mais ou menos dois meses para o pleito eleitoral, “o diretório nacional” udenista “expediu uma circular para as bases regionais, contendo orientações programáticas para a campanha dos candidatos”. Esse documento sugeriu aos candidatos da UDN “a adoção do anticomunismo como estratégia eleitoral.”<sup>187</sup>

Sob esse clima de acirramentos e de disputa de projetos políticos com uso da “indústria do anticomunismo” é que se chegou ao fim da campanha política em 6 de outubro de 1962. A Bahia estava mobilizada. Tropas do exército das 6ª Região Militar (Bahia-Sergipe), sob o comando do general Rafael Souza, seguiram para diversas cidades do interior por meio dos trens da empresa Leste brasileiro com o intuito de garantir a normalidade das votações em locais indicados pelo TRE.<sup>188</sup> O comandante militar da Bahia seguia as instruções do general Arthur da Costa e Silva, então comandante do 4º Exército que tinha sede em Recife e contemplava todo o Nordeste. As tropas da Marinha ficaram de prontidão na capital baiana. O fluxo de eleitores que moravam na capital, mas que votavam o interior foi intenso, superlotando navios, ônibus e trens, precisando-se da disponibilização de transportes extras para garantir o trânsito dos mesmos.<sup>189</sup>

## 5. Sobre vencedores e vencidos

Na manhã de 7 de outubro de 1962, um domingo, tiveram início as votações que perdurariam até às 17 horas. Os eleitores esplanadenses se dirigiram às urnas para escolherem seus candidatos assim como todos os eleitores baianos e dos mais 10 estados brasileiros que estavam realizando eleições. Enquanto os aliados do candidato a prefeito Dr. Neno se apaziguavam na sede da cidade, o aliados do candidato Arlindo Lima ofereciam um almoço para a população.<sup>190</sup> A comarca de Esplanada era a 21ª zona eleitoral da Bahia.<sup>191</sup> Nas seções eleitorais estava permitido que os partidos indicassem dois fiscais para acompanhar o pleito. Para votar, o eleitor tinha que levar seu título eleitoral que continha uma foto. No local da votação esse título era comparado a um documento denominado “folha individual de

<sup>187</sup> Ibidem, p. 250.

<sup>188</sup> Jornal *O Estado da Bahia*, 6 de out. de 1962. pp. 2-3.

<sup>189</sup> Jornal *O Estado da Bahia*, 6 de out. de 1962. pp. 2-3.

<sup>190</sup> Entrevista concedida pelo Senhor *Ênio Mendes de Carvalho* ao pesquisador Thiago Machado de Lima. Local: Salvador, Bahia, Brasil. Data: 21 de mar. de 2011.

<sup>191</sup> BAHIA-SERGIPE. Auditoria da 6ª Região Militar (Justiça Militar). *Inquérito Policial Militar (IPM) Nº 14/64*. Autor: Justiça Militar. Indiciado: Dr. Erikson Orlando de Carvalho Lins. Local: Salvador, Bahia, Brasil. Data: 29 de abril de 1964. Arquivo do Fórum Municipal de Esplanada. Setor: Crime. Documento composto por 114 páginas. p. 89.

votação”, no qual estavam inseridas as informações sobre o eleitor, uma fotografia e o número que demarcava a secção que ele deveria votar.<sup>192</sup> O eleitor tinha que se dirigir a cabine de votação duas vezes. Na primeira escolhia os candidatos federais e estaduais, e na segunda os candidatos municipais.<sup>193</sup>

Após todo o processo de votação ocorrido ao longo do dia 7 em Esplanada, as urnas das seções da sede, dos povoados da zona rural e da região da praia (Baixios-Palame) foram lacradas e encaminhadas para o Fórum Municipal onde ficaram guardadas até o dia seguinte, quando se iniciaria a apuração em todo o estado. Na manhã de 8 de outubro, os políticos locais e a população se reuniram no Fórum no centro da cidade para acompanhar a contagem dos votos que seria inspecionada pelo juiz Dr. Raul Soares Gomes. Muitas cédulas saíam borradas com canetas que os eleitores utilizavam para votar. Algumas cédulas o juiz anulava, outras aceitava, o que acabou levando a uma discussão enorme no momento da apuração e o magistrado foi descompatibilizado da função, assumindo seu lugar na contagem dos votos a Juíza Onix Silva.<sup>194</sup>

A expectativa era grande e após longa e tensa espera saiu o resultado final. O total de votos válidos foi de 1.833, uma diferença de 788 votos para o alistamento eleitoral que computou 2.621 eleitores. Podemos atribuir essa diferença a abstenção, votos em brancos, e votos que foram anulados por conta de cédulas borradas que afinal acabou gerando a confusão na hora da apuração. Do total dos votos válidos, as disputas entre os candidatos a prefeito computaram o seguinte: em terceiro lugar ficou o capitão Adhemar de Lima Andrade com 234 votos (12% dos votos válidos), uma votação considerável para quem esteve fora do espectro de polarização eleitoral e com poucos apoios; em segundo acabou o udenista Arlindo Lima com 722 votos (40% dos votos válidos) e em primeiro o candidato do PSP, Dr. Neno, computando 877 sufrágios (48% dos votos válidos).<sup>195</sup> Mesmo sofrendo um amplo discurso anticomunista insuflado pela Igreja Católica, ser aliado a candidatos identificados como “perigosos para a democracia” em informes divulgados na imprensa baiana e com uma estrutura de campanha menor do que a do candidato Arlindo Lima, que contava com apoio da maioria dos fazendeiros e comerciantes locais, o candidato Dr. Neno conseguiu sucesso no pleito eleitoral tornando-se prefeito de Esplanada. No quadro do Poder Legislativo local

---

<sup>192</sup> NICOLAU. Op.cit. p. 102.

<sup>193</sup> Jornal *O Estado da Bahia*, 5 de out. de 1962. p. 2.

<sup>194</sup> Entrevista concedida pelo Senhor *Énio Mendes de Carvalho* ao pesquisador Thiago Machado de Lima. Local: Salvador, Bahia, Brasil. Data: 21 de mar. de 2011.

<sup>195</sup> BAHIA-SERGIPE. Auditoria da 6ª Região Militar (Justiça Militar). *Inquérito Policial Militar (IPM) Nº 14/64*. Autor: Justiça Militar. Indiciado: Dr. Erikson Orlando de Carvalho Lins. Local: Salvador, Bahia, Brasil. Data: 29 de abril de 1964. Arquivo do Fórum Municipal de Esplanada. Setor: Crime. Documento composto por 114 páginas. p. 89.

elegeram-se quatro vereadores do PSP: Asdrúbal Machado de Oliveira, Luiz Quintella, José Hermano Lins Baptista e Kleber de Carvalho Batista. A UDN também fez quatro Vereadores: José Moreira de Souza, Desdêmona Penalva, Pedro José de Oliveira e Helvécio da Araújo Cavalcanti.<sup>196</sup>

Um depoimento de uma eleitora de Esplanada em 1962 nos fornece alguns elementos para compreendermos a vitória do candidato a prefeito Dr. Neno. A depoente, Senhora Maria Epifânia Penalva Argolo, nos cedeu uma entrevista em março de 2015. Perguntamos à Senhora Maria Epifânia em quem ela votou e o motivo. Ela nos relatou as seguintes palavras:

Eu votei em Dr. Neno. Foi...é porque...Neno era, como era...o garoto, como é, o garoto do futuro. (...) Neno, um menino novo vai se comparar com um senhor de idade como Sr. Arlindo já...não era idoso mais tinha idade de ser pai de Neno (...) Eu gostava de Neno, como gostava de Ênio, mas...besteira do povo que ninguém era comunista. Agente dizer o que sente, ter vontade de ter as coisas é ser comunista? Era esse povo que dizia isso. Tinha dinheiro (Arlindo Lima), mas o povo queria Neno. Neno um menino novo, amiguelo, sabia fazer amizade sem interesse político. O pai dele já tinha sido prefeito aqui também. Mais era um menino maravilhoso Neno.<sup>197</sup>

De acordo com o que pudemos captar no discurso da depoente, quatro pontos relacionados ao candidato Dr. Neno fizeram com que ela desse seu voto a ele. Primeiro, a ideia da juventude. Dr. Neno tinha 33 anos em detrimento da idade do seu adversário Arlindo Lima, “que tinha idade de ser pai de Neno”. Isso se materializava no próprio *slogan* da campanha de Dr. Neno “O garoto do futuro”. O segundo era que o discurso anticomunista utilizado para atingir o candidato Dr. Neno e seu mentor político Ênio Mendes não fez muito sentido para a eleitora Maria Epifânia. E em terceiro, o carisma de Dr. Neno, simbolizado no seu poder de “fazer amizade sem interesse político”, e que na busca por voto suplantara a diferença econômica de sua campanha com a do candidato Arlindo, que afinal tinha maior poder financeiro. Em quarto, a política como algo hereditário, o capital político acumulado pela família de Dr. Neno, ou seja, o seu pai Dr. Orlando Batista Lins, prefeito pelo PTB entre os anos de 1954 à 1958.

Sobre o momento da apuração eleitoral em Esplanada, Ênio Mendes de Carvalho, em entrevista que nos concedeu no ano de 2011, apresentou a seguinte memória:

Nós derrotamos de fora a fora, uma surra terrível. Uma coisa medonha. Quando abriu a primeira urna, na primeira urna que votaram todo aquele pessoal lá da elite e que votaram na primeira urna, o pessoal mais velho, que votou contra ele (Dr. Neno)

<sup>196</sup> Não conseguimos identificar o número de votos de cada Vereador.

<sup>197</sup> Entrevista concedida pela Senhora *Maria Epifânia Penalva Argolo* ao pesquisador Thiago Machado de Lima. Local: Esplanada, Bahia, Brasil. Data 15 de mar. de 2015.

esse aí arriou as calças: “To derrotado, to derrotado, to derrotado”. Perdemos nessa urna por dois votos e aí virei para Dr. Lili, Dr. Ladislau que era chefe político adversário nosso, mas era muito meu amigo, me queria muito bem, era adversário, mas era meu amigo, pra você vê, você vê como era conduzida. Então eu digo: “em velho, a campanha vai começar agora, depois de apurada a primeira urna que eu presumia que podia perder. Que nessa urna nos podíamos perder, perdemos por dois votos. Aí bati nos ombros de Lili e disse: Lili, a eleição vai começar agora. Ele disse é verdade, vai começar agora, ele concordou comigo. Depois daí em diante só foi pau, urna atrás de urna era pau, pau, pau.”<sup>198</sup>

Apesar de o depoente relatar de forma grandiosa o momento da apuração dos votos, sabemos que o resultado não foi tão folgado assim como apresenta em sua memória. Afinal, a diferença de votos entre o candidato do PSP Dr. Neno para o segundo colocado, o udenista Arlindo Lima, foi de 145 votos, diferença inferior ao terceiro colocado Adhemar de Lima Andrade, que se não tivesse lançado a campanha o resultado eleitoral poderia ter sido outro. Podemos analisar que a memória positivada de Ênio Mendes quanto ao momento de contagem da votação se deva também a vitória eleitoral que obteve contra o tio Arlindo Lima, o amigo e adversário político Dr. Ladislau Cavalcanti (Dr. Lili), e também frente à Igreja Católica com sua ampla campanha anticomunista. Ênio Mendes computou 597 sufrágios em Esplanada<sup>199</sup> e no total da Bahia computou 4.690 votos se reelegendo como o segundo deputado estadual mais votado do PSP.<sup>200</sup> Entretanto, sua votação caiu em comparação às eleições de 1958 quando disputou o pleito pelo PR e conquistou 5.290 sufrágios sendo o sexto mais votado do partido.<sup>201</sup>

Dos outros candidatos ao pleito estadual e federal que disputaram votos em Esplanada apoiados pelos candidatos a prefeito não tivemos acesso a votação específica nas urnas esplanadenses, mas no quadro geral do estado os resultados ficaram assim dispostos: o candidato a deputado estadual dos udenistas esplanadenses, Francisco Benjamim (UDN), computou 4.560 votos e ficou como primeiro suplente da UDN que teve como deputado estadual mais votado Juracy Magalhães Jr. com 10.791 votos.<sup>202</sup> Entretanto, Francisco Benjamim acabou assumindo a vaga por conta do suicídio de Juracysinho, como era popularmente conhecido Juracy Jr. Os candidatos a deputado federal que disputaram votos em

<sup>198</sup> Entrevista concedida pelo Senhor Ênio Mendes de Carvalho ao pesquisador Thiago Machado de Lima. Local: Salvador, Bahia, Brasil. Data: 21 de mar. de 2011.

<sup>199</sup> BAHIA-SERGIPE. Auditoria da 6ª Região Militar (Justiça Militar). *Inquérito Policial Militar (IPM) Nº 14/64*. Autor: Justiça Militar. Indiciado: Dr. Erikson Orlando de Carvalho Lins. Local: Salvador, Bahia, Brasil. Data: 29 de abril de 1964. Arquivo do Fórum Municipal de Esplanada. Setor: Crime. Documento composto por 114 páginas. p. 90.

<sup>200</sup> Os deputados eleitos do PSP por ordem de votação foram: Edvaldo Valois Coutinho (4.696), Ênio Mendes de Carvalho (4.690), Francisco Moitinho Dourado (4.606) e Durval Gama Sobrinho (4.457). BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Op.cit., 1964. vol 6. p. 145.

<sup>201</sup> BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Op.cit., 1961. vol 4. p. 166.

<sup>202</sup> BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Op.cit., 1964. vol 6. p. 141.

Esplanada com apoio dos udenistas, Antonio Carlos Magalhães (UDN) e Manoel Novaes (PR) se reelegeram. Antonio Carlos foi o mais votado da UDN baiana com 19.617 sufrágios e Manoel Novaes o mais votado do PR e um dos mais votados no estado com 37.519 votos.<sup>203</sup> O candidato a deputado federal Hélio Victor Ramos (PSD), apoiado por Dr. Neno e Ênio Mendes em Esplanada, reelegeu-se com uma votação expressiva de 21.586 sufrágios.<sup>204</sup> Já na disputa ao senado federal, com o total de 1.132.459 votos nominais, 599.252 brancos e 40.165 nulos, elegeram-se Antonio Balbino (PST-PTN-PSD-PSP), com 368.325 votos, e Josaphat Marinho (PST-PSD-PTN-MTR-PSP), com 281.208 sufrágios, enquanto o candidato Dantas Júnior (UDN-PR) obteve a votação de 243.998 e Lima Teixeira (PTB-PR) computou 238.898 votos.<sup>205</sup>

Nas disputas para o cargo de governador, com uma votação que computou 767.779 votos nominais, 83.362 votos em branco e 35.022 votos nulos o resultado final ficou assim firmado: o candidato Lomanto Júnior (PTB-UDN-PST-PR) conquistou a eleição com 396.051 sufrágios, em segundo lugar ficou o candidato Waldir Pires (PSD-PDC-PTN-PSP) com 352.428 votos, e em terceiro Aristóteles Góes (MTR) com 19.300 votos. Na disputa para vice-governador, com uma votação dividida em 608.874 votos nominais, 257.515 votos em branco e 35.022 votos nulos o resultado computou os seguintes números: na chapa de Waldir Pires, o político Orlando Moscoso (PSD-PDC-PTN-PSP-PST) reelegeu-se com 307.747 votos, enquanto o candidato aliado a Lomanto Júnior, Rocha Pires (PTB-PR) obteve 301.107 sufrágios.<sup>206</sup> Apesar de não dispormos da votação específica de governador em Esplanada, sabe-se que o candidato Waldir Pires teve maior votação do que os outros candidatos na zona do Litoral Norte, região onde estava inserida a cidade de Esplanada. Waldir Pires também teve vantagem na capital do estado, na região do Recôncavo e em grandes cidades baianas com exceção de Jequié, onde Lomanto Júnior foi prefeito.<sup>207</sup>

O quadro que se segue nos permite ter uma melhor visão dos resultados das eleições de 1962 na Bahia pensando a lógica dos embates entre oposição e situação na cidade de Esplanada.

---

<sup>203</sup> Ibidem, p. 138.

<sup>204</sup> Ibidem, p. 137.

<sup>205</sup> Ibidem, p. 75.

<sup>206</sup> BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Op.cit., 1973. vol 7. p. 75.

<sup>207</sup> CARVALHO NETO, Joviniano Soares de. Bahia – As eleições na ditadura militar. In: ZACHARIADHES. Op.cit., 2014. p. 272.

## Quadro 02.

Configuração Política da Situação e da Oposição em Esplanada com o pleito de 1962.

CARGOS	SITUAÇÃO	OPOSIÇÃO
<b>Prefeito</b>	DR. Neno (PSP)	-
<b>Vereadores</b>	Asdrúbal Machado de Oliveira (PSP) José Hermano Lins Batista (PSP) Kleber de Carvalho Batista (PSP) Luiz Quintella (PSP)	Desdêmona Penalva (UDN) Helvécio Cavalcanti (UDN) José Moreira de Souza (UDN) Pedro José de Oliveira (UDN)
<b>Governador</b>	-	Lomanto. Jr (PTB)
<b>Vice – Governador</b>	Orlando Moscoso (PSD)	-
<b>Deputado estadual</b>	Ênio Mendes de Carvalho (PSP)	Francisco Benjamim (UDN)
<b>Deputado federal</b>	Hélio Ramos (PSD)	Manoel Novaes (PR) Antonio Carlos Magalhães (UDN)
<b>Senadores</b>	Antonio Balbino (PSD) Josaphat Marinho*	-
<b>Presidente</b>	João Goulart (PTB)	-

\*Não declarou partido no mandato

Fonte: Dados do TSE. Atas da Câmara de Vereadores de Esplanada.

Diante desse quadro, podemos sintetizar os resultados da eleição na cidade de Esplanada no aspecto do embate entre oposição e situação da seguinte forma: a situação centrada em torno do PSP com políticos que na década de 1950 estavam no PTB e no início dos anos 1960 no PSD conseguiu o Poder Executivo local e manteve a quarta vitória seguida contra a UDN. Porém, no que concerne à disputa de poder na Câmara de Vereadores as conquistas das cadeiras ficou meio a meio, ou seja, 4 cadeiras para cada lado. No âmbito da disputa para a Assembleia Legislativa da Bahia e a Câmara dos Deputados o resultado foi também favorável aos dois lados. No pleito para o Senado, os membros do PSP levaram a vantagem elegendo os candidatos que apoiaram. Já na perspectiva do governo do Estado, os udenistas levaram a melhor. Assim, o prefeito eleito Dr. Neno estava com uma boa base política no Legislativo local, no Legislativo Estadual e Federal, além de estar aliado ao presidente Jango. Entretanto, a oposição estava articulada no governo estadual e também nos poderes Legislativos do Estado e da Federação. Enfim, podemos arrematar o resultado eleitoral de 1962 em Esplanada como um equilíbrio de forças políticas.

No quadro da Assembleia Legislativa da Bahia, com 857.788 votos válidos e 60 cadeiras em disputa o coeficiente eleitoral computou 14.296 votos. Nessa perspectiva, do ponto de vista partidário a conquista das vagas registrou o seguinte resultado: a coligação Aliança Trabalhista (PTB-PR-PL) elegeu 17 deputados (212.518 votos), UDN 12 (145.427 votos), PSD 10 (122.632 votos), PDC 6 (79.948 votos), PST 5 (64.250 votos), PSP 4 (52.827 votos), PTN 2 (33.034 votos), PRP 2 (32.105 votos), PSB 1 (18,175 votos), MTR 1 (16.022)



votos).<sup>208</sup> Vale frisar que essa estimativa refere-se a inscrição eleitoral dos candidatos. No momento de assumir o mandato a legenda poderia se tornar outra. Observamos isso no caso do deputado estadual Wilson Lins que concorreu pela Aliança Trabalhista, mas seu mandato foi declarado da UDN. Dentre os deputados estaduais baianos eleitos ressalta-se a vitória de candidatos ligados mais diretamente ao projeto nacional-reformista ou mesmo comunista e que apareciam em informes nos jornais baianos como “perigosos” e que sofreram a oposição da Igreja Católica da Bahia. Podemos destacar além do já frisado deputado estadual Ênio Mendes (PSP), o nome do deputado estadual Diógenes Alves (PDC) líder ferroviário que computou 4.630<sup>209</sup> e o deputado estadual Wilton Valença (PSB) líder petroleiro que conquistou 5.803 sufrágios. Destacamos também o suplente de deputado estadual Aristeu Nogueira, secretário geral do Partido Comunista, mas que se candidatou pela legenda do PSB e computou 3.264 votos.<sup>210</sup>

Quanto à disputa para Câmara Federal, com 858.652 votos válidos e 31 cadeiras em disputa, o coeficiente eleitoral ficou em 27.698 votos. Com esse cálculo a distribuição partidária ficou assim disposta: a coligação Aliança Democrática Trabalhista Cristã (PSD-PSP-PDC-PTN-PSB) elegeu 12 deputados (294.458 votos), a coligação Aliança Trabalhista (PTB-PR-PRP) elegeu 10 deputados (236.333 votos), a UDN elegeu 9 (223.742 votos) e o PST não conseguiu fazer nenhum (4.833 votos).<sup>211</sup> Aqui também consta os dados da inscrição eleitoral, sendo que a legenda do candidato poderia mudar na posse. Caso específico foi do deputado Luís Vianna Filho que concorreu pela UDN, mas exerceu o mandato pelo PL. Dentre os deputados federais eleitos, importantes nomes da *direita* baiana se reelegeram. Além do já citado Luís Vianna, e dos deputados federais Manoel Novaes (PR) e Antonio Carlos Magalhães (UDN), conquistou o pleito João Mendes (UDN) líder da ADP.

Vale frisar que candidatos que receberam financiamento de instituições como o IPES e o IBAD se elegeram, além de João Mendes (UDN), conquistaram uma cadeira na Câmara Federal Aluísio Castro (PSD), Oscar Cardoso (UDN), Vasco Filho (UDN) e Régis Pacheco (PSD). Rubem Nogueira (PRP) ficou como primeiro suplente da coligação Aliança Trabalhista.<sup>212</sup> Mas, também se elegeram nomes da *esquerda* e que sofreram forte campanha anticomunista, além do já citado deputado federal Hélio Ramos, conquistaram uma cadeira no Parlamento Federal o membro do Partido Comunista Fernando Santana que saiu candidato

<sup>208</sup> BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Op.cit., 1964. vol 6. pp. 61 e 76.

<sup>209</sup> Ibidem, p. 143.

<sup>210</sup> Ibidem, p. 147.

<sup>211</sup> Ibidem, p. 76.

<sup>212</sup> Ibidem, pp. 37-38-39.

pela legenda do PSD e obteve uma expressiva votação de 20.788 votos e o líder sindical Mario Lima (PSB) com 15.450 votos.<sup>213</sup> Em inúmeras cidades baianas, além de Esplanada, também foram eleitos prefeitos com um caráter de *esquerda* e que sofreram com uma campanha anticomunista a exemplo de Francisco Pinto (PSD) em Feira de Santana, Euclides Neto (PDC) em Ipiaú, Pedral Sampaio (PSD) em Vitória da Conquista, Murilo Cavalcanti (PSD) em Alagoinhas.

Na perspectiva nacional, como pontuou Moniz Bandeira “o nacional-reformismo avantajou-se nas eleições de 1962.” Dentre os partidos, “o PTB, duplicou sua bancada no Congresso, a Frente Parlamentar Nacionalista fortaleceu-se e a luta pelas reformas de base intensificou, associada à campanha para o restabelecimento do presidencialismo”.<sup>214</sup> Mas vale frisar que o PTB baiano desse período seguia uma perspectiva mais conservadora. No que diz respeito ao crescimento do nacional-reformismo no congresso nacional nas eleições de 1962 podemos utilizar como exemplo a eleição de Leonel Brizola (PTB) como deputado federal mais votado pela Guanabara. Brizola tinha encerrado seu mandato de governador do Rio Grande do Sul quando teve projeção nacional na defesa da posse do presidente João Goulart em 1961.<sup>215</sup> Frisa-se que no mesmo estado da Guanabara, o governador baiano Juracy Magalhães, em sua disputa ao Senado pela UDN com apoio do governador Carlos Lacerda (UDN), perdeu o pleito.<sup>216</sup>

Após passar o período eleitoral, com o resultado positivo para o presidente Jango, devido ao êxito de candidatos aliados ao seu governo, já iniciado o ano de 1963 foi realizado o Plebiscito em 6 de janeiro para decidir se o sistema político brasileiro deixaria de ser parlamentarista e retornaria ao presidencialismo, delegando ao presidente plenos poderes que tinha direito. No plebiscito, o coordenador do comitê de campanha em favor do presidencialismo foi Antonio Balbino, eleito senador pelo PSD baiano.<sup>217</sup> Mesmo com toda oposição praticada pela UDN, políticos udenistas baianos se posicionaram favoráveis ao retorno do presidencialismo, como o reeleito deputado federal Antonio Carlos Magalhães,<sup>218</sup> mas isso não quer dizer que empenharam apoio ao *janguismo*.

Na votação do Plebiscito, os eleitores tinham que escolher entre o *Sim* e o *Não*. O *Sim* significava a permanência do parlamentarismo, o *Não* a queda do sistema e o retorno ao presidencialismo. Nacionalmente, no resultado final do Plebiscito, cerca de 9,5 milhões de

<sup>213</sup> Ibidem, p. 137.

<sup>214</sup> BANDEIRA. Op.cit., pp. 186-187.

<sup>215</sup> GOMES; FERREIRA. Op.cit., p. 77.

<sup>216</sup> BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Op.cit., 1964. vol 6. p. 83.

<sup>217</sup> CARVALHO NETO. Op.cit., p. 213.

<sup>218</sup> DANTAS NETO. Op.cit., p. 214.

eleitores, num total de 12 milhões de votantes, decidiram pelo presidencialismo.<sup>219</sup> O *Não* ganhou em todas as unidades da federação. Especificamente na Bahia, com o número de 569.185 votantes, o Plebiscito computou o seguinte resultado: 42.484 eleitores escolheram o *Sim*, ou seja, a manutenção do parlamentarismo, enquanto que 503.662 eleitores escolheram o *Não*. Ainda, 10.575 eleitores votaram em branco, e 12.464 votos foram computados como nulos.<sup>220</sup>

Existia muita expectativa de que João Goulart “com autoridade e poder plenamente restaurado” conseguisse “governar de modo a desanuviar as tensões”.<sup>221</sup> O resultado do Plebiscito e as vitórias alcançadas nas eleições de 1962, em tese, aumentavam “as possibilidades” de Jango “promover um programa de Reformas”.<sup>222</sup> Entretanto, como desafio, o presidente tinha a sua frente um país com uma “situação econômica e financeira” ainda em “absoluto descontrole”.<sup>223</sup> No mês de fevereiro de 1963, a inflação chegou à casa dos 60%.<sup>224</sup> Externamente, as relações com os Estados Unidos estavam bem delicadas, com o Brasil passando “a ser visto com desconfiança pela Casa Branca”.<sup>225</sup>

De todo modo, a palavra de ordem era Reformas. Os grupos opositores queriam Reformas nas estruturas do país, mas cada um ao seu modo. Os setores da *esquerda* esperavam que Goulart inclinasse seu governo para sanar os graves problemas brasileiros com prioridade para os trabalhadores. Já os grupos de *direita*, esperavam atitudes mais drásticas do presidente para a manutenção da ordem capitalista aos moldes internacionais, especificamente americanos. Sob a ótica específica das esquerdas, em janeiro de 1963, formou-se um importante grupo político para fazer pressão ao governo federal no que concerne a “aprovação imediata das Reformas de Base com destaque para a Reforma Agrária”.<sup>226</sup> Esse grupo ficou denominado de Frente de Mobilização Popular (FMP), liderada pelo recém eleito deputado federal Leonel Brizola (PTB). Composto a FMP estavam diversas organizações da *esquerda* brasileira do período, a “União Nacional dos Estudantes (UNE); os operários urbanos, com o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria, o Pacto de Unidade e Ação”, assim como a “Confederação Nacional dos

<sup>219</sup> FAUSTO, Boris. A vida política. In: GOMES, Ângela de Castro (Coord). Olhando para dentro 1930-1964. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz. (Direção). *História do Brasil Nação: 1808-2010*. Vol 4. Rio de Janeiro: Fundação MAPFRE – Objetiva. 2013. p. 13.

<sup>220</sup> BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Op.cit., 1964. vol 6. p. 400.

<sup>221</sup> MOTTA. Op.cit., p. 252.

<sup>222</sup> FIGUEIREDO. Op.cit., p. 87.

<sup>223</sup> FERREIRA, GOMES. Op.cit., p. 143.

<sup>224</sup> AFFONSO, Almino. *1964 na visão do ministro do Trabalho de João Goulart*. SP: Fundap, 2014. p. 332.

<sup>225</sup> FERREIRA; GOMES. Op.cit., p. 139.

<sup>226</sup> *Ibidem*, p. 134.

Trabalhadores nas Empresas de Crédito; os subalternos das Forças Armadas, como sargentos, marinheiros e fuzileiros navais, por meio de suas associações; facções das Ligas Camponesas”; setores “da esquerda revolucionária como a AP (Ação Popular), a Organização Revolucionária Marxista Política Operária (ORM-Polop), o Partido Operário Revolucionário (Trotskista) (POR-T)” e grupos “de extrema esquerda do PCB, bem como políticos do Grupo Compacto do PTB e da Frente Parlamentar Nacionalista.”<sup>227</sup>

Com o anúncio do seu ministério, o presidente Jango já demonstrava que sua estratégia política não era nem pender para as esquerdas, nem para as direitas. Ele buscava um governo de conciliação objetivando manter a estabilidade do sistema político. Segundo Moniz Bandeira, Jango não quis assumir, “em toda plenitude, um mandato popular para as Reformas de Base, e formar um ministério eminentemente de esquerda, a fim de executá-las, com ou contra o Congresso.” O presidente optou por deixar que “a onda passasse evitando a radicalização, para depois retornar, firmemente, o caminho das Reformas”. Assim, organizou “um ministério de centro-esquerda, com alto nível técnico”.<sup>228</sup> Dentre os nomes do Ministério de Jango estavam: San Tiago Dantas - ministro da fazenda, Celso Furtado - ministro do planejamento e Almino Afonso - ministro do trabalho, assim como Darcy Ribeiro Chefe da Casa Civil. Especificamente no que concerne a políticos baianos, duas pastas foram disponibilizadas, a do ministério da indústria e comércio para Antonio Balbino, e de ministro da justiça para João Mangabeira.<sup>229</sup> Vale frisar que desde 1962 um baiano ocupava a presidência da Petrobrás, Francisco Mangabeira.

Ainda no início de 1963 foi anunciado oficialmente à sociedade brasileira a implementação de um Plano de Governo denominado de Plano Trienal e elaborado pelo ministro Celso Furtado ainda no ano de 1962. Conforme Argelina Figueiredo, os objetivos básicos do Plano Trienal eram “combater a inflação sem comprometer o desenvolvimento econômico e, ao mesmo tempo, promover as reformas econômicas institucionais necessárias para manter um desenvolvimento posterior”. Segundo a autora, o Plano foi uma tentativa do governo Jango de estabelecer um consenso “entre grupos comerciais e industriais, por um lado, e trabalhadores, por outro”. O Plano reunia uma junção de “políticas macroeconômicas restritivas com um programa de reformas” que fazia parte de “uma tentativa mais geral de implementar uma estratégia política de centro”. De toda forma, “essa estratégia pretendia

---

<sup>227</sup> FERREIRA, Jorge. *João Goulart: uma biografia*. 4ª edição. RJ: Civilização Brasileira, 2011. p. 547.

<sup>228</sup> BANDEIRA. Op.cit., pp. 205-206.

<sup>229</sup> Informações disponíveis em: [www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/joao-goulart/ministerios](http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/joao-goulart/ministerios) acesso em 15 de janeiro de 2015.

atender as reivindicações internas por reformas e, ao mesmo tempo, obter a aprovação do FMI e ajuda financeira imediata dos Estados Unidos”.<sup>230</sup>

O Plano Governamental foi recebido pelos órgãos de classe e pela sociedade brasileira com críticas e apoios. Do lado das esquerdas, destacou-se a oposição do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) ao que denominou de “política de conciliação”,<sup>231</sup> além da crítica aberta do líder do Partido Comunista Luiz Carlos Prestes, que definiu o Plano “como uma tentativa da burguesia ligada aos interesses internacionais” (...) para garantir a “manutenção dos privilégios do capital imperialista e do setor latifundiário-exportador.”<sup>232</sup> Setores capitalistas aderiram ao Plano de Jango como a Confederação Nacional das Indústrias (CNI), mas com ressalvas, já outros se opuseram a algumas medidas que consideravam “estatizantes”.<sup>233</sup> Entre apoios e oposições, Jango pôs em prática seu polêmico Plano Governamental.

Ao passo que o sistema político brasileiro voltava ao estabelecido pela constituição federal de 1946, ou seja, o presidencialismo, e o presidente Jango reorganizava seu governo, agora com plenos poderes, o mês de abril de 1963 foi o momento das posses dos políticos eleitos no pleito eleitoral de 1962, e assim também ocorreu na cidade de Esplanada, tendo início o governo do prefeito eleito Erikson Orlando de Carvalho Lins, Dr. Neno, que passamos a analisar no capítulo que se segue.

---

<sup>230</sup> FIGUEIREDO. Op.cit., pp. 92-93.

<sup>231</sup> Ibidem, p. 97.

<sup>232</sup> AFFONSO. Op.cit., pp. 329-330.

<sup>233</sup> FIGUEIREDO. Op.cit. pp. 103-104.

## Capítulo II

### O governo do prefeito Dr. Neno e o golpe civil-militar de 1964

#### 1. Posse, composição política e ações administrativas

Na manhã do dia 7 de abril de 1963, um domingo, populares e políticos esplanadenses reuniram-se no salão de audiências da Prefeitura Municipal para assistirem a sessão solene da posse dos oito vereadores eleitos nas eleições de 1962.<sup>234</sup> Como presidente da cerimônia encontrava-se a postos o Dr. Raul Soares Gomes, juiz responsável pela administração do Tribunal do Município. Abrindo a solenidade, o magistrado fez a chamada dos edis e com a resposta positiva de todos, proferiu o termo de posse e diplomação. Em seguida, como mandava a tradição e a lei, foi realizada a eleição da mesa diretora do Poder Legislativo, ficando composta pelos vereadores José Moreira de Souza (UDN) como presidente, José Hermano Lins Baptista (PSP) vice-presidente, Helvécio de Araújo Cavalcanti (UDN) - primeiro secretário e Asdrúbal Machado de Oliveira (PSP) - segundo secretário.<sup>235</sup> A eleição de um candidato da oposição para presidir o Legislativo se deu porque o número de votos entre situação e oposição empataria em 4 a 4, e pelo regimento da casa o candidato mais velho teria o direito de assumir o cargo. Como José Moreira de Souza (UDN) era o mais velho e seria candidato, a votação já ocorreu de forma unânime, computando 8 votos para o mesmo.

Após os atos da escolha da mesa diretora da Câmara, foi convidado ao plenário o então prefeito, em fim de mandato, Dr. João de Carvalho Batista (PSD), que leu a mensagem governamental sendo entusiasticamente aplaudido. Prosseguindo, o Dr. Raul Soares Gomes declarou empossados os membros da mesa diretora e solicitou que o vereador José Moreira de Souza, eleito presidente, terminasse de coordenar o cerimonial. Ao assumir seu posto, o presidente leu uma mensagem do prefeito eleito, Erikson Orlando de Carvalho Lins, Dr. Neno, solicitando que sua posse ocorresse no próximo final de semana.<sup>236</sup> O prefeito tinha pedido adiamento com o intuito de participar da cerimônia de posse do seu amigo Murilo

---

<sup>234</sup> CÂMARA DE VEREADORES DE ESPLANADA (CVE). Ata da Sessão de 07/04/1963 publicada no Livro de Atas Nº 3. Ano de abertura: 1961. Local: Esplanada, Bahia, Brasil. Arquivo da CVE. p. 18.

<sup>235</sup> CÂMARA DE VEREADORES DE ESPLANADA (CVE). Ata da Sessão de 07/04/1963 publicada no Livro de Atas Nº 3. Ano de abertura: 1961. Local: Esplanada, Bahia, Brasil. Arquivo da CVE. pp. 18-19.

<sup>236</sup> CÂMARA DE VEREADORES DE ESPLANADA (CVE). Ata da Sessão de 07/04/1963 publicada no Livro de Atas Nº 3. Ano de abertura: 1961. Local: Esplanada, Bahia, Brasil. Arquivo da CVE. pp. 18-19

Cavalcanti (PSD), prefeito eleito do município de Alagoinhas.<sup>237</sup> Os vereadores acataram o pedido e aprovaram a realização da sua posse em outra sessão. Por fim, com um discurso do presidente José Moreira de Souza, foi encerrada a sessão com efetiva instauração da nova legislatura.<sup>238</sup>

Uma semana depois da posse dos vereadores, 14 de abril, Esplanada se preparou para receber a oficialização do mandato do seu novo prefeito. Os festejos de posse foram iniciados pela manhã com uma missa realizada pelo frei Maurício de Mercatello no convento dos Frades Capuchinhos. O ato religioso foi pago pelos próprios políticos,<sup>239</sup> e representou um sinal de paz após as desgastantes disputas eleitorais do ano anterior que tinham envolvido a Igreja Católica e seu alinhamento ao anticomunismo.

Na parte da tarde, reunidos na Prefeitura Municipal, os vereadores, populares e políticos da região assistiram a posse oficial do prefeito. A sessão foi iniciada pelo presidente da Câmara em exercício, o vereador José Hermano Lins Baptista. Acompanhado pelos vereadores Luiz Carlos Quintella e Desdêmona Penalva, escolhidos como secretários da cerimônia, o novo prefeito de Esplanada foi direcionado ao salão de audiências da prefeitura juntamente com sua esposa Eleonor Carvalho Lins, popularmente conhecida como dona Norinha. Ao adentrarem no plenário foram recebidos com uma salva de palmas pelos espectadores, recebendo mais uma vez os cumprimentos pelo êxito eleitoral.<sup>240</sup>

Após o prefeito prestar os juramentos convencionais para a posse do cargo, ocorreu uma série de discursos, dentre eles o do prefeito eleito de Alagoinhas, Murilo Cavalcanti (PSD), o do deputado estadual Ênio Mendes de Carvalho (PSP), o do ex-prefeito de Esplanada Dr. Orlando Lins Baptista (PTB) pai de Dr. Neno, e o do Dr. Oscar Mendes de Carvalho, pai de Ênio Mendes e da esposa de Dr. Neno. Por fim, o novo prefeito proferiu seu discurso na tribuna do plenário. Aclamado com fortes e entusiásticos aplausos, falou que a cidade necessitava de medidas urgentes em diversos aspectos e solicitou que seu mandato

---

<sup>237</sup> Entrevista concedida pelo Senhor *Erikson Orlando de Carvalho (Dr. Neno)* ao pesquisador Thiago Machado de Lima. Local: Salvador, Bahia, Brasil. Data: 18 de mar. de 2014.

<sup>238</sup> CÂMARA DE VEREADORES DE ESPLANADA (CVE). Ata da Sessão de 07/04/1963 publicada no Livro de Atas N° 3. Ano de abertura: 1961. Local: Esplanada, Bahia, Brasil. Arquivo da CVE. p. 18.

<sup>239</sup> MERCATELLO, Frei Maurício de. Declaração de realização de missa - 12/04/1964. In: BAHIA-SERGIPE, Auditoria da 6ª Região Militar (Justiça Militar). *Inquérito Policial Militar (IPM) N° 14/64*. Autor: Justiça Militar. Indiciado: Dr. Erikson Orlando de Carvalho Lins. Local: Salvador, Bahia, Brasil. Data: 29 de abril de 1964. Arquivo do Fórum Municipal de Esplanada. Setor: Crime. Documento composto por 114 páginas. p. 67.

<sup>240</sup> CÂMARA DE VEREADORES DE ESPLANADA (CVE). Ata da Sessão de 14/04/1963 publicada no Livro de Atas N° 3. Ano de abertura: 1961. Local: Esplanada, Bahia, Brasil. Arquivo da CVE. pp. 19-20.

recebesse a cooperação de todos para que os problemas esplanadenses fossem sanados. Com o fim do discurso do novo chefe do Executivo de Esplanada a cerimônia foi encerrada.<sup>241</sup>

Dr. Neno tinha à disposição do seu mandato uma composição política amplamente articulada na realidade local e nos cenários estadual e federal. Essa situação possibilitou que, no âmbito político, ele tivesse uma margem de aceitação muito favorável às realizações pretendidas no seu governo. Dentro do Poder Legislativo local, dos quatro vereadores de oposição eleitos nas eleições de 1962, apenas a udenista Desdêmona Penalva atuou de forma contrária à maioria dos atos administrativos do Executivo. O próprio presidente da Câmara, José Moreira de Souza (UDN), não praticou uma oposição cerrada ao prefeito. Nessa perspectiva, podemos inferir que a base de apoio do prefeito no Legislativo Municipal configurava na maioria, situação que lhe dava certa margem de sucesso em votações de projetos de lei e resoluções.

Na política estadual e federal, o prefeito contava com seus deputados aliados que também conquistaram êxito nas eleições de 1962, o deputado estadual Ênio Mendes de Carvalho (PSP), e o deputado federal Hélio Victor Ramos (PSD). Todo esse grupo, de uma forma ou de outra, estava centrado em torno do governo João Goulart (PTB). O leque das ligações políticas de Dr. Neno no cenário federal, ainda estava composto pelo candidato derrotado nas eleições para governo do estado da Bahia em 1962, Waldir Pires (PSD). Apesar da derrota eleitoral, que não contou com o apoio de Jango por conta de acordos de coligações, Waldir Pires foi indicado pelo próprio presidente para assumir o cargo de consultor geral da república no início do seu governo presidencialista, nomeação reverenciada pela Câmara de Vereadores de Esplanada na sessão do dia 14 de maio de 1963, quando o vereador Luiz Carlos Quintella (PSP) propôs a votação de uma resolução solicitando o envio de uma “moção de congratulação ao presidente da república” pela incorporação do baiano pessedista ao seu governo.<sup>242</sup>

Do lado das oposições, Dr. Neno não estava sintonizado com o governador Lomanto Júnior (PTB), mesmo este se declarando aliado do presidente da república. Em seu discurso de posse, em 7 de abril de 1963 no Fórum Ruy Barbosa, em Salvador, Lomanto empenhou seu apoio ao Presidente Jango sustentando “a necessidade das Reformas estruturais” e reconhecendo os propósitos do Plano Trienal como “esforços patrióticos” do presidente “para solver as graves questões do momento”. O governador ainda frisou o papel das ações da

---

<sup>241</sup> CÂMARA DE VEREADORES DE ESPLANADA (CVE). Ata da Sessão de 14/04/1963 publicada no Livro de Atas N° 3. Ano de abertura: 1961. Local: Esplanada, Bahia, Brasil. Arquivo da CVE. p. 20.

<sup>242</sup> CÂMARA DE VEREADORES DE ESPLANADA (CVE). Ata da Sessão de 17/05/1963 publicada no Livro de Ata N° 3. Ano de Abertura: 1961. Local: Esplanada, Bahia, Brasil. Arquivo da CVE. p. 24.



Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) no governo Jango, como forma de “redenção dos pecados, das falhas e omissões que no passado cometeu o governo federal” em relação à Bahia.<sup>243</sup> Evidentemente que Lomanto tinha na sua base política no estado a UDN, situação, como pontuou Muniz Ferreira, que lhe “demandava o empreendimento de uma apreciável obra de engenharia política”, (...) pois tinha que atuar “como um algodão entre os cristais, amortecendo os atritos entre os Magalhães e Jango, o lacerdismo e o trabalhismo, a UDN e o PTB”.<sup>244</sup> A base udenista do governo Lomanto impactava diretamente na lógica de Esplanada, não podendo o prefeito Dr. Neno estar do lado do governador. O deputado estadual udenista Francisco Benjamim, base de Lomanto, fazia oposição cerrada ao líder político do prefeito de Esplanada, o deputado estadual Ênio Mendes. Chico Benjamim, como era popularmente conhecido, buscava enfraquecer as bases do deputado Ênio Mendes em Esplanada e nas cidades vizinhas que compunham o Litoral Norte baiano. O deputado udenista se alinhava diretamente ao ex-governador Juracy Magalhães (UDN) e ao deputado federal Antonio Carlos Magalhães, um dos próceres da oposição ao governo Jango no Congresso Nacional e que tinha se tornado presidente da secção baiana da UDN.

Na gestão de Dr. Neno suas ações buscaram sanar alguns dos problemas básicos da cidade de Esplanada e que tinham entrado no debate na campanha eleitoral de 1962. Nos primeiros meses do seu mandato o prefeito realizou uma viagem para Brasília em comitiva com seu líder, o deputado estadual Ênio Mendes com o intuito de manter os contatos políticos e conseguir algumas realizações. Na capital da República, manteve conversas com o deputado federal Hélio Ramos e com o consultor geral da república Waldir Pires.<sup>245</sup> Como saldo da viagem, Dr. Neno conseguiu, através do ministério da saúde, a doação de uma ambulância para atender à população carente da cidade.<sup>246</sup> Ainda em relação à saúde esplanadense, em seu governo, o prefeito Dr. Neno manteve um auxílio financeiro ao Hospital São Francisco e São Vicente, pertencente à Ordem dos Frades Capuchinhos.<sup>247</sup> O prefeito ainda destinava verbas

<sup>243</sup> ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA BAHIA (ALBA). Ata da Sessão de 7/04/1963 publicada no Diário da Assembléia em 16/04/1963. Local: Salvador, Bahia, Brasil. Arquivo da ALBA. pp. 31-32.

<sup>244</sup> FERREIRA, Muniz. O Golpe de Estado de 1964 na Bahia. Revista Observa Bahia, 2003. pp. 2-3. Disponível em: [http://www.fundaj.gov.br/images/stories/observanordeste/observabahia\\_02.pdf](http://www.fundaj.gov.br/images/stories/observanordeste/observabahia_02.pdf) Acesso em: 15 de abril de 2015.

<sup>245</sup> Entrevista concedida pelo Senhor *Erikson Orlando de Carvalho (Dr. Neno)* ao pesquisador Thiago Machado de Lima. Local: Salvador, Bahia, Brasil. Data: 18 de mar. 2014.

<sup>246</sup> CÂMARA DE VEREADORES DE ESPLANADA-BA. Livro de Leis Nº 2. Ano de abertura: 1955. Local: Esplanada, Bahia, Brasil. Arquivo da CVE. p. 79.

<sup>247</sup> CÂMARA DE VEREADORES DE ESPLANADA (CVE). Livro de Leis Nº 2. Ano de abertura: 1955. Local: Esplanada, Bahia, Brasil. Arquivo da CVE. p. 77.

municipais para o Hospital Aristides Maltez na capital baiana, afinal, muitos doentes de Esplanada eram direcionados para essa Instituição.<sup>248</sup>

No que se refere ao abastecimento de água em Esplanada, Dr. Neno destinou verbas para efetuar o pagamento de carros de água para prédios públicos como o matadouro local, cadeia pública e deu início a construção de uma caixa d'água no centro da cidade com capacidade para amenizar as demandas esplanadenses.<sup>249</sup> Entretanto, não identificamos nenhuma ação mais efetiva do prefeito para sanar de vez o problema que assolava a localidade. O governo Dr. Neno ainda mantinha auxílios a entidades educacionais e cumpria com o repasse da verba para o Ginásio de Esplanada (CNERG), assim como mantinha assistências na formatura de alunos carentes da cidade, e também propiciou a implantação de pisos e construção de novas salas de aula.<sup>250</sup> O prefeito ainda deu início ao calçamento da avenida J.J. Seabra, principal da cidade no período, e também a estruturação da Praça da Matriz.<sup>251</sup>

No aspecto do tratamento da prefeitura com os trabalhadores locais, em 1963 Dr. Neno traçou uma política de valorização salarial dos servidores municipais e com apoio da sua base aliada na Câmara de Vereadores conseguiu aprovar o Projeto de Lei nº 88 que garantiu um aumento de 50% nos salários de todos os servidores.<sup>252</sup> Entretanto, em seu governo, não se tem registro de uma política econômica com o intuito de atrair investimentos para a cidade objetivando a geração de empregos que não estivessem associados diretamente ao poder público.

As boas relações políticas do prefeito no cenário estadual e federal, permitiram que em fosse articulada a estruturação do serviço de energia elétrica em Esplanada e região, antiga demanda da cidade e que também tinha sido tema da campanha eleitoral. As articulações políticas do prefeito com o deputado Ênio Mendes permitiram que ele conseguisse que a CHESF fosse se instalar nas terras esplanadenses para construir o sistema de eletrificação para toda a região, contemplando cidades como Entre Rios, Acajutiba e Conde. Como contra

<sup>248</sup> CÂMARA DE VEREADORES DE ESPLANADA (CVE). Livro de Leis Nº 2. Ano de abertura: 1955. Local: Esplanada, Bahia, Brasil. Arquivo da CVE. p. 77.

<sup>249</sup> BAHIA-SERGIPE. Auditoria da 6ª Região Militar (Justiça Militar). *Inquérito Policial Militar (IPM) Nº 14/64*. Autor: Justiça Militar. Indiciado: Dr. Erikson Orlando de Carvalho Lins. Local: Salvador, Bahia, Brasil. Data: 29 de abril de 1964. Arquivo do Fórum Municipal de Esplanada. Setor: Crime. Documento composto por 114 páginas. p. 30.

<sup>250</sup> CÂMARA DE VEREADORES DE ESPLANADA (CVE). Livro de Leis Nº 2. Ano de abertura: 1955. Local: Esplanada, Bahia, Brasil. Arquivo da CVE. pp. 79-80.

<sup>251</sup> Entrevista concedida pelo Senhor *Erikson Orlando de Carvalho (Dr. Neno)* ao pesquisador Thiago Machado de Lima. Local: Salvador, Bahia, Brasil. Data: 18 de mar. de 2014.

<sup>252</sup> CÂMARA DE VEREADORES DE ESPLANADA (CVE). Lei nº 85 publicada no Livro de Leis Nº 2. Ano de abertura: 1955. Local: Esplanada, Bahia, Brasil. Arquivo da CVE. p. 70.

partida à instalação da CHESF, o Prefeito doou um terreno de 22.500 metros quadrados com parecer favorável do Poder Legislativo, para construção de uma Estação Abaixadora.<sup>253</sup>

De forma geral, Dr. Neno, em curto espaço de tempo, fez realizações importantes para Esplanada: interveio na questão da água, da saúde, da educação, do abastecimento de energia elétrica e na valorização do salário dos servidores municipais. Mas, para além dessas ações, o que caracterizou de forma emblemática o mandato do prefeito esplanadense foi o que podemos denominar de *Política de Distribuição de Terrenos*. Apesar das suas limitações, o empreendimento se encontrava em estreita conexão com os principais debates nacionais acerca da Reforma Agrária e Urbana colocada em pauta por organizações de esquerda e pelo governo do presidente João Goulart.

No mês de março de 1963, o presidente Jango, em sua mensagem encaminhada ao Congresso Nacional, levou à pauta a proposta de Reforma Agrária, Reforma esta que também fazia parte das medidas contidas no Plano Trienal. Conforme Argelina Figueiredo, a proposta do Presidente almejava “a aprovação de uma emenda constitucional” alterando “o parágrafo 16 do artigo 146 da constituição, que exigia pagamento prévio, em dinheiro, para a desapropriação de terras, e, também, a regulamentação do artigo 147” que antevia “as desapropriações de acordo com o interesse social.” O presidente “justificava o seu pedido alegando que o pagamento prévio em dinheiro exigiria recursos tão grandes que tornaria praticamente impossível qualquer Reforma Agrária significativa”.<sup>254</sup>

A emenda que mudaria a Constituição foi elaborada pelo deputado federal petebista Bocaiúva Cunha. Antes de ir para o plenário, o projeto da emenda tinha que ser submetido a uma Comissão Parlamentar. Além da mudança constitucional, na proposta do PTB as desapropriações de terras também teriam que ser estendidas para as áreas urbanas.<sup>255</sup> As adesões e oposições ao projeto de emenda constitucional foram diversas. No que concerne à Igreja Católica, a Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), divulgou uma declaração em 30 de abril de 1963 pela qual se opunha ao que denominavam de soluções marxistas para a realidade nacional, mas afirmavam defender as Reformas de Base, inclusive a Agrária. Entretanto, diferente da CNBB, outros membros da Igreja Católica seguiram um posicionamento distinto. Na Bahia, o Cardeal da Silva, Arcebispo Primaz do Brasil, declarou-se “contrário à indenização da terra desapropriada de títulos da dívida pública”.<sup>256</sup>

---

<sup>253</sup> CÂMARA DE VEREADORES DE ESPLANADA (CVE). Lei nº 85 publicada no Livro de Leis nº 2. Ano de abertura: 1955. Local: Esplanada, Bahia, Brasil. Arquivo da CVE. p. 70.

<sup>254</sup> FIGUEIREDO. Op.cit., p. 114.

<sup>255</sup> Ibidem, pp. 116-117.

<sup>256</sup> ARAÚJO. Op.cit., pp. 81-82.

Os maiores opositoristas da proposta, membros da base aliada do presidente no Congresso Nacional, foram os parlamentares da ala conservadora do PSD. No lado da oposição, a UDN também buscou travar a proposta. Mas a Reforma não se faria apenas com a mudança da Constituição no que concerne o aspecto dos pagamentos das desapropriações. Outras ações ficariam a cargo da Superintendência de Política Agrária (SUPRA) que tinha como objetivo além de coordenar a própria Reforma Agrária, efetuar “medidas complementares de assistência técnica, financeira, educacional e sanitária”.<sup>257</sup> Além disso, o governo Goulart também investiu na aprovação do Estatuto do Trabalhador Rural, que foi aprovado no mês de 1963 no Congresso Nacional. O Estatuto contemplou os trabalhadores rurais com direitos que os trabalhadores urbanos tinham conquistado desde os anos 1930, como “carteira de trabalho assinada, salário mínimo, repouso semanal, férias remunerada, entre outros benefícios”. Com essa legislação, também estavam legitimadas “as organizações sindicais rurais, inclusive federações e confederações”.<sup>258</sup>

A *Política de Distribuição de Terrenos* posta em prática pela Prefeitura de Esplanada, apesar de não representar uma reforma estrutural com subversão da lógica fundiária e urbana na cidade, estava em sintonia com esses debates. A atitude do prefeito em reformar os cenários locais, fez com que seu mandato se tornasse mais popular, ao passo que também foi direcionado para caminhos desastrosos.

## 2. A Política de Distribuição de Terrenos

Nos primeiros meses do seu mandato, Dr. Neno passou a defender que populares despossuídos de terras ocupassem ou requeressem áreas devolutas na cidade de Esplanada, assim como quem estivesse já há algum tempo em terras não legalizadas solicitasse o título à Prefeitura que esta prontamente providenciaria. O alarde da notícia foi enorme, gerando um grande reboliço entre a população. Na medida em que o prefeito aumentava seu capital político entre aqueles que não possuíam propriedades ou que já tinham ocupado, sua imagem começou a degradingolar entre proprietários, pois apesar do prefeito tratar de terras devolutas, o medo de desapropriações, algo comum no repertório da época no Brasil e no imaginário anticomunista, passou a bater nas portas e cancelas de alguns esplanadenses. Vale ressaltar que a política de distribuição de terrenos tinha o respaldo do deputado estadual Ênio Mendes,

---

<sup>257</sup> GRZYNSZPAN, Mário. O período Jango e a questão agrária: luta política e afirmação de novos atores. In: FERREIRA, Marieta de Moraes. Op.cit., 2006. p. 68.

<sup>258</sup> FERREIRA; GOMES. Op.cit., pp. 161-162.

que constantemente visitava a cidade de Esplanada e região, se hospedando na casa do prefeito, afinal era seu cunhado e lá também residia o próprio pai do parlamentar.<sup>259</sup>

O Sr. Odair Silva (1909-2014), que era conhecido como *Seu. Daíca*, morador antigo da cidade e ex-carcereiro, no auge dos seus 93 anos de idade relembrou os momentos do processo de distribuição de terras pela Prefeitura de Esplanada da seguinte maneira:

O caso era o movimento de terreno, que ia se tomando o terreno do povo pra dar aos trabalhadores. O povo trabalhador estava todo com ele [Dr. Neno] por causa desse motivo. Que dizia que ia ter os terrenos, ia ser tomadas as fazendas pra dar ao povo trabalhador de roça. Quem tinha os terrenos fracos a Prefeitura começou a dar, o Prefeito começou a dar. Tem um terreno até que tinha a escritura, que era de meu avô e foi dado 'pro' povo. [...] o que diziam era o seguinte, "que iam tomar os terrenos dos outros". E aí a influência era essa. Ah... "iam ser tomadas as fazendas e ser entregue ao povo". Isso não podia acontecer nem nunca aconteceu lá na Rússia, né?<sup>260</sup>

A fala do depoente, ao mesmo tempo em que sugere o apoio de trabalhadores ao governo de Dr. Neno por conta das suas ações em defesa da ocupação de terras, nos passa a ideia que o processo ocorria de forma aleatória e fugia do controle da própria Prefeitura. *Seu Daíca* demonstrou que até quem tinha escritura da propriedade teve terras doadas, isso por ter presenciado uma experiência dentro da sua própria família, no caso, seu avô. Esses fatos contribuíam para acionar um rol de críticas ao governo municipal de Esplanada assim como conflitos na cidade, permeando também com a associação ao imaginário anticomunista. *Seu Daíca* afirmou que os boatos que corriam em Esplanada eram de desapropriação de terrenos, e esse fato era associado à Rússia. Na visão do depoente, esses atos nunca aconteceram naquele país, entretanto, a sua referência nos permite ter uma dimensão do quanto o imaginário negativo sobre a União Soviética reverberava também em Esplanada, ainda mais na década de 1960, período crítico da Guerra Fria.

No que diz respeito aos debates sobre a Reforma Agrária, os opositores anticomunistas se empenhavam em espalhar o medo pelo país à medida que o governo João Goulart e sua base aliada demonstravam total empenho em realizá-la de forma considerada radical. Nessa perspectiva, qualquer atitude de políticos que estivesse sintonizada com algum processo de distribuição e ocupação de terras era relacionada à Reforma Agrária. Exemplo disso foi a atuação da Ação Democrática Parlamentar (ADEP), órgão presidido pelo deputado

<sup>259</sup> BAHIA-SERGIPE. Auditoria da 6ª Região Militar (Justiça Militar). *Inquérito Policial Militar (IPM) Nº 14/64*. Autor: Justiça Militar. Indiciado: Dr. Erikson Orlando de Carvalho Lins. Local: Salvador, Bahia, Brasil. Data: 29 de abril de 1964. Arquivo do Fórum Municipal de Esplanada. Setor: Crime. Documento composto por 114 páginas. p. 12.

<sup>260</sup> Entrevista concedida pelo Senhor *Odair Antônio da Silva (Seu Daíca)* ao pesquisador Thiago Machado de Lima. Local: Esplanada, Bahia, Brasil. Data: 23 de abr. de 2012.

federal baiano João Mendes (UDN), que tinha vinculações com o IBAD, que por sua vez, patrocinava “várias publicações sobre a Reforma, de cunho nitidamente reacionário”.<sup>261</sup> Outro exemplo foi a ação do deputado federal da ala conservadora do PSD Armando Falcão (Ceará) que toda semana, via cadeia de rádios, emanava discursos para o interior do País dirigindo perguntas aos ouvintes do tipo: “Foi para tomar suas terras que você elegeu o deputado de sua região?” e completava: “Defendam sua liberdade e suas terras”.<sup>262</sup>

Assim como o prefeito de Esplanada, outros políticos baianos buscaram intervir nos quadros fundiários das suas cidades ainda nos primeiros meses de 1963. Em Ipiaú, cidade localizada na região cacauzeira da Bahia, conforme estudo de Albione Souza Lima, o prefeito Euclides Neto (PDC), em seus primeiros atos governamentais, desapropriou uma área rural de aproximadamente 158 hectares e a partilhou entre trabalhadores rurais. A área ocupada pelos trabalhadores acabou nomeada de “fazenda povo”.<sup>263</sup> Na cidade de UNA, localizada no sul da Bahia, segundo Soane Cristino Almeida dos Santos, o prefeito Libberalino Souto (PDC), também teve ações que configuravam divisão de terras, com a desapropriação de 56 lotes em um distrito da zona rural da localidade, visando a distribuição para trabalhadores “comprovadamente pobres”.<sup>264</sup>

Além de ações de prefeitos desapropriando e/ou distribuindo terras na Bahia, à medida que os debates sobre a Reforma Agrária se intensificavam em todo o País, as ocupações de terras também ganhavam fôlego. Em terras baianas, ainda em meados de 1963, não existia uma sucursal da Superintendência de Política Agrária (SUPRA). O órgão responsável pela ordenação de uma Política Agrária no Estado era o Departamento de Terras. O diretor do departamento, Leonardo Marques, em entrevista realizada ao jornal *A Tarde*, afirmava que os números de denúncias de “invasões de propriedades particulares” que o DT estava recebendo eram imensos e associava a situação de forma preconceituosa atribuindo ao nível cultural do trabalhador rural que estava desprevenido para com a “influência dos agitadores”.<sup>265</sup>

O governador baiano Lomanto Júnior seguia sua política agrária para o estado através do Departamento de Terras juntamente com a secretaria de agricultura que tinha como secretário o deputado Medeiros Neto. O governador determinava a venda de terras devolutas

---

<sup>261</sup> BENEVIDES. Op.cit., p. 191.

<sup>262</sup> BANDEIRA. Op.cit., p. 218.

<sup>263</sup> LIMA, Op.cit., p.37.

<sup>264</sup> SANTOS. Op.cit., p. 42.

<sup>265</sup> Jornal *A Tarde*, 4 de jul. de 1963. p. 1.

estaduais a preços baixos para trabalhadores rurais que desejassem.<sup>266</sup> Entretanto, essa política não ficava isenta de denúncias. O deputado estadual Sebastião Nery (MTR), propalava que o Estado vendia terras devolutas a preços baixos para fazendeiros ricos.<sup>267</sup> Até meados de 1963 o governador Lomanto Júnior não defendia abertamente nenhuma ideia de Reforma Agrária da forma que estava posta pelo governo João Goulart e seus aliados da *esquerda*. Lomanto Júnior, conforme Antonio Guimarães, para buscar manter a confiança de setores conservadores baianos em seu governo, delimitava “com precisão o alcance que” deveria ter as “Reformas de cunho popular, como a Reforma Agrária”. Sob essa perspectiva, o governador baiano tratava de deixar bem claro para a *direita* que a sua Reforma Agrária estaria fincada em dois pontos: “a resolução do problema de abastecimento das cidades e a modernização e o avanço da agricultura de mercado interno”.<sup>268</sup>

No que concerne aos debates do projeto da Reforma levado ao Congresso Nacional, no mês de maio de 1963 a proposta de emenda elaborada pelo deputado petebista Bocaiúva Cunha foi derrotada no Congresso.<sup>269</sup> O PSD cedeu com relação às indenizações em dinheiro, entretanto aceitava apenas que o “latifúndio improdutivo” fosse “objeto de desapropriação” e não uma Reforma ampla. Esse posicionamento representava dentro do partido a hegemonia da ala conservadora pessedista em relação a “ala moça”.<sup>270</sup> Já a UDN, reunida em Convenção Nacional, tomou como referência também a decisão da ala conservadora que se sobrepôs a denominada “bossa Nova”. Os udenistas conservadores seguiam o governador da Guanabara Carlos Lacerda que “lançara o *Slogan*: A constituição é intocável”.<sup>271</sup>

O tema da Reforma Agrária não saiu da pauta com a derrota do governo. A própria UDN resolveu reabrir a discussão e apresentou seu projeto elaborado pelo udenista Milton Campos, que “previa a desapropriação por interesse social de bens rurais inexplorados e sem benfeitorias por mais de dez anos”. Respeitando os preceitos da constituição, “o proprietário seria indenizado em dinheiro, mas pelo valor declarado na tributação, o que significava um montante sempre bem inferior ao valor de mercado da propriedade”.<sup>272</sup> O PTB e o PSD, apesar de não entrarem em acordo sobre a Reforma, acabaram se unindo para derrotar a proposta da UDN.<sup>273</sup>

<sup>266</sup> Jornal *A Tarde*, 4 de jul. de 1963. p. 1.

<sup>267</sup> Jornal *A Tarde*, 9 de jul. de 1962. p. 3.

<sup>268</sup> GUIMARÃES. Op.cit., p. 140.

<sup>269</sup> FERREIRA; GOMES. Op.cit., p. 167.

<sup>270</sup> HIPOLITO. Op.cit., p. 275.

<sup>271</sup> BENEVIDES. Op.cit., p. 191.

<sup>272</sup> FERREIRA; GOMES. Op.cit., p. 167.

<sup>273</sup> Jornal *A Tarde*, 25 de jul. de 1963. p. 1.

O problema era que a discussão da Reforma Agrária se estendia por longos meses, e os embates pela aprovação da emenda constitucional inutilizavam “a discussão das outras Reformas”.<sup>274</sup> Além desse aspecto, ainda no primeiro semestre de 1963, o Plano Trienal, apresentado como esperança para equilibrar as finanças do País e garantir seu desenvolvimento, fracassara. Com forte oposição de diferentes grupos sociais, o presidente João Goulart se viu forçado a abandonar seu plano de governo, o que lhe fez centrar fogo nas Reformas e o foco recaiu sobre a Reforma Agrária. Com os impasses no Congresso Nacional envolvendo a base aliada e a oposição, o presidente se utilizou de um artifício para buscar uma margem de articulação política no Legislativo. No mês de julho realizou uma reforma ministerial, dando mais espaço dentro do governo para o PSD.<sup>275</sup>

Conforme Lucia Hippolito, a participação do PSD nos ministérios do governo Jango servia como um “sinal de garantia para as áreas mais conservadoras” de que a situação seguiria sem radicalização.<sup>276</sup> Nessa reforma ministerial de Jango, políticos baianos perderam espaço. O senador Antônio Balbino (PSD) saiu do ministério da indústria e do comércio, o líder do PSB, João Mangabeira, saiu do ministério da justiça e o petebista Hermes Lima saiu do ministério das relações exteriores. Entretanto, um baiano foi nomeado para a pasta de Minas e Energia, o deputado federal Oliveira Brito, justamente do PSD.<sup>277</sup> Em meio a reforma dos ministérios em julho de 1963, os comandos militares também foram modificados. O próprio ministério da guerra comandado pelo general Amaury Kruehl passou para as mãos do general Jair Dantas Ribeiro. O comando do 4º Exército com sede em Pernambuco, ao qual a Bahia como 6ª Região Militar estava vinculada, saiu das mãos do general Humberto de Alencar Castelo Branco que foi nomeado chefe do Estado Maior do Exército, e passou para o general Justino Alves.<sup>278</sup> Na Bahia, o comando da 6ª Região Militar permaneceu sob a direção do general Rafael Souza.

Mas, se no Congresso Nacional as disputas entre os projetos políticos não deixavam espaços para acordo, nas ruas do país as mobilizações para pressionar tanto os congressistas quanto o presidente se ampliavam. Em agosto de 1963 foi organizado pelo Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) um grandioso comício na Guanabara em homenagem ao aniversário de morte do ex-presidente Getúlio Vargas. O comício também contava com apoio de

---

<sup>274</sup> HIPOLITO. Op.cit., p. 271.

<sup>275</sup> FERREIRA; GOMES. Op.cit., p. 168.

<sup>276</sup> HIPOLITO. Op.cit., p. 282.

<sup>277</sup> Informações disponíveis em: [www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/joao-goulart/ministerios](http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/joao-goulart/ministerios) Acesso em 15 de janeiro de 2015.

<sup>278</sup> KORNIS, Mônica. *Humberto de Alencar Castelo Branco*. Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. (Versão Online). Disponível em <http://www.fgv.br/cpd/doc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx> Acesso em 8 de abril de 2015.



lideranças da Frente de Mobilização Popular (FMP). O presidente Jango foi convidado de honra do evento que aconteceria no dia 23 do referido mês. As especulações que corriam na imprensa eram se o presidente iria comparecer ou não ao comício, visto que, nunca um presidente da república tinha participado de um evento desta natureza. Mas Jango acabou decidindo ir, e justificou que “jamais deixou de comparecer a cerimônias em homenagem à memória de Getúlio Vargas”.<sup>279</sup> Na verdade, o comício representava uma demonstração de força do CGT, além de manifestar para o presidente o descontentamento de setores da *esquerda* a sua “política de conciliação”, que acabava travando as Reformas.

O governador da Guanabara, o udenista Carlos Lacerda, opunha-se ferrenhamente à realização do comício. Suas atitudes foram de minar a realização do evento, tanto que decretou ponto facultativo em todas as repartições estaduais e determinou a retirada de todo o aparato da polícia estadual do local do Comício que seria na Cinelândia.<sup>280</sup> O deputado federal da UDN pela Guanabara Adauto Lúcio Cardoso, reverberava na Câmara dos Deputados que o comparecimento do presidente da república no Comício estaria “infringindo o artigo 19 da Lei de Segurança Nacional”.<sup>281</sup> Membros do PSD também atacavam o presidente como o deputado Armando Falcão, que acusava Jango de tentar dar um golpe. Em meio a esse clima de acirramentos políticos o próprio presidente quando chegou ao Rio de Janeiro deu uma entrevista com um tom moderado, afirmando que “uma fórmula conciliatória sobre as Reformas, sobretudo a Reforma Constitucional”, estava “sendo discutida pelas lideranças do PSD e PTB na Câmara e no Senado”. Diante da declaração de Jango, as especulações sobre o conteúdo do seu discurso no Comício pautavam que ele iria “tranquilizar o País a acabar com especulações” que o vinculavam “a tentativas e manobras contra o Regime”.<sup>282</sup>

No dia da realização do comício, 23 de agosto, compareceram cerca de 200 mil pessoas na Cinelândia. O presidente, como convidado de honra, discursou para o grande

<sup>279</sup> Jornal *A Tarde*, 20 de ago. de 1963. p. 1.

<sup>280</sup> Jornal *A Tarde*, 22 de ago. de 1963. p. 1.

<sup>281</sup> Jornal *A Tarde*, 23 de ago. de 1963. p. 1.

<sup>282</sup> Jornal *A Tarde*, 23 de ago. de 1963. p. 1. / No Brasil, em 4 de abril de 1935, foi promulgada a Lei 38, primeira Lei de Segurança Nacional, que definiu os crimes contra a ordem pública e o Estado. A constituição de 1946 manteve a lógica da Lei. Em 5 de janeiro de 1953, foi promulgada uma nova Lei de Segurança Nacional, a Lei 1.802, e era essa que ainda vigorava em 1963. O artigo 19 da Lei, evocado pelo Deputado federal Adauto Lúcio Cardoso (UDN), definia os seguintes termos: “São crimes contra o Estado e a sua ordem política e social os definidos e punidos nos artigos desta lei, a saber” (...) “Art. 19. Convocar ou realizar comício ou reunião pública a céu aberto, em lugar não autorizado pela polícia, ou desobedecer a determinação da autoridade competente sobre a sua dissolução, quando tumultuosa ou armada, observado sempre o disposto no art. 141, § 11, da Constituição”. Lei disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-1802-5-janeiro-1953-367324publicacaooriginal-1-pl.html> Acesso: 21 de maio de 2015. Quanto ao artigo 141, § 11 da Constituição Federal de 1946, este determinava o seguinte: “§ 11). Todos podem reunir-se, sem armas, não intervindo a polícia senão para assegurar a ordem pública. Com esse intuito, poderá a política designar o local para a reunião, contanto que, assim procedendo, não frustre ou impossibilite.” BARRETO, Carlos Eduardo (Org). *Constituições do Brasil* Vol II. 6ª Edição. Edição Saraiva: São Paulo, 1971. pp. 67-68.

público que se fazia presente. Inicialmente seu discurso ocorreu como previam os especuladores. Jango discorreu sobre a necessidade de se respeitar “o limite do processo Institucional e Legislativo”. Mas, a multidão conclamava que o presidente se definisse, não mais hesitasse, e desse um passo direto para as Reformas. No fim do discurso, Jango acabou alinhando sua fala ao clamor popular e afirmou que já em 1964 estariam celebrando as Reformas de Base.<sup>283</sup>

No Parlamento baiano, dias depois do evento, o deputado estadual Ênio Mendes de Carvalho subiu a tribuna para tratar da realização do Comício, do processo de Reformas e da atitude do presidente Jango. Em trechos do discurso, o político esplanadense se posicionou nas seguintes palavras:

O Sr. presidente da República quer pretender as Reformas de Base. O que eu sei é que quero a Reforma de Base, é que milhões de brasileiros querem a Reforma de Base. (...) O que sei é que o Congresso Nacional está obstruindo as Reformas de Base; este fato é incontestável. O Sr. Presidente da República pede as Reformas e o Congresso procrastina essas Reformas. (...) Não sei exatamente porque a UDN firmou como ponto de honra que não haverá Reforma Agrária com a Reforma Constitucional. Ora, Sr. Presidente, é primário, é taxativo, hoje, para a consciência do povo brasileiro, que não será possível atingir-se a uma Reforma Agrária no País sem a Reforma Constitucional. Aqueles que ataram, vilipendiaram e atingiram a Constituição, em vários períodos da Vida da Nação, hoje, só levantam-se como defensores intransigentes da Lei Magna do País, como se a Lei Magna do País fosse algo imutável no tempo, não pudesse sofrer modificações. (...) Infelizmente, Sr. Presidente, o Partido que representa a pequena e a média burguesia nacional deixa-se conduzir e empolgar pela liderança do Sr. Carlos Lacerda. É lamentável que aquele Partido que lutou pela redemocratização do País, que tem inegavelmente, como acervo, na sua vida política, um magnífico papel realizado quando da derrubada da Ditadura para implantação do Regime Constitucional, em nosso País, é lamentável que esse Partido, hoje se enfileire, decididamente, sem pensar, em torno da figura, já não digo de um líder, mas de um chefe, porque Carlos Lacerda se apresenta, hoje, mais como chefe do tipo fascista do que exatamente, como líder do tipo democrata. (...) Sr. presidente, essa massa que acorreu (...), nos últimos dias para prestigiar e aclamar o Presidente da República não é uma massa inconsciente. É uma massa que foi à praça pública reivindicar. É uma massa que foi a praça pública exigir a solução dos problemas nacionais. Será uma massa que, à medida que o Governo da República desatenda as suas reivindicações, desatenda as soluções almejadas pelo povo brasileiro, essa massa também, marchará, unanimemente, contra o Presidente da República. Mas Sr. Presidente, por isso é que dizemos: “Jango basta de hesitação!” Por isso, é que os trabalhadores apresentaram a S. Exa. faixas com estas palavras: “Basta de hesitação”. Chegou o instante, a hora, precisa, talvez Sr. Presidente de o Governo da República definir-se, decisivamente num sentido, num campo: ou fica com o povo, ou dá marcha-ré e fica com aqueles que representam os interesses anti-nacionais.<sup>284</sup>

<sup>283</sup> FIGUEIREDO. Op.cit., p. 126.

<sup>284</sup> ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA BAHIA (ALBA). Ata da Sessão de 30/08/1963 publicada no Diário da Assembléia em 3/09/1963. Local: Salvador, Bahia, Brasil. Arquivo da ALBA. pp. 26-27-28.

O deputado Ênio Mendes defendia de forma ampla as Reformas de Base e demarcava especificamente seu posicionamento sobre a Reforma Agrária, ou seja, referendava a mudança constitucional, assim como refutava ferrenhamente os posicionamentos da UDN e seu prócer, Carlos Lacerda. Com um discurso nacional-reformista radicalizado, o deputado mostrava-se contrário à “política de conciliação” janguista e afinava sua oratória com o clamor das organizações de *esquerda* que exigiam do presidente no comício da Cinelândia sua definição. Ênio Mendes, no que concerne aos debates sobre as Reformas de Base na própria realidade baiana, não se aliava nem ao governo Lomanto Júnior (PTB) que não radicalizava um instante seu discurso, nem tampouco aos liberais baianos fincados principalmente na UDN e no PL.

Vale frisar que, apesar de o deputado esplanadense ser do PSP seu posicionamento sobre a Reforma Agrária não se alinhava ao do líder nacional do partido, o governador de São Paulo Adhemar de Barros. No Congresso Nacional, a bancada do PSP estava formada em meados de 1963 por 20 Deputados federais, e 6 deles formaram uma ala dissidente lançando um manifesto no qual afirmavam que “o governador Adhemar de Barros” vinha “presidindo a agremiação de maneira reacionária”, e que eles, os dissidentes, “sustentam a necessidade das Reformas de Base reclamadas pelo povo, especialmente a agrária através da emenda constitucional”.<sup>285</sup>

O deputado Ênio Mendes ainda estava dando apoio direto à *Política de Distribuição de Terrenos* do prefeito Dr. Neno em Esplanada que seguia se intensificando. Entre julho e agosto de 1963 o prefeito esplanadense doou, oficialmente, terras para cinco solicitantes: a professora Maria Socorro Lins de Faria, o senhor Ozéas Cardoso Gomes, o agricultor Agnaldo Fontes Dantas, o senhor Luiz Souza de Oliveira e o pequeno comerciante Mário Muniz dos Santos.<sup>286</sup> Mas, para além das doações oficiais da Prefeitura, populares, possivelmente encorajados pelos debates em torno da distribuição de terras, estavam ocupando terras devolutas sem solicitar o aval oficial do Poder Executivo, a exemplo do trabalhador ferroviário Rafael Arcanjo.<sup>287</sup> Alguns proprietários também tiveram suas terras

<sup>285</sup> Jornal *A Tarde*, 5 de jul. de 1963. p. 1.

<sup>286</sup> BAHIA-SERGIPE. Auditoria da 6ª Região Militar (Justiça Militar). *Inquérito Policial Militar (IPM) Nº 14/64*. Autor: Justiça Militar. Indiciado: Dr. Erikson Orlando de Carvalho Lins. Local: Salvador, Bahia, Brasil. Data: 29 de abril de 1964. Arquivo do Fórum Municipal de Esplanada. Setor: Crime. Documento composto por 114 páginas. pp. 81-82-83-84-85-86.

<sup>287</sup> BAHIA-SERGIPE. Auditoria da 6ª Região Militar (Justiça Militar). *Inquérito Policial Militar (IPM) Nº 14/64*. Autor: Justiça Militar. Indiciado: Dr. Erikson Orlando de Carvalho Lins. Local: Salvador, Bahia, Brasil. Data: 29 de abril de 1964. Arquivo do Fórum Municipal de Esplanada. Setor: Crime. Documento composto por 114 páginas. p. 44.

ocupadas como o agricultor José Machado, que residia no bairro do Timbó<sup>288</sup> e a senhora Izaura Andrade, que possuía uma propriedade no mesmo bairro.<sup>289</sup> Não identificamos nenhuma atitude do prefeito Dr. Neno para interferir diretamente nessas ações com o intuito de impedir a ocupação de terras que não eram solicitadas à prefeitura. Ao que parece, o prefeito deixou o processo correr a revelia. Se recordarmos a entrevista de *Seu Daíca*, podemos dar maior respaldo a essa análise, afinal, o depoente deu um exemplo claro que as ocupações seguiam para além do aval da prefeitura e das terras devolutas, a exemplo da ocupação feita nas terras do seu avô.

Ao rememorar o fato da sua *Política de Distribuição de Terrenos*, em entrevista realizada em 2014, Dr. Neno proferiu as seguintes palavras:

Eu queria era povoar Esplanada que não tinha... Ninguém tinha terreno para construir casa. Foi isso que eu tentei fazer... Eram terrenos da Prefeitura, eu só doava terrenos da Prefeitura. Doava terreno de Prefeitura. Dava pra fazenda, terreno pra tudo... Era uma forma de apoiar também o Governo Federal.<sup>290</sup>

O depoente relacionou que sua política distributiva buscava suprir uma necessidade urbana e rural em Esplanada à medida que doava tanto para construção de casas, quanto para fazendas, mas enfatizava, era somente terreno da Prefeitura. Em sua concepção, suas atitudes significavam uma forma de colaborar com o governo João Goulart, nesse caso as Reformas de Base. O fato do ex-prefeito, na entrevista, enfatizar que doava apenas terreno da Prefeitura, demonstra uma preocupação em legitimar seu processo de distribuição de terrenos destacando os aspectos positivos da sua intenção (suprir uma necessidade local e colaborar com governo Goulart), porém deixando de lado o aspecto conflituoso que também marcou esse processo e, como veremos, foi crucial no contexto do golpe.

Voltando ao desenrolar dos acontecimentos, apesar do entrave da proposta da Reforma Agrária no Congresso Nacional, o presidente Jango buscou expandir a atuação da SUPRA no país e nomeou como novo Superintendente João Pinheiro Neto. Na Bahia, a SUPRA foi instalada no segundo semestre de 1963 tendo como Superintendente Regional o

---

<sup>288</sup> BAHIA-SERGIPE. Auditoria da 6ª Região Militar (Justiça Militar). *Inquérito Policial Militar (IPM) Nº 14/64*. Autor: Justiça Militar. Indiciado: Dr. Erikson Orlando de Carvalho Lins. Local: Salvador, Bahia, Brasil. Data: 29 de abril de 1964. Arquivo do Fórum Municipal de Esplanada. Setor: Crime. Documento composto por 114 páginas. p. 44.

<sup>289</sup> BAHIA-SERGIPE. Auditoria da 6ª Região Militar (Justiça Militar). *Inquérito Policial Militar (IPM) Nº 14/64*. Autor: Justiça Militar. Indiciado: Dr. Erikson Orlando de Carvalho Lins. Local: Salvador, Bahia, Brasil. Data: 29 de abril de 1964. Arquivo do Fórum Municipal de Esplanada. Setor: Crime. Documento composto por 114 páginas. p. 29.

<sup>290</sup> Entrevista concedida pelo Senhor *Erikson Orlando de Carvalho (Dr. Neno)* ao pesquisador Thiago Machado de Lima. Local: Salvador, Bahia, Brasil. Data: 18 de mar. de 2014.

professor Gilberto da Matta. Já em agosto, através de articulações com o governador Lomanto Júnior, iniciaram-se os estudos para a implantação de um núcleo colonial na Fazenda Vitória do Paraguaçu de propriedade do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA), calculada em aproximadamente 3 mil hectares e localizada na cidade de Santo Amaro, Recôncavo Baiano. Na fazenda já existiam cerca de 80 posseiros e o objetivo era reordená-los e garantir lotes para outros mais.<sup>291</sup>

Em meio aos impasses e a derrota no Congresso Nacional do Projeto do PTB e também o da UDN, o PSD, a fim de negociar, expôs a sua proposta de Reforma Agrária. O projeto dos pessedistas foi elaborado pelo baiano Oliveira Brito, que estava no comando do ministério de minas e energia. Na proposta do PSD, só seria permitida “a desapropriação da propriedade rural inaproveitada para fins agrícolas ou pastoris, ou fins agrícolas em condições antieconômicas”. A indenização seria feita “com títulos da dívida pública resgatáveis a longo prazo”. Entretanto, “a correção monetária dos títulos” seria feita “anualmente, entre um mínimo de 30% e um máximo de 50%”.<sup>292</sup> Evidentemente, essa proposta não contemplava todos os políticos do PSD. O deputado federal baiano Hélio Ramos (PSD), assim como seu aliado político, o deputado estadual Ênio Mendes (PSP), defendia a realização da Reforma de forma considerada radicalizada, ou seja, com a indenização paga “com títulos da dívida pública, sem qualquer cláusula de correção monetária”.<sup>293</sup> O plano apresentado pelo PSD restringia muito o alcance da Reforma Agrária defendida pelo PTB, que a estendia também para áreas urbanas. Isso ocasionou uma forte resistência entre os representantes do partido a com destaque para os deputados da Frente Parlamentar Nacionalista (FPN), sob a liderança de Leonel Brizola.<sup>294</sup>

Os petebistas, sobretudo sua ala mais a esquerda, seguiram tentando negociar o seu projeto com o PSD através da mediação do presidente Jango, mas não lograram êxito. Nesse ínterim, João Goulart buscava uma saída para a Reforma, e ainda em agosto de 1963 tomou uma atitude drástica contra organizações que faziam oposição escancarada ao seu governo. No Congresso Nacional tramitava uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para apurar as atividades do complexo IPES/IBAD/ADEP relacionadas ao apoio financeiro dado a políticos

---

<sup>291</sup> Jornal *A Tarde*, 22 de ago. de 1963. p. 3.

<sup>292</sup> Jornal *A Tarde*, 10 de jul. de 1963. p. 1.

<sup>293</sup> Não consta autor. *Hélio Ramos*. Dicionário Histórico e Biográfico da FGV (Versão Online) disponível em: <http://www.fgv.br/cpd/doc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx> Acesso em 8 de abril de 2015.

<sup>294</sup> HIPOLITO. Op.cit., p. 279.

nas eleições de 1962.<sup>295</sup> Antes mesmo da finalização dos trabalhos da CPI, Jango baixou um decreto fechando por três meses o IBAD e a ADEP.<sup>296</sup>

Todos os governadores de estados, independente das correntes políticas e dos seus posicionamentos em relação ao governo Goulart, acataram o decreto do presidente, e buscaram fechar as sedes dos órgãos em suas unidades federativas. O Exército, através do ministro da guerra, Jair Dantas, deu respaldo à decisão presidencial.<sup>297</sup> Os representantes do IBAD, mesmo antes do decreto de Jango, já previam que sofreriam sanções por parte do governo e ainda no mês de julho, quando os trabalhos da CPI estavam em pleno vapor, lançaram um manifesto intitulado “IBAD ao povo brasileiro e principalmente ao povo Nordestino”:

Sabem, os humildes em vários locais do litoral e do interior nordestino o grande esforço desenvolvido pelo IBAD, para dentro de suas possibilidades, levar-lhes um pouco de ajuda com que minorar as suas penúrias. (...) O nosso trabalho, inicialmente muito modesto, cresceu e ganhou a confiança das populações mais humildes e passou então, a constituir uma ameaça às pretensões daqueles que desejam subverter a ordem democrática para implantação de um regime totalitário, principalmente aquele a serviço do comunismo internacional. (...) Na realidade, o “crime” do IBAD é fazer justamente aquilo que mais desagrade ao comunismo, doutrina que vive da miséria do povo. (...) Não fugiremos à luta: e acreditamos que, com a ajuda de Deus e dos legítimos democratas, possamos um dia voltar a atender aos mais pobres – aqueles que, dentro de sua humildade, fazem a grandeza da Nação Brasileira.<sup>298</sup>

Apelando pela dissipação de um sentimento anticomunista, o IBAD buscava associar seu fechamento à dominação do comunismo internacional no Governo Brasileiro. Como também associava a força do comunismo à miséria do povo, o IBAD centrava seus esforços no Nordeste, onde a pobreza da população atingia níveis altíssimos na década de 1960. Ademais, os maiores problemas nas questões no campo se faziam na região. Conforme Dreifuss, a CPI, desde o seu início, “demonstrava irregularidades, pois pelo menos cinco de seus nove membros haviam sido beneficiados” financeiramente nas eleições. Entretanto, “apesar das irregularidades, as investigações puderam revelar que o IBAD e suas linhas auxiliares haviam sido responsáveis por um processo de corrupção eleitoral”. Porém, a CPI falhou por não conseguir “estabelecer ligações entre o IBAD e o IPES por três motivos: por fontes financeiras comuns, pela participação de um mesmo membro nas duas organizações ou

<sup>295</sup> DREIFUSS. Op.cit., p. 336.

<sup>296</sup> Jornal *A Tarde*, 2 de Set. de 1963. p. 1.

<sup>297</sup> Jornal *A Tarde*, 6 de set. de 1963. p. 1.

<sup>298</sup> Jornal *A Tarde*, 25 de jul. de 1963. p. 3.

mesmo por ação conjunta.”<sup>299</sup> Assim, apesar do fechamento do IBAD, o IPES ficou isento de sanções e seguindo com suas atividades de propagação de representações anticomunistas pelo país e de desestabilização do governo Goulart.

No início de setembro, dia 11, um acontecimento abalou o país, as forças Armadas e o governo João Goulart. O Supremo Tribunal Federal (STF) reuniu-se para decidir se sargentos poderiam ter direitos políticos ou não.<sup>300</sup> Nas eleições de 1962, alguns sargentos se elegeram para deputados e muitos não foram diplomados para exercerem seus mandatos.<sup>301</sup> Em seu veredito, o STF proibiu os direitos políticos dos subalternos militares. A decisão ocasionou uma forte reação liderada pelo sargento da Aeronáutica Antônio de Prestes Paula. Na capital federal, inúmeros sargentos fizeram um campo de batalha tomando prédios importantes de segurança e comunicação, a exemplo do Ministério da Marinha e a Estação Central da Rádio Patrulha, além de deterem oficiais e parlamentares cortando também a comunicação de Brasília com o resto do País. No dia 13 de setembro, a revolta foi debelada e os participantes presos. A rebelião dos sargentos foi um acontecimento crítico para a oficialidade militar e acarretou um clima de desconfiança nos quartéis.<sup>302</sup> O presidente João Goulart “apoiou as medidas repressivas dos ministros militares” contra os sargentos rebelados, fato que lhe rendeu diversas críticas de setores da *esquerda* como o CGT e a UNE.<sup>303</sup>

Após a rebelião, o general Peri Bevilaqua, então comandante do 2º Exército (com sede em São Paulo), lançou um manifesto aos quartéis pelo qual afirmou “que estava em guarda contra a solidariedade dos malfeitores sindicais, CGT, Pacto de Unidade e Ação (PUA) e Fórum Sindical de Debates (FDS)”.<sup>304</sup> Como resposta ao General, o CGT firmou pacto com a PUA e a FSD exigindo do governo o “afastamento” do general “do Comando do 2º Exército”.<sup>305</sup> Ainda o CGT, juntamente com a UNE, a UTALB, o Movimento Nacional dos Sargentos e contanto também com a assinatura do deputado federal Leonel Brizola expressou em documento total repúdio as declarações do general Peri Bevilaqua.<sup>306</sup> O presidente João Goulart não afastou imediatamente o general das suas funções, entretanto, um tempo depois o transferiu para a chefia do Estado-Maior das Forças Armadas, cargo que não contava com

<sup>299</sup> DREIFUSS. Op.cit., p. 336.

<sup>300</sup> CARLONI, Karla Guilherme. A esquerda militar no Brasil (1955-1964). In: FERREIRA, Jorge e REIS, Daniel Aarão (Orgs). Op.cit., p. 294.

<sup>301</sup> Ibidem, p. 292.

<sup>302</sup> Ibidem, p. 294.

<sup>303</sup> FERREIRA; GOMES. Op.cit., p. 181.

<sup>304</sup> FERREIRA; GOMES. Op.cit., p. 183.

<sup>305</sup> Jornal *A Tarde*. Set. de 1963. p. 9.

<sup>306</sup> Jornal *A Tarde*. Set. de 1963. p. 9.

comando de tropas.<sup>307</sup> No lugar do general, assumiu o 2º Exército o general Amaury Krueel. O fato demonstra o quanto os trabalhadores e setores da *esquerda* brasileira estavam alcançando um nível de organização e de forte pressão perante o governo federal, e isso inflamava os ânimos da *direita* mais radical, assim como de setores tidos como moderados que não aceitavam perder espaços de poder.

Entrando no mês de outubro, em meio a “ondas de greves e incidentes de violência política, especificamente no campo”, o presidente Jango, orientado por seus ministros militares (Jair Dantas Ribeiro – Guerra; Anysio Botelho – Aeronáutica; Sylvio Motta – Marinha), encaminhou ao Congresso Nacional um pedido de Estado de Sítio com urgência. Além dessa situação, os ministros militares estavam irritados com o governador da Guanabara, Carlos Lacerda, que deu uma entrevista a um periódico americano, *Los Angeles Times*, acusando o presidente de “inepto e favorável aos comunistas”, qualificando as Forças Armadas de coniventes porque não tiravam ele do cargo. Tanto setores da *direita*, quanto setores da *esquerda* repudiaram o pedido de Estado de Sítio de Jango, e ainda no início de outubro de 1963 ele retirou a proposta.<sup>308</sup> Os poderes de Estado de Sítio serviriam para Goulart reprimir as oposições de direita ao seu governo, entretanto, também daria carta branca para os militares reorganizarem a disciplina nas Forças Armadas e reprimir as lutas sociais.<sup>309</sup>

Apaziguada um pouco a situação, o tema da Reforma Agrária entrou mais uma vez como pauta. Em outubro de 1963 o PTB resolveu levar a todo custo seu projeto a votação no plenário. Porém, com total oposição da UDN e sem o apoio dos setores conservadores do PSD, foi derrotado.<sup>310</sup> A principal Reforma de Base pretendida por Jango e aclamada pelas *esquerdas* acabara travada no Parlamento e demonstrava que a própria base de sustentação política do presidente João Goulart no Congresso Nacional estava abalada com cisões entre os petebistas e os pessedistas.

Nesse contexto, na realidade da cidade de Esplanada, o prefeito Dr. Neno seguia sua *Política de Distribuição de Terrenos*, mas de certa forma ela não estava regularizada por nenhum decreto do Executivo, nem tampouco o Legislativo esplanadense tinha elaborado um Projeto de Lei que regulamentasse as medidas. Além disso, suas ações não estavam conveniadas com a secção baiana da SUPRA, que afinal, como não foi promulgada no Congresso Nacional a Lei de Reforma Agrária, não tinha poderes para realizar efetivamente

---

<sup>307</sup> FERREIRA; GOMES. Op.cit., p. 184.

<sup>308</sup> SKIDMORE. Thomas E. *Brasil: de Getúlio a Castello (1930-1964)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. pp. 306-307.

<sup>309</sup> FIGUEIREDO. Op.cit., p. 134.

<sup>310</sup> *Ibidem*, p. 127.



uma transformação fundiária profunda em qualquer parte do país. Diante desse quadro, o prefeito, orientado também pelo seu líder político, o deputado estadual Ênio Mendes de Carvalho, enviou à Câmara de Vereadores de Esplanada uma solicitação para que fosse formulado um Projeto de Lei regulamentando sua *Política de Distribuição de Terrenos* tanto para áreas devolutas ao redor do município, quanto na parte urbana. Em 25 de novembro de 1963 o Poder Legislativo esplanadense ratificou a seguinte Lei de número 95:

Art. 1º - Fica o Prefeito Municipal de Esplanada autorizado a fazer doação gratuita de terras devolutas deste Município e situadas no perímetro suburbano.

Art. 2º - Esta doação poderá ser concedida ou feita a qualquer pessoa que se encontre na posse de qualquer área ou que venha a requerer.

§ 1º - A posse e o domínio de terras será celebrado por escritura pública representada a Prefeitura pelo seu Prefeito ou um funcionário que o mesmo determinar para a celebração do ato.

Art. 3º - Essas terras se destinam para exploração agrícola e pecuária.

§ 2º - Estas terras não poderão ser alienadas a terceiros antes de receber beneficiamento, cuja fiscalização ficará a critério da Prefeitura e o prazo para início de explorações agrícolas e pecuárias, será de doze (12) meses a contar da assinatura da doação e quando assim não for feito, perderá o donatário ou requerente o direito das referidas terras.<sup>311</sup>

A base política de Dr. Neno não acatou a sua solicitação e não formulou um Projeto de Lei de forma ampla. Os vereadores apenas referendaram a doação de áreas devolutas no perímetro suburbano de Esplanada, excluindo a área urbana. Apesar das limitações imposta pelo Projeto do Legislativo, o prefeito esplanadense, no fim de 1963, liberou para ser ocupado um espaço dentro do perímetro urbano da cidade. O lugar ficava localizado entre o convento da Ordem dos Frades Capuchinhos e a casa da Senhora Noêmia Lins, conhecida como dona Iaiá, mãe do vereador José Hermano Lins Baptista (PSP), além de tia e madrinha do prefeito, apesar de não ser sua simpatizante política. O beneficiado com a doação foi o jovem de 19 anos Luiz Antonio da Costa Andrade, que era solteiro e residia no bairro do Timbó. Ao receber o aval do prefeito, que não contou com um documento oficial, Luiz de Vadinho, como era popularmente conhecido o jovem, logo buscou depositar materiais de construção no referido terreno.<sup>312</sup> O superior do convento de Nossa Senhora do Rosário, frei Maurício de Mercatello, quando percebeu os materiais ao lado do templo católico, reclamou a posse da terra e foi apresentar ao prefeito Dr. Neno uma escritura datada do início do século XX. O

<sup>311</sup> CÂMARA DE VEREADORES DE ESPLANADA (CVE). Lei nº 95 publicada no Livro de Leis Nº 2. Ano de abertura: 1955. Local: Esplanada, Bahia, Brasil. Arquivo da CVE. p. 80.

<sup>312</sup> BAHIA-SERGIPE. Auditoria da 6ª Região Militar (Justiça Militar). *Inquérito Policial Militar (IPM) Nº 14/64*. Autor: Justiça Militar. Indiciado: Dr. Erikson Orlando de Carvalho Lins. Local: Salvador, Bahia, Brasil. Data: 29 de abril de 1964. Arquivo do Fórum Municipal de Esplanada. Setor: Crime. Documento composto por 114 páginas. p. 45.

religioso ainda solicitou que fosse removido o material de construção do terreno e que o prefeito concedesse uma licença para que fosse construído um muro com o intuito de cercar e proteger a propriedade dos Capuchinhos.<sup>313</sup>

Dr. Neno, em virtude da argumentação do superior dos Capuchinhos e querendo evitar conflito com a Igreja Católica, resolveu recuar da sua ação e concedeu a licença para a construção do muro.<sup>314</sup> Apesar do recuo do prefeito, as manifestações contrárias as justificativas do frei Maurício de Mercatello foram imediatas, principalmente do vereador Hermano Lins (PSP), aliado do prefeito que teria a casa da sua mãe atingida com a construção do muro. O próprio deputado Ênio Mendes afirmava que o terreno reivindicado pela Igreja Católica era público e não de propriedade da Ordem dos Capuchinhos.<sup>315</sup> Com esse impasse entre políticos e religiosos em Esplanada, avizinhava-se o fim de ano de 1963.

No mesmo período em que a Câmara de Vereadores esplanadense votou o Projeto de Lei de distribuição de terras na cidade, no país “começaram a circular notícias de que a SUPRA, como evidência do empenho do governo João Goulart em realizar a Reforma Agrária, decretaria “como de interesse social, para fins de desapropriação, terras situadas às margens de rodovias e ferrovias federais, além daquelas beneficiadas por investimentos federais em obras de irrigação, drenagem e açudes”.<sup>316</sup> Em Esplanada, aliados do prefeito Dr. Neno, como o escrivão eleitoral Moises Ávila, faziam propaganda da SUPRA entre os trabalhadores locais.<sup>317</sup> Pela lógica do Decreto, a cidade seria atingida diretamente, afinal, as terras da localidade eram cortadas tanto por uma ferrovia federal, o Ramal do Timbó pertencente a Viação Férrea Federal Leste Brasileiro, quanto pela BR 11 que posteriormente tornou-se BR 101. O próprio convento dos frades capuchinhos ficava a margem da ferrovia. Membros da UDN esplanadense se posicionaram ferrenhamente contra o tal Decreto da SUPRA. Na Câmara de Vereadores local, em sessão realizada no dia 21 de dezembro de 1963, foi colocado em discussão o Decreto e a vereadora udenista Desdêmona Penalva, líder

---

<sup>313</sup> BAHIA. Tribunal de Justiça do Estado. Mandado de Segurança nº 7349. Impetrante: Frei Maurício de Mercatello. Agravado: Prefeitura Municipal de Esplanada. Local: Esplanada, Bahia, Brasil. Data: 14 de março de 1964. Arquivo do Fórum Municipal de Esplanada. Setor: Cível. Documento composto por 50 páginas. p.8

<sup>314</sup> BAHIA-SERGIPE. Auditoria da 6ª Região Militar (Justiça Militar). *Inquérito Policial Militar (IPM) Nº 14/64*. Autor: Justiça Militar. Indiciado: Dr. Erikson Orlando de Carvalho Lins. Local: Salvador, Bahia, Brasil. Data: 29 de abril de 1964. Arquivo do Fórum Municipal de Esplanada. Setor: Crime. Documento composto por 114 páginas. p. 80.

<sup>315</sup> Entrevista concedida pelo Senhor Ênio Mendes de Carvalho ao pesquisador Thiago Machado de Lima. Local: Salvador, Bahia, Brasil. Data: 21 de mar. de 2011.

<sup>316</sup> GRYSZPAN. Op.cit., 2006. p. 74.

<sup>317</sup> BAHIA-SERGIPE. Auditoria da 6ª Região Militar (Justiça Militar). *Inquérito Policial Militar (IPM) Nº 14/64*. Autor: Justiça Militar. Indiciado: Dr. Erikson Orlando de Carvalho Lins. Local: Salvador, Bahia, Brasil. Data: 29 de abril de 1964. Arquivo do Fórum Municipal de Esplanada. Setor: Crime. Documento composto por 114 páginas. p. 23.

da oposição ao prefeito Dr. Neno, requereu que o Legislativo apresentasse “um protesto perante a Câmara e o Senado” Federal. O protesto foi aprovado e encaminhado, com membros da própria base do prefeito referendando.<sup>318</sup> Nesse momento, podemos perceber que a situação política favorável que o prefeito desfrutava com o Legislativo local ficou complicada, afinal, sua base não se mostrava mais tão consistente.

No fim de 1963, o governo do presidente João Goulart encontrava-se em delicada situação. As tentativas de revigorar a sua base política no Congresso Nacional, rearticulando o apoio do PSD não lograram sucesso.<sup>319</sup> O PIB teve crescimento inferior a 1% e a inflação chegou à casa dos 73% corroendo os salários dos trabalhadores, o que ocasionava um clima maior de tensão social.<sup>320</sup> Políticos que apoiavam Jango buscaram saídas para a crise como, por exemplo, o deputado federal San Tiago Dantas que tentou criar uma Frente Progressista de apoio às Reformas com o intuito de “restabelecer alianças para sustentar o presidente, impedindo-o de também radicalizar, até por falta de opção”. Essa Frente foi conceituada “pelo próprio San Tiago de ‘esquerda positiva’: apoiava as reformas, só que respeitando as instituições democráticas”. Por essa razão, “ele a diferenciava do que chamava de ‘esquerda negativa’, referindo-se principalmente à Frente de Mobilização Popular, liderada por Leonel Brizola”. Mas, a Frente de San Tiago não conquistou êxito em suas pretensões.<sup>321</sup> No que diz respeito a Brizola, no período, sua radicalização política a esquerda era crescente. Ainda nos últimos meses de 1963, o deputado federal “pregava a formação de Grupos de 11 companheiros” pelo Brasil afora com o objetivo principal de garantir a realização imediata das Reformas de Base, com foco principal na Agrária. Segundo Jorge Ferreira, esses Grupos faziam parte de uma estratégia de pressão política extraparlamentar adotada por Brizola.<sup>322</sup> Em diversas cidades do país formaram-se Grupos dos 11. Na Bahia, alguns estudos tratam a formação desses Grupos em cidades como Ilhéus, Ubatã e Una, presentes no trabalho de Soane Cristino<sup>323</sup> e também em Jacobina, estudada por Herbert Santos Oliveira.<sup>324</sup>

O presidente Jango, em meio esse contexto, não conseguindo mais “estabilizar a economia”, conter a inflação, e colocar em prática a Reforma Agrária,<sup>325</sup> passou a abandonar sua “política de conciliação”, que já não funcionava mesmo, e a estreitar seus laços “com o

<sup>318</sup> CÂMARA DE VEREADORES DE ESPLANADA (CVE). Ata da Sessão de 21/12/1963 publicada no Livro de Ata Nº 3. Ano de abertura: 1961. Local: Esplanada, Bahia, Brasil. Arquivo da CVE. p. 40.

<sup>319</sup> FIGUEIREDO. Op.cit., pp. 136-137.

<sup>320</sup> FERREIRA; GOMES. Op.cit., p. 211.

<sup>321</sup> Ibidem, p. 231.

<sup>322</sup> FERREIRA, Jorge. A estratégia do confronto... Op.cit., p. 199.

<sup>323</sup> CRISTINO. Soane. Op.cit.,

<sup>324</sup> OLIVEIRA, Herbert Santos. Op.cit.,

<sup>325</sup> FERREIRA; GOMES. Op.cit., p. 211.

movimento sindical e setores nacionais-reformistas, abraçando as chamadas Reformas de Base”.<sup>326</sup> Ainda em dezembro de 1963, baixou um decreto que pretendia rever todas as concessões do governo na indústria e mineração. E já em janeiro de 1964 ratificou a Lei de Remessa de Lucros, o que contrariou investidores estrangeiros e principalmente o “Governo Americano”<sup>327</sup> sob o comando do presidente Lyndon Johnson, sucessor de John Kennedy assassinado em novembro de 1963, que se mantinha totalmente informado da situação política do Brasil através do seu Embaixador Lincoln Gordon.

No início de 1964 o clima eleitoral estava no ar. As eleições presidenciais ocorreriam somente no ano de 1965, mas as candidaturas já começavam a surgir. O então senador e ex-presidente Juscelino Kubitschek já era nome certo para disputar o pleito pelo PSD, o governador paulista, Adhemar de Barros, seria lançado pelo PSP, principalmente com sua base em São Paulo,<sup>328</sup> vide que na Bahia, por exemplo, o PSP, que tinha o deputado Ênio Mendes como um dos líderes, não se alinhava ao chefe do Poder Executivo paulistano. Pela UDN, a candidatura de Carlos Lacerda ganhava corpo no interior do partido, mas Lacerda disputava ainda com o governador de Minas Gerais Magalhães Pinto, que nitidamente se via em desvantagem. No dia 5 de janeiro de 1964, a UDN baiana reuniu-se em sessão presidida pelo deputado federal Antonio Carlos Magalhães e decretou oficialmente apoio a candidatura de Carlos Lacerda, enviando uma moção ao diretório nacional do partido e solicitando a realização da convenção nacional já em abril.<sup>329</sup>

No caso do PTB, partido do presidente Jango, o impasse era evidente. Um dos principais nomes era o deputado Leonel Brizola, mas por ser cunhado de Goulart, não poderia candidatar-se ao cargo executivo por impossibilidade constitucional, gerando o mote “Cunhado não é parente, Brizola para presidente”. Jango também não tinha direito a reeleição. Os boatos corriam de que Jango tentaria uma emenda constitucional para permanecer na presidência, atitude encarada por diversos adversários como golpe. Mas, com a impossibilidade de Jango e Brizola se candidatarem, outros políticos tentavam ser o candidato aglutinador das *esquerdas*, como era o caso do governador pernambucano Miguel Arraes, membro do PSB.<sup>330</sup> Contudo, dentro do próprio PTB existiam nomes com pretensão de entrar na disputa eleitoral.

---

<sup>326</sup> FERREIRA; GOMES. Op.cit., p. 22.

<sup>327</sup> SKIDMORE. Op.cit., p. 316.

<sup>328</sup> Ibidem, p. 319.

<sup>329</sup> Jornal *A Tarde*, 5 de jan. de 1964. p. 3.

<sup>330</sup> SKIDMORE. Op.cit., p. 320.

O governador da Bahia, Lomanto Júnior, por ser do PTB, no início de 1964 demonstrava sua inclinação para ser o candidato do partido ao palácio do Planalto. No fim de fevereiro, Lomanto realizou em Salvador uma Conferência dos Governadores. No evento compareceram quase todos os mandatários estaduais e a imprensa nacional e internacional deu grande noticiário à reunião. A Conferência, como demonstrou o jornal *Estado da Bahia*, “outro motivo não teve senão o de projetar” o nome de Lomanto Júnior “no cenário nacional”. O jornal baiano ainda indicava que o vice na chapa de Lomanto seria o governador de Goiás Mauro Borges, fazendo assim uma junção entre um político do Nordeste e outro do Centro-Oeste.<sup>331</sup> Mas, se Lomanto tinha pretensões no pleito presidencial, seu apoio dentro da própria Bahia seria muito desfalcado, afinal, como vimos, a secção da UDN baiana, que compunha a base de sustentação política do governador do estado, já tinha declarado apoio a Carlos Lacerda.

A atitude da UDN baiana com relação às prévias do pleito presidencial, de certa forma, como refletiu Dantas Neto, “azedou” suas relações com o governo Lomanto Júnior que abria espaço em seu governo para o crescimento de adversários do juracisismo.<sup>332</sup> O próprio Juracy Magalhães, vendo incompatibilidade na situação nacional e estadual, simpatizava com a decisão de retirar o apoio ao governo Lomanto, já Antonio Carlos Magalhães preferia a estratégia de ameaçar o governador. Dizia o deputado: em caso de ruptura, “não se pense que vamos fazer oposição à inglesa. Passar pelo palácio e levantar o chapéu. Ao contrário. Eu farei oposição até na porta do palácio”.<sup>333</sup>

Partidos pequenos estavam empenhados e em sintonia com a pretensão do governador baiano em alcançar a presidência. O PRP baiano, sob a direção de José Penedo, no início de março de 1964, anunciou que o Diretório Regional iria dar apoio ao nome de Lomanto Júnior para candidato a presidente.<sup>334</sup> Vale frisar também que Lomanto ainda tinha conseguido atrair para sua base política na Bahia o PDC,<sup>335</sup> partido da oposição que tinha feito parte da candidatura de governador de Waldir Pires em 1962. Contudo, Lomanto ainda passava a sofrer, no início de 1964, com um bloco de oposição na Assembléia Legislativa do Estado, intitulado Bloco de Ação Parlamentar (BAP), formado e encabeçado pelo deputado esplanadense Ênio Mendes de Carvalho e que reuniu 12 deputados. O objetivo do Bloco,

---

<sup>331</sup> Jornal *O Estado da Bahia*, 6 de mar. de 1964. p. 2.

<sup>332</sup> DANTAS NETO. Paulo Fábio. *A quebra da casca do Ovo: a elite baiana e a obra do Golpe de 1964*. p. 3. Disponível em [http://www.fundaj.gov.br/images/stories/observanordeste/observa\\_bahia\\_01.pdf](http://www.fundaj.gov.br/images/stories/observanordeste/observa_bahia_01.pdf) Acesso em 14 de janeiro de 2015.

<sup>333</sup> *Ibidem*, p. 4.

<sup>334</sup> Jornal *Estado da Bahia*, 11 de mar. de 1964. p. 2.

<sup>335</sup> Jornal *A Tarde*, 4 de jul. de 1963. p. 3.

segundo declarou o deputado no Parlamento, era tornar a fiscalização contra o governo Lomanto mais dura e não se furtando ele, no seu papel de oposição, o que governistas, a exemplo do deputado Wilson Lins (UDN), fazia questão de achincalhar no plenário da Assembleia.<sup>336</sup>

Vale ressaltar que o deputado Ênio Mendes ainda atuava no Parlamento Baiano como porta-voz de problemas enfrentados por organizações das classes trabalhadoras na Bahia. Ainda no início de 1964, o deputado recebeu e divulgou no Parlamento um telegrama do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Extração de Óleos Vegetais e Animais em Salvador e Nazaré das Farinhas, assinado pelo delegado sindical Antonio Américo Barauna, solicitando que ele denunciasse e ao mesmo tempo apelasse para que o governo Lomanto Júnior, através do seu secretário de segurança pública, coronel Francisco Cabral, retirasse o “destacamento policial” que estava na cidade reprimindo os trabalhadores da “Empresa Fabril de Nazaré”, mobilizados em greve desde o dia 16 de dezembro de 1963, por conta da demissão de 20 trabalhadores que faziam parte do sindicato. Na ocasião da repressão, um dos líderes sindicais chegou a ser espancado e levado em estado grave para Salvador.<sup>337</sup>

A despeito de algumas lideranças políticas estarem empenhadas na eleição presidencial que só ocorreria em 1965, outras defendiam abertamente a derrubada do regime constitucional. Exemplo disso era o deputado federal Bilac Pinto, presidente Nacional da UDN, que em janeiro de 1964 em discurso proferido na Câmara dos Deputados apresentou a teoria da “Guerra Revolucionária” que acabou reproduzida num livro que o deputado lançou ainda em 1964 e que tinha o mesmo nome.<sup>338</sup> Na percepção do deputado udenista, o governo do presidente João Goulart estava distribuindo “armas para camponeses e trabalhadores da orla marítima”. Com essa atitude, para Bilac Pinto, “apresentando estudos de oficiais da Escola Superior de Guerra (ESG) e das Escolas de Estado-Maior das Forças Armadas, a guerra revolucionária” estava alcançando “no Brasil, a sua terceira fase”, ou seja, “a da subversão da ordem e obtenção de armas, antevéspera do assalto ao poder pelos comunistas”.<sup>339</sup>

Segundo Maud Chirio, a Teoria da Guerra Revolucionária, erroneamente confundida com a Doutrina de Segurança Nacional (DSN), foi “introduzida e disseminada nos estados-maiores e escolas militares brasileiras no fim nos anos 1950”. A partir desse período, a ideia

<sup>336</sup> ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA BAHIA (ALBA). Ata da Sessão de 3/12/1963 publicada no Diário da Assembleia em 16/01/1964. Ano: 1964. Local: Salvador, Bahia, Brasil. Arquivo da ALBA. p. 42.

<sup>337</sup> ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA BAHIA (ALBA). Ata da Sessão de 02/01/1964 publicada no Diário da Assembleia em 20/2/1964. Ano: 1964. Local: Salvador, Bahia, Brasil. Arquivo da ALBA. p. 29.

<sup>338</sup> SKIDMORE. Op.cit., p. 457.

<sup>339</sup> BANDEIRA. Op.cit., p. 299.

de que existia uma revolução comunista em andamento no Brasil, e que precisava ser contida, tornou-se a forma como parte da oficialidade militar enxergava os fatos políticos e sociais, e isso se intensificou mediante os eventos ocorridos ao longo do governo do presidente João Goulart.<sup>340</sup> Essa “inovação doutrinária” derivou de militares do exército francês, que confrontados com derrotas na Indochina e na Argélia, “elaboram, em meados dos anos 1950, uma análise do comportamento de um inimigo ideal-típico, seja ele independentista, subversivo, terrorista ou comunista.”<sup>341</sup> Conforme os estudos realizados pela autora, no Brasil, a DSN, elaborada dentro da ESG, não se projetou enquanto elemento doutrinador da oficialidade militar antes do golpe de 1964, mais sim a Teoria da Guerra Revolucionária. De acordo com Chirio, a GR foi “integrada às teorias produzidas pela ESG no fim dos anos 1950”. Assim, “a DSN incluiu o conceito da GR como peça central”, detalhando inclusive seu roteiro. Com essa perspectiva, a historiadora francesa faz uma crítica aos estudos que pensam o Golpe no Brasil exclusivamente pelo aspecto da DNS como polo arregimentador dos militares, sem levar em consideração a influência crucial da Teoria da Guerra Revolucionária. Desta forma, Chirio cita como exemplo o estudo pioneiro de Joseph Comblin,<sup>342</sup> mas, nesse bojo, podemos incluir também o estudo de Maria Helena Moreira Alves<sup>343</sup>.

No mês de março de 1964 a situação política brasileira entrou de forma ainda mais drástica numa polarização. Voltando nossos olhos para as terras esplanadenses, o conflito entre a prefeitura e a Igreja Católica local também ganhou uma dimensão maior em março. Os religiosos, conseguindo a licença do prefeito Dr. Neno para construírem o muro ao redor do terreno reivindicado, não se preocuparam com as manifestações contrárias de vereadores ou mesmo do deputado estadual Ênio Mendes, e iniciaram os trabalhos da obra. Porém, a questão acabou sendo levada ao Poder Judiciário da cidade.

---

<sup>340</sup> CHIRIO, MAUD. *A política nos quartéis: revoltas e protestos de oficiais na ditadura militar brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 2012. p. 19.

<sup>341</sup> Conforme a autora, a teoria da GR não influenciou somente o exército brasileiro, mais também outros da América Latina, a exemplo da Argentina. Segundo Chirio, na passagem dos anos cinquenta para os sessenta, os Estados Unidos, “hegemônico nos domínios da instrução, do financiamento e da venda de armas”, não possuía uma “doutrina convincente a propor aos exércitos latinos-americanos. Além disso, na época, vários generais do Exército brasileiro haviam sido discípulos da Missão Militar Francesa sediada no Brasil entre 1919 e 1939, por meio da qual mantiveram contatos e um laço intelectual e afetivo com o Exército Francês. O Brasil e a Argentina, onde uma missão militar francesa permanente foi instalada em 1960, constituem, assim, as portas de entrada na América Latina das teorias e técnicas francesas de luta anti-subversiva”. *Ibidem*. p. 20.

<sup>342</sup> COMBLIN, Joseph. *A Ideologia da Segurança Nacional: o poder militar na América Latina*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1977.

<sup>343</sup> ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)*. Petrópolis: Vozes, 1984.

### 3. O conflito entre políticos e religiosos na Justiça

Na tarde de 2 de março de 1964 os vereadores de Esplanada se reuniram em sessão para avaliarem a possibilidade de cassarem a licença que o prefeito concedeu aos frades capuchinhos para construírem um muro cercando o terreno.<sup>344</sup> Um movimento de populares se intensificou no centro da cidade esperando o resultado, afinal, poderia acirrar ainda mais os conflitos.<sup>345</sup> O prefeito, quando soube, acabou irritado com a situação, porém não teve jeito, os vereadores resolveram vetar a licença do muro.<sup>346</sup>

A argumentação do Legislativo para o veto ao ato do prefeito Dr. Neno partiu de dois pontos, segundo a vereadora Desdêmona Penalva (UDN): o primeiro dizia respeito a originalidade da escritura do terreno apresentada pelos frades capuchinhos. Conforme a edil, o documento de posse da terra datava do ano de 1904 e constava em suas linhas a referência à prefeitura do Conde, porém nessa época não existia nem poderia existir essa nomenclatura e sim Intendência do Conde, da qual Esplanada pertencia; o segundo aspecto versava que a própria construção do muro liberada pelo prefeito iria ferir o plano de urbanização da cidade de acordo com a planta cadastral.<sup>347</sup> Contudo, não foi argumentado que a doação fugia à regra da lei promulgada pelo próprio Legislativo Municipal, afinal, a lei autorizava a doação de terrenos na área suburbana do município e não dentro do perímetro urbano.

Com a liberação do prefeito em mãos e não reconhecendo o veto da Câmara de Vereadores, afinal, os capuchinhos não tinham recebido nenhum comunicado oficial do Legislativo esplanadense, frei Maurício ordenou que os trabalhadores continuassem de qualquer maneira com a escavação do alicerce do muro. Porém, outro fator passou a pesar mais fortemente no conflito: o vereador José Hermano Lins Baptista (PSP), juntamente com seu irmão, Amélio Lins Baptista, não aceitaram de forma alguma que os capuchinhos continuassem seu intento. O motivo era familiar, visto que, com a construção do muro a casa fronteira ao terreno e pertencente à progenitora dos mesmos, ficaria com parte da visão

---

<sup>344</sup> CÂMARA DE VEREADORES DE ESPLANADA (CVE). Ata da sessão de 2/03/1964 publicada no Livro de Atas Nº 3. Ano de Abertura: 1961. Local: Esplanada, Bahia, Brasil. Arquivo da CVE. p. 41.

<sup>345</sup> BAHIA-SERGIPE. Auditoria da 6ª Região Militar (Justiça Militar). *Inquérito Policial Militar (IPM) Nº 14/64*. Autor: Justiça Militar. Indiciado: Dr. Erikson Orlando de Carvalho Lins. Local: Salvador, Bahia, Brasil. Data: 29 de abril de 1964. Arquivo do Fórum Municipal de Esplanada. Setor: Crime. Documento composto por 114 páginas. p. 30.

<sup>346</sup> CÂMARA DE VEREADORES DE ESPLANADA (CVE). Lei nº 98 publicada no Livro de Leis nº 2. Ano de Abertura: 1955. Local: Esplanada, Bahia, Brasil. Arquivo da CVE. p. 81.

<sup>347</sup> BAHIA-SERGIPE. Auditoria da 6ª Região Militar (Justiça Militar). *Inquérito Policial Militar (IPM) Nº 14/64*. Autor: Justiça Militar. Indiciado: Dr. Erikson Orlando de Carvalho Lins. Local: Salvador, Bahia, Brasil. Data: 29 de abril de 1964. Arquivo do Fórum Municipal de Esplanada. Setor: Crime. Documento composto por 114 páginas. p. 27.



encoberta para o centro da Cidade. O prefeito, frente ao veto da Câmara de Vereadores, pressionado pelos seus primos, a tia/madrinha, e também pelo seu líder político, deputado Ênio Mendes, passou a fazer oposição à construção do muro dos religiosos. Ainda em 12 de março, o vereador Hermano Baptista, seu irmão Amélio Baptista, o vereador José Moreira de Souza, o Prefeito Dr. Neno e outros, se dirigiram para o local da obra com o intuito de embargarem os trabalhos dos religiosos e convencerem os mesmos a acatarem o veto do Legislativo. A situação, no entanto, acabou levando a um conflito corporal. O vereador José Hermano tentou dar um soco no frei Serafim, responsável por coordenar a construção do muro, porém, o Chefe do Executivo levou o murro no braço como forma de tentar proteger o Capuchinho.<sup>348</sup>

No dia seguinte ao conflito no local da obra, frei Maurício de Mercatello resolveu levar a situação ao Poder Judiciário da cidade. Através do advogado Mário Câmara de Oliveira, entrou com um Mandado de Segurança contra o embargo da construção do “bendito muro”, afirmando que “requereu, no devido tempo, licença de construção que lhe foi conferida mediante alvará, (...) assinado pelo Sr. prefeito”. Desta forma, era “ilegal e arbitrário o constrangimento que vinha sofrendo”.<sup>349</sup> Como não tinha recebido comunicado oficial da Câmara de Vereadores nem da Prefeitura para o veto da construção, o capuchinho com seu advogado se utilizou desse artifício para requerer o Mandado.

Frente à situação, o presidente do Legislativo, José Moreira de Souza (UDN), que estava no exercício de prefeito, pois Dr. Neno tinha viajado à Salvador, rapidamente buscou enviar para o convento dos capuchinhos um ofício pelo qual informava oficialmente ao frei Maurício de Mercatello que a Câmara de Vereadores havia suspenso “o ato do sr. prefeito, permitindo o levantamento de um muro, à Praça N.S da Pompéia”. Com isso, não seria mais possível “a construção”.<sup>350</sup>

Após o envio do ofício contendo o ato do Legislativo, o advogado Mário Câmara encaminhou o mesmo para o Fórum de Esplanada para que fosse anexado ao processo de solicitação do Mandado de Segurança. A estratégia do bacharel era demonstrar que os Frades Capuchinhos estavam sendo coagidos, incisivamente, a pararem a obra que acreditavam ter legalmente o direito de prosseguir, pois, em suas palavras, “a ilustre” Câmara de Vereadores

<sup>348</sup> Entrevista concedida pelo Senhor *Erikson Orlando de Carvalho (Dr. Neno)* ao pesquisador Thiago Machado de Lima. Local: Esplanada, Bahia, Brasil. Data: 22 de jun. de 2010.

<sup>349</sup> BAHIA. Tribunal de Justiça do Estado. Mandado de Segurança nº 7349. Impetrante: Frei Maurício de Mercatello. Agravado: Prefeitura Municipal de Esplanada. Local: Esplanada, Bahia, Brasil. Data: 14 de março de 1964. Arquivo do Fórum Municipal de Esplanada. Setor: Cível. Documento composto por 50 páginas. p. 2.

<sup>350</sup> BAHIA. Tribunal de Justiça do Estado. Mandado de Segurança nº 7349. Impetrante: Frei Maurício de Mercatello. Agravado: Prefeitura Municipal de Esplanada. Local: Esplanada, Bahia, Brasil. Data: 14 de março de 1964. Arquivo do Fórum Municipal de Esplanada. Setor: Cível. Documento composto por 50 páginas. p. 13.

esplanadense, “saindo dos seus cuidados e direitos”, resolveu “revogar um ato de pura competência administrativa, ato esse cuja competência não lhe” cabia. Se tratando “de um terreno próprio, o simples fato” do Poder Legislativo “não permitir a construção do muro, já anteriormente autorizada, sem qualquer razão e sem ser acobertada de/ou por qualquer direito”, justificava o pedido do consentimento do Mandado de Segurança.<sup>351</sup>

Em meio ao processo judicial, os ataques pessoais continuavam, até porque, o convento dos frades e a casa da mãe do vereador José Hermano ficavam bem próximos, tornando o lugar um barril de pólvora prestes a explodir. No dia 20 de março de 1964, sem chegarem a um “acordo de paz”, o prefeito, imbuído do propósito de acabar de uma vez por todas com a situação, solicitou à Delegacia de Polícia 3 soldados para que fossem reprimir os trabalhadores da construção.<sup>352</sup> A ação da polícia não chegou a ser efetivada, pois o promotor da cidade, Armando da Costa Tourinho, não autorizou a sua deflagração.<sup>353</sup>

No dia seguinte, a Câmara de Vereadores reunida em sessão debateu um tema curioso que nos leva a ter uma dimensão da profundidade do conflito. A sessão contou com a presença de apenas cinco vereadores: José Moreira de Souza, José Hermano Lins Baptista, Kleber de Carvalho Baptista, Desdêmona Penalva e Pedro José de Oliveira. A oficial da secretaria da Câmara, Josefina Lins, redigiu um trecho da ata nos seguintes termos:

O vereador José Hermano Baptista entrou com um requerimento verbal no sentido de que se oficiasse ao Dr. Juiz de Direito da Comarca com o intuito de que o mesmo “mandasse apreender um fuzil Mauzer com o qual os superiores do Convento afrontavam a sociedade”.<sup>354</sup>

Com origem alemã, o fuzil Mauzer foi um tipo de arma amplamente utilizada pelo exército alemão durante a Segunda Guerra Mundial. Duas das suas características mais preciosas era o conforto no manuseio e a precisão do tiro. Não temos como inferir se realmente os capuchinhos tiveram posse dessa arma ou se o requerimento do vereador José

<sup>351</sup> BAHIA. Tribunal de Justiça do Estado. Mandado de Segurança nº 7349. Impetrante: Frei Maurício de Mercatello. Agravado: Prefeitura Municipal de Esplanada. Local: Esplanada, Bahia, Brasil. Data: 14 de março de 1964. Arquivo do Fórum Municipal de Esplanada. Setor: Cível. Documento composto por 50 páginas. p. 12.

<sup>352</sup> PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPLANADA-BA. Ofício direcionado à Delegacia de Polícia da cidade de Esplanada. Data: 20 de março de 1964. Local: Esplanada, Bahia, Brasil. Arquivo do Convento de Nossa Senhora do Rosário e Pompéia em Esplanada.

<sup>353</sup> BAHIA-SERGIPE. Auditoria da 6ª Região Militar (Justiça Militar). *Inquérito Policial Militar (IPM) Nº 14/64*. Autor: Justiça Militar. Indiciado: Dr. Erikson Orlando de Carvalho Lins. Local: Salvador, Bahia, Brasil. Data: 29 de abril de 1964. Arquivo do Fórum Municipal de Esplanada. Setor: Crime. Documento composto por 114 páginas.

<sup>354</sup> CÂMARA DE VEREADORES DE ESPLANADA (CVE). Ata da Sessão 21/03/1964 publicada no Livro de Atas Nº 3. Ano de abertura: 1961. Local: Esplanada Bahia, Brasil. Arquivo da CVE. pp. 42-43.

Hermano foi aceito pelo Juiz, mas o fato é que ele conseguiu convencer seus colegas de Legislativo, até mesmo a vereadora de oposição Desdêmona Penalva.

Nesse ínterim, a justiça ainda analisava o pedido dos frades capuchinhos para que fosse concedido um Mandado de Segurança para a construção do ‘bendito’ muro e o juiz Dr. Raul Soares solicitou do prefeito Dr. Neno que apresentasse sua argumentação de defesa em relação aos fatos que estavam ocorrendo. O prefeito negou, veementemente, que tivesse entrado em conflito com os capuchinhos, pois apenas buscou cumprir o veto que foi estabelecido pelo Poder Legislativo para seu ato em conceder a licença de construção.<sup>355</sup>

Frei Maurício de Mercatello, na busca desenfreada para acabar com a situação e provar que o terreno era realmente de propriedade da Ordem dos Frades Capuchinhos e que tinha sido doado ilegalmente, encaminhou algumas fotografias para serem envolvidas na análise do Mandado de Segurança. A partir dessas imagens podemos ter uma dimensão do local em disputa:



Imagem 03. Autor desconhecido. *O jogo de Futebol*. 1956. 1 Fotografia. Acervo do Senhor Nelson Silva.

A primeira imagem data do ano de 1956. Ela nos apresenta um grupo de meninos uniformizados com dois tipos de roupas de times de futebol parecendo reproduzir o design de

---

<sup>355</sup> BAHIA. Tribunal de Justiça do Estado. Mandado de Segurança nº 7349. Impetrante: Frei Maurício de Mercatello. Agravado: Prefeitura Municipal de Esplanada. Local: Esplanada, Bahia, Brasil. Data: 14 de março de 1964. Arquivo do Fórum Municipal de Esplanada. Setor: Cível. Documento composto por 50 páginas. pp. 17-18-19-20.

dois uniformes de times cariocas, o Botafogo e o Vasco. As crianças aparentemente participando de alguma brincadeira promovida pela Igreja Católica se amontoavam em torno de um frade capuchinho. No verso da fotografia, foi escrito algumas palavras pelo frei Maurício de Mercatello constando seu intuito: “Foto de 1956 mostrando como o lugar estava sendo utilizado pelos religiosos para o recreio dos meninos da escola do convento. As outras fotografias serão entregues logo que forem reveladas”. A fotografia em si não possuía nenhum dado provando que o terreno era realmente de propriedade dos capuchinhos. Entretanto, frei Maurício talvez quisesse apelar para a ideia do uso público que se fazia do terreno, que servia inclusive para a recreação de crianças.

Diferente da primeira, a outra fotografia que foi revelada e encaminhada para a justiça foi tirada no calor dos acontecimentos.



Imagem 04. Autor desconhecido. *Terreno em disputa*. 1964. 1 Fotografia. Acervo do Senhor Nelson Silva.

Temos na fotografia alguns materiais aparentando ser tijolos para construção. Se seguirmos com o olhar o alinhamento do muro branco ao lado esquerdo, podemos perceber a casa da senhora Noêmia Lins a Tia/Madrinha do prefeito Dr. Neno e mãe do vereador José Hermano Lins Baptista. Os capuchinhos cobravam a construção do muro ao redor de todo esse terreno, o que conseqüentemente, como argumentado pelos opositores da obra, afetaria a casa da Senhora Noêmia, assim como o plano urbano da cidade. Em contraste com a primeira fotografia, esta segunda já demonstrava o espaço inutilizado não podendo assim servir a própria população.

Em outra foto mais aberta, podemos ter a dimensão geral do espaço juntamente com o convento e a Igreja dos capuchinhos:



Imagem 05. Autor desconhecido. *Igreja e Convento dos Frades Capuchinhos de Esplanada*. 1963. 1 Fotografia. Arquivo do Convento de N.S da Piedade, Salvador, Bahia.

A imagem foi construída para visualizar o Convento e a Igreja dos Capuchinhos de forma ampla. Em seu lado esquerdo percebe-se o terreno em disputa com os materiais de construção amontoados. O convento e a Igreja dos frades capuchinhos era um cartão postal para a cidade de Esplanada e os frades utilizando uma foto que contemplava todo o espaço aparentemente tentavam demonstrar o quanto esse cartão postal esplanadense seria atingido com a construção de uma casa no terreno ao lado. Apesar do envio das imagens, não foi anexado no Mandado de Segurança a suposta escritura do terreno que a Igreja Católica alegava possuir e que a vereadora Desdêmona Penalva identificou como um documento viciado quando a Câmara de Vereadores vetou a licença do muro concedida pelo prefeito.

Se a situação nas terras esplanadenses estava crítica entre políticos e religiosos católicos no mês de março de 1964, os embates políticos em todo o país se acirravam de forma drástica. No dia 13 de março, na Central do Brasil no Rio de Janeiro, estava previsto a realização de um grandioso comício pelo presidente João Goulart. No evento encontravam-se cerca de 200 mil pessoas, dentre políticos, ministros do governo, incluindo os militares, e diversas organizações de *esquerda* como o CGT e a UNE. Antes de comparecer ao comício, o presidente Jango assinou simbolicamente no Palácio das Laranjeiras o Decreto de Encampanação de Refinarias que declarava como “de utilidade pública, para fins de desapropriação pela Petrobrás, no prazo de 30 dias, todas as refinarias particulares de petróleo

no Brasil”.<sup>356</sup> Assim também como assinou o tão comentado Decreto da SUPRA que decretava “como de interesse social, para fins de desapropriação, terras situadas às margens de rodovias e ferrovias federais, além daquelas beneficiadas por investimentos federais em obras de irrigação, drenagem e açudes”.<sup>357</sup>

Ao chegar ao evento, após já vários oradores terem pronunciado seus discursos a exemplo do deputado federal Leonel Brizola, o presidente João Goulart se dirigiu ao microfone e ao lado da primeira Dama Tereza Goulart discursou longamente ao público presente. Em trechos do seu pronunciamento, o presidente pautou as seguintes palavras:

(...)Chegou-se a proclamar, trabalhadores brasileiros, que esta concentração seria um ato atentatório ao regime democrático como se no Brasil, trabalhadores, a reação ainda fosse dona da democracia, do proletário, e das classes trabalhadoras. Desgraçada da democracia se o Brasil fosse dirigido por esses democratas. (...) A democracia, trabalhadores Brasileiros, a democracia meus patrícios, que eles desejam imprimir é a democracia do anti-povo, a democracia do ódio à reformas, a democracia do anti-sindicato, ou seja, aquela que melhor atenda os seus interesses ou dos grupos que representam. A democracia que eles pretendem é a democracia da intolerância, do ódio. A democracia que eles querem, trabalhadores, é para liquidar com a Petrobrás. A democracia dos monopólios nacionais e internacionais, a democracia que pudesse lutar contra o povo, a democracia que levou o grande Presidente Vargas ao extremo sacrifício. (...) A constituição atual, trabalhadores, é uma constituição antiquada, porque mantém uma estruturação sócio-econômica já superada. Uma estrutura injusta e desumana. O povo quer que se tenha sim a democracia. Que se ponha fim aos privilégios de uma minoria. Que a propriedade das terras seja acessível a todos e que a todos seja facilitado participar da vida política do país através do voto podendo votar e podendo ser votado. Que impeça a intervenção do poder econômico nos pleitos eleitorais e que seja assegurada a representação de todas as correntes políticas sem paixões e discriminações ideológicas ou religiosas. (...) Espero que Deus me dê menos de 60 dias para fazer dividir os latifúndios nos leitos das estradas e ao lado dos açudes construídos pelo governo com o dinheiro do povo ao lado das obras de saneamento realizadas com o sacrifício da Nação (...) Meus patrícios, é hora das reformas de estrutura, reformas de métodos, reforma de estilo de trabalho e reforma de objetivos para o povo brasileiro. Já sabemos que não é mais possível progredir sem reformar. (...) Ao encerrar, trabalhadores, quero dizer que me sinto reconfortado e retemperado para enfrentar a luta que tanto maior será contra nós, tanto mais fortes estivermos no cumprimento do nosso dever.<sup>358</sup>

O presidente, no comício da Central, abandonou de uma vez por todas sua “política de conciliação”. Seu discurso defendia abertamente quase todas as demandas que vinham sendo reivindicadas pelos diferentes grupos de *esquerda* da sociedade brasileira e que estavam inseridas nas Reformas de Base que ficaram travadas no Congresso Nacional ao longo do seu mandato político. João Goulart, de forma clara e direta, discursava em prol da transformação da estrutura agrária, pelo voto do analfabeto, pela legalização do Partido

<sup>356</sup> *Jornal do Brasil*, 14 de mar. de 1964. p. 2.

<sup>357</sup> GRYSZPAN. Op.cit., 2006. p. 74.

<sup>358</sup> *Jornal A Tarde*, 14 de mar. de 1964. p. 1.

Comunista, pelos direitos políticos dos subalternos militares, e por uma reformulação constitucional eficaz que permitisse o governo federal agir de maneira a sanar os principais problemas do povo brasileiro. Ademais, Jango identificava e atacava os inimigos da democracia no Brasil, segundo ele, os grupos econômicos inseridos em monopólios nacionais e internacionais. Sem tergiversar, o presidente acabava demonstrando que tinha chegado a hora de realizar as Reformas custasse o que custasse, e o povo juntamente com as diversas organizações da classe trabalhadora brasileira seriam a força necessária para empreender a batalha. Parafraseando o historiador Jorge Ferreira, podemos dizer que Jango aderiu a “estratégia do confronto”.<sup>359</sup>

Alguns políticos baianos participaram do Comício como o ministro das minas e Energia Oliveira Brito (PSD), o deputado estadual Diógenes Alves (PDC), membro do CGT, e o deputado federal Hélio Ramos (PSD), que discursou em nome do PSD agressivo, defendendo com “vigor as Reformas, sempre dizendo que as queria, e democráticas”.<sup>360</sup> No Congresso Nacional, dias após o Comício, o presidente do SINDIPETRO-Bahia, o deputado federal Mario Lima, congratulou-se com o presidente Jango “pela encampação das refinarias particulares, afirmando esperar que logo seriam baixados decretos tornando monopólios do Estado a indústria petroquímica e a atividade de distribuição do petróleo e derivados em todo o País.”<sup>361</sup> O governador da Bahia, Lomanto Júnior, apesar de dar apoio a João Goulart, não foi participar do evento e preferiu ouvir o comício no Palácio da Aclamação em Salvador. De fato, para os sujeitos que se demonstravam moderados, o comício representava uma posição radicalizada. Nessa perspectiva, podemos imaginar que para o governador Lomanto seria complicada sua participação naquela reunião popular, até porque, poderia ocasionar um rompimento direto da sua base aliada na Bahia, formada pelos próceres da UDN, visto que, líderes udenistas já defendiam o rompimento com o governador, a exemplo de Juracy Magalhães.

Após o comício da Central, o presidente João Goulart, para dar exemplo da eficiência que teria o Decreto da SUPRA, determinou que o Superintendente João Pinheiro Neto desapropriasse duas de suas fazendas: uma em Goiás, a Uruçuca, e outra em São Borja, a Maragata.<sup>362</sup> Além dos Decretos da Encampanação das Refinarias e da SUPRA, assinados antes do comício da Central, no dia 15 de março, Goulart assinou o Decreto que tabelava todos os preços de aluguéis e imóveis no território brasileiro. A medida, segundo

---

<sup>359</sup> FERREIRA, Jorge. *A estratégia do Confronto...* Op.cit., 2004.

<sup>360</sup> *Jornal do Brasil*, 14 de mar. de 1964, p. 5.

<sup>361</sup> OLIVEIRA JR. Op.cit., 1995, p. 357.

<sup>362</sup> *Jornal do Brasil*, 16 de mar. de 1964, p. 1.

pronunciamento do ministro da justiça Abelardo Jurema, condicionava as ações dos proprietários. Quem desrespeitasse o Decreto Presidencial, teria uma pena de cinco dias a seis meses de prisão, multa de Cr\$ 1 mil a CR\$ 20 mil.<sup>363</sup> Outros comícios como o da central estavam programados para serem realizados no País: dia 3 de abril, em Santos; 10 de abril, em Santo André; 11 de abril em Salvador; 17 de abril em Ribeirão Preto; 19 de abril em Belo Horizonte; 21 de abril na capital federal, Brasília e o último no dia do trabalho, 1º de maio, na cidade de São Paulo.<sup>364</sup> Em cada comício estava previsto para Jango “assinar decretos e tomar outras medidas da competência do Executivo que” correspondessem “a reivindicações regionais e que” tivessem “implicações nacionais”.<sup>365</sup>

Ainda no dia 15 de março, quando o Congresso Nacional abriu suas atividades para o ano de 1964, o presidente enviou oficialmente aos parlamentares sua mensagem presidencial. No documento, João Goulart afirmou: “Optei pelo combate aos privilégios e pela iniciativa das Reformas de Base, por força das quais se realizará a substituição de estruturas e instituições inadequadas” à pacífica “continuidade do nosso progresso e à instauração de uma convivência democrática plena e efetiva”.<sup>366</sup> O presidente ainda reafirmava seu intento em modificar a constituição federal para realizar as Reformas e demonstrava seus pontos: na Reforma Agrária “suprimir a indenização prévia e em dinheiro na desapropriação por interesse social”; “permitir o voto do analfabeto, o voto e a elegibilidade dos sargentos e praças”, além da “legalização do Partido Comunista”; a “adoção do princípio da delegação legislativa”; a supressão “da vitaliciedade da cátedra”; “autorizar Executivo e Legislativo a convocarem plebiscitos com força de terminar a Reforma Constitucional”.<sup>367</sup>

Em sua mensagem, Jango, de certa forma, sintetizou os anúncios feitos no comício da Central. Apesar de afirmar que dependeria do Congresso Nacional para a aprovação das ações necessárias, o presidente deixava os parlamentares em situação complicada, pois, com a realização do Comício, demonstrava o grande apoio que conquistara nas ruas, além do respaldo dos seus ministros militares. Podemos entender também que a própria divulgação da agenda da realização de outros comícios e a assinatura de outros Decretos pelo País servia como um ato de pressão que o Congresso receberia.

<sup>363</sup> *Jornal do Brasil*, 16 de mar. de 1964. p. 1.

<sup>364</sup> FERREIRA; GOMES. Op.cit. p. 280.

<sup>365</sup> *Jornal do Brasil*, 16 de mar. de 1964. p. 6.

<sup>366</sup> Mensagem Presidencial ao Congresso Nacional remetida pelo Presidente da República João Goulart na abertura da Sessão Legislativa de 1964. Biblioteca Online da Presidência da República. p. 8-9. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/joao-goulart/mensagens-presidenciais/mensagem-ao-congresso-nacional-na-abertura-na-sessao-legislativa-de-1964/view> Acesso em 15/04//2015

<sup>367</sup> *Jornal A Tarde*, 16 de mar. de 1964. p. 1.



A recepção às atitudes do presidente foi muito negativa por parte de setores que se sentiam ameaçados com a radicalização da *esquerda*. Líderes nacionais da UDN como Bilac Pinto e Pedro Aleixo propagavam em entrevistas na imprensa, a exemplo do *Jornal do Brasil*, que João Goulart tinha fornecido “os elementos de infração de leis e da Constituição que configuram o quadro necessário para a decretação do seu impedimento para o exercício das funções presidenciais,”<sup>368</sup> ou seja, desejavam o *impeachment* do chefe do Executivo Nacional. Entretanto, lideranças sindicalizadas reagiram em favor do presidente. O CGT, com representantes de 20 (vinte) estados determinou a realização de Assembléias Gerais para frisar seu repúdio ao Congresso Nacional para qualquer tentativa de *impeachment* de Jango. Além disso, foi autorizada greve geral no País caso a medida Legislativa fosse tomada.<sup>369</sup>

Na Bahia, a reverberação do comício da Central também levou a discursos acirrados, como por exemplo, na Assembleia Legislativa do Estado. Os deputados da UDN foram os maiores críticos do comício popular e demonstraram também total repúdio a nova ação do governo João Goulart. Como síntese dessa situação, há um trecho do discurso do deputado udenista Jutahy Magalhães pelo qual afirmou: “O último dia 13 foi o dia da provocação nacional: a tentativa de bolchevização do Brasil. Felizmente o Brasil está reagindo na voz dos verdadeiros democratas”.<sup>370</sup> Não faltaram ainda discursos atacando membros do governo Jango como o consultor geral da república Waldir Pires. Em discurso, o deputado Wilson Lins identificou Waldir Pires como “um dos instrumentos do Sr. João Goulart para a subversão da ordem”. Um “perfeito agente provocador comunista”.<sup>371</sup>(...) “Sempre que o governo tem de tomar uma atitude menos convencional, é o Sr. Waldir Pires o seu conselheiro máximo”.<sup>372</sup> De fato, como Consultor, certamente as atitudes do presidente Jango passavam por orientação do político baiano.

Além dos discursos contrários às posições consideradas radicais de alguns políticos e também à mensagem presidencial enviada ao Congresso Nacional, repostas mais duras ao governo João Goulart não tardaram a ser dadas. O ex-presidente, general Eurico Gaspar Dutra, que desde o fim do seu mandato no ano de 1951 não se pronunciava abertamente em público sobre a situação política do país, se manifestou em desacordo com o governo. O *Jornal A Tarde* reproduziu em terras baianas o pronunciamento do militar com uma matéria de

<sup>368</sup> *Jornal do Brasil*, 16 de mar. de 1964. p. 6.

<sup>369</sup> *Jornal do Brasil*, 17 de mar. de 1964. p. 3.

<sup>370</sup> ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA BAHIA (ALBA). Ata da sessão de 18/03/1964 publicada no Diário da Assembleia em 25/03/1964. Local: Salvador, Bahia, Brasil. Arquivo da ALBA. p. 44.

<sup>371</sup> ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA BAHIA (ALBA). Ata da sessão de 13/03/1964 publicada no Diário da Assembleia em 20/03/1964. p. 30.

<sup>372</sup> ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA BAHIA (ALBA). Ata da sessão de 13/03/1964 publicada no Diário da Assembleia em 20/03/1964 publicada no Diário da Assembleia em 20/03/1964. p. 31.

primeira capa intitulada *Dutra pede: união “enquanto é tempo”*. Nos trechos do pronunciamento, o ex-presidente deixava sua marca anticomunista, afirmando: “Nada se resolve em clima de desentendimento, nem se sobrevive democraticamente na subversão.” (...) “Independência e harmonia dos três poderes constitucionais são garantia essencial para que o Brasil marche firme na perenidade do seu destino cristão, livre do comunismo e tranquilo quanto ao seu futuro”.<sup>373</sup>

No mesmo dia da publicação da entrevista do ex-presidente Eurico Dutra, uma grande manifestação em resposta ao governo Goulart ocorreu no estado de São Paulo com total apoio do governador Adhemar de Barros que, àquela altura, estava totalmente empenhado na derrubada do presidente. A manifestação se configurou na forma de uma marcha que foi denominada *Marcha da Família Com Deus pela Liberdade*. Segundo Motta, essa Marcha “foi o Comício da Central do lado conservador, ou seja, se constituiu em evento altamente impactante no que tange à mobilização antiesquerdista”. A organização dessa marcha, “reuniu toda a elite paulistana em verdadeira frente anticomunista e antiGoulart”, e “conseguiu levar para a região da Praça da Sé enorme massa humana”.<sup>374</sup>

Um dia depois da Marcha e do pronunciamento de Dutra, 20 de março, a situação do presidente João Goulart tornara-se ainda mais complicada. O chefe do Estado-Maior do Exército, o general Humberto de Alencar Castelo Branco, emitiu um memorando que circulou secretamente nas Forças Armadas. O conteúdo do documento soou “como um toque de reunir e um sinal de alerta”. Nos círculos da conspiração, Castelo Branco já “era tido como o pólo do movimento e o agente catalisador dos vários movimentos preparatórios.”<sup>375</sup> Na Bahia, um dos mais proeminentes conspiradores do círculo militar era o coronel Humberto de Souza Mello, chefe do Estado Maior da 6ª Região Militar e com longo histórico de alinhamento político ao udenista Juracy Magalhães.<sup>376</sup> Juracy, por sua vez, também já aderira aos movimentos conspiratórios contra o governo Goulart,<sup>377</sup> assim também como outros políticos baianos da UDN como o deputado federal Antonio Carlos Magalhães.<sup>378</sup> Ressalta-se que nesse contexto, o comando militar baiano tinha trocado de mãos e passou do general Rafael Souza para o

<sup>373</sup> Jornal *A Tarde*, 19 de mar. de 1964. p. 1.

<sup>374</sup> MOTTA, Op.cit., p. 265.

<sup>375</sup> SILVA, Op.cit., p. 258.

<sup>376</sup> Não consta o autor. *Humberto de Souza Mello*. Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro (versão Online) disponível em <http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx> Acesso em 14 de março de 2015.

<sup>377</sup> COUTINHO, Amélia. *Juracy Magalhães*. Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro (versão Online) disponível em <http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx> Acesso em 14 de março de 2015.

<sup>378</sup> LEMOS, Renato. *Antonio Carlos Magalhães*. Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro (versão Online) disponível em <http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx> Acesso em 14 de março de 2015.

general Manoel Mendes Pereira, que assumiu o cargo afirmando que faria de tudo “para manter o regime democrático na Bahia”.<sup>379</sup>

Em meio a esse processo político polarizado em que soluções golpistas ganhavam fôlego, se aproximava o período da Semana Santa, que em 1964 foi realizada entre os dias 26 e 28 de março. Na cidade de Esplanada, o conflito ocasionado pela disputa do terreno entre os Frades Capuchinhos e os políticos estava fervilhando, e a justiça ainda não tinha decidido sobre o Mandado de Segurança impetrado pela Igreja Católica contra o veto da construção do muro. Ao iniciar o período dos festejos religiosos, a cidade estava cheia de visitantes, pois os esplanadenses “retirantes” retornavam para passar a data junto aos familiares, inclusive políticos como o deputado estadual Ênio Mendes de Carvalho. Naquele momento, algumas atitudes mais efetivas foram tomadas por parte do superior do Convento dos Capuchinhos, frei Maurício de Mercatello, e a situação vivida em Esplanada passou a ser conhecida em todo o estado da Bahia.

#### 4. “Esplanada é hoje cidade sem Deus”

Em 24 de março de 1964, uma terça-feira, os católicos de Esplanada e região estavam participando da *Procissão do Encontro*, ato que marcava o início dos festejos da Semana Santa. Após o término do cortejo, que circulou todo o centro da cidade, frei Maurício de Mercatello, se utilizando do seu *capital simbólico*, pediu para ler um texto de esclarecimento aos fiéis. A intenção do frei era tratar justamente do conflito pelo terreno e atacar seus adversários políticos. Nas suas palavras iniciais o religioso capuchinho afirmou: “muita gente perguntava a respeito da situação dos frades em Esplanada” por isso prestarei essa “declaração”. Segundo o frei, “Os superiores da Ordem já tinham determinado iniciar quanto antes a reforma do convento de Esplanada”, pois já estava “perigando”. Nessa reforma, “seria construído um novo pavilhão ao lado da Igreja em terreno que” pertencia “à Ordem desde quando foi comprado por 500 cruzeiros em 1904, conforme escritura registrada”. Mas, “os políticos da terra não queriam que os frades construíssem o próprio convento, porque não querem mais os frades” na cidade.<sup>380</sup> Frei Maurício nitidamente apelava para a emoção das pessoas presentes.

<sup>379</sup> Jornal *O Estado da Bahia*, de mar de 1964. p. 3.

<sup>380</sup> MERCATELLO, Frei Maurício. Pronunciamento da Páscoa de 1964 – Igreja do Convento. Ano: 1964: Local: Esplanada, Bahia, Brasil. Arquivo do Convento de Nossa Senhora do Rosário e Pompéia. Documento avulso.

Seguindo com sua declaração, o Capuchinho partiu para um discurso mais político, e assim afirmou: “Um que se diz deputado eleito pelos esplanadenses declarou que os frades terão que ficar submissos aos homens, isto é, aos comunistas”. Então, “saibam que os frades não ficarão submissos de maneira alguma, nem aos políticos, nessas imposições absurdas”, e “nem tampouco a um elemento comunista que anda por aqui apenas para passear de vez em quando”.<sup>381</sup> A referência foi direta ao chefe do grupo político do prefeito Dr. Neno, o deputado estadual Ênio Mendes de Carvalho. Frei Mercatello associou a imagem do deputado ao comunismo na medida em que Ênio Mendes supostamente havia falado da submissão dos religiosos aos homens políticos. Nesse momento, o discurso do frei abertamente recrudescu seu imaginário anticomunista intensamente propagado nas eleições de 1962 na cidade, quando fez oposição a candidatura do então prefeito e seus aliados diretos: Hélio Ramos, Waldir Pires e o próprio Ênio Mendes.

Após atacar o deputado esplanadense, o Capuchinho partiu para fazer críticas à situação estrutural da cidade ao longo do governo do prefeito Dr. Neno, afirmando que a prefeitura deixava as “grandes praças de Esplanada para criatório de formigas e demonstração de sujeira pública.” Além das “ruas cheias de buracos e de lama” ao passo que não sabia mais “a quem doar as terras devolutas do município, que tem muita”. Frei Maurício de Mercatello ainda ameaçava: “Estamos resolvidos ir até o fim com tudo isso”.<sup>382</sup>

Após os esclarecimentos, o religioso fez um anúncio inusitado e apavorante para os fiéis que se faziam presentes: “Com esta cerimônia do encontro está encerrada a Semana Santa na cidade de Esplanada.” Esse “é um sinal de protesto que os Capuchinhos fazem perante o povo pelas arbitrariedades descabidas, imposições e calúnias, movidas contra nós por parte dos governantes da comuna de Esplanada”. Como “sinal de público protesto, as portas desta Igreja permanecerão fechadas nos quatro dias” de quarta, quinta, sexta, e sábado de Aleluia e somente “abrirão no domingo próximo para celebração de uma única missa, que será das 19 horas. Por esses dias os sinos não tocarão mais.”<sup>383</sup>

A suspensão dos festejos da Semana Santa pelos frades capuchinhos como forma de protesto contra os políticos não podia impactar de forma mais negativa para o grupo de Dr. Neno. Remetendo-nos mais uma vez à memória de *Seu Daíca*, temos uma pequena versão do desenrolar imediato desta situação em Esplanada:

<sup>381</sup> MERCATELLO, Frei Maurício. Pronunciamento da Páscoa de 1964 – Igreja do Convento. Ano: 1964: Local: Esplanada, Bahia, Brasil. Arquivo do Convento de Nossa Senhora do Rosário e Pompéia. Documento avulso.

<sup>382</sup> MERCATELLO, Frei Maurício. Pronunciamento da Páscoa de 1964 – Igreja do Convento. Ano: 1964: Local: Esplanada, Bahia, Brasil. Arquivo do Convento de Nossa Senhora do Rosário e Pompéia. Documento avulso.

<sup>383</sup> MERCATELLO, Frei Maurício. Pronunciamento da Páscoa de 1964 – Igreja do Convento. Ano: 1964: Local: Esplanada, Bahia, Brasil. Arquivo do Convento de Nossa Senhora do Rosário e Pompéia. Documento avulso.

O povo invadiu a casa dele na terça-feira da Semana Santa. Depois da procissão do encontro o padre, uma presepada, mandou fechar a Igreja por causa dele. Aí o povo foi lá pra casa dele. Confusão do diacho, né, na porta do Prefeito. Fiquei de longe apreciando a confusão do povo na porta da casa do Prefeito. [...] O Prefeito teve que se esconder porque, iam invadir a casa.<sup>384</sup>

Através da fala do depoente, que ao mesmo tempo quis demarcar que ficou de longe te toda a confusão, podemos ter a dimensão da revolta que a população católica esplanadense sentiu com relação ao prefeito, partindo para invadir sua residência, precisando o mesmo se esconder. Frei Maurício de Mercatello, utilizando-se do seu grande *capital simbólico* perante os fiéis, acabou deixando o prefeito e seu grupo de pertencimento político numa situação constrangedora, pois desde a chegada dos Frades Capuchinhos em Esplanada e região, no início do século XX, que os festejos da Semana Santa eram comemorados, tradicionalmente na forma do catolicismo ultramontano. Mas, se a Semana não teve nada de Santa em Esplanada, a sociedade brasileira de uma forma geral também teve um feriado religioso marcado por um conflito que atingiu drasticamente o governo do presidente João Goulart.

Um dia após a realização da *Procissão do Encontro* em Esplanada e do discurso do frei Maurício de Mercatello, 25 de março, os Marinheiros e Fuzileiros Navais, membros da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil (AMFNB), planejavam realizar uma comemoração pelo aniversário da sua Associação no Rio de Janeiro. Em tese, o ato representava mais uma afronta para a hierarquia das Forças Armadas. O ministro da marinha, almirante Silvio Mota, ordenou que fossem presos 40 cabos e marinheiros que organizaram a comemoração. Ao saberem da atitude do ministro, os marinheiros e fuzileiros associados começaram uma rebelião, que teve como liderança o cabo José Anselmo.<sup>385</sup> Frente à rebelião, o ministro da marinha ordenou que a sede do sindicato fosse invadida e os rebelados, que lutavam por seus direitos, retirados do local vivos ou mortos.<sup>386</sup> Os fuzileiros Navais encaminhados para reprimir os rebelados em ato de insubordinação militar acabaram aderindo ao motim, agravando ainda mais a situação. Assim, o Exército foi convocado para suprimir a rebelião, por pressão do presidente João Goulart.<sup>387</sup>

Em meio à crise, o almirante Sílvio Mota pediu demissão, e Jango nomeou como novo ministro o almirante reformado Paulo Mário Rodrigues. Após negociações a rebelião

<sup>384</sup> Entrevista concedida pelo Senhor *Odair Antônio da Silva (Seu Daíca)* ao pesquisador Thiago Machado de Lima. Local: Esplanada, Bahia, Brasil. Data: 23 abr. de 2012.

<sup>385</sup> SILVA, Hélio. Op.cit., p. 267.

<sup>386</sup> Ibidem, p. 268.

<sup>387</sup> BANDEIRA. Op.cit., p. 320.

chegou ao fim e os rebeldes foram detidos no Batalhão de Guardas no bairro carioca de São Cristóvão, entretanto, foram libertados. Em nítido ato de afronta a hierarquia militar, os rebeldes anistiados realizaram uma passeata em direção ao Ministério da Marinha.<sup>388</sup> A atitude do presidente não foi nada favorável para a estrutura hierárquica da Marinha, o que aumentou a desaprovação do seu governo nos círculos da oficialidade militar brasileira.<sup>389</sup> Ademais, o acontecimento dava ainda mais fôlego para os setores da direita que reverberavam a derrubada do presidente, assim como articulavam nos bastidores um golpe de Estado.

Após os conflitos ocorridos na Semana Santa a situação nacional não se apaziguou. Na pequena cidade de Esplanada, muito menos. Dr. Neno e seus aliados continuavam com seu intento de não abrir mão do terreno para a Igreja Católica, além da Justiça ainda não ter julgado o Mandado de Segurança impetrado pelo advogado do superior Capuchinho. Com essa situação, frei Maurício de Mercatello partiu para um protesto ainda maior como prometeu no seu discurso na Semana Santa. Em 30 de março de 1964, o religioso Católico divulgou através dos meios de comunicação da Bahia, a exemplo do jornal *A Tarde* e o hebdomadário *Semana Católica*, uma matéria de duas colunas com um título intrigante “Esplanada é hoje cidade sem Deus”.

Com um tom polêmico e uma retórica impactante, a nota versou inicialmente nos seguintes termos:

Estarreçam-se os baianos, os que são brasileiros, e que estas verdades aqui descritas façam tremer os mais incrédulos e que faça refletir os que ainda estão com o poder na mão. Esplanada, terra tradicional, bêrço do grande José Joaquim Seabra, de Severino Vieira, Rui Penalva e de tantos outros filhos ilustres, cidade tradicionalmente católica, conhecida também pela maravilhosa obra ali executada pelos missionários capuchinhos, que edificaram uma igreja, um convento, uma escola agrícola, um hospital e um cemitério, a partir de 24 de março de 1964, é a primeira cidade do Brasil que expulsa, por uma minoria de reacionários apoiada por vereadores locais, ante o povo em prantos e indefeso, os mesmos missionários capuchinhos que tantos benefícios trouxeram para esta localidade. Os sinos deixaram de badalar, a partir de zero hora do dia 25 de março. Esplanada se tornou, assim, a primeira cidade do Brasil, onde não existe mais o sagrado dever da Santa Missa e o de respeitar o poder de Deus.<sup>390</sup>

O momento inicial já tratava a cidade de Esplanada como um lugar que não respeitava a religião, mesmo sendo uma cidade beneficiada pelas ações da Ordem Religiosa dos Capuchinhos e berço de importantes nomes da política e da Justiça baiana como o autonomista e udenista Rui Penalva. Frei Maurício, apelando para a ideia de vitimização dos

<sup>388</sup> SILVA, Hélio. Op.cit., p. 268.

<sup>389</sup> FERREIRA; GOMES, Op.cit., pp. 315-316-317.

<sup>390</sup> Jornal *A Tarde*, 30 mar. 1964. p. 2.

frades, responsabilizava os políticos por não ter mais os festejos da Semana Santa, e mesmo de expulsar a Ordem Religiosa das terras esplanadenses, entretanto, sabemos que foi o próprio frei que tomou a decisão de suspender os ritos religiosos católicos na cidade.

No segundo momento da matéria, o articulista Capuchinho prosseguiu a cantilena nos seguintes termos:

O desentendimento surgido entre os missionários e a Câmara de Vereadores foi porque os primeiros são os legítimos donos, por escritura secular, de um terreno ao lado e em frente à sua Igreja, em forma triangular. Deixaram o mesmo, porém, até esta data, sem cercar, e nesta altura de SUPRAS, leis agrárias, desapropriações e invasões, o mesmo se tornou, agora, cobiça para alguns vereadores e afilhados destes. Estando tudo combinado, ato contínuo, aprovou-se, rapidamente, o projeto de servidão pela Câmara de Vereadores e mandou-se avisar os missionários, de que se houvesse reação o local seria desapropriado, por interesse público. Como os missionários a isto reagiram procurando a justiça, levantaram-se meia dúzia de inocentes úteis, distribuindo bebidas alcoólicas e com alguns vereadores na frente atacaram os missionários com palavrões, ameaças, chegando até ao esmurramento. Estes métodos, por demais conhecidos na Hungria, Cuba e vindos de Moscou, repetiram-se por vários dias e noites a dentro.<sup>391</sup>

O religioso católico denunciava um suposto complô urdido pela Câmara de Vereadores e Prefeitura de Esplanada no que dizia respeito às idas e vindas da construção do muro e buscava associar a contenda local aos debates da Reforma Agrária, e evidentemente ao Decreto da SUPRA assinado por Jango antes do comício da Central em 13 de março. Outro aspecto interessante no discurso do articulista católico foi a tentativa de vincular o conflito esplanadense com atos de violência contra religiosos supostamente praticados em países comunistas como Cuba, Hungria e URSS. A propaganda anticomunista da Igreja Católica contra esses países foi intensa. Conforme Motta, entre a década de 1920 e 1960 a Igreja Católica difundiu no Brasil a ideia de que a União Soviética tinha como estratégia maior a “descristianização do mundo”, adotando medidas que “asfixiariam paulatinamente a Igreja”, dentre elas “aprisionamento, torturas e execução de religiosos que se recusassem a cooperar”.<sup>392</sup> Após a Segunda Guerra Mundial, a propaganda anticomunista da Igreja Católica recaiu principalmente sob o relato de acontecimentos de repressão à religiosos da Europa Ocidental, principalmente ao “Arcebispo Stepinac” na Iugoslávia, e ao “Cardeal Mindszenty”, na Hungria,<sup>393</sup> País enfatizado na nota do frei Maurício de Mercatello no jornal *A Tarde*. Além desses países da Europa Ocidental que entraram no rol de alvos do discurso anticomunista católico, no fim da década de 1950, “com a eclosão da Revolução Cubana, as

<sup>391</sup> Jornal *A Tarde*, 30 mar. 1964. p. 2.

<sup>392</sup> MOTTA. Op.cit., pp. 73-74.

<sup>393</sup> Ibidem, p. 74.

atenções voltaram-se para o Caribe”, pois “o governo de Fidel Castro foi acusado de perseguir a Igreja Católica cubana, prendendo padres e fechando templos”.<sup>394</sup>

Finalizando o informe publicado em *A Tarde* e na *Semana Católica*, o autor delineou um porvir sombrio para os católicos:

Nenhuma voz se levantou em defesa da razão e dos que tanto fizeram por esta localidade: escola primária para a pobreza, Escola missionária, Escola e Curso de Aprendizado Agrícola, com aulas práticas em campos e pomares, que estavam sendo racionalmente aproveitados, construção do único hospital, construção do cemitério, atualmente usado, amparo a pobreza etc.

Os missionários pisados e esmurrados até o extremo, ainda puderam realizar a procissão de Nosso Senhor dos Passos. A imagem que sempre foi carregada pelo povo e por autoridades locais, teve que ser conduzida, desta vez, por serventes do próprio convento. Durante a procissão, fora novamente desacatados pelos inocentes úteis. Avisaram ao povo que chegava dos arredores, que com esta procissão, se viam forçados a encerrar suas atividades religiosas em Esplanada. A imagem entrou na Igreja de costas para o povo, as pesadas portas se fecharam, deixando quem ali estava com lágrimas nos olhos, um povo desnordeado sem saber a desventura que sobre as suas cabeças acabava de descer. Fecharam-se as portas do templo, os missionários raspam a terra dos seus sapatos e abandonaram Pompéia. O castigo não se fez esperar – Pompéia desmoronou. Esplanada foi a primeira cidade da América do Sul a expulsar a Santa Igreja. Qual será a próxima? E depois, o que virá? Todos nós sabemos.<sup>395</sup>

Intuímos a profunda fissura que separava o grupo de Dr. Neno e o clero católico em Esplanada, exemplificada no episódio da procissão, pois, como era tradição na cidade, as autoridades carregavam as imagens de N. S. das Dores e de N. S. dos Passos, mas se dermos crédito à versão dos Capuchinhos, os políticos não apareceram ao cortejo, cabendo aos funcionários do convento desempenhar o papel. No mais, o texto termina apelando para uma imagem fortíssima, segundo a qual Esplanada foi a “primeira cidade da América do sul a expulsar a Igreja”, ou seja, tratava-se de uma “cidade sem Deus”. Assim, o castigo logo viria, exatamente como ocorreu com Pompéia, fulminada pelas lavas do Vesúvio. Ademais, o frei buscou frisar um possível efeito propagador desse suposto ato praticado pelos políticos contra a Igreja Católica em Esplanada, apelando para a ideia de um perigo que estava a rondar a todos.

No dia seguinte à publicação, a repercussão do artigo chegou ao Plenário da Assembleia Legislativa da Bahia. Em sessão extraordinária, no grande expediente da Casa, o deputado estadual udenista José Alcântara subiu a tribuna para discursar sobre o artigo. Em seu pronunciamento proferiu os seguintes termos:

<sup>394</sup> Ibidem, p. 74.

<sup>395</sup> Jornal *A Tarde*, 30 mar. 1964. p. 2.



Sr. Presidente, Srs. Deputados, hoje o meu discurso é de estranheza e de protesto. De estranheza, porque li no “A Tarde” de ontem um artigo que calou, profundamente, no meu espírito e na minha alma de cristão. Sr. Presidente, o artigo a que refiro diz o seguinte: “Esplanada é hoje cidade sem Deus” (...) Mas, Sr. Presidente, Esplanada é o berço de Severino Vieira, é o berço de José Joaquim Seabra, é o berço do Sr. Deputado Ênio Mendes. Não acredito que, naquela cidade, tenham deixado de repicar os sinos porque uma terra sem Deus o que vale? Não posso acreditar que em Esplanada tenham expulsado os Capuchinhos que construíram, ali, uma Igreja e outras obras de suma importância para aquele município. E não posso acreditar que, nesta Casa, uma voz não se levante quando temos sobre a nossa cabeça o Cristo, que é o Chefe Supremo de Todos nós. Não posso acreditar e chamo ao debate o meu amigo Sr. Deputado Ênio Mendes para que venha dizer a esta Casa se isto é verdade, porque, se for verdade, eu daqui lanço meu protesto em nome da Bahia católica.<sup>396</sup>

O deputado Ênio Mendes, presente na Sessão, ao ouvir as palavras do deputado José Alcântara, pediu um aparte e logo se manifestou:

Sr. Deputado José Alcântara, infelizmente, Esplanada não é berço de Severino Vieira, nem de José Joaquim Seabra. Por aí, pode medir V. Exa a autenticidade daquilo que, lamentavelmente, o jornal “A Tarde” assumiu a responsabilidade de transcrever, porque não acredito que a nota seja redacional, se bem que assim seja apresentada. O Dr. José Joaquim Seabra nasceu em Salvador. “A Tarde” deveria saber disso. Dr. Severino Vieira nasceu na cidade de Conde, na minha região. O que ocorreu, realmente, em Esplanada, Deputado José Alcântara, será motivo para um pronunciamento meu desta tribuna que V. Exa agora ocupa. Felizmente, chegando eu na terça-feira a Esplanada, encontrei nas ruas uma procissão religiosa, como sempre ocorreu nos dias da Semana Santa, em minha terra. A procissão estava em plena rua e o povo de minha cidade acompanhando-a. Pela nota que V. Exa. leu, diz que inclusive a procissão saiu apenas porque os serventes do Convento conduziram os andores. Vê V. Exa, mais uma “verdade” da nota. Terceiro, que o Convento de Esplanada foi fechado. Na terça-feira, após a procissão os Frades Capuchinhos fecharam a igreja e não realizaram durante a Semana Santa os atos religiosos. Mas, no domingo, ante-ontem, reabriram a igreja e celebraram missa, celebraram no dia de ontem. Posso afirmar isso porque chegou gente de minha terra hoje. Esta mais uma “verdade”.<sup>397</sup>

Após buscar tecer críticas ao conteúdo publicado no *A Tarde*, o deputado Ênio Mendes seguiu seu aparte apresentando outra versão para o episódio conflituoso entre religiosos e políticos em Esplanada:

Agora o esclarecimento final, sobretudo. O que houve foi um incidente que pode ser resumido no seguinte: existe, em minha terra, uma praça de nome Nossa Senhora de Pompéia. Essa praça existe há sessenta anos. Há sessenta anos, repito. Agora, repentinamente, os Frades Capuchinhos acharam por bem murar um recanto dessa praça, exatamente aquele que fica contíguo ao Convento, alegando serem seus possuidores. Mesmo que o fosse por escritura pública há de convir V. Exa, se bem que não seja advogado, mas por uma questão de foraz comum, de senso comum, V

<sup>396</sup> ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA BAHIA (ALBA). Ata da Sessão de 31 de Março de 1964 publicada no Diário da Assembleia em 3/04/1964. Local: Salvador, Bahia, Brasil. Arquivo da ALBA. pp. 7-8.

<sup>397</sup> ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA BAHIA (ALBA). Ata da Sessão de 31 de Março de 1964 publicada no Diário da Assembleia 3/04/1964. Local: Salvador, Bahia, Brasil. Arquivo da ALBA. p. 8.

Exa. Sabe que o que é público durante muito tempo, menos até de sessenta anos, torna-se servidão pública, e mesmo que houvesse sido, em algum tempo, propriedade deles, a esta altura, é servidão pública. Então a Câmara de Vereadores e a Prefeitura se rebelaram contra a decisão de murarem aquele trecho da praça. Em razão disso, os frades Capuchinhos fecharam a igreja nos dias da Semana Santa, e tentando uma jogada política no caso, jogaram a Câmara de Vereadores e a Prefeitura contra a população de Esplanada, eu posso declarar a V. Exa que 80% da população de Esplanada deixou de atender a dramaticidade em que foi colocado o problema e considerou a Câmara de Vereadores e a Prefeitura com a razão. Nisso, Deputado José Alcântara, não vai, sem absoluto, contra nenhum princípio religioso. Se houve alguma posição tomada levando o problema religioso, isso foi a responsabilidade absoluta dos Frades capuchinhos.<sup>398</sup>

O deputado Ênio Mendes fundamentado em sua formação de Bacharel em Direito justificou a posição da Prefeitura de Esplanada em doar o terreno reclamado pelos frades capuchinhos que seria na verdade um terreno público, portanto, pertencente ao município. O político esplanadense teve a preocupação de frisar que não houve nenhuma agressão aos princípios religiosos, fato mencionado pelo deputado udenista José Alcântara. Enfim, o parlamentar buscou defender seu grupo político desconstruindo a nota publicada em *A Tarde* e demonstrando o suposto equívoco de má fé dos Frades Capuchinhos em Esplanada.

Apesar dos debates na Assembleia Legislativa da Bahia estarem centrados no caso da cidade de Esplanada, por conta do conflito com os Frades Capuchinhos, a sociedade brasileira no geral estava em estado de alerta. No dia anterior, 30 de março, o presidente Jango participou de reunião em comemoração ao aniversário da Associação de suboficiais e sargentos da Guanabara, realizado no Automóvel Clube no Rio de Janeiro. Na ocasião, o presidente fez um discurso inflamado, mandando um recado para os setores da *direita* brasileira que estavam entrincheirados contra a inclinação do seu governo para as *esquerdas*, principalmente após o comício da Central e a mensagem ao Congresso Nacional. Conforme Dênis Moraes, o pronunciamento de João Goulart na ocasião pautou por três pontos. 1º) “A reação não impediria a marcha de seu governo na direção dos interesses populares;” 2º) “o Congresso continuaria aberto;” 3º) “as reformas de bases humanas e cristã” seriam executadas, apesar da ação de “grupos de pressão que hoje controlam facções políticas, agências de publicidade e órgãos de cúpula das classes empresariais”.<sup>399</sup> O discurso do presidente foi transmitido ao vivo pela televisão e significou supostamente mais uma afronta para os grupos conservadores. Além do mais, a simples presença de Goulart no evento já configurava para seus opositores mais uma afronta a hierarquia militar, afinal, era uma

<sup>398</sup> ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DA BAHIA (ALBA). Ata da Sessão de 31 de Março de 1964 publicada no Diário da Assembleia em 3/04/1964. Local: Salvador, Bahia, Brasil. Arquivo da ALBA. p. 8.

<sup>399</sup> MORAES, Dênis. *A esquerda e o golpe de 1964*. São Paulo: Expressão Popular, 2011. p. 115.

cerimônia de subalternos militares em que o presidente, como comandante-em-chefe das Forças Armadas, estava participando.

A crise política no Brasil tinha chegado ao extremo com os acontecimentos de março de 1964, insuflada ainda pela grave crise econômica. Os caminhos para solucioná-la poderiam ser muitos se os diferentes grupos sociais brasileiros estivessem dispostos a chegar a um acordo político, evidentemente arcando com o ônus de recuar das suas propostas. Como pontuou Argelina Figueiredo, durante o governo Goulart ficou difícil “a construção de um compromisso que combinasse democracia e reformas em um projeto político consistente”.<sup>400</sup> Tanto setores da *direita*, quanto da *esquerda* tinham como mote a defesa da democracia, mas para a primeira, a ordem democrática significava a manutenção da constituição liberal de 1946. Para alguns setores da *esquerda*, a democracia significava modificar a constituição para realizar as reformas, sem romper totalmente com o sistema político, e na verdade buscando aprimorá-lo para torná-lo mais igualitário, caso específico do deputado estadual Ênio Mendes de Carvalho e o federal Hélio Ramos que frisavam em seus discursos públicos justamente essa perspectiva. Nesse processo, sem espaços para acordos, a direita partiu para o ataque, e contraditoriamente rasgou a própria constituição com o argumento de defendê-la. Muitos sujeitos que em 1961 ficaram com a legalidade em defesa da posse de Jango, assim como apoiaram o retorno ao presidencialismo, agora articulavam a derrubada do presidente. Mas, em meio a essas questões, devemos reconhecer que se *direta* e *esquerda* chegassem a um compromisso quem sairia em desvantagem em seu programa seria a *esquerda*, afinal, a *direita*, mesmo cedendo em algumas demandas, buscava manter privilégios assim como aprofundá-los dentro da ordem do capital, a *esquerda* trazia uma demanda histórica de longos anos de espoliação dentro dessa ordem.

Após todos os acirramentos de março, uma conspiração sob o controle das ordens do general Humberto de Alencar Castelo Branco, chefe do Estado Maior do Exército, já previa um golpe contra o governo Jango para o dia 2 de abril de 1964,<sup>401</sup> porém, outra realidade se impôs e outros sujeitos deram a largada. A ação partiu de militares e civis do estado de Minas Gerais com uma operação iniciada ainda na madrugada de 31 de março e só se tornaria pública muitas horas depois.

---

<sup>400</sup> FIGUEIREDO. Op.cit., p. 187.

<sup>401</sup> BANDEIRA. Op.cit., p. 329.

## 5. O golpe de 1964 e a situação esplanadense

Opositores do presidente João Goulart em Minas Gerais rebelaram-se contra seu governo e aos militares coube o protagonismo de fato. Ainda nas primeiras horas de 31 de março de 1964, da cidade de Juiz de Fora, o general Olímpio Mourão Filho, comandante da 4ª Região Militar, partiu em marcha para o estado da Guanabara com o plano de invadir o ministério da guerra e angariar apoios para a deposição de Jango. A operação contava com a contribuição do general Luís Carlos Guedes, comandante do 4º Regimento Divisionado, que tinha sede em Belo Horizonte.<sup>402</sup> A ação de Mourão recebeu o nome de “Operação Popeye”.<sup>403</sup> Nesse ínterim, o governador Mineiro, Magalhães Pinto, apresentava-se em manifesto público como o líder civil do movimento para destituir o presidente<sup>404</sup> e posteriormente seria acompanhado com o apoio do governador da Guanabara Carlos Lacerda e de São Paulo Adhemar de Barros.

O general Humberto de Alencar Castelo Branco, chefe do Estado Maior do Exército, que se encontrava no Rio de Janeiro, foi um dos primeiros a ser informado da marcha de Mourão Filho, através do deputado Armando Falcão.<sup>405</sup> Como líder de uma conspiração maior para derrubar o presidente, Castelo Branco ficou surpreso com a “precipitação” da ação por parte de conspiradores de Minas Gerais.<sup>406</sup> O militar entrou em contato com o general Guedes e com o governador Magalhães Pinto na tentativa de que eles recuassem a marcha de Mourão, pois não seria possível fazer as articulações necessárias, e poderiam ser derrotados.<sup>407</sup> Castelo não obteve sucesso no seu pedido. Se reunindo com conspiradores como general Ernesto Geisel e general Cordeiro de Farias, acabou concluindo que não tinha como voltar atrás e a atitude naquele momento deveria ser a de dar suporte para a situação ter um desfecho “positivo”, ou seja, a derrubada do governo Goulart. Assim, ordenou ao general Carlos Muricy que fosse encontrar as tropas de Mourão e assumisse o seu comando.<sup>408</sup>

O presidente João Goulart se encontrava no Rio de Janeiro no Palácio das Laranjeiras quando soube, por telefone, do golpe que se encaminhava contra seu governo. O informante foi o então senador Juscelino Kubitschek (PSD), que foi avisado pelo deputado José Maria

<sup>402</sup> FERREIRA, Jorge. *João Goulart...* Op.cit., 2011. p. 470.

<sup>403</sup> Ibidem, p. 470.

<sup>404</sup> FERREIRA; GOMES. Op.cit., p. 335.

<sup>405</sup> SILVA, Hélio. Op.cit., p. 279.

<sup>406</sup> FERREIRA, Jorge. *João Goulart...* Op.cit., 2011. p. 471.

<sup>407</sup> GASPARI, Elio. *I. A Ditadura Envergonhada*. As ilusões armadas. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014. p. 73.

<sup>408</sup> FERREIRA. *João Goulart...* Op.cit., 2011. p. 471.

Alckmin, que se encontrava em Minas.<sup>409</sup> Do palácio, o presidente passou a manter conferências com ministros de Estado e chefes militares.<sup>410</sup> Sua atitude inicial foi planejar implementar uma forte repressão contra o governador Magalhães Pinto, entretanto, o ex-ministro das relações exteriores, San Tiago Dantas, preveniu Jango de que a atitude de Minas estava respaldada pelo Estados Unidos.<sup>411</sup> Naquele mesmo dia, após o levante, o embaixador americano Lincoln Gordon, solicitou a Washington que fosse colocada em prática a *Operação Brother Sam*. O objetivo era enviar ao Brasil uma força-tarefa formada por diversos equipamentos militares e combustível.<sup>412</sup> Conforme Moniz Bandeira, a operação “não visava apenas a fornecer apoio logístico aos sublevados, mas também, a intervir militarmente no Brasil, se necessário”.<sup>413</sup> Jango sabia do possível apoio dos Estados Unidos, mas provavelmente ainda não tinha ciência da amplitude da *Operação Brother Sam*.

A ideia de reprimir diretamente o governador Magalhães Pinto foi abortada pelo presidente e seu dispositivo militar, mas Jango não ficou inerte frente à situação. Foram dadas ordens para militares legalistas saírem do Rio e interceptarem as tropas do general Mourão Filho, com o intuito de cessar a rebelião. Por volta do meio dia, via Avenida Brasil, partiram militares do Grupo de Obuses e do Regimento Sampaio. Da cidade de Petrópolis, partiu o 1º Batalhão de Caçadores.<sup>414</sup> Apesar da tensão, inicialmente a situação ainda parecia controlada para o Governo. O ministro da guerra de Jango, general Jair Dantas, estava hospitalizado e teoricamente os quatro exércitos estavam sem comando,<sup>415</sup> porém, o general Âncora, comandante do 1º Exército, com sede no Rio de Janeiro, estava do lado do presidente. No Rio Grande do Sul, sede do 3º Exército, o general Benjamim Galhardo também estava com a legalidade. As incógnitas permaneciam com general Amaury Kruel, que estava sob o comando do 2º Exército com sede em São Paulo, e o general Justino Alves, comandante do 4º Exército que correspondia ao Nordeste. Ambos não se posicionaram abertamente sobre o que estava acontecendo.

Mesmo com suas dificuldades de saúde, o ministro da guerra, general Jair Dantas, tomou algumas medidas. Retirou o general Benjamim Galhardo do Comando do 3º Exército e o nomeou chefe do Estado Maior do Exército. Além disso, ordenou a prisão do general

---

<sup>409</sup> SILVA, Hélio. Op.cit., p. 291.

<sup>410</sup> Ibidem, p. 291.

<sup>411</sup> FERREIRA. Jorge. *João Goulart...*Op.cit., 2011. p. 471.

<sup>412</sup> BANDEIRA. Op.cit., p. 331.

<sup>413</sup> Ibidem, p. 332.

<sup>414</sup> GASPARI. Op.cit., p. 74.

<sup>415</sup> FERREIRA. Jorge. *João Goulart...*Op.cit., 2011. p. 477.

Castelo Branco, acusado de conspirador.<sup>416</sup> Castelo, fugiu do prédio do ministério da guerra juntamente com o general Geisel, e passou a se esconder “num apartamento na Avenida Atlântica”.<sup>417</sup> No comando do 3º Exército assumiu o general Ladário Teles, fiel ao presidente. Mas, as dificuldades de saúde do ministro Dantas não o sustentaram no cargo e Jango nomeou para novo ministro da guerra o general Âncora.<sup>418</sup>

Ao longo do dia 31 de março de 1964, o presidente conferenciou no Palácio Laranjeiras com ministros, líderes sindicais e militares, além de receber muitas propostas para cessar o movimento. Dentre os conferencistas esteve o chefe do Estado Maior das Forças Armadas, general Pery Constant Bevilaqua, que informou a Goulart que poderia manter seu mandato se adotasse uma política contra as greves e uma reformulação ministerial, assim poderia negociar a situação.<sup>419</sup> Jango não aceitou. O senador Kubitschek foi outro conferencista e sugeriu que o presidente ainda poderia preservar seu mandato, mas para isso teria que se desvencilhar do CGT e dos comunistas. Entretanto, como resposta, Goulart disse que isso seria um sinal de fraqueza, e que não poderia se permitir.<sup>420</sup>

Uma das estratégias de Jango foi manter contato com chefes dos quatro exércitos tentando sustentar seu apoio.<sup>421</sup> O general Justino Alves, em conversa por telefone com o presidente, foi questionado sobre a posição do seu exército no Nordeste, e respondeu que estava apenas de prontidão.<sup>422</sup> Na verdade, o general esperava o desenrolar da situação para não se comprometer e buscava “dar tempo ao tempo”.<sup>423</sup> Em Salvador, sede da 6ª Região Militar (Bahia-Sergipe), o general Manoel Mendes Pereira, comandante da Região, seguiu o posicionamento do seu superior o general Justino Alves, e também colocou suas tropas em prontidão nas terras baianas e sergipanas. Os contatos entre o comandante do 3º Exército e o comandante da 6ª Região se faziam através de rádio.<sup>424</sup> Mesmo com essa ideia de prontidão, na prática, ações repressivas já estavam ocorrendo nos territórios do 3º Exército, e na 6ª Região. Exemplo dessa situação foi a invasão da residência universitária da Universidade da Bahia no bairro do Corredor da Vitória em Salvador, onde a Polícia Militar, sob o comando do secretário de segurança pública do estado, coronel Francisco Cabral, prenderam estudantes

---

<sup>416</sup> Ibidem, p. 481.

<sup>417</sup> GASPARI. Op.cit., p. 78.

<sup>418</sup> BANDEIRA. Op.cit., p. 339.

<sup>419</sup> GASPARI. Op.cit. p. 79.

<sup>420</sup> *Jornal do Brasil*. 19 de Dez. de 1976. p. 4.

<sup>421</sup> FERREIRA. Op.cit., p. 480.

<sup>422</sup> SILVA, Hélio. Op.cit., p. 302.

<sup>423</sup> Ibidem, p. 302.

<sup>424</sup> *Jornal Estado da Bahia*, 1 de abr. de 1964. p. 1.

e professores, além da invasão de prédios universitários como da Faculdade de Ciências Econômicas.<sup>425</sup>

Na noite de 31 de março, o governador da Bahia Lomanto Júnior, recebeu informações por telefone do general Justino Alves sobre a situação de “prontidão”. Em seguida, também por telefone, Lomanto teve uma longa conferência com o presidente João Goulart.<sup>426</sup> O governador baiano, em sua ligação com o presidente, garantiu a Jango que lançaria um manifesto de repúdio ao golpe e de apoio à legalidade.<sup>427</sup> Jango também contava que o general Justino Alves não debandaria para o lado dos revoltosos.<sup>428</sup> Na madrugada de 31 de março para 1º de abril, Lomanto Júnior ainda se encontrou com líderes sindicais baianos na sede do *Jornal da Bahia* para avaliar a situação em que se encontrava o estado.<sup>429</sup>

No dia 1º de abril, cumprindo a promessa que fez a Goulart, o governador Lomanto lançou um manifesto ao povo baiano que foi divulgado na imprensa:

O Governador do Estado, ao tomar conhecimento das graves ocorrências no Sul do país, reuniu-se, para o estudo da situação, com os Comandantes Militares. Acha-se o Governo em condições de garantir, com a cooperação das Forças Armadas, a paz e a ordem no território da Bahia. Na disposição de contribuir para a manutenção, a todo custo, do regime democrático, o Governo baiano está certo de contar, para este objetivo, com o decidido apoio da população do Estado concitando o povo conservar-se tranquilo e confiante, seguro está de que os baianos mais uma vez darão ao Brasil, neste momento crucial, o testemunho da moderação e do patriotismo que tem caracterizado sua participação na vida nacional. A Bahia lança neste instante um veemente apelo à Nação para que, sensível aos seus sentimentos cristãos, não permita a destruição de sua paz interna repelindo a ameaça da guerra, que ora se esboça. O Governo da Bahia, coerente com os seus pronunciamentos anteriores, manifesta-se firmemente pela defesa da legalidade democrática, com a preservação dos poderes constituídos, repudiando, por isso mesmo, qualquer tipo de ditadura.<sup>430</sup>

O posicionamento do chefe do executivo baiano, apelando para um suposto sentimento cristão da nação brasileira, buscou manter uma sintonia com os chefes militares, os generais Justino Alves e Manoel Mendes Pereira, que “apenas” estavam em “prontidão”. Ao mesmo tempo, Lomanto buscou repudiar a ação de derrubada de Jango acionando a defesa da constituição. Além de lançar o seu manifesto, o governador baixou um decreto

<sup>425</sup> UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA (UFBA). *Relatório Final da Comissão Milton Santos de Memória e Verdade* (UFBA). Local: Salvador, Bahia, Brasil. Data: 18 de agosto de 2014. pp. 9-10. Uma análise mais densa sobre os impactos do Golpe de 1964 na Universidade Federal da Bahia pode ser encontrada em: BRITO, Antonio Maurício Freitas. *O Golpe de 1964, o movimento estudantil na UFBA e a resistência à ditadura militar (1964-1968)*. Tese – Doutorado em História. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.

<sup>426</sup> *Jornal Estado da Bahia*. 1 de abr. de 1964. p. 1.

<sup>427</sup> DÓRIA, Seixas. *Eu, Réu sem crime*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Editora Equador. 1965. p. 48.

<sup>428</sup> *Ibidem*, p. 48.

<sup>429</sup> OLIVEIRA JR, Franklin. *Op.cit.*, 1995.

<sup>430</sup> *Jornal Estado da Bahia*, 1 de abr. de 1964. p. 1.

determinando a paralisação das aulas nas escolas do estado.<sup>431</sup> Como deixava transparecer, Lomanto temia que a situação fosse desembocar em “qualquer tipo de ditadura”, afinal, o governador tinha interesses nas eleições presidenciais de 1965. Em tempo do manifesto do chefe do Poder Executivo baiano, o Sindicato dos Ferroviários da Viação Férrea Federal Leste Brasileiro (VFFLB), em atitude de resistência ao golpe, decretou greve geral no Estado tendo adesão em várias regiões como nas cidades de Itabuna e Ilhéus. A sede do sindicato em Salvador ficou vigiada pela polícia.<sup>432</sup> Com a mesma pretensão de resistência ao golpe, membros da Política Operária e do PCB “chegaram a enviar militantes aos municípios do interior”,<sup>433</sup> mas a ação não surtiu efeito eficaz.<sup>434</sup>

A situação do presidente João Goulart aos poucos degradingolava. A conspiração só aumentava e suas ações para derrotar o golpe pareciam não surtir efeito. As tropas enviadas para conter a marcha de Mourão Filho aderiram ao movimento.<sup>435</sup> O general do 2º Exército Amauri Kruel também acabou se aliando a sublevação, o que rendeu uma grande desvantagem ao presidente.<sup>436</sup> Jango entrou em contato com Kruel algumas vezes, e chegou a receber uma proposta do general, a qual não se diferenciou muito das que vinha recebendo ao longo do dia. Nas condições propostas pelo general, que era seu compadre, Jango deveria realizar “o fechamento do CGT, da UNE e outras organizações populares,” além de fazer uma “intervenção nos sindicatos e afastamento” de seus auxiliares que fossem “apontados como comunistas”. Jango mais uma vez não cedeu, se recusando a abandonar a sua base de apoio.<sup>437</sup>

Na manhã de 1º de abril de 1964 a situação do presidente na cidade do Rio de Janeiro não estava mais segura. A própria Polícia Militar do estado, sob ordens do governador Carlos Lacerda, marcava presença intensa “nos pontos estratégicos e de acesso à cidade, nas estações ferroviárias, nas rodoviárias e nos aeroportos”.<sup>438</sup> Sem segurança e percebendo que a situação estava praticamente irreversível, no fim da manhã de 1º de abril Jango deixou o Palácio das Laranjeiras e seguiu em direção à Brasília.<sup>439</sup> A saída do presidente da Guanabara foi divulgada como a “vitória da Revolução” e associações, sindicatos e alguns jornais foram

<sup>431</sup> *Jornal Estado da Bahia*, 1 de abr. de 1964. p. 1.

<sup>432</sup> *Jornal Estado da Bahia*, 1 de abr. de 1964. p. 1.

<sup>433</sup> OLIVEIRA JR. Op.cit., p. 367.

<sup>434</sup> Para maiores informações sobre a trajetória da organização Política Operária e mesmo sobre suas relações com o PCB e outras organizações da esquerda brasileira ver COELHO, Eurelino; GOMES Igor. Para a História da POLOP (1961-1983): debate historiográfico e apontamentos iniciais de pesquisa. In: SILVA, Elizete da; NEVES, Erivaldo Fagundes (Orgs.). Op.cit., 2014.págs 45 à 61.

<sup>435</sup> FERREIRA. Op.cit. p. 485.

<sup>436</sup> D'ARAÚJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon, CASTRO, Celso. *Visões do golpe: 12 depoimentos de oficiais que articularam o golpe militar de 1964*. 3.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2014. p. 31.

<sup>437</sup> BANDEIRA. Op.cit., p. 338.

<sup>438</sup> SILVA, Hélio. Op.cit., p. 294.

<sup>439</sup> BANDEIRA. Op.cit., p. 340.



depredados por exaltados.<sup>440</sup> Ainda no Rio de Janeiro, o general Arthur Costa e Silva tomou o ministério da guerra e se auto-intitulou ministro, argumentando ser o general com mais tempo de serviço no Exército. Sendo reconhecido pelos demais militares que estavam presentes, instaurou o que intitulou “Comando Supremo da Revolução”.<sup>441</sup> Esse “Comando Supremo” ainda esteve formado pelo brigadeiro Francisco de Assis Correia de Melo e pelo vice-almirante Augusto Rademaker.<sup>442</sup>

Com os ventos soprando a favor da derrubada do presidente, o general Justino Alves assumiu realmente sua posição em favor do golpe e decretou oficialmente a adesão do 4º Exército, prendendo o governador de Pernambuco Miguel Arraes (PSB).<sup>443</sup> Através do Rádio, Justino Alves se comunicou com o general Manoel Mendes Pereira em Salvador e informou seu posicionamento emitindo a seguinte mensagem: “Este comando e todo Quarto Exército estão solidários [com os] companheiros [que] se batem pelo restabelecimento da legalidade democrática. Lançarei nos próximos momentos proclamação a nação”.<sup>444</sup> As ações repressivas que já estavam sendo desempenhadas, agora passariam a tomar fôlego.

O general Manoel Mendes Pereira prontamente buscou cumprir as ordens do seu superior, e também lançou um manifesto a 6ª Região Militar:

O comandante da Sexta Região Militar atento aos preceitos da Constituição da República que destinam as Forças Armadas a defesa da Pátria, dos poderes constitucionais da lei e da ordem não poderia, nesta oportunidade, deixar de expressar a firmeza de atitudes desta Região Militar que não permitirá que seja perturbada a tranquilidade da família brasileira e, em particular, nos Estados da Bahia e Sergipe. Pautado pela compreensão do dever militar, integrado no respeito a nossa intangível Carta Magna, dentro do clima do mais absoluto respeito às leis estruturais do nosso glorioso Exército, a hierarquia e a disciplina, coesa está a tropa sob meu comando para o cumprimento de suas missões até o sacrifício extremo. O descalabro administrativo, reflexo da inépcia dos responsáveis pelos destinos do povo através de uma sequência de fatos, lançou o País no caos econômico, aviltou o cruzeiro e atirou a nação numa crise sem precedentes. Desmandou-se o governo chegando mesmo a pretender esfacelar a nossa co-irmã, a Marinha de Tamararé. – Chegou a hora do Basta. Neste momento histórico para a nacionalidade, como integrantes do IV Exército, a valorosa Sexta Região Militar, queremos significar aos habitantes do território desta Região – Bahia e Sergipe – que, oferecemos a nossa adesão ao 4º Exército e 4ª Divisão de Infantaria nesta luta pela manutenção das liberdades democráticas contra a comunização de nossa Pátria.<sup>445</sup>

Podemos perceber no discurso do comandante da 6ª Região, questões levantadas pelos líderes militares sobre o golpe contra o governo Jango como uma ação de “defesa aos

<sup>440</sup> SILVA, Hélio. Op.cit., p. 296.

<sup>441</sup> FERREIRA; GOMES. Op.cit., p. 360.

<sup>442</sup> D'ARAUJO; SOARES; CASTRO. Op.cit., p. 31.

<sup>443</sup> FERREIRA. Op.cit., p. 486.

<sup>444</sup> *Jornal Estado da Bahia*, 1 de abr. de 1964. p. 1.

<sup>445</sup> *Jornal Estado da Bahia*, 1 de abr. de 1964. p. 1.

preceitos da constituição”, “defesa da pátria”, respeito “a hierarquia militar”, contra o “caos econômico”, e contra a “comunização”. Com a adesão do comando do 4º Exército e da 6ª Região Militar, a situação do governador Lomanto Júnior se complicava frente a sua defesa da manutenção do presidente João Goulart. Ademais, sua paradoxal base de sustentação política não lhe dava nenhuma segurança, pois próceres da UDN e do PL – o ex-governador Juracy Magalhães (UDN), o deputado federal Antonio Carlos Magalhães (presidente estadual da UDN) e o deputado federal Luís Vianna Filho (PL) – estavam empenhados na derrubada do presidente. Ainda em 1º de abril, Lomanto conferenciou com o governador de Sergipe, Seixas Dória, que regressava do Rio de Janeiro e seguia em direção às terras sergipanas, onde acabou preso.<sup>446</sup>

Em meio a essa situação, o comando militar da Bahia não perdeu tempo e, por garantia, também efetuou a prisão do governador.<sup>447</sup> Ao que parece, o chefe do poder executivo baiano não foi encaminhado para nenhum quartel militar no estado, visto que não saiu nenhuma nota da imprensa baiana. Podemos supor que o governador ficou detido no próprio palácio governamental sem gerar estardalhaços nos meios político e social. No Parlamento baiano, na sessão do dia 1º de abril, o presidente da Assembleia de forma aparentemente imprevisível, suspendeu a sessão e solicitou que os parlamentares permanecessem na Casa Legislativa para aguardar o desenrolar dos acontecimentos.<sup>448</sup>

Já estando em Brasília, via rádio, o presidente João Goulart se comunicou com o general Ladário Telles que tinha assumido o comando do 3º Exército no Rio Grande do Sul e chamou Jango para partir em direção a Porto Alegre, com o intuito de resistir ao golpe.<sup>449</sup> Em seguida, Jango dialogou com Leonel Brizola, que lhe deu também garantias de resistência no Sul. Jango aceitou.<sup>450</sup> Ao longo da tarde e noite do dia primeiro, o presidente se reuniu com membros do seu governo na Granja do Torto. Já entrando na madrugada do dia 2 de abril, Goulart partiu de Brasília para Porto Alegre.<sup>451</sup> No Aeroporto Militar foi acompanhado por vários apoiadores e exemplo de Waldir Pires. Chegando ao Sul, optou por não reagir com um confronto militar contra os golpistas.<sup>452</sup>

Ao mesmo tempo em que Jango fazia um movimento de partida para o Sul do País, o Congresso Nacional se reuniu em sessão para formalizar e demarcar a face civil do golpe de

<sup>446</sup> DÓREA. Op.cit., p. 53.

<sup>447</sup> Divulgação feita no *Jornal do Brasil* 12 anos após o Golpe na edição de 19 de Dezembro de 1976. p. 4.

<sup>448</sup> ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA BAHIA (ALBA). Ata da sessão de 1/04/1964 publicada no Diário da Assembleia em 8/4/1964. Local: Salvador, Bahia, Brasil. Arquivo da ALBA. p. 28.

<sup>449</sup> TAVARES, Flávio. *1964: o golpe*. 1.ed. Porto Alegre, RS: L&PM, 2014. p. 17.

<sup>450</sup> *Ibidem*, pp. 17-18.

<sup>451</sup> D'ARAUJO; SOARES; CASTRO. Op.cit., p. 31.

<sup>452</sup> *Ibidem*, p. 31.

Estado. O presidente do senado, Auro de Moura Andrade, decretou a vacância do cargo de presidente da república e o presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzilli, foi convocado a assumir temporariamente a presidência. O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Álvaro Ribeiro da Costa, legitimou a posse do deputado Ranielli Mazilii e o então ministro da guerra, General Costa e Silva, enviou proteção militar para o novo presidente.<sup>453</sup> Segundo Thomas Skidmore, essa atitude do Congresso não possuía “base constitucional”, mas proporcionou uma “saída lógica e oportuna para crise”. Os opositores do presidente Jango no Parlamento sabiam que não contavam com a maioria dos votos para emplacarem o *impeachment* do presidente de acordo com os artigos 88 e 89 da Carta Magna. Ademais, eles não estavam com disposição para aguardar que Jango saísse fugido do Brasil, “violando, com isso, o artigo 66, que exigia aprovação do Congresso para viagens do presidente ao exterior”.<sup>454</sup>

Ainda no dia 2 de abril de 1964, o embaixador dos Estados Unidos no Brasil, Lincoln Gordon, que se encontrava no Rio de Janeiro, informou aos seus superiores em Washington, em uma conferência via Telex, que já seria necessária a decretação dos Estados Unidos de reconhecimento da nova situação política do País. Na mesma conferência, o embaixador informou a prisão do governador baiano Lomanto Júnior, além da prisão do prefeito de Salvador, Virgildásio Senna. Para Gordon, a situação do país já se encontrava pacificada.<sup>455</sup> Ao longo do dia 2 de abril, as tropas do general Mourão Filho chegaram na cidade do Rio de Janeiro e desfilaram pela Avenida Brasil, deslocando-se para a avenida presidente Vargas com o intuito de chegar ao ministério da guerra “onde se apresentariam ao general Costa e Silva”.<sup>456</sup>

O golpe estava vitorioso e com um discurso de “Revolução”. O limitado e frágil regime democrático brasileiro, instaurado em 1945 e avalizado pela Constituição Federal de 1946, estava arruinado. Foi posto abaixo o governo de um presidente que mesmo sem romper com a lógica do capital, buscou reformar as estruturas do país com um viés nacionalista e de *esquerda*. Com Jango, também caía uma conjuntura política favorável às mobilizações e ações diretas de grupos sociais afinados com novos horizontes para o Brasil, horizontes menos excludentes e desiguais. Com a queda do janguismo, as lutas das *esquerdas* sofriam literalmente um duro golpe.

---

<sup>453</sup> FERREIRA; GOMES. Op.cit., p. 364.

<sup>454</sup> SKIDMORE. Op.cit., p. 347.

<sup>455</sup> Divulgação feita no *Jornal do Brasil* 12 anos após o Golpe na edição de 19 de dezembro de 1976. p. 4.

<sup>456</sup> FERREIRA; GOMES. Op.cit., p. 364.

Com a chegada das tropas de Mourão no Rio de Janeiro no dia 2 de abril, o peso da repressão começara a derrubar mais intensamente aliados e simpatizantes do governo Jango em todo país. O próprio presidente, já deposto do cargo, seguiu com sua família para o exílio no Uruguai. Membros do seu governo também seguiram para o mesmo destino, como o consultor geral da república Waldir Pires e o chefe da Casa Civil Darcy Ribeiro. Waldir Pires, em entrevista que nos concedeu em 2012, analisou o momento do golpe com as seguintes palavras:

O golpe de Estado foi um Golpe de Estado armado e feito pelas forças mais reacionárias do Brasil, que controlavam o Parlamento e também com o apoio decisivo dos Estados Unidos. Fazer com o Brasil isso era uma coisa que realmente, na tática deles, fundamental, que o Brasil estivesse enfraquecido, e o Brasil se tornou a ditadura que foi por vinte e um anos. Mas, nós resistimos até o último instante. Darcy Ribeiro que era o ministro da Casa Civil, e eu que era o Consultor Geral da República, nós fomos os últimos a sair do Palácio do Planalto naquela madrugada de dois de abril. Eles fizeram tudo para impedir que se noticiasse o primeiro de abril, porque era um primeiro de abril redondo pra população mesmo, como foi a mentira gigantesca.<sup>457</sup>

O depoimento do ex-consultor geral da república do governo do presidente João Goulart é marcado por um forte ressentimento de alguém que teve sua vida política e social ceifada em um momento de ascensão, e identifica seus adversários, “as forças reacionárias do Brasil” e “com o apoio decisivo dos Estados Unidos”. Waldir Pires buscou reafirmar em sua memória a sua atitude de resistência ao golpe até o último momento, quando teve que fugir. Com isso, demarcou também o seu posicionamento de opositor a tudo que aconteceu posteriormente, ou seja, os vinte e um anos de ditadura.

Voltando ao calor dos acontecimentos de 1964, no dia 2 de abril, a Assembleia Legislativa Baiana realizou uma Sessão Extraordinária, na qual a deposição do presidente João Goulart foi o tema central, recebendo defesa do deputado udenista Wilson Lins, e da deputada do PL Ana Oliveira, além de outros deputados que se posicionaram. No discurso de Wilson Lins, por exemplo, foram exaltados os nomes dos governadores que deram apoio imediato as Forças Armadas como Carlos Lacerda, Magalhães Pinto, Adhemar de Barros e Hildo Menegheti.<sup>458</sup> O nome do governador baiano, Lomanto Júnior, não foi citado nos discursos. Como pontuamos, Lomanto apresentou manifesto em apoio a João Goulart e acabou detido pelos militares após a adesão oficial dos comandos do 4º Exército e da 6ª Região Militar. Entretanto, sua condição de preso político e resistente ao golpe acabou

<sup>457</sup> Entrevista concedida pelo Senhor *Waldir Pires* ao pesquisador Thiago Machado. Local: Salvador, Bahia, Brasil. Data: 29 de maio de 2012.

<sup>458</sup> ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DA BAHIA (ALBA). Ata da sessão de 2/04/1964 publicada no Diário da Assembléia em 8/4/1964. Local: Salvador, Bahia, Brasil. Arquivo da ALBA. p. 29.

revertida. Em comunicado na televisão, o governador fez um pronunciamento apoiando a ação dos militares contra o governo federal.<sup>459</sup> Difícil saber o que se passou nos bastidores da prisão de Lomanto para ele ter seu cargo mantido, afinal, sua adesão oficial se deu após o esfacelamento do governo Jango. Alguns estudos de autores baianos buscaram refletir sobre a “mudança” de lado de Lomanto, apesar de nenhum se debruçar sobre o processo de adesão do comando do 4º Exército e da 6ª Região Militar ao golpe, assim como a própria prisão do governador.

Na análise de Luís Henrique Dias Tavares, o mandato de Lomanto Júnior “foi mantido depois de negociações com os militares coordenadas pelo Arcebispo Primaz do Brasil, Cardeal Dom Augusto Álvaro da Silva.”<sup>460</sup> De fato, o Cardeal tinha uma boa relação com os militares e com Lomanto, além de ser declaradamente anti-janguista, anticomunista e a favor do golpe. Entretanto, Tavares não discorreu mais detidamente sobre essa negociação entre a maior autoridade católica do Brasil e os militares, nem tampouco indicou a origem dessa informação.

A análise de Paulo Fábio Dantas Neto primou pela manutenção do governo Lomanto sob a ótica dos acordos e estratégias políticas. Para este autor, “os Revolucionários” Baianos da UDN e do PL – Juracy Magalhães (UDN), Antonio Carlos Magalhães (UDN) e Luís Vianna Filho (PL) –, se isentaram de coordenar com os militares a vacância do Cargo do Executivo Baiano, porque Lomanto era considerado por eles como uma figura “inofensiva” para seus planos políticos, ademais “gozava de inegável popularidade, sendo inconveniente, além de desnecessário, cometer um ato antipático ao sendo comum”. Segundo Dantas Neto, esses “revolucionários” pautaram por manter o governador e capturar seu governo, algo que já vinham tentando fazer ao longo do seu primeiro ano de mandato em 1963. Assim, Lomanto permaneceu, mas sob a tutela governamental principalmente da UDN, aliada com o PL. A captura do seu governo se consolidaria “um mês depois, com a formação de novo secretariado” do governador.<sup>461</sup>

Além dessas duas perspectivas de análise sobre a manutenção do cargo de Lomanto, devemos também levar em consideração a disposição dos militares em aceitar a continuidade do governador, desde que ele se enquadrasse à nova ordem, afinal, Lomanto nunca foi um “problema” e estava longe de ser um homem de esquerda, propagando sempre um discurso anticomunista. O próprio poder de negociação do governador, que possuía um considerável

---

<sup>459</sup> DANTAS NETO. *Tradição, Autocracia e Carisma...* Op.cit. 2006. p. 240.

<sup>460</sup> TAVARES, Luís Henrique Dias. *História da Bahia*. São Paulo: UNESP, 2008. p. 477.

<sup>461</sup> DANTAS NETO. Op.cit., 2006. pp. 244-245.

capital político, deve ter interferido no desfecho da sua situação. Já no dia 6 de abril de 1964, Lomanto divulgou uma nota oficial explicando mais detidamente o seu enquadramento a nova situação, e nela dizia:

Os acontecimentos políticos e militares, que a partir da noite de 31 de março, vem emocionando a Nação revelam a que extremo chegou a infiltração comunista no organismo nacional, obrigando as forças Armadas do País a tomar das armas que a Nação lhes confiara para evitar que a onda vermelha nos engolfasse, esmagando a vontade da maioria democrática do povo brasileiro. Os inimigos da Pátria foram levados à derrota na primeira hora desta luta em defesa da democracia. Mas a grande tarefa do momento, quando acima de tudo urge preservar a paz da família brasileira e a continuidade das instituições políticas e jurídicas do país, o Governador da Bahia e as forças que com ele dividem as responsabilidades de responder pelos destinos do povo baiano, querem, sem vacilações nem equívocos reafirmar sua conhecida posição de repúdio a tudo o que represente negação aos princípios democráticos e cristãos, que sempre presidiram a vida e a História do nosso povo, reafirmação que se consubstancia na mais nítida e eloquente solidariedade a quantos na sua determinação patriótica livrarem o nosso País da ameaça comunista garantindo o clima de desenvolvimento político, econômico e social do Brasil.<sup>462</sup>

Na mensagem, o discurso enfatizado pelo governador não se referia mais à necessidade de defender poderes constituídos, de preservar a legalidade e repudiar ditadura como fez no 1º de abril. Quem era antes “poder constituído”, se transformou em seu discurso em “inimigos da pátria” e dos “princípios democráticos e cristãos”. Lomanto reordenou seu discurso dando ênfase ao anticomunismo buscando demonstrar uma coerência para sua “mudança” de posição. A nota do chefe do poder executivo baiano contou com a assinatura do seu corpo de secretários e de 38 Deputados estaduais dos partidos UDN-PL-PR-PTB-PDC-PST e PRP.

Já no dia 7 de abril de 1964, o comandante do 4º Exército, general Justino Alves, ao retornar do Rio de Janeiro para Recife, parou por cerca de 40 minutos na Base Aérea de Ipitanga no entorno da capital baiana. Na ocasião, foi recebido pelo comandante da 6ª Região, general Manoel Mendes Pereira, o chefe do Estado Maior, coronel Humberto de Souza Mello, e o próprio governador da Bahia. Segundo notícia do jornal *Estado da Bahia*, ocorreu uma reunião entre Lomanto Júnior e os militares em sala fechada da Base Aérea. Provavelmente o governador recebeu as orientações de procedimentos que deveria tomar mais profundamente após a sua manutenção. Com o fim da reunião, o general Justino Alves, antes de partir para Recife concedeu uma entrevista para a imprensa. Uma das questões levantadas pelos jornalistas ao general foi justamente sobre as relações que o seu exército estava mantendo com o governador Lomanto. Justino Alves prontamente respondeu: “As relações do 4º

---

<sup>462</sup> Jornal *A Tarde*, 7 de abr. de 1964. p. 3.

Exército com o nosso ilustre governador Lomanto Júnior são as mesmas que vem sendo mantidas de longas datas: excejantes e se processam num clima de maior admiração e confiança”.<sup>463</sup>

Independentemente da versão/interpretação, o fato é que o governador teve margem para negociar e disposição para se enquadrar, resolvendo a sua situação, porém a repressão militar passou a ser intensificada nas terras baianas ainda na primeira semana de abril de forma implacável, dando uma maior amplitude ao que os militares passaram a denominar em todo o Brasil de “Operação Limpeza”. Nesse processo, foram atingidos muitos políticos, funcionários públicos, líderes sindicais, religiosos, estudantes, professores, operários dentre outros. Além de cidades ocupadas por tropas do Exército e da Polícia Militar.

Na Prefeitura soteropolitana, além do prefeito Virgildásio Senna, ocorreram prisões do Engenheiro Manoel Quintas, diretor do serviço Municipal de Transportes coletivos, Afonso Baqueiro, diretor da Companhia de Urbanização de Salvador,<sup>464</sup> e do ex-secretário de Finanças da Prefeitura, Engenheiro Newton Oliveira.<sup>465</sup> Na companhia de Navegação Baiana foi detido o presidente Luiz Catarino Gordilho. Assim também ocorreu com o superintendente da Refinaria de Mataripe, Ernesto Demer, com o presidente da União Brasileira dos Servidores Postais e Telégrafos, seção Bahia, Wanderley de Oliveira e Silva;<sup>466</sup> o presidente do Sindicato dos Bancários, Raymundo Silvio Ramos Reis, que trabalhava no Banco do Brasil; Ivon Ferreira, funcionário da Petrobrás, e o professor Auto José de Castro.<sup>467</sup> Inúmeras sedes de sindicato foram invadidas nas cidades baianas a exemplo da sede do SINDIPETRO em Salvador, tomada por cerca de 50 soldados da Polícia Militar em ação comandada pelo Tenente Etiene Falcão.<sup>468</sup>

Os principais lugares de encaminhamento dos presos políticos na capital do estado eram o Quartel do 19º Batalhão de Caçadores (19BC), o Quartel do Barbalho, o Mont Serrat e o Quartel de Amaralina. Entretanto, na prática, qualquer local estratégico poderia ser usado como prisão. Ainda na primeira semana de abril, o Comando do 2º Distrito Naval solicitou da Empresa de Navegação Baiana uma embarcação nomeada de navio Cachoeira. Transformado em prisão, na embarcação foram presos violentamente diversos trabalhadores membros de Organizações Sindicais da orla marítima de Salvador, acusados de comunistas.<sup>469</sup>

<sup>463</sup> *Jornal Estado da Bahia*, 8 de abr. de 1964. p. 3.

<sup>464</sup> *Jornal A Tarde*, 8 de abr. de 1964. p. 3.

<sup>465</sup> *Jornal A Tarde*, 6 de abr. de 1964. p. 3.

<sup>466</sup> *Jornal A Tarde*, 9 de abr. de 1964. p. 3.

<sup>467</sup> *Jornal A Tarde*, 10 de abr. de 1964. p. 3.

<sup>468</sup> GUIMARAES. Op.cit., p. 369.

<sup>469</sup> *Jornal A Tarde*, 9 de abr. de 1964. p. 3.

No Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade (CNV), foi focado a existência de navios-prisões logo após o Golpe. Segundo o relatório, “os navios-prisões existiram somente no primeiro ano da Ditadura” sendo “usados como prisão, em sua maioria, no mês de abril de 1964”. Nesse processo, “parte significativa dos presos era ligada a atividades costeiras, como líderes sindicais dos trabalhadores portuários, além de militares da Aeronáutica e da Marinha.” No relatório, são indicados que existiram seis Navios-Prisões: “Raul Soares, Canopus, Custódio de Mello, Princesa Leopoldina, Bracuí e Guaporé”. Como vemos, o caso da Bahia com o Navio Cachoeira não passou pelo conhecimento da Comissão da Verdade, isso evidencia que esse meio de prisão pode ter ocorrido numa amplitude ainda maior pelo Brasil.<sup>470</sup> No relatório parcial apresentado pela Comissão Estadual da Verdade – Bahia, também não existe menção ao navio prisão da Orla de Salvador.<sup>471</sup> Nos estudos baianos, apenas Luís Henrique Dias Tavares citou a solicitação de “um navio da Companhia Navegação Baiana” para ser feito de prisão,<sup>472</sup> entretanto, o autor não tinha identificado o solicitante (o Comando do 2º Distrito Naval), o nome do Navio (Navio Cachoeira), nem mesmo qual o perfil dos que foram presos nessa embarcação (membros sindicais da Orla Marítima de Salvador).

Enquanto os militares promoviam um intenso início da repressão no estado, também recebiam diversas manifestações de apoio de parte da sociedade civil baiana. Em 6 de abril de 1964, mulheres de diversos segmentos sociais baianos - médicas, professoras, donas de casa, políticas etc – homenagearam no Quartel General o comandante da 6ª Região Militar, entregando-lhes um placa constando a escritura “ao grande general democrata Manoel Mendes Pereira a gratidão das senhoras baianas pela conquista da liberdade”.<sup>473</sup> Em 7 de abril de 1964 foi enviado ao comando militar um telegrama elaborado conjuntamente por diversas associações e federações das Classes Produtoras do Estado,<sup>474</sup> afirmando que em meio ao

---

<sup>470</sup> BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. *Relatório/ Comissão Nacional da Verdade - Instituições e locais associados a graves violações de direitos humanos*. Tomo II, Capítulo 15 – Recurso Eletrônico. – Brasília: CNV, 2014. pp. 823-824

<sup>471</sup> BAHIA (Estado). Comissão Estadual da Verdade. *Relatório de Atividades da Comissão Estadual da Verdade (2013-2014)*. Salvador: CV-Ba, 29 de dezembro de 2014.

<sup>472</sup> TAVARES, Luís Henrique. Op.cit.,p.447.

<sup>473</sup> *Jornal A Tarde*, de abr. de 1964. p. Para maiores informações sobre a participação política da mulheres Baiana no contexto do Golpe de 1964 ver COSTA, Ana Alice Alcântara. *As Donas no Poder: Mulheres e Política na Bahia*. Salvador: NEIM/UFBA – Assembleia Legislativa da Bahia. 1998. Ver também: SANTANA, Ediane Lopes de. *Em nome da Família, da moral e da propriedade: Amém! - As mulheres baianas na organização da Marcha da Família em Salvador 1962-1964*. Dissertação de Mestrado em História – Universidade Federal da Bahia (UFBA), 2009.

<sup>474</sup> Associação Comercial da Bahia – Presidente Renato Novis; a Federação das Indústrias do Estado da Bahia e Centro das Indústrias do Estado da Bahia – Presidente Pedro Ribeiro Mariani Bittencourt; a Federação do Comércio do Estado da Bahia – Presidente Deraldo Motta; a Federação das Associações Rurais do Estado da



“movimento que salvou” a pátria “da iminente ameaça de sua comunização”, cumpria “as Classes Produtoras da Bahia o indeclinável dever de apresentar às Forças Armadas os seus aplausos”.<sup>475</sup>

No mesmo dia 7 de abril, foi divulgada na Bahia uma nota do Arcebispo Primaz do Brasil, Dom Augusto Álvaro da Silva, o Cardeal da Silva. Na mensagem, o religioso afirmava: “É justo, é natural, é nobre, é santo agradecermos ao Senhor a vitória alcançada agora definitivamente sobre o comunismo apátrida e ateu”.<sup>476</sup> Já em 9 de abril de 1964, o conselho universitário da Universidade da Bahia também emitiu nota em apoio a derrocada do governo João Goulart, onde afirmava que “reunido pela primeira vez após a vitória da democracia contra o comunismo”, expressava “o seu regozijo patriótico e” se congratulava “com as gloriosas Forças Armadas pela nobre e serena atitude que assumiram na preservação dos legítimos anseios do povo Brasileiro”.<sup>477</sup> O comando da 6ª Região Militar ainda recebeu uma série de telegramas de congratulações enviados por sujeitos de diversas cidades baianas como Salvador, Jequié, Santo Antonio de Jesus, Terra Nova, Almadina, Itabuna, Ubaitaba, Aramari, Muritiba, Cachoeira, Pedrão, Conceição de Jacuípe, Conceição do Coité, Brumado, Coaracy, Governador Mangabeira, Gandu, Ibirataia, Canavieira, Paulo Afonso e Esplanada.<sup>478</sup>

A conotação dos discursos em apoio ao golpe primavam por identificar o comunismo como “grande inimigo”, sendo qualificado como “ateu” e “apátrida”. As Forças Armadas mereciam agradecimentos por ter “salvado o Brasil” de todo esse “perigo”, ou seja, o perigo da revolução. Obviamente que além dos agradecimentos, podemos entender as manifestações de apoio como uma estratégia de adequação à nova ordem, que afinal se instalara na base da repressão. Vale frisar que a imprensa baiana, assim como noticiava as prisões de diversos baianos nos primeiros momentos do golpe na Bahia, também trazia, pormenorizadamente, notícias das manifestações de apoio ao general Manoel Mendes Pereira, nesse sentido, ajudava a criar um ambiente de legitimação simbólica para a nova realidade do País, assim como ajudou a acirrar os ânimos nos momentos de crise do governo João Goulart.

Diante desses desdobramentos do golpe e seus primeiros impactos na Bahia, a questão crucial que nos faz retornar para o foco do nosso trabalho é: qual a situação política da cidade de Esplanada em meio a esse processo? De antemão, respondemos: não era das mais favoráveis. Entre fatores políticos e religiosos, o governo do prefeito esplanadense Dr.

---

Bahia – Presidente Walke Araújo; o Centro do Comércio do Estado da Bahia – Presidente Cândido Braga; e o Clube de Diretores Lojistas de Salvador

<sup>475</sup> Jornal *A Tarde*, 7 de abr. de 1964. p. 3.

<sup>476</sup> Jornal *A Tarde*, 7 de abr. de 1964. p. 1.

<sup>477</sup> Jornal *A Tarde*, 9 de abr. de 1964. p. 3.

<sup>478</sup> Jornal *A Tarde*, 9 de abr. de 1964. p. 3.

Neno tinha se tornado um alvo fácil para a repressão que estava sendo desencadeada. Suas ligações políticas diretas no plano estadual e federal estavam sendo atingidas ou estavam marcadas para cair na repressão, pois representavam um espectro da *esquerda* baiana que lutou intensamente pelas Reformas de Base, assim, listamos o consultor geral da república Waldir Pires, o deputado federal Hélio Ramos (PSD), e o líder do seu grupo político, seu primo e cunhado, o deputado estadual Ênio Mendes de Carvalho (PSP). A *política de distribuição de terrenos* posta em prática pelo prefeito estava associada a uma forma de apoio às Reformas de base, nesse caso, a mais problemática, a Reforma Agrária, e que estava em relação também com a Reforma Urbana. O conflito envolvendo a Igreja Católica, por conta da construção do muro e da posse do terreno, e que estava associado a própria política de terrenos do prefeito, a priori se enquadraria na concepção das forças que deflagraram o golpe como uma atitude comunista que “agredia” os valores democráticos e cristãos. Vale lembrar que o próprio conflito foi divulgado pelo Superior dos capuchinhos, frei Maurício de Mercatello, na imprensa estadual e tornou-se tema de debate no Parlamento baiano.

Em meio a esse contexto, a oposição política da cidade de Esplanada, principalmente os membros da UDN, ansiava para retornar ao poder local, visto que, desde 1950 permaneceram alijados do Executivo esplanadense e apenas com poucas cadeiras no Legislativo. Ademais, disputaram as eleições de 1962 com ampla condição financeira e com apoio da Igreja Católica e mesmo assim foram derrotados no pleito pelo então candidato Dr. Neno. Os próprios adversários políticos do deputado Ênio Mendes na Assembleia Legislativa da Bahia, como por exemplo, o deputado udenista Francisco Benjamim, tinham interesses na tomada da prefeitura de Esplanada.

Além dos planos da oposição udenista, o ex-capitão do Exército, Adhemar de Lima Andrade, candidato que ficou em terceiro lugar nas eleições para a Prefeitura esplanadense em 1962, também ansiava por uma oportunidade de se tornar prefeito. O telegrama e congratulação que foi enviado ao comando da 6ª Região Militar em nome de Esplanada, foi articulado pelo capitão Adhemar. Com a vitória do golpe, o “herói de guerra” correu a cidade colhendo assinaturas e convocou o prefeito Dr. Neno para que fosse o primeiro a assinar o documento de apoio aos militares, porém o mesmo se recusou alegando que estava com João Goulart. Resultado: a revolta do capitão.<sup>479</sup> No final, o telegrama foi enviado com 15

---

<sup>479</sup> BAHIA-SERGIPE. Auditoria da 6ª Região Militar (Justiça Militar). *Inquérito Policial Militar (IPM) Nº 14/64*. Autor: Justiça Militar. Indiciado: Dr. Erikson Orlando de Carvalho Lins. Local: Salvador, Bahia, Brasil. Data: 29 de abril de 1964. Arquivo do Fórum Municipal de Esplanada. Setor: Crime. Documento composto por 114 páginas. p. 6.

assinaturas e muitas contavam a ocupação profissional de cada assinante.<sup>480</sup> Nesse ínterim, os boatos que corriam na cidade de Esplanada era que o prefeito e seus aliados políticos iriam sofrer com a repressão das Forças Armadas e ainda na primeira semana de abril os boatos se concretizaram, mas isso é história para o capítulo seguinte.

---

<sup>480</sup> Capitão Adhemar de Lima Andrade, José Moreira de Souza (Presidente da Câmara), Aurelito Maciel de Oliveira (Agricultor), Arlindo de Azevedo Lima (Agricultor), Herval Moreira Neves (Agricultor), Evandro R. Cavalcanti (Agricultor), Temístocles Barbosa de Souza, (Agricultor), Argemiro Gomes Farias (Coletor), Nilson Baptista Lima (Agricultor), Alfeu Rocha Gomes (Agricultor), Manoel Barbosa de Souza (Agricultor) Francisco Rocha dos Santos (Mecânico), Ademar Baptista Veloso, Expedito Almeida Argolo (Agricultor) e Kleber de Carvalho Batista. *Jornal A Tarde*, 9 de abr. de 1964. p. 3.

### Capítulo III

#### A repressão e a reação nas terras esplanadenses

##### 1. A “Operação Limpeza” no cenário local

Em meio ao desenrolar da “Operação Limpeza” na Bahia nos primeiros dias do mês de abril de 1964, membros do Exército, Marinha e Aeronáutica foram envolvidos numa missão repressiva com o objetivo de tomar o município de Esplanada. A ação militar partiu da articulação do chefe do Estado Maior da 6ª Região, Coronel Humberto de Souza Mello. O Plano Operacional que estruturou a operação ficou configurado na Ordem Circular Nº 3, documento de duas laudas subdividido em cinco tópicos, *Situação, Missão, Execução, Administração, Ligações e Comunicação*, que nos permite captar a forma como os militares buscavam agir contra seus alvos no imediato pós-Golpe.

Na concepção dos órgãos institucionais da Região Militar, a *Situação* da cidade de Esplanada se dividia em duas frentes: a primeira estava relacionada à provável existência de forças inimigas que seriam formadas por “elementos agitadores e comunistas contrários à presente situação”. Esses elementos poderiam “tentar interferir na destituição e prisão do atual Prefeito”, assim “como realizar agitações”. A segunda frente era a composição das forças amigas, que estavam compostas pelo próprio Exército, com a colaboração da Marinha e da Força Aérea Brasileira (FAB), responsáveis por colocar em prática a operação.<sup>481</sup>

Na orientação geral da *Missão* o papel dos militares era o de manter a “lei e a ordem no território da 6ª Região Militar”, e para isso a *Execução* se fazia pelo que denominaram de “Conceito da Operação”, que primava pela ação de destituir os prefeitos que realizassem agitações ou incitassem a população contra as autoridades. De forma objetiva, o que queriam as Forças Armadas era “destituir e prender o prefeito de Esplanada”, Dr. Neno, “e dar posse no cargo ao presidente da Câmara Municipal”, o udenista José Moreira de Souza. Ademais, era preciso deter indivíduos que interferissem no desenrolar da missão e formar um dispositivo que lhes permitissem não ser pegos de surpresa.<sup>482</sup>

<sup>481</sup> BAHIA-SERGIPE. Auditoria da 6ª Região Militar (Justiça Militar). *Inquérito Policial Militar (IPM) Nº 14/64*. Autor: Justiça Militar. Indiciado: Dr. Erikson Orlando de Carvalho Lins. Local: Salvador, Bahia, Brasil. Data: 29 de abril de 1964. Arquivo do Fórum Municipal de Esplanada. Setor: Crime. Documento composto por 114 páginas. p. 6.

<sup>482</sup> BAHIA-SERGIPE. Auditoria da 6ª Região Militar (Justiça Militar). *Inquérito Policial Militar (IPM) Nº 14/64*. Autor: Justiça Militar. Indiciado: Dr. Erikson Orlando de Carvalho Lins. Local: Salvador, Bahia, Brasil. Data: 29 de abril de 1964. Arquivo do Fórum Municipal de Esplanada. Setor: Crime. Documento composto por 114 páginas. p. 6.

No aspecto da *Administração* da operação, o 19º Batalhão de Caçadores (19BC), deveria preparar uma “ração fina” para a manutenção da tropa. No mais, os militares poderiam “utilizar recursos locais para refeição ou em coordenação com as autoridades” da urbe. No que concerne a questão das *Ligações e Comunicações*, a logística seria feita pela “Rede de Rádio da Polícia Militar do Estado da Bahia”, assim como pelas “Redes Telefônicas e Telegráficas”.<sup>483</sup>

Com toda essa “operação de guerra” montada, as Forças Armadas partiram para as terras esplanadenses. Por volta das 10 horas da manhã de 8 de abril de 1964, uma quarta feira de outono, a população de Esplanada seguia sua rotina normalmente quando presenciou estarecida a chegada imponente de dezenas de militares. Metralhadoras, jipes, soldados, em pouco tempo o verde oliva tomou conta das ruas do centro da cidade. A urbe desfigurava-se. A charmosa estação ferroviária, a praça central rodeada pelo pequeno comércio, os prédios da Prefeitura, do Banco Econômico, dos Correios, da Igreja Matriz, o chão de terra batida cortado pelos trilhos da ferrovia do Ramal do Timbó, o Clube Social, a Escola Agrícola, o Ginásio da CNERG, tudo se tornava insignificante. Os elementos que davam sentido àquele espaço citadino transformavam-se, momentaneamente, em alegorias constitutivas de um cenário de guerra. Os boatos corriam, gentes corriam, era um acontecimento extraordinário! Traumático para alguns, alentador para outros.

Comandando os militares estava o capitão do Exército Antonio Bendocchi Alves Filho. Apesar da amplitude da ação militar, não houve supostos “agitadores ou comunistas” que formassem focos de resistência aos militares em Esplanada. Articulando-se com o pequeno contingente policial da cidade, o capitão Bendocchi saiu à procura do prefeito Dr. Neno, e foi bater na sua residência. O alvo, porém, não foi encontrado. Evadiu-se estrategicamente? Escondeu-se? Coincidentemente tinha viajado? Não se sabe. O fato é que não estava. Eleonor Carvalho Lins, dona Norinha, primeira dama da cidade, encontrava-se em casa. Que susto! Grávida de gêmeos ficou nervosa com tantos soldados. Teve que dar explicações do paradeiro do seu cônjuge. Não sabia exatamente. A residência ficou cercada durante toda a ação militar.<sup>484</sup>

---

<sup>483</sup> BAHIA-SERGIPE. Auditoria da 6ª Região Militar (Justiça Militar). *Inquérito Policial Militar (IPM) Nº 14/64*. Autor: Justiça Militar. Indiciado: Dr. Erikson Orlando de Carvalho Lins. Local: Salvador, Bahia, Brasil. Data: 29 de abril de 1964. Arquivo do Fórum Municipal de Esplanada. Setor: Crime. Documento composto por 114 páginas. p. 7.

<sup>484</sup> Entrevista concedida pelo Senhor *Erikson Orlando de Carvalho (Dr. Neno)* ao pesquisador Thiago Machado de Lima. Local: Esplanada, Bahia, Brasil. Data: 22 jun. 2010. / Entrevista concedida por *Odair Antônio da Silva (Seu Daíca)*. Local: Esplanada, Bahia, Brasil. Data: 23 abr. 2012.

Temendo sofrer retaliações, alguns dos aliados políticos de Dr. Neno evadiram da cidade no momento de chegada da tropa, como o vereador José Hermano Lins Baptista. Outros se esconderam, a exemplo do escrivão eleitoral Moises Ávila. O deputado estadual Ênio Mendes de Carvalho, chefe político do grupo do prefeito, encontrava-se na sua fazenda distante da cidade às margens do rio Itapicuru, mas, ao retornar a Esplanada, por precaução, terminou se escondendo no cemitério do Timbó, bairro distante do centro da localidade.<sup>485</sup>

Movimentando a tropa, capitão Bendocchi deu prosseguimento à operação e ordenou que seus soldados vasculhassem documentos na Prefeitura. Nada suspeito foi encontrado, ou melhor, nada que fosse identificado enquanto “subversivo”. O delegado, Expedito Almeida, levou o capitão ao convento Nossa Senhora do Rosário para se congratular e receber a benção do italiano frei Maurício de Mercatello, superior da Ordem dos Frades Menores Capuchinhos em Esplanada.<sup>486</sup>

No início da tarde, por volta das 14 horas, capitão Bendocchi ordenou que a Câmara de Vereadores se reunisse em sessão extraordinária para aprovar uma Resolução que decretava vago o cargo de chefe do Executivo de Esplanada. Se apresentaram na sessão os edis José Moreira de Souza (presidente), Helvécio de Araújo Cavalcanti, Luiz Carlos Quintella, Desdêmona Penalva e Kleber de Carvalho Baptista, faltando Asdrúbal Machado de Oliveira, Pedro José de Oliveira e José Hermano Lins que fugiu da cidade. Na ata da sessão, redigida pela secretária Josefina Lins, ficaram registrados os seguintes termos:

(...) Reuniu-se em sessão especial a Câmara Municipal de Esplanada a requerimento do Exmo. Sr. General Comandante da 6ª Região Militar, por intermédio do Capitão Antonio Bendocchi Alves Filho.(...) A seguir foi lido o Projeto de Resolução nº 2, assinado pela mesa considerando vago o cargo de Prefeito do município de Esplanada, decorrente da ordem de prisão do Prefeito Municipal, ordenada pelo Exmo. Sr. General Comandante da 6ª R.M. e convocando o Presidente desta Câmara para assumir o exercício do cargo de Prefeito deste Município. O presidente distribuiu em seguida o referido Projeto à Comissão de Justiça para que fosse relatado o seu parecer, o qual foi favorável ao Projeto. Posto em discussão e votação o referido projeto pelo Sr. Presidente, foi o mesmo aprovado.<sup>487</sup>

Após a aprovação da Resolução o vereador José Moreira de Souza tomou posse do cargo de prefeito de Esplanada. Como podemos perceber, a fórmula da deposição do prefeito Dr. Neno seguiu a mesma lógica da deposição do presidente João Goulart, ou seja, a

<sup>485</sup> Entrevista concedida pelo Senhor *Erikson Orlando de Carvalho (Dr. Neno)* ao pesquisador Thiago Machado de Lima. Local: Esplanada, Bahia, Brasil. Data: 22 jun. 2010. / Entrevista concedida por *Odair Antônio da Silva (Seu Daíca)*. Local: Esplanada, Bahia, Brasil. Data: 23 abr. 2012.

<sup>486</sup> Entrevista concedida pelo Senhor *Odair Antônio da Silva (Seu Daíca)*. Local: Esplanada, Bahia, Brasil. Data: 23 abr. de 2012.

<sup>487</sup> CÂMARA DE VEREADORES DE ESPLANADA (CVE). Ata da sessão de 08/04/1964 publicada no Livro de Atas Nº 3. Ano de abertura: 1961. Local: Esplanada, Bahia, Brasil. Arquivo da CVE. pp. 43-44.

aprovação de uma Resolução de vacância do cargo do Executivo e a posse do Presidente do Legislativo. Assim como a vacância da presidência, a vacância da Prefeitura de Esplanada não seguia os trâmites legais de acordo com a constituição federal. Essa mesma fórmula foi utilizada amplamente em diversas cidades brasileiras. Quanto à aprovação da Resolução pelos vereadores esplanadenses, aparentemente sem objeções, podemos inferir que sendo adversário ou aliado político do prefeito seria uma atitude de risco para qualquer edil se opor àquela situação, visto que, o capitão Bendocchi estava presente no plenário da Câmara e sua tropa espalhada pelo centro da cidade.

Após a posse do novo prefeito esplanadense, José Moreira de Souza, os militares deixaram Esplanada com parte dos seus objetivos cumpridos, pois o mandatário local não tinha sido preso como estipulado no Plano Operacional da missão. Entretanto, no dia seguinte à invasão, o prefeito destituído resolveu se apresentar ao Comandante da 6ª Região Militar, general Manoel Mendes Pereira, para tomar conhecimento dos motivos da sua deposição. Contudo, acabou encarcerado permanecendo no Quartel do 19º BC em Salvador,<sup>488</sup> onde se encontravam outros presos políticos a exemplo do governador de Sergipe Seixas Dória.<sup>489</sup> No dia 10 de abril, o jornal *A Tarde* noticiou na coluna *Política & Políticos* o infausto que se abateu sobre o político esplanadense, sintetizando a situação nos seguintes termos: “Preso o prefeito de Esplanada sr. Erikson Orlando de Carvalho Lins (Dr. Neno), tendo a Câmara logo em seguida, votado o seu *impeachment* e assumido a Prefeitura o Sr. José Moreira de Souza presidente da Câmara Local”.<sup>490</sup> Na nota, apenas um equívoco, a Câmara não votou o *impeachment* do prefeito, decretou vago o seu cargo. Muitas notícias sobre prisões de prefeitos saíam com a informação de que as Câmaras Legislativas votavam o *impeachment*, e na maioria dos casos não correspondia com a verdade, votavam apenas a vacância.

Assim como Esplanada com Dr. Neno, e também Salvador com Virgildásio Senna, diversas outras cidades baianas tiveram prefeitos depostos e/ou presos pela “Operação Limpeza”. Na cidade de Iaçú, Manoel Pinto Santana,<sup>491</sup> em Itaberaba, Nelson Alencar,<sup>492</sup> em Vitória da Conquista, José Pedral Sampaio<sup>493</sup>, na cidade de Itamarajú, Bonifácio Dantas,<sup>494</sup>

<sup>488</sup> Entrevista concedida pelo Senhor *Erikson Orlando de Carvalho (Dr. Neno)* ao pesquisador Thiago Machado de Lima. Local: Esplanada, Bahia, Brasil. Data: 22 jul. 2010.

<sup>489</sup> DÓRIA. Op.cit. p. 53.

<sup>490</sup> Jornal *A Tarde*, 10 de abr. 1964. p. 3.

<sup>491</sup> Jornal *A Tarde*, 9 de abr. de 1963. p. 3.

<sup>492</sup> Jornal *A Tarde*, 7 de maio. de 1964. p. 3.

<sup>493</sup> DIAS, José Alves. O golpe de 1964 e as dimensões da repressão em Vitória da Conquista. In: ZACHARIADHES. Op.cit., 2009. p. 76.

<sup>494</sup> Jornal *Estado da Bahia*, 17 de abr. de 1964. p. 3.

em Feira de Santana, Francisco Pinto, em Ilhéus, Herval Soledade,<sup>495</sup> em Muritiba, Humberto Oliveira,<sup>496</sup> em Iramaia, Olyto Dias Nascimento,<sup>497</sup> além de cidades que não dispomos dos nomes dos prefeitos como Paramirim e Medeiros Neto. Algumas cidades tiveram prefeitos presos, mas liberados logo em seguida e que reassumiram ao cargo, como Alagoinhas, com Murilo Cavalcanti, e Várzea do Poço, com Antonio Lopes Filho.<sup>498</sup>

Dessas cidades que conseguimos listar podemos destacar o curioso caso de Itamarajú. Na ocasião da prisão do prefeito Bonifácio Dantas, foi noticiado no jornal *Estado da Bahia*, na edição de 17 de abril de 1964, que o político, conhecido popularmente como “Chapéu de Couro”, tinha ligações com o Partido Comunista e que “já tinha até inaugurado em seu gabinete um retrato de Fidel Castro”. Sua prisão foi efetuada por um cabo que o direcionou até Salvador. Ao mesmo tempo, a Câmara de Vereadores votou o “impedimento do prefeito”. Mas, frente a toda essa situação, “Chapéu de Couro” negava veementemente que tinha envolvimento com o Partido Comunista, enquanto vereadores da oposição afirmavam ter documentos que comprovavam “atividades vermelhas” do prefeito.<sup>499</sup>

Três dias depois, o mesmo *Estado da Bahia* noticiava que “Chapéu de Couro” tinha sido liberado pelos militares, que constataram que o prefeito “foi envolvido em um plano político que visava o seu afastamento da prefeitura, o que se deu através de impedimento votado pela Câmara de Vereadores”. Como autor do plano foi preso o Sr. Geraldo Magela Catalice.<sup>500</sup> No lugar de “Chapéu de Couro”, assumiu a Prefeitura o vereador Manolik Felix Dias, maior beneficiado e também articulador da situação. Solto pelos militares, o prefeito deposto, “Chapéu de Couro”, mesmo assim teve que explicar sua ligação com o comunismo, que ao que parece não existia efetivamente. Essa situação demonstra o quanto o momento do golpe e a estigmatização de ser comunista foram utilizados por políticos para tirarem proveito contra adversários, assim como veremos em Esplanada.

Além da deposição efetiva e prisão de políticos pela “Operação Limpeza” em cidades baianas, tiveram prefeitos que renunciaram ao cargo por meras articulações locais, assim como Câmaras de Vereadores que articularam, por conta própria, a “limpeza” em seus plenários. Na cidade de Cruz das Almas, conforme o estudo de Herber José Fernandes de Oliveira, o prefeito Jorge Guerra, que esteve alinhado a um programa nacionalista e de apoio

---

<sup>495</sup> DANTAS NETO. Op.cit., 2006. p. 239.

<sup>496</sup> NERY, Sebastião. *A Nuvem*, o que ficou do que passou. 50 anos de História do Brasil. São Paulo: Geração Editorial, 2009. p. 327.

<sup>497</sup> Jornal *A Tarde*, 9 de abr. de 1964. p. 3.

<sup>498</sup> Jornal *A Tarde*, 10 de abr. 1964. p. 3.

<sup>499</sup> Jornal *Estado da Bahia*, 17 de abr. de 1964. p. 3.

<sup>500</sup> Jornal *Estado da Bahia*, 20 de abr. de 1964. p. 3.



ao presidente João Goulart, passou a sofrer inúmeras acusações de adversários políticos após o Golpe e “não conseguiu resistir” no mandato, “optando pela renúncia, em 15 de maio de 1964”.<sup>501</sup> Ainda em Cruz das Almas, segundo Herber Oliveira, vereadores e suplentes que faziam parte da Frente Nacionalista de Cruz das Almas (FNCA) foram cassados e acusados de comunistas pelos seus opositores no Legislativo, perdendo o mandato José Alberto Bandeira Ramos, Hélio Pitanga e Mário Santos.<sup>502</sup> No que concerne ainda ao expurgo em Câmaras de vereadores, na cidade de Alagoinhas, segundo o estudo de Ede Assis Soares e Moisés Leal Morais, foram cassados os mandatos de Adolpho Mendes de Souza (PR), com suspeita de ser comunista, e dos suplentes, membros do PCB, Esmeraldino Canízio e Otoniel Lira Gomes.<sup>503</sup>

Retornando ao nosso foco, que é a realidade da cidade de Esplanada e a repressão ao seu Prefeito, quatro dias após os acontecimentos repressivos, a Igreja Católica local, através do frei Maurício de Mercatello, realizou uma missa de ação de graças em agradecimento e comemoração pela tomada do poder pelas Forças Armadas e obviamente pela detenção do prefeito “comunista”.<sup>504</sup> Esse ato de benção das ações militares representou também uma das marcas do apoio de parte da hierarquia da Igreja Católica e de muitos fiéis católicos ao golpe civil-militar, vale lembrar que o próprio Arcebispo Primaz do Brasil, Cardeal da Silva, emitiu nota em agradecimento às Forças Armadas.

Além das missas, as principais manifestações católicas se configuraram através das “Marchas da Família com Deus Pela Liberdade”. Se anteriormente ao golpe às Marchas “assumiam o caráter de grande protesto popular contra o Governo”; as que “ocorreram após o golpe tiveram o sentido de marcha de triunfo”, como pontuou Célio Araújo.<sup>505</sup> Na Bahia, entre o mês de abril e maio de 1964, inúmeras cidades como Esplanada realizam missas ou marchas em homenagem as Forças Armadas, dentre elas: Salvador, Alagoinhas, Amargosa, Aramari, Catu, Nazaré das Farinhas, Serrinha, Governador Mangabeira, Cachoeira, entre outras.<sup>506</sup> Entretanto, a Igreja Católica e seus fiéis não representavam o único grupo religioso e social na organização dessas manifestações. Setores do Protestantismo baiano também estiveram na linha de frente da realização de atos simbólicos em favor do golpe de Estado.

<sup>501</sup> OLIVEIRA, Heber José Fernandes de. Op.cit., 2013. p. 108.

<sup>502</sup> Ibidem, p. 106.

<sup>503</sup> SOARES; MORAIS. Op.cit., In: ZACHARIADHES. Op.cit., 2014. p. 67.

<sup>504</sup> BAHIA-SERGIPE. Auditoria da 6ª Região Militar (Justiça Militar). *Inquérito Policial Militar (IPM) Nº 14/64*. Autor: Justiça Militar. Indiciado: Dr. Erikson Orlando de Carvalho Lins. Local: Salvador, Bahia, Brasil. Data: 29 de abril de 1964. Arquivo do Fórum Municipal de Esplanada. Setor: Crime. Documento composto por 114 páginas. p. 11.

<sup>505</sup> ARAÚJO. Op.cit., p. 100.

<sup>506</sup> Essas cidades foram listadas a partir da leitura do Jornal *A Tarde* nos meses de abril e maio de 1964. Nos anexos conta um quadro com as cidades que conseguimos identificar e que realizaram Marchas ou Missas em congratulação ao Golpe de 1964.

Conforme o estudo de Luciane de Almeida, a *Marcha da Família com Deus pela Liberdade* ocorrida em Salvador no dia 15 de abril de 1964 contou com a presença expressiva de Protestantes, “em especial os Batistas que desfilaram no Batalhão Evangélico”. Nessa *Marcha*, a presença de Batistas desfilando juntamente com Católicos representou um marco para as duas confissões religiosas, pois em momentos anteriores nunca tinham estado juntas “em desfiles públicos ou defendendo a mesma causa”.<sup>507</sup> Em suma, apesar das disputas no *campo religioso* baiano, no contexto do golpe de 1964 setores católicos e protestantes uniram seu *capital simbólico* em prol da legitimação da nova ordem de poder político e institucional que estava se configurando no Brasil. No caso específico de Esplanada, a hegemonia da Igreja Católica não necessitou da união com outros grupos cristãos como o Protestantismo, que não possuía nenhuma Igreja de grande porte e com grande inserção na localidade.

Podemos acessar outras dimensões do impacto da “Operação Limpeza” na cidade de Esplanada na primeira de semana do golpe civil-militar através de testemunhos orais de sujeitos que presenciaram e/ou participaram ativamente daquele momento. Um dos testemunhos que conseguimos obter foi relatado no ano de 2010 pela senhora Mafalda Machado Ferreira, conhecida como *dona Belita* (1924-2013), esplanadense que residia no centro da cidade em 1964. Questionada sobre as lembranças que guardava do dia da chegada do exército na cidade a senhora Mafalda relatou:

Muitos e Muitos soldados. AH! Eles tomaram a cidade. Eles ficaram naquela esquina do Bar de Rui, na Prefeitura. Todo lugar tinha. Quando os militares chegaram, eles ficaram posicionados na rua, muita gente não queria sair, ficava com medo e tudo, Moisés correu se escondeu atrás dessa casa aí ói, que foi derrubada, agora ele vivia aí o dia todo escondido, outros correram. Eu mesmo não fiquei com medo nem Filó fechou portas de loja nem do armazém porque eu não devia, não tinha nada a ver com isso.<sup>508</sup>

O impacto da quantidade de militares que participaram da operação em Esplanada ficou marcado nas memórias da senhora Mafalda. Através da sua fala, é possível captarmos o clima de medo que se instalou na população que ficou estarecida com a presença dos soldados. Se referindo a Moisés Ávila, o escrivão eleitoral do qual já citamos, ela relatou que o mesmo fiou escondido por dias na casa que era vizinha a sua, o que tomou a sua memória. *dona Belita* demonstrou uma consciência da gravidade da situação de repressão ao prefeito Dr. Neno e primou por frisar o seu distanciamento daquela situação traumática. Assim, pontuou que não tinha ficado com medo das ações dos militares, além do seu esposo

<sup>507</sup> ALMEIDA, Luciane Silva de. Op.cit., 2011. p. 70.

<sup>508</sup> Entrevista concedida pela Senhora *Mafalda Machado (Dona Belita)* ao pesquisador Thiago Machado de Lima. Local: Esplanada, Bahia, Brasil. Data: 18 de jun. de 2010.

Filogônio Machado Farias, conhecido como *Filó* (já falecido na época da entrevista), também não ter encerrado o expediente do armazém que era proprietário, pois, segundo ela, não tinha nada com aquele conflito.

Outro testemunho que conseguimos obter foi cedido em 2012 pelo Senhor Antonio Odair Silva, conhecido como *Seu Daíca*, que no período do golpe era carcereiro do município e por obrigação teve que acompanhar a ação dos militares em Esplanada. Perguntado sobre o que se lembrava dos fatos ocorridos no dia 8 de abril de 1964, *Seu. Daíca* emitiu as seguintes palavras:

Tinha uns cinquenta a cem homens. A praça tava tomada, cheia de metralhadoras e a casa de Dr. Ênio. Só teve direito entrar na casa uma moça pra ver a filha do prefeito, ela(confuso) o exército cercou a casa e só teve direito de entrar o médico. Mandaram buscar e... Aquilo foi um ato americano. Logo depois chegou a polícia. Chegou o exército e chegou a polícia. Eu tava no quartel, chegou a polícia me entregaram até um soldado. Foram lá no convento para apresentar o capitão, o major. O exército tava aqui. Antigamente foi o Bendocchi. O capitão Bendocchi era... Zeca Moreira assumiu. Era o presidente da Câmara, assumiu a Prefeitura rápido a pulso. Bendocchi quem botou ele lá.[...] Queria assumir não. Ele queria era sair fora da história, mas teve que assumir a Prefeitura.<sup>509</sup>

De forma similar ao depoimento de *dona Belita*, o impacto da quantidade de soldados tomando as ruas da cidade ficou marcado nas lembranças de *Seu Daíca*. Por assumir um cargo público, o de carcereiro, o depoente conseguiu lembrar certos trâmites da ação dos militares que *Dona Belita* não tinha registrado em suas memórias. Assim, *Sr. Daíca* destacou dois pontos que lhe marcaram: a ida do capitão Bendocchi ao convento dos frades capuchinhos, e a imposição feita pelo capitão ao presidente da Câmara, que teve que assumir de qualquer jeito a Prefeitura.

Ainda no que concerne a depoimentos, outro testemunho que obtivemos foi justamente do alvo da ação militar, o prefeito Dr. Neno. Em 2014, em sua residência em Salvador, o ex-prefeito nos relatou sobre a repressão que sofreu naquele abril de 1964. Especificamente sobre o dia em que os militares estiveram em Esplanada, Dr. Neno externou as seguintes lembranças:

Eu fui preso aqui [em Salvador]. Correu o boato que esse capitão Adhemar tinha me acusado de comunista ao Exército, então eu vim ‘praqui’ nesse dia, e voltei de tardinha. Quando eu voltei de tardinha, já tinha sido cassado. Eu soube em Entre Rios. Disse “oh o senhor já foi cassado e quem assumiu o governo de Esplanada foi Zeca Moreira”. Eu aí passei na fazenda de Zeca Moreira ele disse “você quer que eu lhe leve em Esplanada”, eu disse “não obrigado”. Ele aí ficou na fazenda, que a

<sup>509</sup> Entrevista concedida pelo Senhor *Odair Antônio da Silva (Seu Daíca)* ao pesquisador Thiago Machado de Lima. Local: Esplanada, Bahia, Brasil. Data: 23 de abr. de 2012.

fazenda dele era antes de Esplanada. Eu dormi em Esplanada e no outro dia eu vim saber por que eles me cassaram, porque não havia razão, motivo. Foi aí que eles me prenderam. Eu me apresentei umas 5 horas da tarde, eles me chamaram lá pro interior do Quartel General, mas daqui a pouco eu vi dois soldados atrás das minhas costas, aí lógico, encolhi, eu digo to preso. E aí seguiu a prisão. Depois que terminou o interrogatório eles disseram o senhor tá preso, me acompanhe, eu acompanhei, eles me levaram pro 19. Chegou lá no 19 ficou eu, um padre da Petrobrás, padre mesmo que tava preso também, um professor da Faculdade de Medicina, um jornalista, foram uns oito ou nove. E aí eu passei 33 dias, que nesse tempo passava cinqüenta, mas o padre passou 17 dias preso e depois eu passei 33, fui solto, aí o resto ficou.<sup>510</sup>

Na percepção do prefeito, ele tinha sido delatado pelo capitão reformado Adhemar de Lima Andrade, seu adversário político e que ficou em terceiro lugar nas eleições de 1962. O depoente não levou em consideração a possibilidade da delação pelo frei Maurício de Mercatello, principal envolvido no conflito com a Prefeitura no contexto do golpe e que se congratulou com o capitão Bendocchi na presença do Exército em Esplanada. Talvez, a intenção do depoente fosse mesmo não dimensionar o conflito que teve com a Igreja Católica da cidade, algo desgastante para seu governo e traumático para a sua trajetória de vida, motivos que possivelmente o levam à elaboração do esquecimento como conforto. Entretanto, vale frisar que em outros momentos da entrevista e também em outras entrevistas realizadas com o ex-prefeito e já expostas nesse trabalho, ele falou abertamente sobre o assunto do conflito com a Igreja Católica, mas sem dimensionar para a repressão sofrida com o golpe e sem proferir ataques ao catolicismo, do qual ele se identificou como fiel.

Na sua versão, por ter sido delatado pelo capitão Adhemar como comunista, foi até a cidade de Salvador desmentir o fato, o que coincidiu com o dia da ocupação de Esplanada pelas Forças Armadas. Porém, Dr. Neno não explicou como foi realmente sua passagem por Salvador e como já sugerimos anteriormente, a sua saída da cidade no dia 8 de abril pode ter sido apenas estratégica para evitar a sua prisão. O depoimento de Dr. Neno apresenta uma semelhança ao de *Seu Daíca* no fato de apontar que o presidente da Câmara, José Moreira de Souza (Zeca Moreira), não queria assumir o posto de prefeito, e foi forçado pelos militares. Nessa fala, inferimos o quanto o depoente buscou transparecer que a repressão sofrida foi arbitrária, pois nem o presidente da Câmara quis assumir a Prefeitura de Esplanada, precisou que os militares o obrigassem.

Questionamos também ao ex-prefeito sobre o seu cotidiano de preso político na capital do estado no quartel do 19º Batalhão de Caçadores, quais as relações que mantinha, o

---

<sup>510</sup> Entrevista concedida pelo Senhor *Erikson Orlando de Carvalho (Dr. Neno)* ao pesquisador Thiago Machado de Lima. Local: Salvador, Bahia, Brasil. Data: 18 de mar. de 2014.

que conversava, qual a situação dos seus companheiros de cela e se ele sofreu tortura. Assim, Dr. Neno relatou:

Violência zero, nenhuma, não posso dizer. Me trataram bem, a comida era boa, era água gelada, por que foi no início. No governo de Médici foi que houve o combate mais duro, mas eu não sofri nada, apenas a prisão mesmo. [...] Nenhum sofreu violência, nenhum, zero, dos que tavam comigo, zero. Agora quem tava no Barbalho dizem que sofreu, mas esses que estavam no 19 não. Tavam na mesma sala, não, nada, tratavam muito bem pediam pra fazer barba pra não dar aspecto ruim, tal.[...]Tinha visita, minha mulher visitava e os outros presos também recebiam visita, e a gente batia papo, batia papo. Era mais... papo, pronto. Porque no início não entrava revista, eles não deixavam entrar revista, era papo só. Mas, papo sem medo, conversava francamente tudo.<sup>511</sup>

A fala do depoente não associa a sua prisão a um tipo de violência. A sua memória seleciona e enquadra os fatos amenizando o episódio repressivo como forma de se confortar ao rememorar o seu passado. Ele busca um distanciamento da sua experiência com outras que ouviu falar, assim ele divide o tempo da repressão em dois períodos: o momento inicial da ditadura tido como mais brando, período em que foi preso, e o momento posterior, associado como mais violento, e quando nada lhe ocorreu. Seguindo nessa lógica, Dr. Neno ainda identifica o Quartel do 19º Batalhão de Caçadores em Salvador como um lugar onde os presos políticos não sofreram violência, em contraponto com o Quartel do Barbalho, também na capital baiana. O Quartel do Barbalho é um dos mais citados em memórias de presos políticos que sofreram repressão na Bahia após o golpe. Podemos frisar o livro do autor Sebastião Nery, deputado estadual na Bahia em 1964, intitulado “A nuvem, o que ficou do que passou”, no qual, em determinado ponto, definiu o Quartel Militar como “Barbalho Nazista”.<sup>512</sup> Outro livro é o de Emiliano José, nomeado “Galeria F: Lembranças do mar cinzento”, no qual sintetizou o Quartel nos seguintes termos: “o inferno era ali, no Quartel do Barbalho”.<sup>513</sup>

## 2. A cassação do deputado Ênio Mendes de Carvalho

Em meio ao desenrolar das ações repressivas desencadeadas pela “Operação Limpeza”, as articulações para se traçar o rumo que o Brasil deveria seguir após a derrocada do governo Jango se encaminhavam nacionalmente. Apesar do presidente Ranieri Mazzili estar interinamente sob o comando do Estado, de fato quem vinha ditando as regras do jogo

<sup>511</sup> Entrevista concedida pelo Senhor *Erikson Orlando de Carvalho (Dr. Neno)* ao pesquisador Thiago Machado de Lima. Local: Salvador, Bahia, Brasil. Data: 18 de mar. de 2014.

<sup>512</sup> NERY. Op.cit., p. 325.

<sup>513</sup> JOSÉ, Emiliano. *Galeria F. Lembranças do mar cinzento*. São Paulo: Casa Amarela, 2000. p. 17.

era o “Comando Supremo da Revolução” formado pelos comandantes-em-chefe das Forças Armadas general Arthur da Costa e Silva, o tenente brigadeiro Francisco de Assis Correa de Mello e o vice-almirante Augusto Hamann Rademaker Grunewald. Articulados com civis, o “Comando Supremo” não demorou em buscar uma fórmula para “regularizar” a situação política do país, assim como legitimar institucionalmente a intensificação da repressão aos “inimigos da Pátria”. A fórmula se configurou na outorga de um Ato Institucional redigido pelos juristas Carlos Medeiros e Francisco Campos e divulgado nacionalmente no fim da tarde de quinta-feira de 9 de abril de 1964, mesmo dia da prisão do prefeito de Esplanada, Dr. Neno.

O texto do Ato Institucional contou com um preâmbulo e 11 artigos que modificaram, drasticamente, a Constituição Federal promulgada em 1946, principalmente no que competia à eleição do Poder Executivo Nacional e suas funções diretas, assim como vetou direitos individuais dos cidadãos brasileiros. O Ato significou a legitimação de uma ditadura. Pelo Artigo 2º, a eleição do novo presidente e vice-presidente deveria ser realizada “pela maioria absoluta dos membros do Congresso Nacional” dois dias depois da divulgação do Ato.<sup>514</sup> A eleição indireta ocorreu em 11 de abril de 1964 e configurou no nome do general Humberto de Alencar Castelo Branco. Castelo Branco tomou posse em 15 de abril de 1964 com a presença de militares e líderes políticos de todo o país, inclusive o governador da Bahia, Lomanto Júnior.<sup>515</sup>

Na ótica da repressão, três artigos do Ato Institucional estabeleceram as formas de ação dos militares. O artigo 7º determinou a suspensão, “por seis (6) meses”, das “garantias constitucionais ou legais de vitaliciedade e estabilidade”.<sup>516</sup> O Artigo 8º deu aval para a instauração de inquéritos coletivos ou individuais “visando à apuração da responsabilidade pela prática de crime contra o Estado ou seu patrimônio e ordem pública e social ou de atos de guerra revolucionária”. Já o Artigo 10º legitimou a cassação de políticos estando os comandantes-em-chefes das Forças Armadas, sem limitações constitucionais e jurídicas, liberados para “suspender os direitos políticos pelo prazo de dez (10) anos e cassar mandatos legislativos, federais, estaduais e municipais”. Quando “empossado o presidente da República”, caberia a ele esta função.<sup>517</sup>

Logo em seguida a outorga do Ato Institucional inúmeros políticos tiveram seus mandatos cassados e seus direitos políticos suspensos. Já em 10 de abril foi divulgada a

---

<sup>514</sup> Ato Institucional de 9 de abril de 1964. In: BARRETO. Op.cit., p. 138.

<sup>515</sup> Jornal *Estado da Bahia*, 18 de abr. de 1964. p. 1.

<sup>516</sup> Ato Institucional de 9 de abril de 1964. In: BARRETO. Op.cit., p. 139.

<sup>517</sup> *Ibidem*, p. 140.

“primeira lista de cassações” que computou 102 nomes com a inclusão do presidente deposto João Goulart e muitos políticos que participaram diretamente do seu governo.<sup>518</sup> No dia 11 do mesmo mês foram transferidos para a reserva 122 militares oficiais e nos dias seguintes outras listas de cassações continuaram a sair, incluindo também o nome do ex-presidente Juscelino Kubitschek, na época senador da República pelo PSD.<sup>519</sup> Em meio a essa política de cassações, alguns políticos baianos foram atingidos como Francisco Mangabeira, ex-presidente da Petrobrás, os deputados federais Fernando Santana (PTB), João Dória (PDC), Mario Lima (PSB) e Hélio Ramos (PSD), além deles, Waldir Pires, que já se encontrava no exílio.<sup>520</sup> Esses dois últimos nomes, como vimos, eram apoiados também pelo prefeito esplanadense Dr. Neno através da sua vinculação com o deputado estadual Ênio Mendes, seu líder político.

Enquanto no cenário federal políticos baianos eram atingidos pela repressão, o golpe de 1964 abriu caminho para a ascensão de outros. O ex-governador Juracy Magalhães (UDN) foi nomeado pelo presidente Castelo Branco para o cargo de embaixador do Brasil nos Estados Unidos,<sup>521</sup> e o deputado Luís Vianna Filho (PL) tornou-se chefe da Casa Civil do presidente militar.<sup>522</sup> Ademais, como apontou Dantas Neto, Antonio Carlos Magalhães (UDN) conquistou uma “infiltração crescente e veloz no ambiente palaciano”.<sup>523</sup> No Senado Federal, os mandatos dos senadores baianos Josaphat Marinho e Antonio Balbino foram preservados.<sup>524</sup>

Na Bahia, os primeiros efeitos do Ato Institucional se fizeram sentir na Assembleia Legislativa do Estado. No dia 14 de abril de 1964, corria na imprensa baiana notícias de que provavelmente iriam ocorrer cassações de deputados e suplentes. Nesse dia, o jornal *A Tarde*, atuando como porta voz da repressão, listou os nomes dos prováveis políticos que perderiam seus mandatos: “Aristeu Nogueira, Sebastião Nery, Diógenes Alves, Ênio Mendes e Antonio Cruz.”<sup>525</sup> No dia 22 de abril, o mesmo *A Tarde* publicou outra matéria sobre o tema, constando as prováveis articulações entre civis e militares feitas em prol da cassação dos deputados: “Presidente da Assembleia Legislativa e os líderes dos partidos com representação naquela Casa estiveram anteontem com o comando da 6ª Região, entendendo-se, a convite

<sup>518</sup> D’ ARAUJO; SOARES; CASTRO. Op.cit., p. 31.

<sup>519</sup> Ibidem, p. 32.

<sup>520</sup> FICO, Carlo. *Além do Golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar*. Rio de Janeiro – São Paulo: Editora Record, 2014. pp. 330-331-332.

<sup>521</sup> GUEIROS. Op.cit., p. 324.

<sup>522</sup> VIANA FILHO, Luís. *O Governo Castelo Branco*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1975. p. 62.

<sup>523</sup> DANTAS, NETO. Op.cit., 2006. p. 238.

<sup>524</sup> Ibidem, p. 238.

<sup>525</sup> Jornal *A Tarde*, 14 de Abr. de 1964. p. 3.

deste, sobre a cassação de mandatos de deputados estaduais”.<sup>526</sup> A notícia trouxe ainda o nome dos possíveis deputados a serem cassados, e desta vez com uma pequena alteração da listagem apresentada nos dias anteriores: “Aristeu Nogueira, Diógenes Alves, Ênio Mendes, Raimundo Reis e Sebastião Nery”.<sup>527</sup>

Além das especulações da imprensa baiana, o clima de “caça às bruxas” passou a ser a tônica dos discursos no plenário da Assembleia Legislativa. Na sessão ordinária do dia 24 de abril de 1964, o deputado esplanadense Ênio Mendes de Carvalho foi o único político que constava nas listas dos prováveis cassados divulgadas no jornal *A Tarde* que marcou presença no Legislativo. Nessa data, alguns dos políticos encontravam-se presos como Sebastião Nery, mas o deputado Ênio Mendes de alguma forma conseguiu uma imunidade para não ser detido, pois seu sogro era coronel da reserva do Exército,<sup>528</sup> mas isso não lhe trazia tranquilidade política.

O deputado Ênio Mendes foi o primeiro orador inscrito para discursar no grande expediente da Casa Legislativa. Ao subir na tribuna, proferiu um longo discurso afirmando saber da listagem que constava seu nome. Pautou também por sua posição de vencido frente a nova situação política do país, e demonstrou não declinar das suas convicções políticas para escapar da repressão.<sup>529</sup> No final do seu pronunciamento, se utilizou de uma metáfora bíblica para demonstrar um forte ressentimento com seus colegas de Legislatura, pautando pelas seguintes palavras:

Nesses últimos dias, como sempre acontece nos dias mais difíceis da vida de cada um, o homem é tentado a descer da posição que se traçou na vida buscando na hora difícil a acomodação fácil. Sr. Presidente, mais uma vez venci as tentações e enfrento as provações – permita-me o auto elogio – com dignidade. Sairei desta Casa com a minha dignidade incólume, não precisa Sr. Presidente, Sr. Deputados, que ninguém me diga isso. Apenas, para mim, há um juiz, este é a minha consciência. Cassem o meu mandato Srs Deputados, como Herodes entregou a Salomé a cabeça de João Batista. Entreguem a minha cabeça, e as cabeças dos demais Sr. Deputados. Esta é a hora de entregar cabeças. Mas é também, Srs. Deputados, a hora de se cair de pé.<sup>530</sup>

Após seu discurso, que não teve concessão de apartes, o deputado Ênio Mendes se retirou no plenário da Assembleia. Foi sua última alocução como parlamentar. Suas palavras causaram o desconforto de muitos deputados e as respostas foram imediatas, mesmo com a sua ausência. Fizeram uso da palavra os deputados Wilson Lins (UDN), Francisco Benjamim

<sup>526</sup> Jornal *A Tarde*, 22 de Abr. de 1964. p. 3.

<sup>527</sup> Jornal *A Tarde*, 22 de Abr. de 1964. p. 3.

<sup>528</sup> NERY. Op.cit., p. 312.

<sup>529</sup> ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA BAHIA (ALBA). Ata da sessão de 24/4/1964 publicada no Diário da Assembleia em 7/05/1964. Local: Salvador, Bahia, Brasil. Arquivo da ALBA. pp. 44-45.

<sup>530</sup> ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA BAHIA (ALBA). Ata da sessão de 24/4/1964 publicada no Diário da Assembleia em 7/05/1964. Local: Salvador, Bahia, Brasil. Arquivo da ALBA. p. 45.



(UDN), Jutahy Magalhães (UDN), Orlando Spínola (UDN) e Ana Oliveira (PL). Em geral, os pronunciamentos dos deputados foram no sentido de chamar atenção para o desrespeito que sofreram com o discurso do deputado Ênio Mendes ao serem comparados a “Herodes”, imagem bíblica da traição. Ainda afirmaram a convicção de votarem nas cassações não por medo, mas por interesse da democracia.<sup>531</sup> Como podemos perceber, os políticos defensores da cassação e que se sentiram atingidos pelas palavras do deputado Ênio Mendes, foram justamente membros da UDN e do PL, partidos que estavam inseridos no governo do general Castelo Branco, assim como, antes do golpe, já estavam inseridos no governo de Lomanto Júnior.

Podemos destacar o discurso proferido pelo deputado Francisco Benjamim, adversário político ferrenho de Ênio Mendes, e que disputava seus votos na cidade de Esplanada sendo correligionário e financiador de muitos udenistas esplanadenses que localmente disputavam com o prefeito Dr. Neno. Em trecho do seu pronunciamento, o udenista declarou em tom anticomunista as seguintes palavras:

Não aceitei, e não aceitarei nunca, que se comunice o Brasil, mas também não posso aceitar que se diga que esta Casa vai decidir com medo e tão pouco vai entregar a cabeça de colegas que militavam aqui nesta Casa. (...) Perdoe-me o meu eminente colega Deputado Ênio Mendes, é com todo o apreço e toda a estima de amigo que lhe digo que a sua derradeira palavra a esta Casa foi infeliz.<sup>532</sup>

O discurso do deputado Ênio Mendes, além de rechaçado por deputados como Francisco Benjamim, também foi divulgado na imprensa qualificado como acusatório e deselegante. O *A Tarde* estampou uma matéria na página dois da edição de 25 de abril de 1964 com o título “deputado despediu-se da Assembleia ofendendo os colegas”, o destaque também foi dado principalmente para a associação dos deputados a “Herodes”.<sup>533</sup>

Voltando ao dia 24 de abril de 1964, na parte da noite, a Assembleia Legislativa baiana realizou uma Sessão Extraordinária para colocar em pauta a cassação dos deputados e foi apresentado um ofício do comandante da 6ª Região Militar, general Manoel Mendes Pereira. Ao abrir a Sessão, o presidente da Casa, o deputado udenista Orlando Spínola, leu o ofício recebido do general:

<sup>531</sup> ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA BAHIA (ALBA). Ata da sessão de 24/4/1964 publicada no Diário da Assembleia em 7/05/1964. Local: Salvador, Bahia, Brasil. Arquivo da ALBA. pp. 46-47.

<sup>532</sup> ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA BAHIA (ALBA). Ata da sessão de 24/4/1964 publicada no Diário da Assembleia em 7/05/1964. Local: Salvador, Bahia, Brasil. Arquivo da ALBA. p. 46.

<sup>533</sup> Jornal *A Tarde*, 25 de abr. de 1964. p. 2.

1. Tenho a honra de apresentar a V. Excia, consoante o entendimento havido mediante sumário de informações feitos e expostos pela 2ª Secção do Estado Maior Regional desta RM em reunião no Gabinete deste Comando com sua presença e dos líderes das bancadas dos diversos Partidos Políticos, a relação nominal, em anexo, dos deputados eleitos e Suplentes dessa Casa do Legislativo, aos quais deverão ter os seus mandatos cassados, por interesse da Segurança Nacional.
2. Outrossim, tal atividade vem em ressonância com o expurgo que está em curso nos referentes órgãos dos Poderes Constitucionais Federal, Estadual e Municipal, em todo país.
3. Reserva-se este Comando, em face dos Inquéritos Policiais Militares que se processam no território desta Região Militar, indicar outros nomes de membros do legislativo que surgirem nos autos como infratores da Lei de Segurança Nacional.(...)<sup>534</sup>

O ofício do general deixava claro que o processo de repressão aos deputados foi articulado em comum acordo entre os militares e políticos, ou seja, uma repressão civil-militar. O comandante militar na Bahia, general Manoel Mendes Pereira, apontava o papel da 2ª secção Militar do Estado Maior da 6ª Região Militar que procedia às investigações com o intuito de levantar material acusatório. No período, o chefe da 2ª secção na Bahia era o coronel Marino Freire Dantas. A argumentação para a repressão se baseava na Lei de Segurança Nacional, entretanto, no ofício nada consta de concreto contra os deputados.

Em anexo foram listados os nomes dos deputados estaduais e suplentes que deveriam ser cassados por ordem de importância, constando muito mais nomes dos que os divulgados na imprensa baiana nos dias anteriores à sessão de cassação – deputados: 1º Diógenes Alves; 2º Ênio Mendes de Carvalho; 3º Sebastião Augusto Souza Nery; 4º Raimundo Reis. Suplentes: 1º Aristeu Nogueira; 2º Afrânio Souza Lyra; 3º Jarbas Santana; 4º Raimundo Eirado Silva; 5º Raimundo Ramos Reis; 6º Walter da Matta.<sup>535</sup>

Os parlamentares criaram o Projeto de Resolução Nº 913 para avaliar a cassação dos mandatos. Ocorreram mais outras sessões para a discussão da matéria entre os dias 25, 27 e 28 de abril de 1964. A defesa do Projeto foi feita pela maioria dos deputados, entretanto, ocorreram divergências na cassação do deputado Raimundo Reis, que ao contrário do deputado Ênio Mendes, que se colocou na posição de vencido, fez um discurso em defesa da “Revolução” acionando elogios a nomes do já embaixador Juracy Magalhães e o deputado federal Antonio Carlos Magalhães.<sup>536</sup>

<sup>534</sup> ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA BAHIA (ALBA). Ofício N. 286, E/2 anexado a Ata da sessão de 24/04/1964 publicada no Diário da Assembleia em 30/04/1964. Local: Salvador, Bahia, Brasil. Arquivo da ALBA. p. 43.

<sup>535</sup> ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA BAHIA (ALBA). Ofício N. 286, E/2 anexado a Ata da sessão de 24/04/1964 publicada no Diário da Assembleia em 30/04/1964. Local: Salvador, Bahia, Brasil. Arquivo da ALBA. p. 43.

<sup>536</sup> ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA BAHIA (ALBA). Ata da sessão de 25/04/1964 publicada no Diário da Assembleia em 1/5/1964. Local: Salvador, Bahia, Brasil. Arquivo da ALBA. p. 29.

O deputado Ênio Mendes, que não compareceu a essas outras sessões, também foi defendido por alguns dos seus colegas da bancada do PSP que não quiseram votar a sua cassação, mas contraditoriamente votaram a favor do Projeto de Resolução. O único parlamentar que se posicionou contrário ao próprio Projeto foi o deputado João Borges, filiado ao PL, mas o seu posicionamento foi pautado apenas por questão jurídica do Projeto não se opondo em nenhum momento à aplicação da cassação.<sup>537</sup> Finalmente, no dia 28 de abril de 1964, o esfacelamento do Parlamento baiano foi concluído e os deputados listados pelo ofício do general Manoel Mendes Pereira perderam seus mandatos com exceção de Raimundo Reis, protegido pela maioria dos líderes do plenário.<sup>538</sup> Além do expurgo feito no Parlamento baiano, alguns deputados apresentaram uma Moção de apoio à “Revolução”, dentre eles Wilson Lins, José Facó, Moitinho Dourado, Antônio Albuquerque, Áureo Filho, Joel Muniz Ferreira e Francisco Benjamim.<sup>539</sup>

Um fato que chama a atenção foi a blindagem de um deputado que possivelmente seria atingido com o golpe, Wilton Valença, dirigente do Sindicato dos Trabalhadores de Extração do Petróleo (STIEP), entretanto, seu nome não constou nem na especulação da imprensa baiana, tampouco no próprio ofício do general Manoel Mendes Pereira. Segundo analisou Franklin Oliveira, é possível que o líder sindical teve seu mandato parlamentar mantido pela proteção do deputado federal Luís Vianna Filho (PL), já chefe da Casa Civil de Castelo Branco. Entretanto, Wilton Valença foi cassado na diretoria do Sindicato, assim como todos os membros.<sup>540</sup> Mas, a blindagem do deputado durou apenas até o ano de 1965, quando foi cassado. Frisa-se também que todos os suplentes de deputados que foram listados para serem cassados concorreram o pleito eleitoral de 1962 pelo PSB, inclusive Aristeu Nogueira, membro da secção baiana do PCB.

No desenrolar do processo de expurgo dos deputados no Parlamento baiano foi colocado em discussão nas sessões legislativas apenas a acusação dos mesmos serem considerados “perigosos” para a Segurança Nacional mediante indicação do general Manoel Mendes Pereira em comum acordo com líderes partidários. Entretanto, não constou nada mais do que a acusação. Não se colocaram em nenhum momento provas concretas contra aqueles parlamentares. O próprio ato de cassação não foi feito seguindo as disposições do Ato Institucional de 9 de abril. Como apresentamos, no artigo 10º do Ato apontava-se que a

---

<sup>537</sup> ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA BAHIA (ALBA). Ata da sessão de 24/04/1964 publicada no Diário da Assembleia em 30/04/1964. Local: Salvador, Bahia, Brasil. Arquivo da ALBA. p. 46-47.

<sup>538</sup> ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA BAHIA (ALBA). Livro de Resoluções - Ano: 1963 a 1965. Resolução Nº 825 a 994. Local: Salvador, Bahia, Brasil. Arquivo da ALBA.

<sup>539</sup> TAVARES. Op.cit. 2008. p. 477.

<sup>540</sup> OLIVEIRA JR. Op.cit., p. 276.

responsabilidade de cassação de mandatos era do “Comando Supremo da Revolução”, e do presidente da república quando este tomasse posse. Nesse caso, os deputados baianos teriam que ser cassados mediante indicação oficial do presidente Humberto de Alencar Castelo Branco, o que não ocorreu. Ademais, os seus direitos políticos deveriam ser suspensos, o que também não foi firmado na Resolução de Cassação e apenas o deputado Diógenes Alves (PDC) teve a suspensão decretada no Diário Oficial da União em 13 de junho de 1964.<sup>541</sup> Essa situação demonstra que apesar do esforço de institucionalização de um novo regime político, com a criação de leis para orientar ações contra os “inimigos internos”, na prática, o que imperava era o livre arbítrio dos agentes da repressão, sejam eles civis ou militares que buscaram atingir interesses diversos, e nesse caso, principalmente interesses políticos, que obviamente abriam as portas para tantos outros.

Diante do que expomos até aqui, podemos afirmar que nas primeiras semanas após o golpe a repressão tinha atingido as instituições políticas na Bahia em três níveis, e isso recaía sobre a cidade de Esplanada: primeiro, a destituição e prisão de inúmeros prefeitos e vereadores, além da detenção de líderes sindicais e de movimentos sociais; segundo, com a força do Ato Institucional membros da bancada baiana no Congresso Nacional foram cassados e tiveram seus direitos políticos suspensos, além do exílio de membros do governo Jango; terceiro, a cassação de deputados e suplentes do Parlamento baiano, mesmo sem seguir a legislação disposta no Ato Institucional.

Entretanto, a repressão não seguiu só nesses três níveis e ainda em abril de 1964 acrescentou-se outro nível, a instauração de Inquéritos Policiais Militares (IPMs). No dia 27 de abril de 1964, o presidente Gen. Castelo Branco baixou o Decreto Nº 53.897 que criou a Comissão Geral de Investigações (CGI) responsável nacionalmente para coordenar os Inquéritos Policiais Militares.<sup>542</sup> A comissão ficou presidida pelo marechal Taurino Rezende.<sup>543</sup> Na Bahia, no mesmo dia 27 de abril de 1964, segunda-feira, também foi instaurada em Salvador uma Comissão para a aplicação dos preceitos do Ato Institucional e que também buscava operacionalizar Inquéritos. A cerimônia de formação dessa Comissão ocorreu no Palácio Rio Branco com total apoio do governador Lomanto Júnior que discursou para os presentes. Àquela altura, o governador já cumpria o papel de apoiador e agente da ditadura. A Comissão foi nomeada pelo general Manoel Mendes Pereira e ficou sob a

---

<sup>541</sup> Informação obtida no Relatório Projeto Brasil Nunca Mais. TOMO I - O Regime Militar. p. 113. Disponível em: [http://bnmdigital.mpf.mp.br/docreader/DocReader.aspx?bib=REL\\_BRASIL&PagFis=102](http://bnmdigital.mpf.mp.br/docreader/DocReader.aspx?bib=REL_BRASIL&PagFis=102) Acesso em 09/05/2015.

<sup>542</sup> Decreto Nº 53.897 de 27 de abril de 1964. In: BARRETO. Op.cit., p. 143.

<sup>543</sup> CHIRIO. Op.cit. p. 67.

responsabilidade do coronel Francisco Cabral, que desempenhava a função de Secretário de Segurança Pública do Estado.<sup>544</sup> Os trabalhos administrativos foram realizados na consultoria jurídica da secretaria pública do estado.<sup>545</sup>

Nesse período, o prefeito de Esplanada, Dr. Neno, já estava há 18 dias encarcerado em Salvador no Quartel do 19º Batalhão de Caçadores. Sua situação política tinha se tornado mais drástica com a cassação do seu líder político, o deputado Ênio Mendes de Carvalho, oficializada no dia 28 de abril, e piorou ainda mais, pois passou a ser alvo de um Inquérito Policial Militar.

### 3. O Inquérito Policial Militar contra o prefeito Dr. Neno

Em 28 de abril de 1964 o general Manoel Mendes Pereira, seguindo as disposições do Ato Institucional, afirmou em nota oficial ter evidências de que nas terras esplanadenses “elementos ligados à ideologia comunista vinham praticando atos que atentavam contra a Segurança Nacional”.<sup>546</sup> Diante dessas evidências, fazia-se necessário a abertura de um Inquérito Policial Militar especificamente contra o prefeito.<sup>547</sup> O comandante militar da Bahia delegou a incumbência da instauração do Inquérito ao major Moacyr Pinto Coelho,<sup>548</sup> que no mesmo dia 28 de abril de 1964 nomeou como seu escrivão o 2º sargento Dario Bispo de Andrade.<sup>549</sup> Segundo Maud Chirio, para os militares, receber a incumbência de um IPM significava “uma retribuição por serviços prestados à ‘Revolução’, sob a forma de um complemento salarial, de uma tarefa importante e prestigiosa – a de perseguir “o inimigo

<sup>544</sup> Além do Coronel, outros membros civis e militares faziam parte, como o Comandante da Polícia Militar, Coronel Lourildo de Lima Barreto e os Bacharéis Alfredo Cabussu Tourinho e Almir Vacarezza. No cargo de assessores, a Comissão ainda contava com o Capitão do Exército Evandro Carvalho dos Santos e o Major da Polícia Militar, José Lopes Modesto.

<sup>545</sup> *Jornal A Tarde*, 28 de Abr. de 1964. p. 3.

<sup>546</sup> BAHIA-SERGIPE. Auditoria da 6ª Região Militar (Justiça Militar). *Inquérito Policial Militar (IPM) Nº 14/64*. Autor: Justiça Militar. Indiciado: Dr. Erikson Orlando de Carvalho Lins. Local: Salvador, Bahia, Brasil. Data: 29 de abril de 1964. Arquivo do Fórum Municipal de Esplanada. Setor: Crime. Documento composto por 114 páginas. p. 5.

<sup>547</sup> BAHIA-SERGIPE. Auditoria da 6ª Região Militar (Justiça Militar). *Inquérito Policial Militar (IPM) Nº 14/64*. Autor: Justiça Militar. Indiciado: Dr. Erikson Orlando de Carvalho Lins. Local: Salvador, Bahia, Brasil. Data: 29 de abril de 1964. Arquivo do Fórum Municipal de Esplanada. Setor: Crime. Documento composto por 114 páginas. p. 5.

<sup>548</sup> BAHIA-SERGIPE. Auditoria da 6ª Região Militar (Justiça Militar). *Inquérito Policial Militar (IPM) Nº 14/64*. Autor: Justiça Militar. Indiciado: Dr. Erikson Orlando de Carvalho Lins. Local: Salvador, Bahia, Brasil. Data: 29 de abril de 1964. Arquivo do Fórum Municipal de Esplanada. Setor: Crime. Documento composto por 114 páginas. p. 5.

<sup>549</sup> BAHIA-SERGIPE. Auditoria da 6ª Região Militar (Justiça Militar). *Inquérito Policial Militar (IPM) Nº 14/64*. Autor: Justiça Militar. Indiciado: Dr. Erikson Orlando de Carvalho Lins. Local: Salvador, Bahia, Brasil. Data: 29 de abril de 1964. Arquivo do Fórum Municipal de Esplanada. Setor: Crime. Documento composto por 114 páginas. p. 4.

interno” – e de um poder novo. Ainda segundo Chirio, a criação de inúmeros IPMs deslocou diversos oficiais, “selecionados pelo seu fervor ‘revolucionário’, das estruturas hierárquicas e do ambiente profissional habituais”.<sup>550</sup>

Em 29 de abril de 1964, o major Pinto Coelho abriu os autos do IPM contra o prefeito esplanadense, firmando na portaria do caso o seu objetivo:

Tendo-me sido delegados pelo Exmº Sr. Gen Bda Manoel Mendes Pereira, Comandante da 6ª Região Militar as atribuições policiais que lhe competem, para apurar os fatos de que o Sr. Dr. Erikson Orlando de Carvalho Lins é elemento ligado à ideologia comunista e vinha praticando atos que atentavam contra a Segurança Nacional, determino que se proceda aos necessários exames e diligências para esclarecimentos dos mesmos fatos. Determino ao Sr. Escrivão que autue a presente com os documentos inclusos juntados, sucessivamente, as demais pelas que foram acrescentando, e intime as pessoas que tiverem conhecimento do aludido fato a comparecer para prestarem declarações sobre o mesmo e suas circunstâncias, em dia e hora que forem designados.<sup>551</sup>

Após a abertura do IPM, os responsáveis se dirigiram à Esplanada onde passaram a realizar os procedimentos investigativos. A população esplanadense, que em um curto espaço de tempo tinha visto a invasão de tropas na cidade, a prisão do seu prefeito e a cassação do deputado “filho da terra”, passou também a ser envolvida nos trâmites de um Inquérito. Entre os dias 30 de abril e 3 de maio de 1964, o prédio da Prefeitura Municipal de Esplanada foi utilizado pelos militares como espaço de trabalho. Entre os dias 5 e 7 de maio as atividades foram realizadas em Salvador no Quartel General do 19º BC.

No Inquérito, a construção da acusação contra Dr. Neno esteve orientada principalmente por três perspectivas: o caráter das suas relações políticas com o deputado estadual Ênio Mendes; a sua *Política de Distribuição de Terrenos*; e o conflito que envolveu a Igreja Católica na cidade na construção do muro para cercar o terreno, amplamente divulgado nos meios de comunicação da Bahia com o artigo intitulado “Esplanada é hoje cidade sem Deus”. O levantamento dessas questões para a construção da peça acusatória foi tarefa da 2ª Seção do Exército, na figura do coronel Marino Freire Dantas.

O Inquérito contra o prefeito foi montado com documentos que davam conta de elucidar os fatos da acusação, como fontes jurídicas, legislativas, eclesiásticas, ordem de doação de terras, abaixo-assinados, atestados e matérias jornalísticas. Além desse material,

---

<sup>550</sup> CHIRIO. Op.cit. p. 67.

<sup>551</sup> BAHIA-SERGIPE. Auditoria da 6ª Região Militar (Justiça Militar). *Inquérito Policial Militar (IPM) Nº 14/64*. Autor: Justiça Militar. Indiciado: Dr. Erikson Orlando de Carvalho Lins. Local: Salvador, Bahia, Brasil. Data: 29 de abril de 1964. Arquivo do Fórum Municipal de Esplanada. Setor: Crime. Documento composto por 114 páginas. p. 3.

foram ouvidas 20 testemunhas e o prefeito indiciado. Em seu conjunto, o Inquérito ficou composto por um maço documental de 114 laudas.

Das 20 testemunhas convocadas para depor, estiveram envolvidos políticos locais, autoridades do Poder Judiciário e da Igreja Católica, assim como populares que de alguma forma estiveram envolvidos em fatos concernentes ao governo de Dr. Neno ou foram citados em depoimentos. Ao iniciarem suas falas, as testemunhas tinham a obrigação de informar o nome completo, filiação, idade, profissão, local de residência, o nível de relação com o indiciado e jurar dizer a verdade. No final de cada fala, o depoimento era lido e as testemunhas tinham que assinar.

No geral, as questões levantadas pelos militares tinham o seguinte teor: se o prefeito era comunista; se poderiam relatar sobre as relações políticas do prefeito com o deputado Ênio Mendes; se durante seu governo o prefeito havia ordenado invasões de terras; se o conflito entre Prefeitura e Igreja Católica era um fato de perturbação da ordem pública que poderia comprometer a Segurança Nacional; se poderiam falar sobre algum fato de ação antidemocrática praticado durante a administração do prefeito; se o deputado Ênio Mendes era o orientador e até mesmo conselheiro do bloco político do qual fazia parte o prefeito; se Dr. Neno criou animosidade com os padres em consequência da construção do muro; se o artigo publicado no jornal *A Tarde*, “Esplanada é hoje cidade sem Deus” era verídico.

Além dessas questões mais direcionadas para a acusação feita ao prefeito Dr. Neno, os militares também buscaram averiguar se nas terras esplanadenses existiam organizações que eles consideravam “perigosas” para a Segurança Nacional como “ligas operárias”, “Célula do CGT”, “Liga camponesa” e “sindicatos”. Ao longo dos depoimentos, outras questões surgiam de acordo com as falas emitidas pelas testemunhas, como: “se o prefeito apoiou publicamente a revolução de 31 de março”; se poderiam prestar informações sobre a vida política do vereador José Hermano Lins, um dos principais envolvidos no conflito do terreno da Igreja Católica, e se existiam irregularidades administrativas na gestão do prefeito de Esplanada.

A maioria das testemunhas que foram ouvidas no Inquérito emitiu depoimentos que em geral não acusaram o prefeito de Esplanada de comunista, apesar de alguns identificarem seus atos como atos que chamavam de “pro-vermelhos”. Dr. Neno foi identificado como um político popular e que no máximo não tinha muito traquejo como administrador, nunca tendo “atentado” contra a Segurança Nacional. Sua vida partidária em Esplanada foi marcada por passagens no PSD, PTB e PSP, e que seu grupo político estava em torno do deputado Ênio Mendes, Waldir Pires e do presidente deposto João Goulart, sendo citado também uma única

vez o deputado federal Hélio Ramos, todos atingidos pelo Ato Institucional de 9 de Abril de 1964.

Quanto à candidatura a prefeito de Dr. Neno ter sido uma imposição do deputado Ênio Mendes as testemunhas negaram o fato, afirmando ter sido uma construção coletiva dos seus aliados políticos. No que se refere ao conflito com a Igreja Católica por causa da construção do muro e da doação do terreno, o prefeito foi indicado pelas testemunhas como apaziguador, sendo a Câmara de Vereadores culpada em parte, mas o vereador José Hermano Lins e seu irmão Amélio Baptista, foram indicados como maiores acirrades do conflito. O vereador Hermano ainda foi identificado como um político muito volúvel em suas ideias. No que concerne ao artigo “Esplanada é hoje cidade sem Deus”, publicado no *A Tarde* e outros meios, as testemunhas que foram questionadas sobre ele definiram-no como um texto exagerado que deturpava a realidade dos fatos e que Esplanada não era “uma cidade sem Deus”. No mais, a respeito da existência de organizações “perigosas para a Segurança Nacional”, também todos os depoimentos afirmaram não existir nenhuma em Esplanada.

Mas, se a maioria das testemunhas não condenou o prefeito, três utilizaram o momento para, de uma forma ou de outra, realizar uma espécie de acerto de contas, foram elas: frei Maurício de Mercatello, Superior do convento dos Frades Menores Capuchinhos em Esplanada e uma das personagens principais envolvida no conflito do terreno e do muro além de autor da matéria “Esplanada é hoje Cidade sem Deus”; capitão Adhemar de Lima Andrade, candidato derrotado nas eleições de 1962 para prefeito de Esplanada e autor do telegrama de congratulação às Forças Armadas pela deposição do presidente João Goulart; e Desdêmona Penalva, vereadora pertencente aos quadros da UDN e que há décadas fazia oposição a Dr. Neno e seu grupo político.

No fim da manhã de 30 de abril de 1964, frei Maurício de Mercatello se apresentou ao major Pinto Coelho e ao sargento Dario Bispo no prédio da Prefeitura Municipal de Esplanada.<sup>552</sup> Após realizar os procedimentos de praxe no Inquérito, começou a ser ouvido. De forma veemente o religioso capuchinho acusou Dr. Neno de ser comunista e ter atentado contra a Segurança Nacional, embora afirmando que não tinha provas concretas para respaldar sua acusação, mas que isso era sua opinião e de várias pessoas da cidade que ele não indicou o nome. O frade capuchinho mencionou que o prefeito em seu governo deu ordens para famílias pobres e ricas de Esplanada invadir propriedades, inclusive a do convento. O próprio

---

<sup>552</sup> Declarou ter 38 anos de idade e ser natural de Mercatello-Itália. Tinha como pais, Pierantoni Pasquale e Rossi Assunta. Residia no Convento de Nossa Senhora do Rosário. Declarou não ser amigo íntimo, parente nem inimigo do Prefeito Dr. Neno.



deputado Ênio Mendes teria sido beneficiado com as invasões de terras. No tocante à disputa pela construção do muro ao redor do terreno no convento, frei Maurício pautou por denunciar a suposta agressão que o vereador Hermano Lins fez ao frei Serafim quando lhe desferiu um murro.

Quando foi questionado sobre a ideologia política do prefeito Dr. Neno e do deputado Ênio Mendes, o Superior Católico afirmou que ambos eram de ideias marxistas, mas isso ele também tinha ouvido de outras pessoas e não poderia provar. Em outra parte do seu depoimento, frei Maurício foi questionado se as supostas “invasões” de terras ordenadas pelo prefeito em seu governo tinham relações com forças comunistas. O religioso católico buscou associar as invasões como ordens do deputado Ênio Mendes ao prefeito, mas também afirmava não ter provas. Finalizando o depoimento, os militares questionaram ao frade capuchinho sobre a veracidade do artigo intitulado “Esplanada é hoje cidade sem Deus”, publicado no jornal *A Tarde* e que era de sua autoria. O frei, laconicamente, afirmou: “há exagero”.<sup>553</sup> Em suma, o frade, com um forte ressentimento e um tom anticomunista, tudo acusou e nada provou.

O depoimento do capitão da reserva Adhemar de Lima Andrade, ocorreu na manhã do dia 1º de maio também na Prefeitura de Esplanada com o major Moacyr Pinto Coelho e o sargento escrivão.<sup>554</sup> O capitão iniciou o relato afirmando que o prefeito Dr. Neno foi candidato imposto pelo deputado Ênio Mendes. Em seu governo tinha desapropriado terras municipais para beneficiar “pai, irmãos, mulher e seus correligionários”. O militar fez questão de afirmar que Dr. Neno se recusou a assinar o telegrama que ele elaborou em congratulação as Forças Armadas, pois estava com João Goulart. Em outra fase do depoimento o capitão Adhemar pautou para a conformação da candidatura de Dr. Neno em 1962, seus apoios e alianças. Declarou que o Dr. Neno “após seu mandato de vereador foi eleito prefeito” da “cidade, tendo sido apoiado pelas forças” que “apoiaram a candidatura do senhor Waldir Pires a governador do estado tendo sido um trabalhador desta candidatura” e também “da do senhor ex-deputado Ênio Mendes, de quem era o legítimo representante aqui no Município”. No fim do depoimento, o capitão foi questionado pelos militares sobre o que achava do caso ocorrido

---

<sup>553</sup> BAHIA-SERGIPE. Auditoria da 6ª Região Militar (Justiça Militar). *Inquérito Policial Militar (IPM) Nº 14/64*. Autor: Justiça Militar. Indiciado: Dr. Erikson Orlando de Carvalho Lins. Local: Salvador, Bahia, Brasil. Data: 29 de abril de 1964. Arquivo do Fórum Municipal de Esplanada. Setor: Crime. Documento composto por 114 páginas. pp. 9-10-11.

<sup>554</sup> Declarando ter 52 anos de idade, Capitão Ademar afirmou ser natural da cidade do Conde-Bahia. Tinha como pais o Sr. Alcides de Lima Andrade e a Srª Ana Guimarães Andrade, era casado e residia na Rua Monsenhor Zacarias Luz, nº 56. Declarou não ser amigo íntimo, parente nem inimigo do Prefeito Dr. Neno. Após jurar dizer a verdade iniciou sua seu depoimento declarando fidelidade ao Exército Nacional, no qual “estava ligado até a morte”.

entre o prefeito e os Frades Capuchinhos no que competia a não liberação do prefeito para a construção do muro no terreno reivindicado pelos frades. Para o militar “a não permissão do prefeito para a construção do muro do convento, obedecia naturalmente a um plano de inquietação e desmoralização da Igreja Católica”, afinal “a história que” era “uma grande mestra” assinalava “esses métodos, os quais foram usados na Rússia, na China, na Hungria e outros países da cortina de ferro, inclusive na ilha de Cuba”.<sup>555</sup>

A vereadora Desdêmona Penalva prestou depoimento em 2 de maio de 1964.<sup>556</sup> Após os procedimentos de praxe ela iniciou afirmando que “o bloco político do qual” fazia “parte o S. Erikson (Dr. Neno) realmente não” administrava, mas se aproveitava “da situação da hegemonia política da família, para fazer a chamada politiquice interesseira”. Em seguida, a vereadora foi questionada sobre o caso que envolveu os padres e a Prefeitura na questão da construção do muro do convento. Desdêmona isentou o prefeito de culpa nesse caso, puxando a responsabilidade para a Câmara de Vereadores que vetou uma licença concedida pelo prefeito para a construção. Segundo ela, a construção do muro dos capuchinhos iria interferir no plano de urbanização da cidade. Além disso, a escritura do terreno que os padres apresentavam era para ela um documento viciado.

Em outra fase do seu depoimento, Desdêmona Penalva pautou mais uma vez para fazer um acerto de contas com políticos de Esplanada. Afirmou que na cidade existiam desordens na administração que datavam de longas épocas. A vereadora não apresentou provas concretas contra o prefeito, apenas o identificando como um homem que não era administrador. Entretanto, a udenista fez questão de acusar mandatos de prefeitos anteriores, que afinal faziam parte do mesmo grupo que Dr. Neno. Assim, ela acusou o ex-prefeito Orlando Baptista Lins, pai de Dr. Neno, que tinha sido prefeito de Esplanada entre os anos de 1955 e 1959 pela legenda do PTB, e o ex-prefeito João de Carvalho Batista, tio de Dr. Neno, e que tinha governado Esplanada entre 1959 e 1963, sob a legenda do PSD. Os documentos citados pela vereadora Penalva foram anexados ao IPM, diferentemente da escritura supostamente “viciada” dos frades capuchinhos. No findar do seu depoimento, a udenista foi questionada pelos militares sobre as relações que mantinham o prefeito Dr. Neno e o deputado Ênio Mendes. Desdêmona respondeu que julgava que Ênio Mendes era “o orientador e até

<sup>555</sup> BAHIA-SERGIPE. Auditoria da 6ª Região Militar (Justiça Militar). *Inquérito Policial Militar (IPM) Nº 14/64*. Autor: Justiça Militar. Indiciado: Dr. Erikson Orlando de Carvalho Lins. Local: Salvador, Bahia, Brasil. Data: 29 de abril de 1964. Arquivo do Fórum Municipal de Esplanada. Setor: Crime. Documento composto por 114 páginas. p. 20-21.

<sup>556</sup> Declarou ter 49 anos de idade e ser natural do município de Ilhéus-Bahia, moradora da cidade de Esplanada residente na rua do Conde Nº 2. Casada eclesiasticamente, funcionária pública e Vereadora, além de sócia da firma Penalva & Mendes. Afirmou não ser parente, amiga íntima e nem inimiga do Prefeito Dr. Neno, apesar de ser sua adversária política.

mesmo conselheiro do bloco político do qual” fazia “parte o Sr. Erikson Lins (Dr. Neno)”, e que julgava também que fosse “o líder deles, pois o senhor Ênio Mendes sempre foi candidato a deputado estadual defendido pelo referido bloco”, por quem “quebrariam lanças”.<sup>557</sup>

Em 6 de maio de 1964, o prefeito Dr. Neno, que se encontrava preso há 29 dias, no 19º BC, recebeu a oportunidade de depor para se defender das acusações, assim como de apresentar provas que indicassem a sua inocência. A possibilidade de defesa do indiciado estava prevista no Decreto Nº 53.897 de 27 de abril de 1964 do presidente Castelo Branco e que complementou o Ato Institucional de 9 de abril. O artigo 5º do Decreto estabeleceu que “após a investigação ou durante ela”, seria “dada oportunidade de defesa, oral ou escrita, ao indiciado, que para isso” seria “ouvido em prazo razoável, não excedente de oito dias, se não” tivesse “antes apresentado seus motivos em depoimentos ou por outra forma.”<sup>558</sup>

Por volta das 9:30 da manhã, no próprio Batalhão na capital baiana, o major Pinto Coelho e o sargento Dario Bispo operacionalizaram o interrogatório do prefeito Dr. Neno. Após fazer os juramentos de praxe,<sup>559</sup> as perguntas iniciais dos militares foram no sentido de esclarecer um pouco da vida política do prefeito e sua relação com o deputado Ênio Mendes. Segundo registrou o escrivão, Dr. Neno esclareceu que entrou na política de Esplanada em 1954 “como candidato a vereador pelo PSD”, e que o motivo foi a “tradição de família”, pois “seu pai Orlando Baptista Lins, militava na política” de Esplanada “há vários anos”. A doutrina política que buscava seguir era a “ditada pela democracia cristã” e que mantinha relações políticas com Ênio Mendes, de quem era “primo e cunhado”, por ele ser “pertencente ao mesmo partido”.<sup>560</sup> O prefeito Dr. Neno não foi questionado diretamente se era comunista, mas buscou se autodefinir como um democrata cristão aparentemente como forma de matizar a questão. Ademais, suas relações com o deputado Ênio Mendes primavam não por ideologia, mas por ser da mesma família e militar no mesmo partido.

Seguindo no interrogatório, os militares questionaram o prefeito sobre a sua política de distribuição de terras desempenhada em seu governo focando se ele teria dado “alguma

<sup>557</sup> BAHIA-SERGIPE. Auditoria da 6ª Região Militar (Justiça Militar). *Inquérito Policial Militar (IPM) Nº 14/64*. Autor: Justiça Militar. Indiciado: Dr. Erikson Orlando de Carvalho Lins. Local: Salvador, Bahia, Brasil. Data: 29 de abril de 1964. Arquivo do Fórum Municipal de Esplanada. Setor: Crime. Documento composto por 114 páginas. pp. 26-27.

<sup>558</sup> FICO. Op.cit., pp. 344-345.

<sup>559</sup> Declarou ter 38 anos de idade e ser natural de Esplanada. Tinha como pais o Dr. Orlando Batista Lins, e a Srª Rosalva de Carvalho Lins. Era casado e residia em Esplanada a rua J.J Seabra, sem recordar o número. Tinha como profissão advogado e funcionário público da Assembléia Legislativa da Bahia.

<sup>560</sup> BAHIA-SERGIPE. Auditoria da 6ª Região Militar (Justiça Militar). *Inquérito Policial Militar (IPM) Nº 14/64*. Autor: Justiça Militar. Indiciado: Dr. Erikson Orlando de Carvalho Lins. Local: Salvador, Bahia, Brasil. Data: 29 de abril de 1964. Arquivo do Fórum Municipal de Esplanada. Setor: Crime. Documento composto por 114 páginas. p. 53.

ordem de invasão” de terra “para pessoas construírem” casas na cidade. Conforme o registro feito pelo escrivão, Dr. Neno respondeu “que nunca deu tal ordem, sendo seu cuidado como administrador do município, de evitar tais circunstâncias tanto que procedeu o loteamento dos terrenos pertencentes ao município localizados no perímetro urbano”. O prefeito ainda fez questão de enfatizar “que como administrador do município dava permissão para indivíduos que desejassem construir de imediato, assim o fizesse nos loteamentos de terrenos do Município”. Com essa atitude acreditava “estar colaborando com o desenvolvimento da cidade ao mesmo tempo resolvendo um problema crucial que era o de habitação.”<sup>561</sup> O prefeito não negou sobre o processo de distribuição de terrenos, entretanto, enfatizou não ordenar invasões, pelo contrário, pautou por seu papel de administrador atento, fato que ia de encontro com os depoimento que afirmavam que ele não tinha traquejo como administrador.

Em seguida, o militar quis saber do prefeito, quais pessoas que teriam alimentado o conflito com os frades capuchinhos e como o indiciado buscou atuar no caso. Dr. Neno, segundo registro no IPM, indicou os nomes do “Dr. Amélio Baptista Filho, vereador Hermano Lins Baptista, vereadora Desdemona Penalva, vereador Luiz Carlos Quintela, vereador Kleber Baptista de Carvalho, senhor Manuel Barbosa de Souza”. Frisou ainda “que os dois primeiros alimentaram o caso com maior interesse”. O prefeito esclareceu que “levado pelo seu espírito democrático cristão, todo esforço fez para evitar qualquer atrito entre o município e a Igreja isto porque seria contra os seus princípios cristãos e segundo, é prejudicial para qualquer político”.<sup>562</sup> Como tinha se declarado inocente, o prefeito não tergiversou e buscou acusar políticos locais que ele acreditava serem culpados. Também não foi questionado diretamente se tinha atentado contra a Segurança Nacional, mas como estratégia Dr. Neno adentrou logo no aspecto do conflito com a Igreja Católica, enfatizando mais uma vez sua confissão cristã.

Na parte final do depoimento, o prefeito deposto foi perguntado por que não assinou o telegrama de apoio as Forças Armadas feito pelo capitão Adhemar, se planejava alguma viagem para o Rio de Janeiro, e se teria fatos que pudesse “alegar” ou “provas” que justificassem a sua inocência perante a acusação feita. O escrivão Darío Bispo registrou as seguintes palavras:

---

<sup>561</sup> BAHIA-SERGIPE. Auditoria da 6ª Região Militar (Justiça Militar). *Inquérito Policial Militar (IPM) Nº 14/64*. Autor: Justiça Militar. Indiciado: Dr. Erikson Orlando de Carvalho Lins. Local: Salvador, Bahia, Brasil. Data: 29 de abril de 1964. Arquivo do Fórum Municipal de Esplanada. Setor: Crime. Documento composto por 114 páginas. p. 53.

<sup>562</sup> BAHIA-SERGIPE. Auditoria da 6ª Região Militar (Justiça Militar). *Inquérito Policial Militar (IPM) Nº 14/64*. Autor: Justiça Militar. Indiciado: Dr. Erikson Orlando de Carvalho Lins. Local: Salvador, Bahia, Brasil. Data: 29 de abril de 1964. Arquivo do Fórum Municipal de Esplanada. Setor: Crime. Documento composto por 114 páginas. p. 54.

Respondeu que conforme declarou ao próprio capitão em presença do Senhor José Moreira de Souza e outras pessoas que não se recorda quais, que deixava de assinar por que ele o Capitão Adhemar como adversário político iria explorar politicamente, alegando que ele já queria favores da nova situação, pois tinha havido a revolução e o novo presidente ainda não estava eleito; que no mesmo momento em presença do Capitão Adhemar pediu ao atual Prefeito, seu adversário político, que assinasse o telegrama e disse que respeitava e acatava a revolução. Respondeu que a muito planejava congregar-se com os Prefeitos dos Municípios vizinhos de Entre Rios e Conde a fim de irem a Brasília falarem com o Ministro Oliveira Brito problemas de seu Ministério ligados a construção da linha de energia do Litoral Norte, que planejava a viagem entre os fins de abril de princípio de maio. Respondeu que tem documentos já em mãos do Coronel Humberto Mello Chefe do Estado Maior Regional da Sexta Região Militar e mais solicitaria juntada de dois documentos passados pelo Juiz de Direito de Rio Real e Autoridades do Município de Acajutiba e que alega que a sua prisão decorreu de calúnias levadas pela política municipal(...)<sup>563</sup>

Os documentos citados pelo prefeito em seu depoimento foram todos anexados no IPM. No total foram 6 atestados que traziam em seu conteúdo afirmações de que Dr. Neno era um homem de “boa índole”, de “moral ilibada”, “um excelente chefe de família”, “bacharel equilibrado” e “respeitador das leis”. Por essas qualidades que ressaltavam sua moral, os textos isentavam o prefeito de ser um “elemento comunista”, e de ter “atentado contra a Segurança Nacional”. Nos estudos de Rodrigo Patto Sá Motta sobre o anticomunismo no Brasil, o autor também identificou o tema da moral como central. Conforme sua análise, “dentre o amplo arco de representações que compõe o imaginário anticomunista, a temática da moral ocupou papel destacado, tendo contribuído em muito para o sucesso das mobilizações contra o comunismo”.<sup>564</sup>

A semelhança dos textos apresentados pelo prefeito Dr. Neno leva-nos a crer que foram escritos sob uma mesma orientação profissional. Seus direcionamentos eram feitos ao general Manoel Mendes Pereira, comandante da 6ª Região Militar, e pediam somente a liberdade do prefeito, e não tocavam na possibilidade do seu retorno ao Executivo de Esplanada. Talvez o direcionamento do pedido apenas para a soltura do prefeito e não o seu retorno ao cargo, foi uma estratégia para convencer os militares de que Dr. Neno não ofereceria riscos políticos ao novo regime, nem mesmo serviria de exemplo para outros políticos destituídos que almejassem retornar ao cargo. Um aspecto interessante nos textos são as assinaturas de membros da UDN de Esplanada, como o fazendeiro e suplente de vereador Aurelito Maciel de Oliveira, o presidente do partido, Osvaldo Assis, e a maior adversária de Dr. Neno na Câmara de Vereadores, Desdêmona Penalva. Apesar das disputas entre *direita* e

<sup>563</sup> BAHIA-SERGIPE. Auditoria da 6ª Região Militar (Justiça Militar). *Inquérito Policial Militar (IPM) Nº 14/64*. Autor: Justiça Militar. Indiciado: Dr. Erikson Orlando de Carvalho Lins. Local: Salvador, Bahia, Brasil. Data: 29 de abril de 1964. Arquivo do Fórum Municipal de Esplanada. Setor: Crime. Documento composto por 114 páginas. pp. 54-55.

<sup>564</sup> MOTTA. Op.cit., p. 62.

*esquerda* na política esplanadense, Dr. Neno e seus adversários estavam próximos no que concerne ao pertencimento de uma elite local. Esfacelado o grupo político de Dr. Neno, não interessava aos membros dessa elite, vê-lo preso, afinal, era um dos seus filhos. Já tirado o seu poder político, agora era o momento de protegê-lo, não interessando o aprofundamento da sua repressão.

Além dos atestados contarem assinaturas dos membros da UDN esplanadense, registrou-se também nos documentos enviados ao comandante da 6ª Região Militar um grande número de assinaturas de populares de Esplanada e cidades vizinhas como fazendeiros, comerciantes, professoras, motoristas, donas de casa, padeiros, pedreiros, agricultores, assim como autoridades jurídicas e policiais. Mesmo assim, tiveram nomes que não constaram nas manifestações pela libertação de Dr. Neno, a exemplo do capitão Adhemar de Lima Andrade, e do frei Maurício de Mercatello, adversários inegociáveis do prefeito e seu grupo, e que de acordo com seus depoimentos no Inquérito, não o viam como um homem de “moral ilibada”, mais sim um “comunista”.

Além desses documentos, foram anexadas no Inquérito duas certidões emitidas no convento dos frades capuchinhos pelo pai do prefeito Dr. Neno, o Dr. Orlando Baptista Lins. A primeira certificava que o prefeito casou-se em 1960 com senhora Eleonor Mendes aos moldes dos rituais católicos, com uma missa celebrada pelo próprio frei Maurício de Mercatello. A segunda certidão correspondia ao batizado da primeira filha do prefeito, realizado em 1961 pelo frei Pedro de Crispério. Além dessas certidões, foi emitida também pelo pai do prefeito uma declaração do frei Maurício de Mercatello afirmando ter realizado uma missa na ocasião da posse do seu mandato por pedido dos próprios políticos.<sup>565</sup> A entrega aos militares das certidões e da declaração talvez tenha sido mais uma estratégia dos aliados do prefeito para provar que Dr. Neno seguia realmente a doutrina cristã tanto na vida particular, casando religiosamente e batizando sua filha na Igreja Católica, quanto na vida política, tomando posse do seu mandato com a realização de uma missa.

Ainda no mês de maio de 1964, tendo a maioria dos depoimentos das testemunhas isentado o prefeito da acusação e juntado os documentos de “apoio” da população, o prefeito afastado foi solto pelas Forças Armadas após 33 dias de encarceramento no Quartel do 19º BC. No entanto, Dr. Neno saiu com a obrigação de todo mês se dirigir a capital baiana para assinar uma frequência como forma de provar que estava no estado, prática comum exigida

---

<sup>565</sup> BAHIA-SERGIPE. Auditoria da 6ª Região Militar (Justiça Militar). *Inquérito Policial Militar (IPM) Nº 14/64*. Autor: Justiça Militar. Indiciado: Dr. Erikson Orlando de Carvalho Lins. Local: Salvador, Bahia, Brasil. Data: 29 de abril de 1964. Arquivo do Fórum Municipal de Esplanada. Setor: Crime. Documento composto por 114 páginas. pp. 65-66.

pelos militares a presos políticos que conquistavam “liberdade”. Dr. Neno retornou à cidade de Esplanada para esperar o desfecho do processo, e pouco tempo depois solicitou da Assembleia Legislativa da Bahia o seu retorno ao cargo de funcionário público da Casa, o que foi aceito sem objeções.<sup>566</sup>

Entre os meses de maio e agosto de 1964 autoridades da justiça militar da Bahia emitiram suas conclusões a respeito do Inquérito Policial Militar respondido pelo prefeito esplanadense. Na lógica da Justiça Militar do período, a Bahia fazia parte da 6ª Circunscrição Judiciária Militar (CJM). Dentro dessa Circunscrição, funcionava a 6ª Auditoria Militar que afinal era responsável por dar o veredito final nos casos.<sup>567</sup> Depois do veredito do auditor, se encaminhava o IPM ao procurador militar e o mesmo fazia a denúncia do indiciado para que se gerasse uma ação penal. O Inquérito do prefeito Dr. Neno, para sua sorte, não chegou a todas as fases da Justiça Militar.

Em 13 de maio de 1964, o major Moacyr Pinto Coelho, responsável pelo IPM, concluiu seu *Relatório* de trabalho. Segundo o militar, não foi constatado a existência de grupos denominados como “ligas operárias”, “Célula do CGT”, “Liga camponesa”, “sindicatos”, que pudessem direcionar “o município a uma ação terrorista atentatória à mudança de regime que viesse por em jogo a Segurança Nacional, ou uma ação antirrevolucionária, ou ainda uma ação em favor da implantação do regime comunista.”<sup>568</sup>

Segundo o major, o prefeito Dr. Neno, “apesar de acusado de comunista por duas testemunhas, não era pelas demais”, mas, era “conceituado pelas autoridades do município de Esplanada e dos municípios vizinhos como sendo elemento de ideias socialistas”. O encarregado do Inquérito ainda afirmou que o prefeito “não apoiou publicamente a revolução de trinta e um de março”. Além disso, o espaço político no qual militara “era o mesmo do senhor Waldir Pires, Ênio Mendes e outros que se congregavam ao senhor João Goulart, não merecendo assim a confiança das Forças Armadas para permanecer a frente do Poder Executivo do município de Esplanada”.<sup>569</sup>

---

<sup>566</sup> ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA BAHIA (ALBA). Ata da sessão de 20/05/1964 publicada no Diário da Assembleia em 28/05/1964. Local: Salvador, Bahia, Brasil. Arquivo da ALBA. p. 42.

<sup>567</sup> ARQUIDIOCESE de São Paulo. *Brasil Nunca Mais*: Um relato para a História. SP: Vozes, 1985. p. 170.

<sup>568</sup> BAHIA-SERGIPE. Auditoria da 6ª Região Militar (Justiça Militar). *Inquérito Policial Militar (IPM) Nº 14/64*. Autor: Justiça Militar. Indiciado: Dr. Erikson Orlando de Carvalho Lins. Local: Salvador, Bahia, Brasil. Data: 29 de abril de 1964. Arquivo do Fórum Municipal de Esplanada. Setor: Crime. Documento composto por 114 páginas. pp. 92-95.

<sup>569</sup> BAHIA-SERGIPE. Auditoria da 6ª Região Militar (Justiça Militar). *Inquérito Policial Militar (IPM) Nº 14/64*. Autor: Justiça Militar. Indiciado: Dr. Erikson Orlando de Carvalho Lins. Local: Salvador, Bahia, Brasil. Data: 29 de abril de 1964. Arquivo do Fórum Municipal de Esplanada. Setor: Crime. Documento composto por 114 páginas. pp. 92-95.

Especificamente no caso da “invasão” das terras do convento dos frades capuchinhos e da construção do muro, de acordo com o juízo emitido pelo major Coelho, tratava-se de uma questão política levada por interesse particular do vereador José Hermano Lins e de seu irmão Amélio Baptista, alimentada de forma “ranzinza pelo frei Maurício de Mercatello”. Finalmente, concluiu que os fatos apurados em Esplanada não versavam sobre crime militar, sendo atribuídos à justiça comum.<sup>570</sup>

Apesar do direcionamento do Inquérito pautado pela paranoia anticomunista e da defesa da Segurança Nacional, nada foi provado contra o prefeito, restando ao major frisar seu não apoio a “Revolução” e o seu alinhamento a políticos que tinham sido cassados e/ou exilados, como Ênio Mendes, Waldir Pires e o presidente deposto João Goulart. Com essas conclusões, o Major Pinto Coelho encaminhou o Inquérito para o comandante da 6ª RM.

Emitindo sua *Solução* no dia 20 de junho de 1964, o general Manoel Mendes Pereira foi bem menos condescendente do que o major Pinto Coelho. Para o comandante militar da Bahia, os fatos apurados em Esplanada constituíam claramente uma agressão à Segurança Nacional e o prefeito indiciado havia cometido crimes por ter “inequivocadamente, prestado serviços ao extinto Partido Comunista do Brasil, embora de maneira dissimulada, sob a orientação do ex-deputado estadual Ênio Mendes de Carvalho – seu cunhado e primo”. O general saiu ainda em defesa dos frades capuchinhos, homens, que, segundo ele, “tantos e tão relevantes serviços teriam prestado àquela terra”. O comandante ainda afirmou que o prefeito de Esplanada “agindo como agiu contra os frades do convento de N.Sª do Rosário”, ainda cometeu “crime de prevaricação”.<sup>571</sup>

No entanto, no fim da sua avaliação, parecendo se contradizer, o comandante afirmou que os fatos ocorridos no município constituíam crimes de competência dos tribunais civis, pois o prefeito cometeu o crime de prevaricação e, embora não estivessem sendo indiciados no processo, eram também co-atores dos crimes o vereador José Hermano Lins Baptista, o seu irmão Amélio Baptista e o Sr. Orlando Lins Baptista.<sup>572</sup>

<sup>570</sup> BAHIA-SERGIPE. Auditoria da 6ª Região Militar (Justiça Militar). *Inquérito Policial Militar (IPM) Nº 14/64*. Autor: Justiça Militar. Indiciado: Dr. Erikson Orlando de Carvalho Lins. Local: Salvador, Bahia, Brasil. Data: 29 de abril de 1964. Arquivo do Fórum Municipal de Esplanada. Setor: Crime. Documento composto por 114 páginas. pp. 92-95.

<sup>571</sup> BAHIA-SERGIPE. Auditoria da 6ª Região Militar (Justiça Militar). *Inquérito Policial Militar (IPM) Nº 14/64*. Autor: Justiça Militar. Indiciado: Dr. Erikson Orlando de Carvalho Lins. Local: Salvador, Bahia, Brasil. Data: 29 de abril de 1964. Arquivo do Fórum Municipal de Esplanada. Setor: Crime. Documento composto por 114 páginas. pp. 97-98.

<sup>572</sup> BAHIA-SERGIPE. Auditoria da 6ª Região Militar (Justiça Militar). *Inquérito Policial Militar (IPM) Nº 14/64*. Autor: Justiça Militar. Indiciado: Dr. Erikson Orlando de Carvalho Lins. Local: Salvador, Bahia, Brasil. Data: 29 de abril de 1964. Arquivo do Fórum Municipal de Esplanada. Setor: Crime. Documento composto por 114 páginas. p. 98.



Pronunciada a sua sentença, o general Manoel Mendes Pereira teve que aguardar autorização do marechal Estevão Taurino Rezende, coordenador nacional da Comissão Geral de Inquéritos (CGI), para encaminhar à Auditoria Militar da 6ª Circunscrição Militar. Após mais de um mês o marechal deu o aval para o envio do Inquérito a Auditoria, o que demonstra que existia certa lentidão entre a Comissão Nacional e os estados. Assim, o general Manoel Mendes Pereira encaminhou o processo para o auditor Dr. Milton Fiúza.<sup>573</sup> O auditor, em 17 de agosto de 1964, também concluiu que não era da competência da justiça militar avaliar o caso do prefeito esplanadense, pois não o caracterizou como sendo “da seara Castrense”, conforme apontava a Lei de Segurança Nacional.<sup>574</sup> Com esse parecer do juiz auditor, o prefeito Dr. Neno saiu das garras da Justiça Militar e passou para as mãos dos Tribunais Cíveis, especificamente a Procuradoria Geral de Justiça do Estado da Bahia.

Em 11 de novembro do mesmo ano, o procurador geral Élzio Ferreira de Souza, após analisar o *Relatório* do major Pinto Coelho, a *Solução* do comandante Mendes Pereira e o *Despacho* do auditor Milton Fiúza, elaborou um *Parecer* bem detalhado acerca do caso. Segundo ele, ao analisar o processo constatou que não existiu “nenhum fato” que configurasse “filiação, ajuda ostensiva ou clandestina a qualquer partido ou associação dissolvida.” No que concerne às doações de terras, concluiu que “foram feitas obedecendo a leis municipais”. Entretanto, pautando para um direcionamento das ligações políticas e partidárias mantidas pelo prefeito de Esplanada, o procurador afirmou: “Ele é cunhado e primo do então deputado Ênio Mendes, cujo mandato foi cassado” pelo Parlamento, “e que mantinha relações políticas por ser primo e cunhado, além disso, membro do mesmo partido, PSP”, tendo sido filiado também ao PSD e PTB.<sup>575</sup> Novamente o caso recaía sobre as ligações familiares do prefeito.

Direcionando para o conflito do Convento dos Capuchinhos, a conclusão foi de que o caso teria sido meramente movido pelos efeitos da “política local e interesse pessoal de dois vereadores, à parte o plano urbanístico da cidade”. Quanto ao crime de prevaricação sugerido pelo general Manoel Mendes Pereira, o procurador declarou a inexistência deste. O vereador

<sup>573</sup> BAHIA-SERGIPE. Auditoria da 6ª Região Militar (Justiça Militar). *Inquérito Policial Militar (IPM) Nº 14/64*. Autor: Justiça Militar. Indiciado: Dr. Erikson Orlando de Carvalho Lins. Local: Salvador, Bahia, Brasil. Data: 29 de abril de 1964. Arquivo do Fórum Municipal de Esplanada. Setor: Crime. Documento composto por 114 páginas. pp. 97-98.

<sup>574</sup> BAHIA-SERGIPE. Auditoria da 6ª Região Militar (Justiça Militar). *Inquérito Policial Militar (IPM) Nº 14/64*. Autor: Justiça Militar. Indiciado: Dr. Erikson Orlando de Carvalho Lins. Local: Salvador, Bahia, Brasil. Data: 29 de abril de 1964. Arquivo do Fórum Municipal de Esplanada. Setor: Crime. Documento composto por 114 páginas. p. 100.

<sup>575</sup> BAHIA-SERGIPE. Auditoria da 6ª Região Militar (Justiça Militar). *Inquérito Policial Militar (IPM) Nº 14/64*. Autor: Justiça Militar. Indiciado: Dr. Erikson Orlando de Carvalho Lins. Local: Salvador, Bahia, Brasil. Data: 29 de abril de 1964. Arquivo do Fórum Municipal de Esplanada. Setor: Crime. Documento composto por 114 páginas. pp. 101-109.

José Hermano Lins também foi inocentado da agressão contra o frade capuchinho de nome Serafim, pois para o procurador, tratava-se de “tentativa de contravenção que não” era “punida”. Entretanto, apesar dos pareceres favoráveis ao indiciado e outros correligionários, o procurador verificou que deveriam ser apurados alguns fatos acerca da gestão do pai de Dr. Neno, o Dr. Orlando Baptista Lins, acusado no depoimento da vereadora Desdêmona Penalva, que como afirmamos anteriormente, utilizou o momento para fazer um acerto de contas com seus adversários políticos.

Por fim, o procurador encaminhou o processo para a Promotoria Pública de Esplanada, onde seria gerada ou não uma ação penal contra o pai do prefeito. Em 21 de novembro de 1964 o promotor público de Esplanada, Dr. Armando da Costa Tourinho, sentenciou que a questão apresentada não seria o caso “para abertura de um inquérito policial”, dando, assim, os autos por encerrados.<sup>576</sup> Com esses trâmites civis, o Inquérito acabou sendo arquivado no Fórum de Esplanada. Se o prefeito Dr. Neno tivesse seu Inquérito remetido pelo auditor militar ao procurador militar, iria ser julgado pelo Supremo Tribunal Militar, que é era a segunda instância da justiça militar. Caso fosse condenado, caberia recurso ao Supremo Tribunal Federal, a mais alta Corte de Justiça do país.<sup>577</sup>

No estado da Bahia, é difícil precisar quantos Inquéritos foram instaurados nos meses seguintes ao golpe de 1964. Temos conhecimento de alguns casos como o IPM contra o suplente de deputado cassado Aristeu Nogueira, acusado por sua filiação ao Partido Comunista que foi coordenado pelo coronel Francisco Cabral<sup>578</sup>, o do prefeito de Ipiaú Euclides Neto<sup>579</sup>, e o maior de todos, o dos trabalhadores de Refinarias Baianas estudado por Franklin Oliveira Jr. Segundo o autor, esse IPM foi coordenado pelo coronel Frederico Franco de Almeida e tornou-se o maior do Norte e Nordeste, com um “relatório final” apresentado em 18 de novembro de 1964, “constituindo um total de 1580 folhas que taxa a Petrobrás de República Socialista”.<sup>580</sup> Oliveira Jr não dispôs do texto completo do Inquérito, mas conseguiu analisá-lo através de um texto publicado no mês de abril 1993 por ex-militantes, intitulado “Esquecer, nunca” e que trazia 10% do documento.<sup>581</sup> Além desse texto, o autor

---

<sup>576</sup> BAHIA-SERGIPE. Auditoria da 6ª Região Militar (Justiça Militar). *Inquérito Policial Militar (IPM) Nº 14/64*. Autor: Justiça Militar. Indiciado: Dr. Erikson Orlando de Carvalho Lins. Local: Salvador, Bahia, Brasil. Data: 29 de abril de 1964. Arquivo do Fórum Municipal de Esplanada. Setor: Crime. Documento composto por 114 páginas. pp. 111-112.

<sup>577</sup> ARQUIDIOCESE de São Paulo. Op.cit., p. 172.

<sup>578</sup> *Jornal A Tarde*, 5 de maio de 1964. p. 3.

<sup>579</sup> LIMA. Op.cit. pp. 53-54.

<sup>580</sup> OLIVEIRA JR. Op.cit. p. 390.

<sup>581</sup> *Ibidem*, p. 390.

recuperou algumas matérias sobre o IPM no jornal *A Tarde*.<sup>582</sup> Com isso, concluiu que muitos operários da Refinaria de Mataripe foram acusados de comunistas, presos, torturados, demitidos, e exilados. Os indiciados sofreram um processo na justiça militar e foram denunciados pelo promotor militar Antonio Brandão Andrade.<sup>583</sup> Como vimos, caso diferente do IPM do prefeito de Esplanada que da Auditoria Militar não passou para as demais instâncias militares, recaindo na justiça civil onde foi encerrado.

Apesar da impossibilidade de identificarmos a quantidade de IPMs instaurados na Bahia é possível afirmar que eles ocorreram de forma intensa. A própria Comissão para aplicação do Ato Institucional abarcou algumas instituições baianas como a Assembleia Legislativa da Bahia, que teve entre seus agentes da repressão o deputado udenista Francisco Benjamim.<sup>584</sup> Além do mais, no início de maio de 1964 existiam 12 equipes de investigação agindo em 57 cidades baianas com o intuito de apurar “crimes de corrupção” e “contra o regime”. Dentre os locais onde os militares agiram, estiveram as cidades de Dias Dávilla, São Sebastião do Passé, Santo Amaro, Cruz das Almas, Iaçú, Itapebi, Juazeiro, Xique Xique, Morpará, Bom Jesus da Lapa e Barreiras.<sup>585</sup> Os militares responsáveis pelas investigações nos municípios baianos recebiam apoio logístico da Força Área Brasileira (FAB), que realizava o transporte dos investigadores. Para cada cidade visitada o prazo era de 48 horas de investigação, mas poderia se estendido dependendo da situação encontrada. Cada equipe contava com “um oficial, duas praças convenientemente armadas e um promotor público”, ponto acordado entre o comando da 6ª Região Militar e o governo do estado. Os relatórios produzidos pelas investigações eram encaminhados para a comissão de instauração do Ato Institucional na Bahia.<sup>586</sup>

O jornal *A Tarde*, através do jornalista Walfrido Morais, entrevistou a cúpula militar baiana em maio de 1964 (general Manoel Mendes Pereira – comandante da 6ª RM, coronel Humberto de Souza Mello – chefe do EME, coronel Marino Freire Dantas chefe da 2ª secção e coronel Lourildo Carneiro – comandante da PM). Na divulgação das entrevistas, no caderno de domingo, divulgou-se também uma espécie de mapeamento das “áreas de subversão” na Bahia.<sup>587</sup> Na imagem abaixo, podemos ter uma noção como os militares mapearam o estado

---

<sup>582</sup> Ibidem, p. 391.

<sup>583</sup> Ibidem, p. 391.

<sup>584</sup> ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA BAHIA (ALBA). Ata da sessão de 6/05/1964 publicada no Diário da Assembleia em 12/5/1964. Local: Salvador, Bahia, Brasil. Arquivo da ALBA. p. 9.

<sup>585</sup> Jornal *A Tarde*, 8 de mai. de 1964. p. 3.

<sup>586</sup> Jornal *A Tarde*, 8 de mai. de 1964. p. 3.

<sup>587</sup> Jornal *A Tarde*. 9 e 10 de mai. de 1964. p.1.

para aplicar a “Operação Limpeza”, assim como o conceito que buscaram imprimir nas suas ações:



Imagem 6. Autor desconhecido. *Mapa da “Subversão” na Bahia em 1964*. 2014. 1 Fotografia. Fonte: *Jornal A Tarde*, 9 e 10 de maio de 1964, p. 1.

Consta na imagem o mapa da Bahia. Na legenda, um pouco ilegível, tratava-se de expor que as Forças Armadas acompanhavam “cientificamente” a “subversão”, transparecendo uma ideia de eficiência e exatidão na defesa da segurança do território baiano contra a guerra revolucionária, conseqüentemente defendendo a Segurança Nacional. Essa “subversão”, ou essa guerra, se materializava a partir de “células comunistas, Ligas Camponesas e outras atividades comuno-peleguistas”. Se recordarmos o parecer emitido pelo major Pinto Coelho no final do IPM instaurado contra o prefeito de Esplanada Dr. Neno, percebemos que o militar, para além das outras questões investigadas no processo, buscou identificar justamente a existência desses elementos da “subversão” na localidade esplanadense, que, afinal, não foi constatado a existência.

De certa forma, os agentes repressores desempenhavam suas funções repressivas com uma ideia preconcebia do lugar, mas na prática tinham dificuldades de provar o que

“cientificamente” já tinham afirmado. No mapa da imagem, três áreas do território baiano foram identificadas como foco de “subversão”. A marcação feita na parte inferior corresponde as zonas do Sul da Bahia, com cidades como Ilhéus, Ipiaú, Itabuna, Itapebi, Una, Ubatã, Itamarajú e Vitória da Conquista. A marcação da parte central do mapa abarcavam a região da capital, o recôncavo, e cidades do sertão, assim, a “subversão” se espalhava por cidades como Salvador, Dias Dávila, São Sebastião do Passé, Cruz das Almas, Santo Antonio de Jesus, Feira de Santana, Paramirim, Muritiba, Itaberaba e Bom Jesus da Lapa. Já na parte superior do mapa englobava cidades como Esplanada, Alagoinhas, Jacobina, Juazeiro, e Xique-Xique.

A apresentação desse mapa na imprensa também esteve acompanhada de fotografias com o registro de materiais considerados “subversivos” pelos militares e dentre eles estavam prioritariamente livros de teóricos da esquerda. Raramente se apresentavam armas e utensílios de guerra. Especificamente com relação ao mapa da “Subversão” divulgado no *A Tarde*, podemos compreender que, para além do militares buscarem transparecer uma otimização do processo de defesa da Segurança na Bahia, e de demonstrar o quanto o perigo era eminente no estado, justificando assim suas ações após o golpe, assim como a continuidade delas, o mapa servia como um instrumento de intimidação para os sujeitos das regiões mapeadas, ou seja, a imagem era utilizada como um mecanismo sutil de repressão psicológica, afinal, deixava todos em estado de alerta para o que poderia acontecer.

Nos primeiros meses após o golpe, enquanto a repressão era desencadeada no território baiano, assim como em diversos outros territórios do país, o aparato repressivo do Estado brasileiro se tornava cada vez mais especializado e com um alcance ainda maior na medida em que o regime de ditadura também ia se tornando mais concreto. Em 13 de junho de 1964, dois meses após o golpe, foi criado, através do decreto-Lei Nº 4.341, o Serviço Nacional de Informações (SNI) que teve como coordenador o general Golberi de Couto e Silva, um dos teóricos da Doutrina de Segurança Nacional e membro do IPES. O objetivo declarado do SNI seria “coletar e analisar informações pertinentes à Segurança Nacional, à contra-informação e à informação sobre questões de subversão interna”.<sup>588</sup>

No mês de julho, no dia 22, foi aprovado pelo Congresso Nacional uma emenda constitucional que estendeu o mandato do presidente general Castelo Branco até o ano de 1967, precisamente até 15 de março. Com isso, foi adiada as eleições presidenciais que estavam previstas para outubro de 1965.<sup>589</sup> Sob esse aspecto, podemos inferir que foram frustradas as expectativas daqueles políticos que apostaram no golpe de estado como um

<sup>588</sup> ALVES, Maria Helena Moreira. Op.cit., 1984. p. 72-73.

<sup>589</sup> D’ ARAUJO; SOARES; CASTRO. Op. cit., p. 32.

mecanismo apenas de retirada do presidente Jango do poder e a “limpeza” das forças de *esquerda* do cenário político nacional.

Em meio a esse processo, o presidente Castelo Branco colocava em prática um plano de governo, definido por Daniel Aarão Reis como um internacional-liberalismo. Castelo Branco, segundo Reis, do ponto de vista do seu *internacionalismo*, buscava romper com aspirações do nacional-estatismo, “propondo um alinhamento estratégico com os Estados Unidos”, e reconhecendo a sua liderança mundial. Do ponto de vista do seu *liberalismo*, buscava-se “promover uma redução drástica do Estado e uma abertura radical aos fluxos do capital internacional, revogando as limitações políticas e econômicas” estabelecidas pelo governo João Goulart.<sup>590</sup> Mas, se na perspectiva no *internacionalismo*, ou seja, alinhamento com a maior potência capitalista do mundo, o projeto seguia bem, com relação ao “liberal-democrático, em nome do qual o golpe fora desferido, o governo ia muito mal das pernas”, afinal, não foi possível revogar as tradições controladoras e intervencionistas do Estado brasileiro, ao contrário, nem se abandonou a concepção do planejamento.”<sup>591</sup>

#### 4. A ocupação dos espaços políticos

Nos primeiros meses após o golpe de 1964, na medida em que o novo governo nacional buscava implementar seus projetos, ao passo que inúmeros políticos sofriam o peso da repressão, sendo presos e/ou cassados, os espaços deixados vazios nas instituições políticas foram ocupados pouco a pouco por alinhados da nova situação do país. Na cidade de Esplanada, a destituição de Dr. Neno no dia 8 de abril e sua prisão no dia seguinte, tinha alterado a configuração política local. O presidente da Câmara de Vereadores, José Moreira de Souza (UDN), assumiu a Prefeitura interinamente, e para ocupar sua vaga no Legislativo foi empossado o suplente de vereador da UDN Aurelito Maciel de Oliveira. Como presidente da Câmara, assumiu o cargo o 1º Secretário, o vereador Kleber Baptista (PSP).

No início de maio de 1964, enquanto se desenrolava os autos do Inquérito Policial Militar contra o prefeito deposto, o major Pinto Coelho orientou o vereador Kleber Baptista, presidente da Câmara em exercício, que “já era tempo de se fazer a normalização da vida do município” tendo os vereadores que indicar “nomes capazes de serem escolhidos para a

---

<sup>590</sup> REIS, Daniel Aarão. *Ditadura e Democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014. p. 55.

<sup>591</sup> *Ibidem*, p. 57.

investidura do cargo de Prefeito Municipal”.<sup>592</sup> Assim, Kleber Baptista colocou a questão em discussão para os membros do Legislativo esplanadense.

Entre os dias 4 e 14 de maio de 1964 ocorreram exaustivas discussões no plenário da Câmara de Vereadores para que fosse escolhido o nome de quem seria o novo prefeito da cidade. A demora no entendimento da questão se deu por divergências no processo de escolha do nome, e pela falta de quórum nas sessões. Ao final, a escolha dos vereadores ficou dividida em dois nomes: o vereador Aurelito Maciel de Oliveira, que tinha assumido o cargo como suplente da UDN, e o Dr. João de Almeida Seabra Veloso, antigo promotor de Esplanada e membro da UDN local que foi eleito vereador em 1947 e assumiu o cargo de prefeito indiretamente no ano de 1949 por conta da renúncia do então mandatário da cidade.<sup>593</sup>

O nome do capitão Adhemar de Lima Andrade não foi mencionado em nenhuma sessão Legislativa como possibilidade de vir a ser o novo prefeito de Esplanada. Seus esforços em enviar telegrama de congratulação ao general Manoel Mendes Pereira na ocasião do golpe, e de emitir um depoimento acusatório contra Dr. Neno no desenrolar do Inquérito Policial Militar, não surtiu efeito político para o ex-combatente de guerra. O nome do segundo colocado nas eleições de 1962, o udenista Arlindo de Azevedo Lima também não foi apreciado pelos vereadores locais. Posto em votação o nome dos dois candidatos indicados, ficou registrado em Ata a escolha do udenista Aurelito Maciel de Oliveira com 6 votos, contra 2 do udenista Dr. João de Almeida Seabra Veloso.<sup>594</sup>

Em meio ao processo, o vereador Hermano Lins Baptista, enviou um ofício para o Legislativo “solicitando sua renúncia de mandato de vereador, em caráter irrevogável”, solicitação aprovada por todo o plenário.<sup>595</sup> Para ocupar a vaga renunciada pelo edil, foi convocado o suplente do PSP Antonio Ávila de Almeida, que tomou posse no mesmo dia. Podemos pensar a renúncia de Hermano Lins por duas perspectivas: primeiro, sua atitude pode ter resultado de uma pressão dos militares e dos seus adversários políticos, pois ele era primo e aliado direto do prefeito Dr. Neno e do deputado Ênio Mendes, além de ter sido uma das principais personagens envolvidas no conflito com a Igreja Católica da cidade; segundo, a renúncia do vereador pode ter sido um ato “espontâneo” como forma de preservar a sua

---

<sup>592</sup> CÂMARA DE VEREADORES DE ESPLANADA (CVE). Ata da sessão de 4/05/1964 publicada no Livro de Atas Nº 3. Ano de abertura: 1961. Local: Esplanada, Bahia, Brasil. Arquivo da CVE. pp. 44-45.

<sup>593</sup> CÂMARA DE VEREADORES DE ESPLANADA (CVE). Ata da sessão de 4/05/1964 publicada no Livro de Atas Nº 3. Ano de abertura: 1961. Local: Esplanada, Bahia, Brasil. Arquivo da CVE. pp. 46-47-48-49.

<sup>594</sup> CÂMARA DE VEREADORES DE ESPLANADA (CVE). Ata da sessão de 4/05/1964 publicada no Livro de Atas Nº 3. Ano de abertura: 1961. Local: Esplanada, Bahia, Brasil. Arquivo da CVE. pp. 46-47-48-49.

<sup>595</sup> CÂMARA DE VEREADORES DE ESPLANADA (CVE). Ata da sessão de 4/05/1964 publicada no Livro de Atas Nº 3. Ano de abertura: 1961. Local: Esplanada, Bahia, Brasil. Arquivo da CVE. p. 46.

integridade política, pois estando visado pela repressão, poderia ser preso, cassado, responder a um IPM e perder seus direitos políticos.

Voltando a questão da eleição indireta do novo prefeito esplanadense, ainda em maio de 1964 o nome do udenista Aurelito Maciel de Oliveira foi avalizado pelo comando da 6ª Região Militar e o político tomou posse do cargo. Apesar do registro em Ata do processo de escolha do prefeito de Esplanada pós-golpe, somente a partir dos documentos Legislativos não dispomos de subsídios para inferir quais as articulações políticas que estiveram por trás da escolha, afinal, não poderia ser qualquer nome, além disso, algo tinha que convencer os chefes militares. Essa situação nos direciona mais uma vez para os caminhos da memória.

No ano de 2011, em sua residência na cidade de Esplanada, o udenista Aurelito Maciel de Oliveira, aos 80 anos de idade, nos concedeu uma entrevista. Perguntado sobre o processo da sua eleição indireta de prefeito pela Câmara de Vereadores em maio de 1964, ele acionou a seguinte memória:

Foi e não foi uma eleição pela Câmara. Então, o Comando da Região solicitou da Câmara que indicassem três nomes para ser incluído dentre esses três nomes o Prefeito de Esplanada. O substituto de Neno, porque Neno foi afastado. E então mandaram o meu nome, Aurelito Maciel de Oliveira, José Moreira de Souza, e João Veloso. Então o comando da Região escolheu o meu nome. Eu tomei posse. Francisco Benjamim me apoiou e através dele Antonio Carlos (ACM) também. O chefe político era Antonio Carlos.<sup>596</sup>

O depoente não primou pela votação ocorrida na Câmara, e ainda indicou outro nome o do vereador José Moreira de Souza que não aparece nos registros. Na sua versão, ao contrário do que temos registrado em Ata, foram levados para o comando 3 nomes e não apenas o seu. Apesar dessas contradições entre a fala do depoente e o registro do Legislativo, o importante para a nossa reflexão é a indicação da articulação feita pelo deputado estadual Francisco Benjamim com o apoio e aval do deputado federal Antonio Carlos Magalhães, ou seja, nos apresenta na prática a ação da UDN baiana na ocupação dos espaços políticos “esvaziados” pela a repressão.

Como vimos, o deputado Francisco Benjamim esteve empenhado diretamente na defesa do golpe de 1964 na Bahia, além de ter articulado a cassação dos deputados no Parlamento baiano, com destaque para o esplanadense Ênio Mendes. Com a configuração do nome de Aurelito Maciel de Oliveira para novo prefeito de Esplanada ocupando efetivamente o espaço do prefeito afastado Dr. Neno, estava Francisco Benjamim com uma nova zona de

---

<sup>596</sup> Entrevista concedida pelo Senhor *Aurelito Maciel de Oliveira* ao pesquisador Thiago Machado de Lima. Local: Esplanada, Bahia, Brasil. Data: 11 de jul. de 2011.



influência política. Entretanto, essas ações dependeram do aval de um dos líderes da UDN, o deputado federal e presidente do partido Antonio Carlos Magalhães. Podemos inferir ainda que a ação de Francisco Benjamim articulando a ocupação da Prefeitura de Esplanada e a cassação do deputado Ênio Mendes, levou a Antonio Carlos Magalhães o domínio das bases eleitorais de Waldir Pires, e de Hélio Ramos, que também já tinham sido atingidos pela repressão. Vale ressaltar novamente que nas eleições para governo da Bahia em 1962 Waldir Pires conquistou uma votação maior do que Lomanto Júnior no Litoral Norte baiano, região onde se localiza Esplanada.<sup>597</sup>

Em 2011, o deputado Ênio Mendes em entrevista, afirmou sua visão sobre o deputado Francisco Benjamim:

Chico era um dos deputados mais conservadores, mais fascistas. Ele era contra mim, contra Neno, contra meu grupo em todo no estado [...] Quando eu fui cassado ele foi um dos poucos deputados que se levantou para aplaudir minha cassação, foi um dos pouquíssimos, dois ou três deputados.<sup>598</sup>

Segundo a fala do depoente sugere, a oposição de Francisco Benjamim não se restringia apenas a sua base em Esplanada com o prefeito Dr. Neno, se dava em todo seu grupo no Estado. Seria uma tarefa difícil por questão das fontes e que extrapolaria os limites desse trabalho, buscar a dimensão eleitoral de Ênio Mendes em outras cidades Baianas, assim como a do deputado Francisco Benjamim.

Do ponto de vista meramente local, a eleição indireta de um político udenista para Prefeitura de Esplanada representou o retorno desse partido ao executivo da cidade após anos de hegemonia política de partidos aliados localmente como o PSD-PTB-PSP. Maria Victoria de Mesquita Benevides, ao analisar a trajetória nacional da UDN pautou pela síntese de que o partido “Nasceu da luta contra a ditadura, cresceu apesar de sofridas derrotas – sempre em nome dos ideais liberais de sua inspiração primeira – para finalmente, quase vinte anos depois, surgir vitorioso num esquema de poder” que instaurou “um regime militar de arbítrio, repressivo e autoritário”.<sup>599</sup> Em Esplanada, a trajetória da seção local da UDN seguiu a mesma lógica. O golpe de 1964 fez o partido ressurgir vitorioso em apoio a um movimento na realidade antidemocrático que contradisse os próprios ideais defendidos quase 20 anos atrás na derrubada da ditadura do Estado Novo de Vargas. Mas, vale salientar, que no quadro mais amplo da UDN baiana, ao menos do ponto de vista eleitoral, o partido não teve um

<sup>597</sup> CARVALHO NETO. Op.cit., p. 272.

<sup>598</sup> Entrevista concedida pelo Senhor Ênio Mendes de Carvalho ao pesquisador Thiago Machado de Lima. Local: Salvador, Bahia, Brasil. Data: 21 de mar. de 2011.

<sup>599</sup> BENEVIDES. Op.cit., p. 11.

desempenho tão desastrado, afinal, oficialmente elegeu Otavio Mangabeira em 1947, apoiou a eleição de Antonio Balbino em 1954, elegeu Juracy Magalhães em 1958 e apoiou a candidatura de Lomanto Júnior em 1962.

Assim como a cidade de Esplanada, inúmeras localidades baianas tiveram a nomeação de novos Prefeitos nos primeiros meses após o golpe. As páginas do Diário Oficial da Assembleia Legislativa do Estado estão repletas de telegramas enviados de Câmaras de Vereadores informando as novas composições políticas das localidades como estava previsto na constituição estadual, entretanto não possibilitam a identificação dos partidos políticos que assumiram o poder. No que concerne à assunção de prefeitos, temos registro da cidade de Itamarajú com Walter Andrade de Carvalho, que acabou ficando no lugar de Bonifácio Dantas (Chapéu de Couro); Salvador com Nelson Oliveira; Feira de Santana, com Joselito Falcão Amorim; Paramirim com Dr. Gabriel Ribeiro; Cruz das Almas com Waltércio Barroso Fonseca; Medeiros Neto com Dioclésio Pereira Sobrinho, além de cidades que tiveram seus prefeitos substituídos, mas não consta no Diário da Assembléia o nome do novo prefeito como ocorreu na cidade de Muritiba. Ademais, muitas Câmaras de Vereadores, assim como Esplanada, não cumpriram os trâmites estabelecidos pela constituição estadual e não encaminharam informes da nova situação política das cidades.

A regularização da vida política em outros estados também era informada a Assembleia Baiana a exemplo de Pernambuco onde assumiu o governo do estado o político Paulo Guerra,<sup>600</sup> em substituição a Miguel Arraes. E também Sergipe, onde assumiu o governo Dr. Sebastião Celso Carvalho,<sup>601</sup> substituindo Seixas Dória. Não faltaram também telegramas de congratulação conjunta às Forças Armadas, a Assembléia Legislativa e ao governador do estado como os de Barra da Estiva do presidente da Câmara e do prefeito,<sup>602</sup> do prefeito de Santo Amaro,<sup>603</sup> de Santo Antonio de Jesus,<sup>604</sup> dos vereadores de Pau Brasil,<sup>605</sup> e de Paulo Afonso.<sup>606</sup>

<sup>600</sup> ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DA BAHIA (ALBA). Ata da sessão de 8/04/1964 publicada no Diário da Assembleia em 29/4/1964. Local: Salvador, Bahia, Brasil. Arquivo da ALBA. p. 48.

<sup>601</sup> ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA BAHIA (ALBA). Ata com sessão não identificada publicada no Diário da Assembleia em 17/4/1964. Local: Salvador, Bahia, Brasil. Arquivo da ALBA. p. 41.

<sup>602</sup> ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA BAHIA (ALBA). Ata da sessão de 14/04/1964 publicada no Diário da Assembleia em 18/4/1964. Local: Salvador, Bahia, Brasil. Arquivo da ALBA. p. 48.

<sup>603</sup> ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA BAHIA (ALBA). Ata da sessão de 14/04/1964 no Diário da Assembleia em 18/4/1964. Local: Salvador, Bahia, Brasil. Arquivo da ALBA. p. 48.

<sup>604</sup> ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DA BAHIA (ALBA). Ata da sessão de 22/04/1964 publicada no Diário da Assembleia em 25/04/1964. Local: Salvador, Bahia, Brasil. Arquivo da ALBA. p. 4.

<sup>605</sup> ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA BAHIA (ALBA). Ata com sessão não identificada publicação no Diário da Assembleia em 29/4/1964. Local: Salvador, Bahia, Brasil. Arquivo da ALBA. p. 48.

<sup>606</sup> ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA BAHIA (ALBA). Ata da sessão de 8/05/1964 publicada no Diário da Assembleia em 16/5/1964. Local: Salvador, Bahia, Brasil. Arquivo da ALBA. p. 26.

Em meio aos informes da ocupação de espaços políticos, a Assembleia Legislativa da Bahia, juntamente com a secretaria de segurança pública, recebia também uma série de denúncias de políticos de diversas cidades. Da cidade de Ibotirama, os vereadores Josemiro Fernandes e João Teixeira solicitaram uma sindicância na Câmara local, indicando que lá existiam “esquerdistas, pregando a ditadura subversiva”.<sup>607</sup> O prefeito Municipal de Formosa denunciou um suposto funcionamento ilegal da Câmara de Vereadores da cidade na casa de um guarda fiscal e com apenas cinco vereadores.<sup>608</sup> Já na cidade de Pau Brasil, vereadores udenistas denunciaram a suposta existência de um “foco comunista na Prefeitura”, tendo como líder um secretário do prefeito.<sup>609</sup> Na cidade de Santa Inês, o coletor federal Olavo Bastos Neto comunicou que estava ameaçado de morte pelo prefeito local e pediu proteção, pois tinha denunciado a Prefeitura ao “Comando Revolucionário”.<sup>610</sup> Essas situações demonstram mais uma vez o que afirmamos ao longo desse capítulo, ou seja, a utilização do momento do golpe para se fazer acertos de contas contra adversários políticos, os denunciando para cair na lista da repressão.

Voltando à questão da ocupação dos espaços políticos, quanto ao governo do estado, o governador Lomanto Júnior elaborou uma reforma no seu secretariado no início do mês de maio de 1964, afinal, essa atitude foi parte do ônus que teve que pagar para a manutenção do seu cargo. Como demonstrou Dantas Neto, essa reforma não ocorreu de forma amistosa e nela o “rompimento” do governador “com a UDN esteve de novo por um triz”, pois Lomanto afirmou que “não faria reforma sob pressão de ninguém e acenou para a formação de um secretariado apartidário”. Diante dessa atitude, conforme Dantas Neto, Antonio Carlos Magalhães entrou em ação e agindo com pressão na decisão do governador afirmando “que a reforma era uma exigência, da parte das forças vitoriosas do movimento revolucionário”. Assim, Lomanto não teve escolha, para preservar mais uma vez seu mandato, teve que acatar e em 4 de maio anunciou seu novo secretariado.<sup>611</sup> A captura do governo Lomanto permitiu um retorno a um processo modernizador com um esforço racionalizador e planejador na Bahia que marcou a passagem de Rômulo Almeida nos governos Balbino e Juracy, entretanto, essa

---

<sup>607</sup> ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA BAHIA (ALBA). Ata da sessão de 4/04/1964 publicada no Diário da Assembleia em 24/04/1964. Local: Salvador, Bahia, Brasil. Arquivo da ALBA. p. 61.

<sup>608</sup> ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA BAHIA (ALBA). Ata da sessão de 4/04/1964 publicada no Diário da Assembleia em 24/04/1964. Local: Salvador, Bahia, Brasil. Arquivo da ALBA. p. 61.

<sup>609</sup> ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DA BAHIA (ALBA). Ata da sessão de 08/04/1964 publicada no Diário da Assembleia em 29/4/1964. Local: Salvador, Bahia, Brasil. Arquivo da ALBA. p. 48.

<sup>610</sup> ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DA BAHIA (ALBA). Ata da sessão de 12/05/1964 publicada em 19/5/1964. Local: Salvador, Bahia, Brasil. Arquivo da ALBA. p. 39.

<sup>611</sup> DANTAS NETO. Op.cit., 2006. pp. 245-246.

retomada foi atribuída de novos sentidos, com “compromissos socialmente diversos, diferente orientação técnica e, acima de tudo velocidade inaudita”.<sup>612</sup>

No caso da própria Assembleia Legislativa, as vagas dos deputados estaduais cassados em abril de 1964 foram ocupadas por seus suplentes legais, aparentemente sem maiores problemas. No lugar do deputado Diógenes Alves do PDC assumiu o suplente Walfredo Carneiro da Cunha Gonçalves da Silva. Na substituição de Sebastião Nery do MTR, foi convocado Egídio Borges Tavares e na vaga do deputado esplanadense Ênio Mendes, do PSP, foi convocado o suplente Athayde Magalhães dos Santos. Todos os substitutos completaram a Legislatura que teve fim no ano de 1967.<sup>613</sup>

### 5. A reação na Justiça Civil

Mesmo com o peso de todo aparato repressivo e das articulações políticas para a composição de novos cenários políticos, existia espaço para reação. Em agosto de 1964, o Dr. Neno, que já se encontrava solto pelas Forças Armadas e há quase três meses trabalhando na Assembleia Legislativa da Bahia, buscou uma saída para reverter sua situação política e retornar ao Poder Executivo de Esplanada, afinal, no Inquérito que respondia não tinha sido condenado pela acusação de ser comunista e ter atentado contra a Segurança Nacional, apesar de ter sido considerado um político não confiável pelos militares. O meio utilizado pelo prefeito deposto foi a Justiça Civil. Dr. Neno contratou a empresa *Organização Judiciária Escritório de Advocacia*, que tinha sede na cidade de Salvador, na Rua Chile e era representada pelos advogados Aristeu Badaró, Ramagem Badaró e Wilson Badaró.<sup>614</sup>

Em 5 de agosto de 1964 o advogado Ramagem Badaró impetrou no Fórum de Esplanada um *Mandado de Segurança* contra a Câmara de Vereadores da cidade. No texto de abertura do *Mandado*, foi frisado pelo bacharel que o Poder Legislativo esplanadense não atendeu os “trâmites regimentais” ao aprovar uma Resolução que decretou vago o cargo de prefeito e ainda realizou uma eleição indireta para eleger outro político ao cargo, pois não determinou “nem a cassação, nem o *impeachment*” de Dr. Neno. Além do mais, a Câmara de

<sup>612</sup> Ibidem, p. 256.

<sup>613</sup> BAHIA, Assembleia Legislativa. Memória do Legislativo Baiano. Salvador: Assembleia, 2004. pp. 50-51-54.

<sup>614</sup> BAHIA. Tribunal de Justiça do Estado. Mandado de Segurança 7481. Impetrante: Erikson Orlando de Carvalho Lins. Agravado: Câmara de Vereadores de Esplanada. Local: Esplanada, Bahia, Brasil. Data: 5 de agosto de 1964. Arquivo do Fórum Municipal de Esplanada, Setor Cível. Documento composto por 46 páginas.

Vereadores “não recorreu de ofício para a Câmara Legislativa Estadual da Bahia, como obrigatoriamente lhe caberia fazer, da sua decisão”.<sup>615</sup>

O bacharel ainda pontuou que o ato da Câmara era ilegal, pois o prefeito Dr. Neno não abandonou o Poder Executivo esplanadense por vontade, mas foi afastado do cargo pelas Forças Armadas “para averiguação”, não sofrendo cassação do seu mandato nem suspensão dos “seus direitos políticos”, além de não ter lhe sido “imposta” “nenhuma penalidade quer pela Justiça Militar, quer pela Justiça Comum”. Ramagem Badaró fez questão de afirmar que a “entidade coatora” do fato era apenas a Câmara de Vereadores, não sendo objeto de apreciação do *Mandado de Segurança* o “Comando Revolucionário da 6ª RM”.<sup>616</sup>

A estratégia do advogado foi isentar de culpa o comando militar da Bahia. Nota-se no *Mandado* o seu silenciamento quanto ao fato do capitão do Exército Antonio Bendocchi Alves Filho, ao tomar a cidade em 8 de abril, ter convocado uma sessão extraordinária da Câmara de Vereadores em nome do general Manoel Mendes Pereira para que fosse aprovada a Resolução da Vacância do cargo. Obviamente, se o bacharel identificasse o comando da 6ª Região como o agravado no *Mandado de Segurança*, praticamente seria inviável sua apreciação pela justiça, visto que, mesmo com o discurso de preservação das instituições, os próprios membros do judiciário poderiam sofrer com a repressão. Aliado ao texto de abertura do *Mandado*, o advogado de Dr. Neno anexou a Ata da Câmara de Vereadores que decretou a sua vacância, assim como a da eleição de um novo prefeito.<sup>617</sup>

Analisando a peça jurídica impetrada, o juiz de direito da Comarca de Esplanada, Dr. Raul Soares Gomes, encaminhou em 8 de agosto de 1964 ao presidente em exercício da Câmara de Vereadores da cidade, Kleber da Carvalho Baptista (PSP), uma notificação acerca da acusação feita ao Poder Legislativo local. O juiz ainda exigiu uma explicação oficial da instituição para o referido caso.<sup>618</sup> Em resposta ao Poder Judiciário, o presidente da Câmara

<sup>615</sup> BAHIA. Tribunal de Justiça do Estado. Mandado de Segurança 7481. Impetrante: Erikson Orlando de Carvalho Lins. Agravado: Câmara de Vereadores de Esplanada. Local: Esplanada, Bahia, Brasil. Data: 5 de agosto de 1964. Arquivo do Fórum Municipal de Esplanada, Setor Cível. Documento composto por 46 páginas. pp. 3-4-5.

<sup>616</sup> BAHIA. Tribunal de Justiça do Estado. Mandado de Segurança 7481. Impetrante: Erikson Orlando de Carvalho Lins. Agravado: Câmara de Vereadores de Esplanada. Local: Esplanada, Bahia, Brasil. Data: 5 de agosto de 1964. Arquivo do Fórum Municipal de Esplanada, Setor Cível. Documento composto por 46 páginas. pp. 3-4-5.

<sup>617</sup> BAHIA. Tribunal de Justiça do Estado. Mandado de Segurança 7481. Impetrante: Erikson Orlando de Carvalho Lins. Agravado: Câmara de Vereadores de Esplanada. Local: Esplanada, Bahia, Brasil. Data: 5 de agosto de 1964. Arquivo do Fórum Municipal de Esplanada, Setor Cível. Documento composto por 46 páginas. pp. 8-9-10-11-12-13.

<sup>618</sup> BAHIA. Tribunal de Justiça do Estado. Mandado de Segurança 7481. Impetrante: Erikson Orlando de Carvalho Lins. Agravado: Câmara de Vereadores de Esplanada. Local: Esplanada, Bahia, Brasil. Data: 5 de agosto de 1964. Arquivo do Fórum Municipal de Esplanada, Setor Cível. Documento composto por 46 páginas. p. 16.

procurou isentar os vereadores de culpa quanto à vacância do cargo de prefeito, apontando que o capitão do Exército, Antonio Bendocchi Alves Filho, ao chegar à cidade no dia 8 de abril de 1964 “solicitou uma sessão especial da Câmara de Vereadores para que fosse votada uma Resolução considerando vago o cargo de prefeito”. Segundo o edil, “mesmo sem seguir os trâmites legais, a Câmara votou e aprovou a Resolução.” Quanto à eleição indireta que elegeu o udenista Aurelito Maciel de Oliveira para o cargo de prefeito, Kleber Baptista afirmou que “passado mais de trinta dias, a Câmara de Vereadores por deliberação própria resolveu eleger o prefeito em substituição ao eleito que se encontrava detido”.<sup>619</sup>

Diferentemente do advogado do prefeito deposto, o presidente do Legislativo buscou blindar os vereadores do ato da vacância do cargo do Executivo Municipal. Nesse sentido, a explicação do presidente Kleber Baptista direcionava como entidade coatora da ação o comando da Região. O interessante no texto do vereador foi o reconhecimento da irregularidade cometida na elaboração e aprovação da Resolução da vacância do cargo de prefeito, visto que, não seguia as disposições constitucionais. Esse fato demonstra o nível de coação sofrido pelo Poder Legislativo de Esplanada em ter que aprovar algo sem estar de acordo com a lei. Sendo aliados ou adversários do prefeito Dr. Neno, praticamente seria uma atitude de risco para a própria segurança, um vereador se negar a votar a Resolução, pois o capitão do Exército se encontrava no plenário esperando a aprovação, assim como sua tropa espalhada pelo centro da cidade. Ao contrário do que havia afirmado no caso da decretação da vacância do cargo, na eleição para o novo prefeito, o presidente do Legislativo identificou como ato apenas da Câmara de Vereadores. Entretanto, como apresentamos no tópico anterior, ficou registrado na Ata da eleição que o próprio vereador anunciou no plenário da Câmara que o major Pinto Coelho, responsável pelo Inquérito do prefeito Dr. Neno, o orientou que “fosse regularizada a vida do município”.

Com o desenrolar do processo, no dia 26 de agosto de 1964, a promotoria pública de Esplanada, sob a coordenação do promotor Armando da Costa Tourinho, emitiu um parecer favorável para o *Mandado de Segurança* do prefeito afastado. Em seu alvitre, o promotor concluiu que, embora a Resolução da Câmara de Vereadores que decretou vago o cargo de prefeito não tivesse seguido “os trâmites legais”, foi necessária, pois “o governo municipal não poderia ficar acéfalo”. Entretanto, isso deveria ser uma situação provisória, pois “concluído o Inquérito Militar para investigações em torno da pessoa” do Prefeito, “nada se

---

<sup>619</sup> BAHIA. Tribunal de Justiça do Estado. Mandado de Segurança 7481. Impetrante: Erikson Orlando de Carvalho Lins. Agravado: Câmara de Vereadores de Esplanada. Local: Esplanada, Bahia, Brasil. Data: 5 de agosto de 1964. Arquivo do Fórum Municipal de Esplanada, Setor Cível. Documento composto por 46 páginas. p. 18.

apurou contra o mesmo e por isso, nenhuma sanção prevista no art. 7º do Ato Institucional lhe foi aplicada”. Sob esses argumentos o promotor concluiu que cabia “*Mandado de Segurança* para a proteção do direito subjetivo do impetrante, violado por ato ilegal da Câmara de Vereadores”.<sup>620</sup>

Quinze dias após o parecer do promotor público de Esplanada, 11 de setembro, o juiz Dr. Raul Soares Gomes apresentou a sentença para o caso concedendo o *Mandado de Segurança* ao prefeito Dr. Neno.<sup>621</sup> O Juiz seguiu o parecer do promotor e aceitou a argumentação do advogado Ramagem Badaró.<sup>622</sup> Em 16 de setembro de 1964, o Poder Judiciário de Esplanada informou ao Poder Legislativo local sua decisão por meio de um ofício.<sup>623</sup> Três dias depois, a Câmara de Vereadores esplanadense reuniu-se em sessão e colocou em discussão a decisão da Justiça em conceder o *Mandado de Segurança* para o prefeito. Os vereadores, por unanimidade, resolveram acatar o veredito da justiça.<sup>624</sup> Entretanto, o próprio *Mandado* ainda passaria por outras instâncias jurídicas da Bahia, como a Promotoria Pública do Tribunal de Justiça do Estado.

No mês de dezembro de 1964, o procurador público estadual, Alberto da Cunha Velloso, também emitiu parecer favorável ao *Mandado* impetrado pelo advogado do prefeito deposto de Esplanada. Em trechos do seu ditame, o integrante do Ministério Público também pautou pela ilegalidade do ato da Câmara em decretar a vacância do cargo, assim como a eleição indireta de um novo prefeito. Em suas palavras “o ato das forças revolucionárias” de prender o prefeito esplanadense, não “ocasionou consequências mortais” ao seu “direito de voltar ao cargo”. O procurador argumentou que no processo, não existiu, “comunicação

---

<sup>620</sup> BAHIA. Tribunal de Justiça do Estado. Mandado de Segurança 7481. Impetrante: Erikson Orlando de Carvalho Lins. Agravado: Câmara de Vereadores de Esplanada. Local: Esplanada, Bahia, Brasil. Data: 5 de agosto de 1964. Arquivo do Fórum Municipal de Esplanada, Setor Cível. Documento composto por 46 páginas. pp. 24-25-26.

<sup>621</sup> BAHIA. Tribunal de Justiça do Estado. Mandado de Segurança 7481. Impetrante: Erikson Orlando de Carvalho Lins. Agravado: Câmara de Vereadores de Esplanada. Local: Esplanada, Bahia, Brasil. Data: 5 de agosto de 1964. Arquivo do Fórum Municipal de Esplanada, Setor Cível. Documento composto por 46 páginas. pp. 28 a 35.

<sup>622</sup> Vale frisar que tanto o Promotor Armando da Costa Tourinho, quanto o Juiz Raul Soares Gomes, foram ouvidos como testemunhas no Inquérito Policial Militar respondido pelo Prefeito Dr. Neno, emitindo um depoimento que isentava de qualquer acusação. Ademais, lembra-se ainda que os dois magistrados ainda encaminharam dois atestados para os militares anexarem no Inquérito afirmando conhecer o prefeito e que o mesmo não era comunista nem tinha atentado contra Segurança Nacional.

<sup>623</sup> BAHIA. Tribunal de Justiça do Estado. Mandado de Segurança 7481. Impetrante: Erikson Orlando de Carvalho Lins. Agravado: Câmara de Vereadores de Esplanada. Local: Esplanada, Bahia, Brasil. Data: 5 de agosto de 1964. Arquivo do Fórum Municipal de Esplanada, Setor Cível. Documento composto por 46 páginas. p. 37.

<sup>624</sup> CÂMARA DE VEREADORES DE ESPLANADA (CVE). Ata da sessão de 04/05/1964 publicada no Livro de Atas Nº 3. Ano de abertura: 1961. Local: Esplanada, Bahia, Brasil. Arquivo da CVE. p. 68. Nessa sessão estiveram presentes os Vereadores José Moreira de Souza, Kleber de Carvalho Batista, Helvécio de Araújo Cavalcanti, Luiz Carlos Quintella, Asdrúbal Machado de Oliveira e Desdêmona Penalva.

alguma, ou procedimento, das forças revolucionárias, através do seu alto comando, na Bahia”, que “formalizasse, em termos claros, o ato de detenção” do prefeito, assim como “de deposição, de afastamento definitivo das funções”. O procurador comparou o caso de Esplanada com o do prefeito de Salvador Virgildásio Senna afirmando serem distintos, pois no “processo de segurança” do prefeito da capital “constava uma comunicação expressa da mesma 6ª RM, através da qual, dirigindo-se” à Câmara de Vereadores de Salvador, dizia que Virgildásio Senna “não mais se encontrava à frente do Poder Executivo Municipal”.<sup>625</sup>

Ao que parece, o prefeito da capital baiana também entrou com um *Mandado de Segurança* contra a Câmara de Vereadores soteropolitana para reaver o cargo. Em comparação o promotor pautou o caso por uma diferença. No caso de Virgildásio Senna, havia um documento provando que o comando da 6ª RM solicitou a sua saída definitiva da prefeitura da cidade, o que não aconteceu com o prefeito de Esplanada. O procurador ignorou propositalmente ou não observou que na ata da Câmara de Vereadores esplanadense anexada ao *Mandado* constava a solicitação do capitão Antonio Bendocci, em nome do general Manoel Mendes Pereira, para que fosse decretada a vacância do cargo de prefeito.

Após o parecer da procuradoria, o *Mandado* foi encaminhado para o Tribunal de Justiça do Estado, onde ficou por meses parado, sendo apreciado pelos membros do Tribunal quase um ano depois. Em 18 de agosto de 1965, os membros do Tribunal firmaram um *Acórdão* em que decidiram cassar o *Mandado de Segurança* concedido ao prefeito Dr. Neno. Nas palavras registradas pelos membros do Tribunal, o caso de Esplanada era “muito semelhante ao agravo de petição nº7443 da capital em que” figurava “como agravante a Câmara Municipal de Salvador e outros, sendo agravado o Dr. Virgildásio Senna”. Para eles, “antes da vigência do Ato Institucional”, o Prefeito Dr. Neno “foi inequivocamente deposto e não detido para averiguações pelo Comando Revolucionário”, assim como tinha afirmado seu advogado e alguns pareceres jurídicos. Na concepção dos magistrados da maior corte jurídica da Bahia ficou “evidente, portanto, que o ato que afastou o” Prefeito “foi emanado do Comando Revolucionário e não da Câmara de Vereadores” de Esplanada, “que se limitou a declarar vago aquele cargo como decorrência da deposição”. Assim, “não seria objeto de apreciação se o comando da 6ª Região tinha ou não competência para a prática daquele ato”. Diante dessa análise, o Tribunal concluiu que havia uma contradição na elaboração do

---

<sup>625</sup> BAHIA. Tribunal de Justiça do Estado. Mandado de Segurança 7481. Impetrante: Erikson Orlando de Carvalho Lins. Agravado: Câmara de Vereadores de Esplanada. Local: Esplanada, Bahia, Brasil. Data: 5 de agosto de 1964. Arquivo do Fórum Municipal de Esplanada, Setor Cível. Documento composto por 46 páginas. pp. 48 a 53.



*Mandado de Segurança* “quanto à indicação da Autoridade Coatora” da ação, o que conduzia “ao indeferimento da *Segurança*”.<sup>626</sup>

A decisão do Tribunal de Justiça da Bahia primou justamente pela contradição que existia no texto do *Mandado*, minando a estratégia inicial do advogado Ramagem Badaró, ou seja, a responsável pela ação contra o prefeito Dr. Neno não foi a Câmara de Vereadores da cidade, e sim o “Comando Revolucionário” da 6ª Região Militar. Obviamente, o Tribunal não iria mover uma ação contra o Comando Militar da Bahia. O interessante foi mais uma vez a comparação do caso de Esplanada com a Câmara de Salvador, levando a confirmação de que o prefeito Virgildásio Senna entrou com um *Mandado de Segurança* contra a Câmara de Vereadores da capital. Mas, diferentemente do promotor público do estado, os membros do Tribunal não identificaram os casos como “bem diferentes” e sim “como semelhantes”.

Ainda em meio ao desenrolar dos trâmites jurídicos do *Mandado de Segurança* impetrado pelo prefeito esplanadense, enquanto as Instâncias Jurídicas estavam emitindo pareceres favoráveis, o Superior dos frades capuchinhos de Esplanada, frei Maurício de Mercatello, buscou interferir no processo com o intuito de barrar o retorno do seu adversário. O religioso católico enviou uma carta ao comando da 6ª Região Militar com o seguinte teor:

Ao Comando da 6ª Região Militar – Salvador (BA)

Estou surpreso em saber que o Sr. Erikson Orlando de Carvalho Lins, já deposto do cargo de Prefeito desta cidade de Esplanada do Estº da Bahia, pelas Forças Democráticas e Revolucionárias, possa voltar ao cargo da Prefeitura da mencionada Cidade. Como vigário da Paróquia, venho pedir que para o bem desta terra e para maior segurança, garantia e respeito das Instituições democráticas, não seja isso permitido. As forças Democráticas não podem e não devem vacilar numa hora tão crítica.

É minha opinião, ser o Sr. Erikson Orlando de Carvalho Lins elemento incompetente no governo de uma Prefeitura, ser um elemento de sentimentos e inclinações esquerdistas, facilmente manobrado por antidemocráticos ou comunistas. Isto eu mesmo declarei já em depoimento, realizado faz poucos meses, e provei quando do inquérito contra o mesmo Erikson Orlando de Carvalho Lins.

Confiante de que as gloriosas Forças Armadas saberão sempre agir contra agitadores, subversivos ou simpatizantes comunistas, apresento os meus sentimentos de profunda estima e completa submissão.<sup>627</sup>

Não sabemos se a carta encaminhada pelo frei capuchinho teve alguma ressonância direta na decisão final do Tribunal de Justiça da Bahia quando cassou o *Mandado de Segurança*, mas o que ficou evidente no texto foi a disposição de frei Maurício de Mercatello

<sup>626</sup> BAHIA. Tribunal de Justiça do Estado. Mandado de Segurança 7481. Impetrante: Erikson Orlando de Carvalho Lins. Agravado: Câmara de Vereadores de Esplanada. Local: Esplanada, Bahia, Brasil. Data: 5 de agosto de 1964. Arquivo do Fórum Municipal de Esplanada, Setor Cível. Documento composto por 46 páginas. pp. 56 a 59.

<sup>627</sup> MERCATELLO, Frei Maurício. Carta ao Comando da 6ª Região Militar (Bahia-Sergipe). Data: 1964. Local: Esplanada, Bahia, Brasil. Arquivo do Convento de Nossa Senhora do Rosário em Esplanada.

em imprimir mais uma vez um discurso anticomunista contra o prefeito Dr. Neno, além de empenhar total apoio à ditadura, reconhecendo o comando militar da Bahia como “Poder Revolucionário” e legítimo. Na epístola, o frei afirmou veementemente que o prefeito deposto era comunista e para consubstanciar a sua afirmação acionou seu depoimento emitido no Inquérito Policial Militar, na qual, segundo ele, teria “provado”. Se recordarmos o depoimento emitido pelo frei nos autos do Inquérito veremos que a respeito da orientação política do prefeito o religioso afirmou que “não tinha provas concretas” se ele era comunista, mas que “assim pensava”. Talvez a estratégia do capuchinho se arriscando assumir em carta o que na verdade não fez se deu pela própria configuração do comando militar da Bahia no período de julgamento do *Mandado de Segurança* do prefeito, pois o general Manuel Mendes Pereira, que tinha ordenado o Inquérito contra o prefeito esplanadense, tinha sido substituído pelo general João Costa, que provavelmente não tinha conhecimento mais profundo dos fatos ocorridos em Esplanada em abril de 1964. Nesse período o comando do 4º Exército também foi substituído, assumindo no lugar do general Justino Alves, o general Mourão Filho.

A postura política do frei Maurício de Mercatello incontestavelmente era ultraconservadora, e o religioso se afinava também com muitos membros da Igreja Católica no Brasil que estiveram sintonizados e trataram de legitimar simbolicamente o golpe de 1964 e a ditadura que se instaurou. Entretanto, é importante frisar que setores do catolicismo, a exemplo de bispos e sacerdotes que podemos chamar de progressistas, não comungavam das mesmas concepções que o frei atuante em Esplanada comungava. Podemos citar também organizações da Igreja Católica que se opuseram ao regime ditatorial, a exemplo da Ação Católica e o Movimento de Educação Popular,<sup>628</sup> além de teólogos da libertação como Leonardo Boff.

Mas, não só a Igreja Católica esplanadense tinha se manifestado contra o retorno do prefeito. A oposição política vinculada a UDN também buscou agir contra as decisões favoráveis que vinham sendo tomadas nas instâncias jurídicas da Bahia. Rememorando esse processo, o ex-prefeito esplanadense apresentou algumas pistas das articulações feitas ao longo dos trâmites judiciais:

Quem interferiu foi Chico Benjamim através de Aurelito, que eu ganhei o *Mandado de Segurança*, mais ai o Tribunal resolveu, contra a tradição do Tribunal não julgar o *Mandado de Segurança*, suspendeu a execução do *Mandado de Segurança* ai fiquei afastado. Porque o... o militar que tava aqui no poder, que mandava, o coronel...não sei o que Mello, ele mesmo foi sincero, ele disse “o senhor não volta

<sup>628</sup> COSTA, Celia Maria Leite; PANDOLFI, Dulce Chaves; SERBIN, KENNETH. (Orgs). *O Bispo de Volta Redonda: memórias de Dom Waldyr Calheiros*. Bispo de Volta Redonda. RJ: Editora da FGV, 2001. p. 77.

por causa de... nós não queremos abrir mão porque não queremos a volta do Prefeito de Salvador” que era um rapaz direito, não era comunista também.<sup>629</sup>

Segundo nos sugere o relato do prefeito deposto, as articulações políticas do prefeito Aurelito Maciel de Oliveira através do deputado Francisco Benjamim (UDN) teve envolvimento direto no processo. Ademais, a memória acionada por Dr. Neno é similar à decisão que explicitamos do Tribunal de Justiça da Bahia, em que o seu caso foi comparado ao do prefeito de Salvador que também teria entrado com um *Mandado de Segurança*.

No mesmo período em que o prefeito deposto de Esplanada entrou com um *Mandado de Segurança* na tentativa de reaver seu mandato político, assim como fez o prefeito de Salvador Virgildásio Senna, o deputado esplanadense Ênio Mendes de Carvalho (PSP) também se utilizou da medida judicial juntamente com o deputado Sebastião Nery (MTR) para embargar o ato de cassação realizado pela Assembleia Legislativa da Bahia no fim de abril de 1964. Além desses dois políticos, o suplente de deputado Afrânio Lira (PSB), também entrou com um *Mandado* contra a Assembleia do estado.

Os deputados Ênio Mendes e Sebastião Nery tiveram como advogado o Dr. Milton Tavares, já o suplente Afrânio Lira atuou em causa própria. Os *Mandados de Segurança* dos deputados e do suplente foram julgados pelo Tribunal de Justiça do Estado da Bahia no dia 11 de dezembro de 1964, uma sexta feira. O caso teve como relator o desembargador Renato Mesquita e com uma votação unânime o *Mandado* foi concedido aos parlamentares. A revogação das cassações no Parlamento baiano ganhou repercussão nacional virando notícia nos meios de comunicação, afinal, representou uma afronta às decisões antes estabelecidas por militares e políticos civis.

Através de uma matéria de duas colunas publicada no *Jornal do Brasil* no dia 13 de dezembro de 1964, podemos compreender alguns aspectos do processo e da repercussão do caso. No primeiro momento, o jornal tratou da medida e do seu impacto na sociedade política baiana:

O Tribunal de Justiça do Estado, por 20x0, concedeu mandato de segurança aos Sr. Ênio Mendes, Sebastião Neri, e Afrânio Lira, contra ato da Assembléia Legislativa, que lhes cassou os mandatos nos dias seguintes à revolução de abril. Da decisão cabe recurso extraordinário para o Supremo Tribunal, sem efeito suspensivo. A decisão da mais alta Corte da Justiça Estadual sacudiu os meios políticos e militares de Salvador: na noite de ontem realizaram-se sucessivas reuniões no palácio do

---

<sup>629</sup> Entrevista concedida por *Erikson Orlando de Carvalho (Dr. Neno)* ao pesquisador Thiago Machado de Lima. Local: Salvador, Bahia, Brasil. Data: 18 de mar. de 2014.

governo e no Quartel-General da VI Região Militar, pois representa a primeira queda dos atos impostos pela Revolução na Bahia.<sup>630</sup>

Pelo informe jornalístico, a decisão do Tribunal em favor dos cassados foi unânime e ocasionou certo desconforto entre civis e militares. Podemos inferir que a situação gerava um impasse para os articuladores da repressão no Parlamento baiano, pois o ato de cassação supostamente foi em nome de uma “Revolução Democrática” para preservar a “Segurança Nacional”. Se o Poder Judiciário, instituição teoricamente democrática desautorizava os atos dessa “Revolução”, qual seria a legitimidade do poder, dos discursos, e dos atos dos “Revolucionários”?

No segundo momento da matéria, foi descrito os aspectos jurídicos da decisão do Tribunal com a sentença do Relator Renato Mesquita:

(...)O relator sustentou a tese da ilegalidade da Ação, pois, segundo Ato Institucional, a competência para cassar mandatos era privativa do Presidente da República, desde o momento de sua posse do cargo. A decisão precedeu a rejeição por 16x4 da preliminar levantada pelo procurador geral da Justiça, professor Calmon de Passos, sobre a incompetência para julgar o mandato de segurança. O procurador fundamentava-se na participação do Comando da VI Região Militar no ato de cassação, tentando transferir o Julgamento na órbita da Justiça Federal. O relator Renato Mesquita argumentou a inexistência de litisconsórcio necessário, alegado pelo Procurador, por motivo da incompetência do Comando Militar de indicar à Assembléia nomes de cassação. As indicações somente eram possíveis através do Conselho de Segurança, encaminhadas ao Presidente da República. Além do mais, os nomes dos deputados Baianos não foram incluídos nas listas de cassação do Comando Revolucionário.<sup>631</sup>

Como podemos perceber a partir da versão do jornal, o Tribunal de Justiça se utilizou do próprio Ato Institucional para contrariar o processo repressivo de cassação dos deputados. Como já argumentamos ao longo deste capítulo, apesar do esforço de institucionalização de um aparato repressivo, na prática os atos da ditadura estavam plenos de contradições jurídicas que deixavam brechas para a reação dos atingidos.

Na semana seguinte à decisão do Tribunal, a Assembleia Legislativa da Bahia começou a discutir a questão que era o tema mais comentado nos segmentos políticos da sociedade baiana. No dia 16 de dezembro de 1964, em sessão extraordinária, os parlamentares resolveram cassar mais uma vez o mandato político dos deputados, mas desta vez buscaram outra fórmula. A cassação se oficializou através da Resolução de nº 1090 – 64 e se fundamentando “no dispositivo nº VI do inciso 2º, do artigo 13 da constituição estadual,

<sup>630</sup> *Jornal do Brasil*, 13 de dez. de 1964, p. 4.

<sup>631</sup> *Jornal do Brasil*, 13 de dez. de 1964, p. 4.

combinado com o n. VI inciso 2º do artigo 19 do regimento interno” do Parlamento baiano.<sup>632</sup> Esse dispositivo constitucional acionado consistiu em firmar a quebra de decoro parlamentar pelos deputados. No caso do suplente Afrânio Lira, não ocorreu nova cassação, pois ficou constatado que ele nem tinha sido diplomado, e não teria sido necessário nem ter ocorrido a sua primeira.<sup>633</sup>

Em trechos da justificativa da nova cassação, ficou firmado no Diário Oficial da Assembleia Legislativa da Bahia que a quebra de decoro parlamentar dos deputados, se deveu a incompatibilidade do “comportamento político” deles com a “nova ordem das coisas”, “principalmente em face a graves suspeitas de participação dos mesmos em processo de subversão que visava principalmente a destruição do próprio sistema representativo o qual e somente no qual o Parlamento tem sentido e função.”<sup>634</sup> Apesar das acusações, nada foi apresentado como prova para condenar os deputados e apreço.

Assim como da primeira leva de cassações ocorrida em abril de 1964, nem todos os deputados votaram a favor desta nova cassação. O deputado Durval Gama (PSP) se posicionou contrário a cassação de Ênio Mendes,<sup>635</sup> enquanto o deputado João Borges (PL), declarou que a cassação por quebra de decoro não seguia os preceitos jurídicos corretos, se colocando contra a fórmula que seria utilizada, assim como da primeira vez.<sup>636</sup> Já o deputado Francisco Benjamim (UDN) fez discursos defendendo a nova Resolução de Cassação.<sup>637</sup> Dois dias depois a nova decisão da Assembléia, o presidente do Tribunal de Justiça da Bahia, Desembargador Renato Mesquita, enviou um ofício para a Casa Legislativa afirmando que o novo processo estava de acordo com a lei, acatando a decisão do Poder Legislativo.<sup>638</sup> O inusitado é que a cassação não entrava novamente nos trâmites do Ato Institucional de 9 de abril de 1964, no qual o presidente da república teria que assinar a cassação dos parlamentares, o que não ocorreu, nem mesmo a suspensão dos direitos políticos.

<sup>632</sup> ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DA BAHIA (ALBA). Ata da sessão de 16/12/1964 publicada no Diário da Assembleia em 29/1/1965. Local: Salvador, Bahia, Brasil. Arquivo da ALBA. p. 24.

<sup>633</sup> *Jornal A Tarde*, 14 de dez. de 1964. p. 3.

<sup>634</sup> ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA BAHIA (ALBA). Ata da sessão de 16/12/1964 publicada no Diário da Assembleia em 29/1/1965. Local: Salvador, Bahia, Brasil. Arquivo da ALBA. p. 25.

<sup>635</sup> ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA BAHIA (ALBA). Ata da sessão de 16/12/1964 publicada no Diário da Assembleia em 29/1/1965. Local: Salvador, Bahia, Brasil. Arquivo da ALBA. p.32.

<sup>636</sup> ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DA BAHIA (ALBA). Ata da sessão de 16/12/1964 publicada no Diário da Assembleia em 29/1/1965. Local: Salvador, Bahia, Brasil. Arquivo da ALBA. pp. 25-26.

<sup>637</sup> ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA BAHIA (ALBA). Ata da sessão de 16/12/1964 publicada no Diário da Assembleia em 29/1/1965. Local: Salvador, Bahia, Brasil. Arquivo da ALBA. pp. 27-29.

<sup>638</sup> ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DA BAHIA (ALBA). Ata da sessão de 16/12/1964 publicada no Diário da Assembleia em 29/1/1965. Local: Salvador, Bahia, Brasil. Arquivo da ALBA. Os números das páginas estão ilegíveis.

O ex-deputado Ênio Mendes de Carvalho ao rememorar a sua nova cassação ocorrida no final de 1964, explanou as seguintes palavras:

Eles criaram antecedentes pra mim cassar na justificativa que eu teria tido um encontro com Prestes lá em Feira de Santana, que teve lá uma reunião secreta. Nunca existiu. Eu estive com Prestes porque era normal na Assembleia quando visitava a Bahia uma personagem de nível assim mais elevado então a Assembleia convidava pra ir na Assembleia, ele era saudado e...pronto, acabava. E eu requeri, Prestes veio pra Bahia e eu requeri que a Assembleia convidasse prestes pra ser ouvido, fizeram uma onda retada.<sup>639</sup>

Apesar de o depoente rememorar os fatos acima, não encontramos em nenhum discurso ou publicação do Diário Oficial da Assembleia Legislativa no contexto da repressão desencadeada na Bahia com o golpe de 1964 referências de que ele foi acusado de quebra de decoro parlamentar por almoçar com o líder comunista Luiz Carlos Prestes. É possível que os deputados tenham feito uso dessa informação para justificar a cassação de Ênio Mendes, mas, ao mesmo tempo, por alguma razão ela tenha sido omitida dos registros oficiais do Parlamento. Mas, de fato, como pontuou em seu relato, Ênio Mendes recebeu Prestes na Bahia, porém não encontramos nenhum registro que o político esplanadense fosse membro do Partido Comunista. Em seus discursos na Assembleia legislativa ele se declarava não ser da esquerda extremista que nas suas palavras significava marxista. Nos documentos da repressão que tivemos acesso e que constou o nome de Ênio Mendes, como o Inquérito Policial Militar respondido pelo prefeito de Esplanada Dr. Neno, também não foi provada concretamente nenhuma ligação do deputado com PCB. Entretanto, no contexto em questão, estavam do mesmo lado e empreendendo lutas políticas comuns, como a reforma das estruturas brasileira.

Em geral, a literatura que se tem acerca da luta de políticos através da Justiça Civil ou Militar contra a repressão no início da ditadura centra sua análise no aspecto da concessão de *habeas corpus*, peça jurídica utilizada para a soltura de presos. Existem diversos casos em que advogados de presos políticos conseguiram *habeas corpus* para que seus clientes fossem libertados. Os casos mais emblemáticos e citados em estudos são os *habeas corpus* dos governadores de Pernambuco, Miguel Arraes, e de Goiás, Mauro Borges. Podemos citar como trabalhos publicados que seguem essa linha o livro *Brasil Nunca Mais*, da Arquidiocese de São Paulo; *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*, de Maria Helena Moreira Alves,<sup>640</sup> e *Os Advogados e a Ditadura de 1964*, organizado por Fernando Sá, Oswaldo Munteal e Paulo

<sup>639</sup> Entrevista concedida pelo Senhor Ênio Mendes de Carvalho ao pesquisador Thiago Machado de Lima. Local: Salvador, Bahia, Brasil. Data: 21 de mar. de 2011.

<sup>640</sup> ALVES. Op.cit., 1984.

Emilio Martins.<sup>641</sup> O Relatório final apresentado pela Comissão Nacional da Verdade (CNV), contou com um capítulo específico para analisar o papel da Justiça Militar e da Justiça Civil na ditadura, e também apontou apenas o *habeas corpus* como meio de luta jurídica. No mais, o Relatório da Comissão da Verdade da Bahia, anunciado como um trabalho ainda parcial, também não tratou da saga de políticos que reagiram à repressão por meio de *Mandados de Segurança* impetrados na Justiça Civil.

Os episódios ocorridos com políticos da cidade de Esplanada, Dr. Neno e Ênio Mendes, assim como outros políticos baianos como o deputado estadual Sebastião Nery, o suplente de deputado Afrânio Lyra, e o prefeito de Salvador Virgildásio Senna, revelam que o *Mandado de Segurança* também representou uma forma de contestação direta da repressão através da Justiça, nesses casos a justiça civil. Diferentemente do *habeas corpus* que objetivava a soltura de presos políticos, o *Mandado de Segurança* possuía como meta a reintegração de mandatos políticos. No estado de Sergipe, que assim como a Bahia fazia parte da 6ª Região Militar, também ocorreu um movimento de políticos da Assembléia Legislativa do Estado que impetrarem *Mandado de Segurança* contra suas cassações, mas não tiveram reintegração dos mandatos políticos, fato analisado pela historiadora Célia Costa Cardoso em artigo intitulado *1964 em Sergipe: política e repressão*.<sup>642</sup>

A partir dos exemplos que investigamos nesta pesquisa, nos *Mandados de Segurança* os advogados, de uma maneira ou de outra, utilizaram a estratégia de isentar comandantes militares das ações de deposição, cassação e decretação de vacância dos cargos políticos, mesmo sabendo que as ordens partiam dos próprios militares. Assim, as Câmaras Legislativas foram os principais alvos dos *Mandados de Segurança*. De fato, existiam alguns impasses entre a constituição federal e o Ato Institucional outorgado no dia 9 de abril de 1964 com a função de institucionalizar uma nova ordem política para o Brasil. Foi nesse impasse que os advogados encontraram interstícios para defender os políticos que perdiam seus cargos.

Não identificamos nos casos que estudamos alguma eficácia prática do *Mandado de Segurança*, visto que, os políticos que o impetraram através de seus advogados não conseguiram retornar ao cargo, afinal, por mais que a justiça nutrisse alguma autonomia, na realidade as decisões dos militares eram a última palavra. Nessa perspectiva, os *habeas corpus* tiveram efeitos mais diretos em seus objetivos, ou seja, a liberdade dos políticos presos. Entretanto, ao menos a atitude que os atingidos tiveram em reagir na justiça civil

---

<sup>641</sup> MARTINS, Paulo Emilio; MUNTEAL, Oswaldo; SÁ, Fernando (orgs). *Os Advogados e a Ditadura de 1964*. Petrópolis, RJ: Vozes; Rio de Janeiro; PUC-Rio, 2010.

<sup>642</sup> CARDOSO, Célia Costa. *1964 em Sergipe: política e repressão*. In: Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo, jul. 2011.

causou constrangimentos aos repressores civis e militares na medida em que suas decisões eram contestadas e necessitavam novas articulações para novamente colocá-las em prática.

Se nos primeiros tempos da ditadura originada com o golpe de 1964 os atingidos pela repressão puderam recorrer à justiça através dos *Mandados de Segurança*, esse direito foi suprimido ainda a partir de 27 de outubro de 1965 com a outorga de um 2º Ato Institucional pelo presidente Castelo Branco e seu ministro interino da Justiça Juracy Magalhães, ex-governador da Bahia. O estopim para a decretação do AI-2 foi a eleição de governadores oposicionistas em Minas Gerais e na Guanabara no pleito realizado em outubro de 1965.

O AI-2 contou com 33 artigos. Em linhas gerais, ele suprimiu os partidos em atuação no país, transformou em indireta a eleição para presidente da república, submeteu para julgamento no âmbito da justiça militar os civis acusados de atentar contra a Segurança Nacional e/ou instituições militares, retomou de forma intensa “as cassações de mandatos e de direitos políticos”, cresceu de onze para dezesseis o número de juízes do Supremo Tribunal Federal.<sup>643</sup> Para além dessas disposições, dentre os artigos que fizeram parte do Ato, o artigo 19 especificamente tratou de estabelecer a exclusão da possibilidade dos atingidos pela repressão reagirem na justiça. Assim rezava o texto do artigo 19 do AI-2:

Art. 19 - Ficam excluídos da apreciação judicial:

I – os atos praticados pelo Comando Supremo da Revolução e pelo Governo Federal, com fundamento no Ato Institucional de 9 de abril de 1964, no presente Ato Institucional e nos atos complementares deste.

II – as resoluções das Assembleias Legislativas e Câmaras de Vereadores que hajam cassado mandatos eletivos ou declarado o impedimento de Governadores, Deputados, Prefeitos ou Vereadores, a partir de 31 de março de 1964, até a promulgação deste Ato.<sup>644</sup>

Pela determinação do tópico II desse artigo, compreendemos que a sua intenção foi justamente inutilizar os efeitos jurídicos do *Mandado de Segurança* como forma de contestação de políticos. Se o governo federal, na figura do ditador Castelo Branco, se preocupou com a elaboração de um artigo dessa natureza, podemos inferir que a utilização dos *Mandados de Segurança* por políticos teve um movimento amplo no país e causou algum impacto na imagem do regime instaurado em 1964. Autores que buscaram discutir o Ato Institucional nº 2 em seu artigo 19 associaram apenas a ideia da suspensão do *habeas corpus* não explorando outras possibilidades, como por exemplo, Maria Helena Moreira Alves.<sup>645</sup> Uma leitura apenas do tópico I do artigo 19 poderia levar a associação exclusiva com

<sup>643</sup> CHIRIO. Op.cit., p. 91.

<sup>644</sup> Ato Institucional Nº 2. In: BARRETO. Op.cit., p. 173.

<sup>645</sup> ALVES. Op.cit. p. 92.



interrupção do instrumento jurídico do *habeas corpus*, afinal, o mais conhecido e com casos emblemáticos, como já afirmamos. Mas, o tópico II é claro e direto: exclui-se a apreciação judicial das “resoluções das Assembleias Legislativas e Câmaras de Vereadores que hajam cassado mandatos eletivos ou declarado o impedimento de governadores, deputados, prefeitos ou vereadores, a partir de 31 de março de 1964, até a promulgação deste Ato”. Enfim, cassação de mandatos ou *impeachment* de políticos não poderia ser contestado com *habeas corpus*, mas sim com *Mandados de Segurança*.

Esgotados os esforços para reverter sua situação política o prefeito afastado de Esplanada, Dr. Neno, seguiu com seu emprego na Assembleia Legislativa da Bahia e atuando como advogado. O deputado cassado Ênio Mendes seguiu nos caminhos da agropecuária na região de Esplanada. Curiosamente o deputado teve seus direitos políticos cassados pelo presidente da república apenas em 04 de julho de 1966,<sup>646</sup> resquícios da cassação feita a toque de caixa no Parlamento baiano e sem seguir as próprias disposições que o “Comando Supremo da Resolução” estabeleceu no AI-1 logo após o golpe. Outros políticos atingidos em 1964 também tiveram seus direitos políticos suspensos somente em 1966, como o suplente de deputado Aristeu Nogueira, que teve sua suspensão decretada no mesmo dia da do deputado Ênio Mendes.<sup>647</sup> No caso do deputado Sebastião Nery, não encontramos registros de suspensão dos seus direitos políticos.

A política da cidade de Esplanada continuou aparentemente sem maiores problemas. O prefeito eleito indiretamente, Aurelito Maciel de Oliveira, concluiu seu mandato normalmente e acabou levando como realizações do seu governo muito dos benefícios iniciados no governo do prefeito Dr. Neno com o apoio do deputado estadual Ênio Mendes. Nessa perspectiva, Aurelito Oliveira deu o respaldo final e inaugurou a instauração do serviço de Energia Elétrica pela CHESF em Esplanada, deu prosseguimento ao calçamento de parte da avenida J.J Seabra e terminou de construir a praça da Matriz.<sup>648</sup> Com relação ao Superior da Ordem dos Frades Menores Capuchinhos em Esplanada, frei Mauricio de Mercatello, este conseguiu ganhar o *Mandado de Segurança* na justiça e terminar de construir o muro rodeando o terreno que foi motivo da enorme confusão ao longo do governo Dr. Neno. Mas,

<sup>646</sup> Informação obtida no Relatório Projeto Brasil Nunca Mais. TOMO I - O Regime Militar. Versão digital p.113. Disponível em: [http://bnmdigital.mpf.mp.br/docreader/DocReader.aspx?bib=REL\\_BRASIL&PagFis=102](http://bnmdigital.mpf.mp.br/docreader/DocReader.aspx?bib=REL_BRASIL&PagFis=102) Acesso em 09/05/2015.

<sup>647</sup> Informação obtida no Relatório Projeto Brasil Nunca Mais. TOMO I - O Regime Militar. Versão digital p.113. Disponível em: [http://bnmdigital.mpf.mp.br/docreader/DocReader.aspx?bib=REL\\_BRASIL&PagFis=102](http://bnmdigital.mpf.mp.br/docreader/DocReader.aspx?bib=REL_BRASIL&PagFis=102) acesso em 09/05/2015.

<sup>648</sup> Entrevista concedida pelo Senhor *Aurelito Maciel de Oliveira* ao pesquisador Thiago Machado de Lima. Local: Esplanada, Bahia, Brasil. Data: 11 de jul. de 2011.

frei Mercatello não permaneceu nas terras esplanadenses. Em 1965 o religioso católico foi transferido por seus superiores para a cidade de Feira de Santana, onde também se envolveu em conflitos e acabou mais uma vez transferido, só que desta vez saiu de vez do Brasil e voltou para viver na Itália.<sup>649</sup>

Com a extinção dos partidos políticos pelo AI-2, foram criados posteriormente duas agremiações, a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) e o país perdurou num regime de ditadura até o ano de 1985, computando 21 anos desde o golpe de 1964. Nesse período tiveram como ditadores, além de Castello Branco, Arthur da Costa e Silva, Eurico Garrastazu Médici, Ernesto Geisel e João Batista Figueiredo, todos militares. De forma panorâmica, do ponto de vista dos políticos baianos articuladores do golpe, o deputado Luís Viana Filho (PL), que se tornou chefe da Casa Civil do presidente Castelo Branco, foi alçado em 1967 ao governador da Bahia como político do ARENA. No governo de Luís Vianna, o deputado estadual Francisco Benjamim, um dos principais articuladores da ascensão da UDN esplanadense ao poder local com o golpe, tornou-se secretário de transportes e comunicações do estado.<sup>650</sup> No mesmo período, Antonio Carlos Magalhães, também na ARENA, foi indicado prefeito de Salvador e posteriormente com o fim do mandato de Luís Vianna Filho, ACM foi indicado governador da Bahia.

Nesse tempo, Juracy Magalhães, após ter ocupando o cargo de embaixador do Brasil nos Estados Unidos e ministro da justiça do governo Castelo Branco, perdeu espaço e a posição de líder político na Bahia.<sup>651</sup> Com isso, Antonio Carlos Magalhães, já transformado em ACM, conquistou mais poder nas terras baianas fundando o que se convencionou chamar de *Carlismo*. Conforme Dantas Neto, “em fins de 1966, quando Antonio Carlos Magalhães foi indicado ao cargo de prefeito de Salvador”, teve início “a história do *Carlismo* enquanto grupo político autônomo, mesmo que, para o grande público, seu chefe ainda fosse um político *juracista*”. Concluindo seu mandato de prefeito e posteriormente o de governador, “ACM já chefiava o grupo político mais forte do estado”.<sup>652</sup>

Em Esplanada, após o termino do mandato do prefeito Aurelito Maciel de Oliveira, em 1965, a cidade realizou novamente eleições direta para vereadores e prefeito. Os políticos locais que estavam na ativa em sua maioria adentraram no ARENA, assim como os novos. Entretanto, os remanescentes da UDN esplanadense, que se beneficiaram com o golpe de

<sup>649</sup> BAHIA. Ordem dos Frades Menores Capuchinhos. *Dossiê os Capuchinhos na Bahia*. Documento datilografado. Ano: 1978. Local: Salvador, Bahia, Brasil. Arquivo do Convento Nossa Senhora da Piedade em Salvador. Sem número de página identificado.

<sup>650</sup> BATALHA, Silvio. Op.cit. p. 79.

<sup>651</sup> DANTAS NETO. Op.cit., 2006. p. 251.

<sup>652</sup> *Ibidem*, p. 282.

1964, não conseguiram instituir uma hegemonia política na cidade ocupando o Poder Executivo. Curiosamente, políticos aliados de Dr. Neno e de Ênio Mendes em 1964, e que estavam filiados ao PSP, ao longo da ditadura ocuparam o posto de prefeito municipal, sendo eles: Asdrúbal Machado de Oliveira (1967-1971), Moisés Ávila (1972-1976) e José Hermano Lins Baptista (1977-1983).

Em meio aos anos de ditadura, a realidade da cidade de Esplanada tornou-se cada vez mais militarizada. Na imagem abaixo temos um registro da presença de militares na localidade.



Imagem 07. Autor desconhecido: *Desfile militar em Esplanada*. Década de 1970. 1 Fotografia. Acervo da Senhora Rita Macedo.

Na fotografia, tem-se um desfile militar em Esplanada em pleno mandato do prefeito Moisés Ávila, antigo aliado do prefeito deposto Dr. Neno. Os militares, marchando armados, passavam pela principal avenida da cidade no período, a J.J.Seabra, cortada pelos trilhos da Ferrovia. O chão não era mais de terra batida como na época do governo Dr. Neno e já se encontrava calçado com pedras de paralelepípedo compradas em sua maioria antes da sua deposição e implantadas no governo do prefeito indicado pelos militares, Aurelito Maciel de Oliveira. Na plateia, nota-se uma grande quantidade de crianças. Ressalta-se que a presença militar em Esplanada se deu principalmente com a realização de jogos esportivos principalmente do Ginásio local, a CNERG, que no período em questão já tinha passado a ser nomeado de CNEC. A presença militar na cidade também demonstra uma preocupação da

ditadura em demarcar espaços, em se mostrar presente em qualquer lugar e assim intimidando seus possíveis opositores. Aliado a essa intenção, os militares se utilizavam de momentos cívicos e de descontração das localidades para empreenderem uma socialização e transparecerem uma imagem de harmonia com a população.

Nos anos 80, com o fim da ditadura e o processo de transição para o regime democrático, com o retorno das eleições diretas para cargos como governador, políticos atingidos pelo golpe de 1964 com seus direitos políticos restabelecidos pela Lei de Anistia, voltaram à cena política exercendo mandatos. Nesse processo, elegeu-se em 1986 para governador da Bahia, Waldir Pires, derrotando o grupo político de ACM. Podemos analisar a vitória de Waldir Pires como uma espécie de acerto de contas político e isso nos faz voltar nossos olhos para a cidade de Esplanada, para terminar nossa história. No secretariado do governo de Waldir Pires estiveram reunidos políticos que também foram atingidos com a repressão em 1964, como o prefeito deposto de Ipiaú, Euclides Neto, e o prefeito deposto de Vitória da Conquista, José Pedral Sampaio.<sup>653</sup> Especificamente no caso de Esplanada, o deputado cassado Ênio Mendes de Carvalho, assumiu a secretaria de segurança pública do estado,<sup>654</sup> e como seu chefe de gabinete nomeou o prefeito deposto Dr. Neno.<sup>655</sup> Porém, essa espécie de acerto de contas não apagou as marcas deixadas pelas experiências traumáticas geradas com a derrubada do governo Jango.

Em 2014, completados 50 anos do golpe, a Assembleia Legislativa da Bahia devolveu simbolicamente os mandatos dos deputados cassados. O ex-deputado Ênio Mendes, falecido em 2011, teve seu mandato reintegrado. Em Esplanada, a Câmara de Vereadores local e o Poder Executivo recebeu a proposta de realizar um ato de devolução simbólica do mandato do ex-prefeito Dr. Neno, que ainda se encontrava vivo, porém, os vereadores locais e o prefeito não tiveram disposição em discutir a proposta.<sup>656</sup> Mas, apesar disso, em fevereiro de 2015, com o falecimento de Dr. Neno, a prefeitura decretou luto oficial de três dias,<sup>657</sup> mas

---

<sup>653</sup> Ibidem, pp. 104-105-106-107.

<sup>654</sup> Ibidem, p. 107.

<sup>655</sup> Entrevista concedida por Ênio Mendes de Carvalho ao pesquisador Thiago Machado de Lima. Local: Salvador, Bahia, Brasil. Data: 21 de mar. de 2011.

<sup>656</sup> O Prefeito de Esplanada no período era Rodrigo de Castro Lima (Partido Trabalhista Nacional – PTN). O Poder Legislativo estava constituído pelos seguintes vereadores: Adailton Mendes de Souza; Alexandre dos Santos Brito; Boaventura dos Santos Filho; José Diógenes Gonçalves Brito; Elder Suelio de Santana Silva; Francisco da Cruz; Gilson Batista Lima Neto (Presidente da Câmara); Jeovane Anunciação dos Santos; Júlia Figueiras da Cruz; Marcos Uelb Brito de Andrade; Marcos Roberto Pinheiro dos Santos; Rosimery dos Santos e Sebastião Dantas da Silva.

<sup>657</sup> PREFEIRUTA MUNICIPAL DE ESPLANADA - BA. Diário Oficial - DECRETO 062/2015 que declara luto oficial de 3 dias pela morte do sr. Erikson Orlando de Carvalho Lins, ex-prefeito. Gabinete do prefeito municipal de esplanada – Bahia, Rodrigo Castro Lima. Segunda-feira 9 de fevereiro de 2015. Ano V - Nº 119. p. 9.

sem nenhuma menção a história política do prefeito e a repressão que se abateu sobre a cidade de Esplanada em 1964.

## Considerações finais

A repressão gerada com o golpe civil-militar de 1964 que depôs o presidente João Goulart (PTB) se materializou vorazmente nos mais diferentes espaços do território brasileiro. Na cidade baiana de Esplanada atingiu principalmente um político vinculado a um projeto nacional-reformista de *esquerda*, o prefeito Erikson Orlando de Carvalho Lins (PSP), popularmente conhecido como Dr. Neno, pertencente a um grupo político liderado pelo deputado estadual Ênio Mendes de Carvalho (PSP) que, por sua vez, se alinhava ao deputado federal Hélio Ramos (PSD) e ao consultor geral da república Waldir Pires (PSD), todos sintonizados com as lutas pelas Reformas de Base no Brasil e também atingidos pela repressão.

A operacionalização da repressão em Esplanada foi articulada tanto por militares, quanto por civis, sejam políticos ou religiosos, que utilizaram o momento do golpe para fazer “acertos de contas” e/ou para despontarem politicamente. A Igreja Católica em Esplanada, na figura do frei Maurício de Mercatello, Superior da Ordem dos Frades Menores Capuchinhos, valeu-se do seu *capital simbólico* para interferir no processo de repressão ao prefeito, pois o identificava como comunista, tanto por suas vinculações políticas, quanto por sua *Política de Distribuição de terrenos* que atingiu os interesses da Igreja Católica. O capitão Adhemar de Lima Andrade, que ficou em terceiro lugar nas eleições de 1962, também buscou interferir na repressão a Dr. Neno, pois com o golpe viu uma oportunidade de ser tornar prefeito da cidade, mas sem base de apoio não conseguiu, afinal, a força política estava com os udenistas locais que acabaram ocupando o Poder Executivo municipal elegendo indiretamente o fazendeiro Aurelito Maciel de Oliveira. Os políticos da UDN de Esplanada contaram com o respaldo do deputado estadual udenista Francisco Benjamim que conseguiu o aval do comandante da 6ª Região Militar, general Manoel Mendes Pereira e do deputado federal Antonio Carlos Magalhães, presidente Estadual da UDN que, ao longo da ditadura (1961-1985), construiu uma hegemonia política se sobrepondo a antigos líderes políticos baianos como Juracy Magalhães e Luís Vianna Filho. O momento do golpe permitiu que a UDN de Esplanada voltasse ao Poder Executivo local após um jejum político que perdurava desde 1950. Mas, como vimos, ao longo da ditadura, nenhum político que antes pertencia a UDN esplanadense conseguiu se eleger prefeito da cidade de Esplanada.

O Inquérito Policial Militar instaurado contra o prefeito Dr. Neno foi montado previamente com a intenção de condená-lo como um político “subversivo” que teria “atentado

contra a Segurança Nacional”, mas, sem os repressores conseguirem provar na prática essa acusação, aproveitaram da vinculação familiar do prefeito com o deputado estadual Ênio Mendes de Carvalho para tirá-lo da cena política. Na verdade, tratava-se de “limpar” o cenário político e tomar a Prefeitura de Esplanada. A partir da análise da experiência ocorrida nas terras esplanadenses e do acesso que tivemos a uma fonte rara como o Inquérito Policial Militar, foi possível observar alguns aspectos que consideramos relevantes. Nos processos de repressão, apesar do esforço de institucionalização de um novo regime político, com a criação de leis para orientar ações repressivas contra os “inimigos internos”, a exemplo do Ato Institucional de 9 de abril de 1964, na prática, o que imperou foi o livre arbítrio dos agentes repressores. Percebemos essa questão também quando analisamos a própria cassação do deputado Ênio Mendes de Carvalho e de outros deputados na Assembleia Legislativa da Bahia. Os parlamentares atingidos, acusados de infringirem a Lei de Segurança Nacional, de acordo com Ato Institucional, teriam que ser cassados mediante a ordem do presidente da república, o que não ocorreu. Alguns não tiveram nem seus direitos políticos suspensos de imediato.

Nos processos iniciais de repressão, a justiça civil conseguiu nutrir certa autonomia e, com a própria falta de rigor jurídico das ações repressivas postas em prática nos primeiros tempos após o golpe, os sujeitos atingidos pela repressão, através dos seus advogados, conseguiram empreender reações. Na experiência da cidade de Esplanada, o prefeito Dr. Neno, em sua reação, utilizou como instrumento jurídico o *Mandado de Segurança* na tentativa de reaver seu mandato político, mas não conseguiu. O deputado Ênio Mendes de Carvalho e outros políticos baianos, também se utilizaram do *Mandado de Segurança* na tentativa de reaver seus cargos, mas também sem eficácia. A identificação do uso de *Mandatos de Segurança* e o acesso direto a essa fonte nos levou a ampliar o entendimento sobre as perspectivas de reação na Justiça Civil, visto que, majoritariamente, nos estudos publicados sobre o golpe de 1964 e a ditadura, o *habeas corpus* é tratado praticamente como o único elemento de reação, e nesse caso servia para a soltura de presos políticos. O próprio texto do Ato institucional Nº 2 em seu artigo 19 é interpretado por alguns estudos como forma de neutralizar unicamente o *habeas corpus*, mas a partir do nosso entendimento, o artigo 19 do AI-2 serviu também para tornar ineficaz o *Mandado de Segurança* no que concerne a reação de políticos.

Os impactos do golpe em Esplanada não deixaram marcas somente nos políticos que estiveram no centro dos acontecimentos, pois a população da cidade foi partícipe dessa experiência traumática. Muitos esplanadenses presenciaram de perto os conflitos ocorridos

naquele período e o envolvimento da Igreja Católica da qual a maioria era fiel, se amedrontaram com a ocupação da cidade pelo Exército, tiveram a imposição da transformação do quadro político local, foram convocados para testemunhar no IPM instaurado contra o prefeito Dr. Neno, assinaram documentos pedindo a libertação do mesmo, enfim, as marcas ficaram nos cidadãos como percebemos a partir dos depoimentos orais obtidos.

Destacamos, ainda, que empreender um estudo sobre os impactos gerados pelo golpe civil-militar de 31 de março de 1964 a partir de realidades como a da cidade baiana de Esplanada, pode revelar muitas facetas sobre esse período da recente História Política do Brasil, levando-nos cada vez mais ao aprofundamento das nossas percepções e do nosso conhecimento histórico, muitas vezes acomodado em análises macroscópicas ou em casos considerados emblemáticos.



## Fontes

### 1 - Eclesiásticas.

BAHIA. Ordem dos Frades Menores Capuchinhos. Livro/Álbum Convento de Esplanada II. Material Datilografado. Ano: 1978. Local: Salvador, Bahia, Brasil. Arquivo da Igreja de Nossa Senhora da Piedade.

BAHIA. Ordem dos Frades Menores Capuchinhos. *Dossiê Os Capuchinhos na Bahia*. Material Datilografado. Ano não identificado. Local: Salvador, Bahia, Brasil. Arquivo da Igreja de Nossa Senhora da Piedade. Sem número de página.

MERCATELLO, Frei Maurício. Pronunciamento da Páscoa de 1964 – Igreja do Convento. Ano: 1964. Local: Esplanada, Bahia, Brasil. Arquivo do Convento de Nossa Senhora do Rosário e Pompéia. Documento Avulso.

MERCATELLO, Frei Maurício. Carta ao Comando da 6ª Região Militar (Bahia-Sergipe). Data: 1964. Local: Esplanada, Bahia, Brasil. Arquivo do Convento de Nossa Senhora do Rosário em Esplanada.

### 2 – Entrevistas

Entrevista concedida pelo Senhor *Aurelito Maciel de Oliveira* ao pesquisador Thiago Machado de Lima. Local: Esplanada, Bahia, Brasil. Data: 11 de jul. de 2011.

Entrevista concedida pelo Senhor *Ênio Mendes de Carvalho* ao pesquisador Thiago Machado de Lima. Local: Salvador-Ba. Data: 21 de mar. de 2011.

Entrevista concedida pelo Senhor *Erikson Orlando de Carvalho (Dr. Neno)* ao pesquisador Thiago Machado de Lima. Local: Esplanada, Bahia, Brasil. Data: 22 jun. 2010.

Entrevista concedida pelo Senhor *Erikson Orlando de Carvalho Lins (Dr. Neno)* ao pesquisador Thiago Machado de Lima. Local: Salvador, Bahia, Brasil. Data: 21 de março de 2011.

Entrevista concedida pelo Senhor *Erikson Orlando de Carvalho (Dr. Neno)* ao pesquisador Thiago Machado de Lima. Local: Salvador, Bahia, Brasil. Data: 18 de mar. de 2014.

Entrevista concedida pela Senhora *Mafalda Machado (Dona Belita)* ao pesquisador Thiago Machado de Lima. Local: Esplanada, Bahia, Brasil. Data: 18 de jun. de 2010.

Entrevista concedida pela Senhora *Maria Epifania Penalva Argolo* ao pesquisador Thiago Machado de Lima. Local: Esplanada, Bahia, Brasil. Data: 15 de mar. de 2015.

Entrevista concedida pelo Senhor *Odair Antônio da Silva (Seu Daíca)* ao pesquisador Thiago Machado de Lima. Local: Esplanada, Bahia, Brasil. Data: 23 de abr. de 2012

Entrevista concedida pelo Senhor *Waldir Pires* ao pesquisador Thiago Machado. Local: Salvador, Bahia, Brasil. Data: 29 de maio de 2012.

### 3 – Imagens

Imagem 01. Autor desconhecido. *Alerta Democratas – eleições de 1962*. 2015. 1 Fotografia. Fonte: Jornal A Tarde, 4 de out. de 1962. p. 4.

Imagem 02. Autor desconhecido. *Panfleto anticomunista – eleições de 1962*. 2015. 1 Fotografia. Fonte: Jornal A Tarde, 29 de set. de 1962. p. 3.

Imagem 03. Autor desconhecido. *O jogo de Futebol*. 1956. 1 Fotografia. Acervo do Senhor Nelson Silva.

Imagem 04. Autor desconhecido. *Terreno em disputa*. 1964. 1 Fotografia. Acervo do Senhor Nelson Silva.

Imagem 05. Autor desconhecido. *Igreja e Convento dos Frades Capuchinhos de Esplanada*. 1963. 1 Fotografia. Arquivo do Convento de N.S da Piedade, Salvador, Bahia.

Imagem 06. Autor desconhecido. *Mapa da “Subversão” na Bahia em 1964*. 2014. 1 Fotografia. Fonte: Jornal A Tarde, 9 e 10 de maio de 1964. p. 1.

Imagem 07. Autor desconhecido: *Desfile militar em Esplanada*. Década de 1970. 1 Fotografia. Acervo da Senhora Rita Macedo.

Imagem 08. COSTA, João. *Prefeitura de Esplanada*. 1957. 1 fotografia. Fonte: IBGE.

Imagem 09. COSTA, João. *Praça João Pessoa em Esplanada, Bahia*. 1957. 1 fotografia. Fonte: IBGE.

Imagem 10. COSTA, João. *Correios e Telégrafos de Esplanada, Bahia*. 1957. 1 fotografia. Fonte: IBGE.

Imagem 11. COSTA, João. *Estação Ferroviária de Esplanada*. 1957. 1 fotografia. Fonte: IBGE.

Imagem 12. Autor desconhecido. *Ex-prefeito Erikson Orlando de Carvalho Lins, Dr. Neno*. Data desconhecida. 1 fotografia. Acervo da Família Lins.

Imagem 13. Autor desconhecido. *Ênio Mendes de Carvalho na ALBA*. 1988. 1 fotografia. Acervo da Família Mendes de Carvalho.

Imagem 14. Autor desconhecido. *Panfleto de Campanha do dep. Hélio Ramos*. 2015. 1 fotografia. Fonte: Jornal A Tarde, 5 de out. de 1962. p. 2.

Imagem 16. Autor desconhecido. *Presidente João Goulart*. 2015. 1 fotografia. Fonte: Jornal O Estado da Bahia, 14 de mar. de 1964. p. 1.

Imagem 17. Autor desconhecido. *General Justino Alves e o Governador Lomanto Júnior*. 2013. 1 fotografia. Fonte: Jornal A Tarde, 4 de maio de 1964. p. 3.

Imagem 18. Autor desconhecido. *Ex-prefeito Aurelito Maciel de Oliveira com o Governador Lomanto Junior*. 1964. 1 fotografia. Acervo da família Maciel Oliveira.

Imagem 19. Autor desconhecido. *Vereadora da UDN Desdêmona Penalva*. Data não identificada. 1 fotografia. Acervo do Sr. Eneuso Penalva.

Imagem 20. Autor desconhecido. *Frei Maurício*. 2014. 1 fotografia. Arquivo da Igreja de N. S. da Piedade, Salvador, Bahia.

Imagem 21. Autor desconhecido. *Dep. Estadual Francisco Benjamim*. 2014. 1 fotografia. Arquivo da ABLA.

Imagem 22. Autor desconhecido. *Campanha de ACM em 1962*. 2015. 1 fotografia. Fonte: Jornal A Tarde, 5 de out. de 1962. p. 5.

Imagem 23. Autor Desconhecido. *Capitão Adhemar de Lima Andrade (Ao lado esquerdo)*. Data não identificada. 1 fotografia. Fonte: [www.segundaguerra.org](http://www.segundaguerra.org)

Imagem 24. LIMA, Thiago M. *Entrevistado Sr. Odair Silva (Seu Daíca)*. 2012. 1 fotografia.

Imagem 25. LIMA, Thiago M. *Entrevistada Mafalda Machado (Dona Belita)*. 2009. 1 fotografia.

Imagem 26. LIMA, Thiago M. *Entrevistada Maria Epifânia Penalva Argolo*. 2015. 1 fotografia.

#### 4 – Jornalísticas

*Jornal A Tarde*. Matérias referentes aos meses de agosto, setembro e outubro de 1962 e julho, agosto, setembro outubro, novembro e dezembro de 1963. Fevereiro, março, abril, maio e dezembro de 1964.

*Jornal do Brasil*. Março de 1963 e dezembro de 1976.

*Jornal Estado da Bahia*. Matérias referentes aos meses de agosto, setembro e outubro de 1962 e março e abril de 1964.

## 5 – Jurídicas

BAHIA. Tribunal de Justiça do Estado. Mandado de Segurança nº 7349. Impetrante: Frei Maurício de Mercatello. Agravado: Prefeitura Municipal de Esplanada. Local: Esplanada, Bahia, Brasil. Data: 14 de março de 1964. Arquivo do Fórum Municipal de Esplanada. Setor: Cível. Documento composto por 50 páginas

BAHIA. Tribunal de Justiça do Estado. Mandado de Segurança 7481. Impetrante: Erikson Orlando de Carvalho Lins. Agravado: Câmara de Vereadores de Esplanada. Local: Esplanada, Bahia, Brasil. Data: 5 de agosto de 1964. Arquivo do Fórum Municipal de Esplanada, Setor Cível. Documento composto por 46 páginas.

## 6 – Legislativas e Executivas

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA BAHIA (ALBA). Livro de Resoluções - Ano: 1963 a 1965. Resolução Nº 825 a 994. Local: Salvador, Bahia, Brasil. Arquivo da ALBA.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA BAHIA (ALBA). Diário da Assembleia - Ano de 1963 e 1964. Local: Salvador, Bahia, Brasil. Arquivo da ALBA

CÂMARA DE VEREADORES DE ESPLANADA (CVE). Livro de Atas Nº 1. Ano de abertura 1930. Local: Esplanada, Bahia, Brasil. Arquivo da CVE.

CÂMARA DE VEREADORES DE ESPLANADA (CVE). Livro de Atas Nº 2. Ano de abertura: 1951. Local: Esplanada, Bahia, Brasil. Arquivo da CVE.

CÂMARA DE VEREADORES DE ESPLANADA (CVE). Livro de Atas Nº 3. Ano de abertura: 1961. Local: Esplanada, Bahia, Brasil. Arquivo da CVE.

CÂMARA DE VEREADORES DE ESPLANADA (CVE). Livro de Leis Nº 2. Ano de abertura: 1955. Local: Esplanada, Bahia, Brasil. Arquivo da CVE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPLANADA-BA. Ofício direcionado à Delegacia de Polícia da cidade de Esplanada. Data: 20 de março de 1964. Local: Esplanada, Bahia, Brasil. Arquivo do Convento de Nossa Senhora do Rosário e Pompéia em Esplanada.

PREFEIRUTA MUNICIPAL DE ESPLANADA-BA. Diário Oficial - DECRETO 062/2015 que declara luto oficial de 3 dias pela morte do sr. Erikson Orlando de Carvalho Lins, ex-prefeito. Gabinete do prefeito municipal de esplanada – Bahia, Rodrigo Castro Lima. Segunda-feira 9 de fevereiro de 2015. Ano V - Nº 119.

## 7 - Militares

BAHIA-SERGIPE. Auditoria da 6ª Região Militar (Justiça Militar). *Inquérito Policial Militar (IPM) N° 14/64*. Autor: Justiça Militar. Indiciado: Dr. Erikson Orlando de Carvalho Lins. Local: Salvador, Bahia, Brasil. 29 de abril de 1964. Arquivo do Fórum Municipal de Esplanada. Setor: Crime. Documento composto por 114 páginas.

## 8 – Online

Não consta o autor. *Humberto de Souza Mello*. Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro (versão Online) disponível em <http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx> Acesso em 14 de março de 2015.

COUTINHO, Amélia. *Juracy Magalhães*. Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro (versão Online) disponível em <http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx> Acesso em 14 de março de 2015.

LEMOS, Renato. *Antonio Carlos Magalhães*. Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro (versão Online) disponível em <http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx> Acesso em 14 de março de 2015.

KORNIS, Mônica. *Humberto de Alencar Castelo Branco*. Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. (Versão Online). Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx> Acesso em 8 de abril de 2015.

Não consta autor. *Hélio Ramos*. Dicionário Histórico e Biográfico da FGV (Versão Online) disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx> Acesso em 8 de abril de 2015.

ROCHA, Fernando. *Francisco Benjamim*. Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. Fundação Getúlio Vargas. (Versão Online). Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx> Acesso em 13/02/2015

<http://biblioteca.ibge.gov.br> Acesso em: 30 de outubro de 2014.

<http://biblioteca.ibge.gov.br> Acesso em: 30 de outubro de 2014.

[http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/60/ccs\\_1960\\_v4\\_t5\\_se\\_ba.pdf](http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/60/ccs_1960_v4_t5_se_ba.pdf)  
Acesso em: 30 de outubro de 2014.

[http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/60/ccs\\_1960\\_v4\\_t5\\_se\\_ba.pdf](http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/60/ccs_1960_v4_t5_se_ba.pdf) Acesso em: 30 de outubro de 2014.

[http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/100/ci\\_1960\\_v3\\_t4\\_se\\_ba\\_mg.pdf](http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/100/ci_1960_v3_t4_se_ba_mg.pdf)  
Acesso em: 30 de outubro de 2014.

[www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/joao-goulart/ministerios](http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/joao-goulart/ministerios) acesso em 15 de janeiro de 2015.

[www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/joao-goulart/ministerios](http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/joao-goulart/ministerios) Acesso em 15 de janeiro de 2015.

<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-1802-5-janeiro-1953-367324publicacaooriginal-1-pl.html> Acesso: 21 de maio de 2015

<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/joao-goulart/mensagens-presidenciais/mensagem-ao-congresso-nacional-na-abertura-na-sessao-legislativa-de-1964/view> Acesso em 15/04/2015

[http://bnmdigital.mpf.mp.br/docreader/DocReader.aspx?bib=REL\\_BRASIL&PagFis=102](http://bnmdigital.mpf.mp.br/docreader/DocReader.aspx?bib=REL_BRASIL&PagFis=102) acesso em 09/05/2015.

## 9 – Relatórios, Dicionários e Enciclopédias.

BAHIA, Assembleia Legislativa. Memória do Legislativo Baiano. Salvador: Assembleia, 2004.

BAHIA (Estado). Comissão Estadual da Verdade. *Relatório de Atividades da Comissão Estadual da Verdade (2013-2014)*. Salvador: CV-Ba, 29 de dezembro de 2014.

BATALHA, Silvio. *Cartilha Histórica da Bahia*. 8.ed. Salvador: Ed. Do autor, 2008.

BARRETO, Carlos Eduardo (Org). *Constituições do Brasil* Vol II. 6ª Edição. Edição Saraiva: São Paulo, 1971.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. *Relatório/ Comissão Nacional da Verdade*. – Recurso Eletrônico. – Brasília: CNV, 2014.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA (UFBA). *Relatório Final da Comissão Milton Santos de Memória e Verdade* (UFBA). Local: Salvador, Bahia, Brasil. Data: 18 de Agosto de 2014.

FERREIRA, Jurandy Pires (Planejador e Orientador). *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*. Vol XX Salvador: IBGE, 1958.

## 10 - Tribunal Superior Eleitoral (TSE)

BRASIL, Tribunal Superior Eleitoral (TSE). *Dados Estatísticos: Eleições Federais e Estaduais*. Quadros comparativos dos pleitos entre 1945 e 1963. vol. 7. Departamento de Imprensa Nacional: Brasil, 1973.

BRASIL, Tribunal Superior Eleitoral (TSE). *Dados estatísticos: eleições federais, estaduais, realizadas no Brasil em 1962 e em confronto com anteriores e Referendum 6.163*.vol. 6. Departamento de Imprensa Nacional: Brasil, 1964.

BRASIL, Tribunal Superior Eleitoral (TSE). *Dados estatísticos*: eleições federais, estaduais, realizadas no Brasil em 1958, e em confronto com anteriores v.4. Departamento de Imprensa Nacional: Brasil, 1961.

BRASIL, Tribunal Superior Eleitoral (TSE). *Dados Estatísticos*: eleições federais, estaduais e municipais, realizadas no Brasil em 1952, 1954 e 1955, e em confronto com anteriores v. 3 (parte 1). Departamento de Imprensa Nacional: Rio de Janeiro, Brasil, 1958.

BRASIL, Tribunal Superior Eleitoral (TSE). *Dados estatísticos*: eleições federais e estaduais, realizadas no Brasil em 1950.v.2. Departamento de Imprensa Nacional: Rio de Janeiro, 1952.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral (TSE). *Dados estatísticos*: eleições federal, estadual e municipal, realizadas no Brasil a partir de 1945. Departamento de Imprensa Nacional: Rio de Janeiro, 1950.

## Referências Bibliográficas

- AFFONSO, Almino. *1964 na visão do ministro do Trabalho de João Goulart*. São Paulo: Fundap, 2014. p. 332.
- ALMEIDA, Luciane Silva de. “*O comunismo é o ópio do povo*”: representações dos batistas sobre o comunismo, o ecumenismo e o governo militar brasileiro (1963-1975). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Feira de Santana, 2011.
- ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)*. Petrópolis: Vozes, 1984.
- ARAÚJO, Célio Roberto de. *O voto, o terço e as armas: atuação política da Igreja Católica na Bahia na conjuntura do golpe de 1964*. 2008. 128 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.
- ARQUIDIOCESE de São Paulo. *Brasil Nunca Mais: Um relato para a História*. São Paulo: Vozes, 1985.
- BATALHA, Silvio. *Cartilha Histórica da Bahia*. 8.ed. Salvador: Ed. Do autor, 2008.
- BARRETO, Carlos Eduardo (Org). *Constituições do Brasil Vol II*. 6ª Edição. Edição Saraiva: São Paulo, 1971.
- BAUER, Caroline Silveira; GERTZ, René E. Fontes sensíveis da história recente. In: LUCA, Tânia Regina de. e PINSKY, Carla Bassanezi. *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2011.
- BENEVIDES, Maria Victória de Mesquita. *A UDN e o UDENISMO*. Ambigüidades do Liberalismo Brasileiro (1945-1965). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- BOBBIO, Norberto. *Direita e Esquerda: razões e significados de uma distinção política*. 3.ed. São Paulo: Editora Unes, 2011.
- BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1992.
- \_\_\_\_\_. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- \_\_\_\_\_. *Das coisas ditas*. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- BRITO, Antonio Maurício Freitas. *O Golpe de 1964, o movimento estudantil na UFBA e a resistência à ditadura militar (1964-1968)*. Tese – Doutorado em História. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.
- CAPELATO, Maria Helena R; PRADO, Maria Lygia. *O Bravo Matutino*. São Paulo: Alfa-Omega, 1980.
- CARLONI, Karla Guilherme. A esquerda militar no Brasil (1955-1964). In: FERREIRA, Jorge e REIS, Daniel Aarão (Orgs). *As esquerdas no Brasil VOL.2*. Nacionalismo e Reformismo radical (1945-1964). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.



CARDOSO, Célia Costa. *1964 em Sergipe: política e repressão*. In: Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo, julho 2011.

CARDOSO, Lucileide Costa. Dimensões da memória na prática historiográfica. In: OLIVEIRA, Ana Maria Carvalho dos Santos; REIS, Isabel Cristina Ferreira dos (Orgs). *História Regional e Local: Discussões e Práticas*. Salvador: Quarteto, 2010.

CARVALHO, Anselmo Ferreira Machado. *Aspectos da memória histórica de Filogônio Machado Farias sobre a cidade de Esplanada*. Trabalho de Conclusão de Curso (História). Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2007.

CARVALHO NETO, Joviniano Soares de. Bahia – As eleições na ditadura militar. In: ZACHARIADHES. *Ditadura Militar na Bahia: Histórias de autoritarismo, conciliação e resistência*. Salvador: Edufba, 2014.

CHIRIO, MAUD. *A política nos quartéis: revoltas e protestos de oficiais na ditadura militar brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

COMBLIN, Joseph. *A Ideologia da Segurança Nacional: o poder militar na América Latina*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1977.

COELHO, Eurelino; GOMES, Igor. Para a História da POLOP (1961-1983): debate historiográfico e apontamentos iniciais de pesquisa. In: SILVA, Elizete da; NEVES, Eivaldo Fagundes (Orgs.) *Cultura, Sociedade e Política: ideias, métodos e fontes na investigação histórica*. Feira de Santana: UEFS Editora, 2014. págs 45 à 61.

COSTA, Ana Alice Alcântara. *As Donas no Poder: Mulheres e Política na Bahia*. Salvador: NEIM/UFBA – Assembleia Legislativa da Bahia. 1998.

COSTA, Celia Maria Leite; PANDOLFI, Dulce Chaves; SERBIN, KENNETH.(Orgs). *O Bispo de Volta Redonda: memórias de Dom Waldyr Calheiros*. Bispo de Volta Redonda. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2001.

DANTAS NETO, Paulo Fábio. *Tradição, autocracia e carisma: A política de Antonio Carlos Magalhães na modernização da Bahia (1954-1974)*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006.

\_\_\_\_\_. *A quebra da casca do Ovo: a elite baiana e a obra do Golpe de 1964*. Disponível em [http://www.fundaj.gov.br/images/stories/observanordeste/observa\\_bahia\\_01.pdf](http://www.fundaj.gov.br/images/stories/observanordeste/observa_bahia_01.pdf) Acesso em 14 de janeiro de 2015.

D'ARAUJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon, CASTRO, Celso. *Visões do golpe: 12 depoimentos de oficiais que articularam o golpe militar de 1964*. 3.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2014.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. Trabalhismo, nacionalismo e desenvolvimentismo: um projeto para o Brasil (1945-1964). In: FERREIRA, Jorge (Org.). *O populismo e sua história*. Debate e crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

\_\_\_\_\_. O governo João Goulart e o Golpe de 1964: memória, história e historiografia. In: *Revista Tempo*. 1946-1964: a experiência democrática

no Brasil. N° 28. Disponível em: [http://www.historia.uff.br/tempo/artigos\\_dossie/v14n28a07.pdf](http://www.historia.uff.br/tempo/artigos_dossie/v14n28a07.pdf). Acesso em: 16/05/2015.

DIAS, José Alves. O golpe de 1964 e as dimensões da repressão em Vitória da Conquista. In: ZACHARIADHES, Grimaldo Carneiro. *Ditadura militar na Bahia: novos olhares, novos objetos, novos horizontes*. Salvador: Eduba, 2009.

DÓRIA, Seixas. *Eu, Réu sem crime*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Editora Equador. 1965.

DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do estado*. Petrópolis: Vozes, 1981.

FARIA, Hildeth Cardoso de. *Esplanada: História, desde o início, até o fim do século XX*. Salvador: Art-Contemp, 1998.

\_\_\_\_\_. *Oitenta Anos de Vida – Reminiscências*. Salvador: Ed Art Contemp.1994.

FAUSTO, Boris. A vida política. In: GOMES, Ângela de Castro (Coord). Olhando para dentro 1930-1964. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz. (Direção). *História do Brasil Nação: 1808-2010*. Vol 4. Rio de Janeiro: Fundação MAPFRE – Objetiva. 2013.

FERREIRA, Jorge. *João Goulart: uma biografia*. 4ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

\_\_\_\_\_. “A estratégia do confronto: A Frente de Mobilização Popular”, in: *Revista Brasileira de História*, São Paulo, Anpuh, vol. 24, n. 47, jan./jun. 2004.

FERREIRA, Jorge. GOMES, Angela de Castro. *1964: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

FERREIRA, Marieta de Moraes. João Goulart: entre a memória e a História In: \_\_\_\_\_. (Coord.). *João Goulart: entre a memória e a História*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006.

FERREIRA, Muniz. O Golpe de Estado de 1964 na Bahia. *Revista Observa Bahia*, 2003. Disponível em: [http://www.fundaj.gov.br/images/stories/observanordeste/observabahia\\_02.pdf](http://www.fundaj.gov.br/images/stories/observanordeste/observabahia_02.pdf) Acesso em: 15 de abril de 2015.

\_\_\_\_\_. Elementos preliminares para a elaboração de uma História do Partido Comunista Brasileiro na Bahia. In: SILVA, Elizete da; NEVES, Eivaldo Fagundes (Orgs.) *Cultura, Sociedade e Política: ideias, métodos e fontes na investigação histórica*. Feira de Santana: UEFS Editora, 2014.

FICO, Carlos. Sobre o Relatório da Comissão da Verdade. 11 de Dezembro de 2014. Texto disponível em: <http://www.brasilrecente.com/> Acesso em 17/05/2015.

\_\_\_\_\_. *Além do Golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar*. Rio de Janeiro – São Paulo: Editora Record, 2014.

FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. *Democracia ou Reformas? Alternativas democráticas à crise política – 1961-1964*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

GASPARI, Elio. *1. A Ditadura Envergonhada*. As ilusões armadas. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

GOMES, Angela de Castro. Partido Trabalhista Brasileiro (1945-1964): getulismo, trabalhismo, nacionalismo e reformas de base. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (Orgs). *As esquerdas no Brasil VOL.2*. Nacionalismo e Reformismo radical (1945-1964). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

GRYSPAN, Mario; DEZEMONE Marcus. As esquerdas e a descoberta do campo brasileiro: Ligas Camponesas, comunistas e católicos (1950-1964). In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (Orgs). *As esquerdas no Brasil VOL.2*. Nacionalismo e Reformismo radical (1945-1964). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

GRYNSZPAN, Mário. O período Jango e a questão agrária: luta política e afirmação de novos atores. In: FERREIRA, Marieta de Moraes. (Coord.). *João Goulart: entre a memória e a História*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006.

GUEIROS, J.A. *O último Tenente*. Juracy Magalhães em depoimento a J.A Gueiros. Rio de Janeiro-São Paulo: Editora Record, 1996.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. *A formação e a crise da hegemonia burguesa na Bahia*. (1930-1964). Dissertação. Mestrado em Ciências Humanas - UFBA. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 1982.

HIPPOLITO, Lucia. *De raposas e Reformistas: O PSD e a experiência Democrática Brasileira (1945-64)*. 2ªed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.

JOSÉ, Emiliano. *Galeria F*. Lembranças do mar cinzento. São Paulo: Casa Amarela, 2000.

LIMA, Albione Souza. O caráter socialista da gestão de Euclides Neto no Município de Ipiáú (1961-1967). Monografia (História). Ilhéus: Universidade Estadual Santa Cruz, 2003.

LIMA, Thiago Machado. *Esplanada é hoje cidade sem Deus: política, religião e anticomunismo nas correntezas do golpe de 1964 no interior da Bahia*. Monografia – (Graduação em História) – Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Departamento de Educação. Colegiado de História. Campus II. 2012.

MARTINS, Paulo Emilio; MUNTEAL, Oswaldo; SÁ, Fernando (orgs). *Os Advogados e a Ditadura de 1964*. Petrópolis, RJ: Vozes; Rio de Janeiro; PUC-Rio, 2010.

MAUAD, Ana Maria. Através da Imagem: Fotografia e História Interfaces. *Tempo*, Rio de Janeiro, Vol.1, nº.2.1996.

MORAES, Dênis. *A esquerda e o golpe de 1964*. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

MOTTA, Rodrigo Pato Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Perspectiva, 2002.

NERY, Sebastião. *A Nuvem, o que ficou do que passou. 50 anos de História do Brasil*. São Paulo: Geração Editorial, 2009.

NICOLAU, Jairo. *Eleições no Brasil: do império aos dias atuais*. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

OLIVEIRA JR, Franklin. *A Usina dos Sonhos: Nascimento, ascensão e refluxo da organização sindical dos trabalhadores da indústria da destilação e refinação do petróleo no Estado da Bahia: 1954 – 1964*. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1995.

OLIVEIRA, Heber José Fernandes de. *O Movimento de Luta Nacionalista em Cruz das Almas – Recôncavo Baiano (1950/1964)*. Dissertação (Mestrado). Santo Antonio de Jesus: Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Programa de Pós-Graduação em História Regional e Local, 2013.

OLIVEIRA, Herbert Santos. *Nacionalismo de Esquerda na Chapada: A trajetória do Grupo dos Onze em Jacobina (1962-1964)*. Monografia – Universidade do Estado da Bahia, Departamento de Ciências Humanas – Campus IV, 2011.

REIS, Daniel Aarão. *Ditadura e Democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

RISÉRIO, Antonio. *Uma História da Cidade da Bahia*. Rio de Janeiro: Versal Editores, 2014.

RODHEGERO, Carla Simone. O comunismo e outros perigos: memórias sobre o medo entre católicos. *História Oral*, v.10, n.2, p.2, p.98-100, ju-dez.2007.

SAMPANIO, Nelson de Souza. O diálogo Democrático na Bahia. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*. Rio de Janeiro, 1960.

SANTANA, Ediane Lopes de. *Em nome da Família, da moral e da propriedade: Amém! - As mulheres baianas na organização da Marcha da Família em Salvador 1962-1964*. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.

SANTOS, Soane Cristino Almeida dos. *Nacionalismo de esquerda: Frente de Mobilização Popular de Una (1963-1965)*. Dissertação (Mestrado). Santo Antonio de Jesus: Universidade do Estado da Bahia (UNEB) - Programa de Pós-Graduação em História Regional e Local, 2010.

SEGATTO, José Antonio. *Reforma e revolução: as vicissitudes Políticas do PCB, 1954-1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

SKIDMORE. Thomas E. *Brasil: de Getúlio a Castello. (1930-1964)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SILVA, Elizete da. *Protestantismo Ecumênico e Realidade Brasileira: Evangélicos Progressistas em Feira de Santana*. Feira de Santana: Ed. UEFS, 2010.

SILVA, Hélio. *1964: Golpe ou contragolpe?* 4.ed. Porto Alegre, RS: L&PM, 2014.

SILVA, Paulo Santos. *A volta do Jogo democrático. Bahia, 1945*. Salvador: Assembléia Legislativa, 1992.

\_\_\_\_\_. *Âncoras de Tradição: luta política e construção do discurso histórico na Bahia (1930-1949)*. Salvador: EDUFBA, 2000.

SOARES, Ede Assis; MORAIS, Moisés. O golpe civil-militar de 1964 em Alagoinhas: adesão à ordem ditatorial e repressão política In: ZACHARIADHES. *Ditadura Militar na Bahia: Histórias de autoritarismo, conciliação e resistência*. Salvador: Edufba, 2014.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História Militar do Brasil*. 2.ed., São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SOUZA, Maria Augusta Lima de Souza. *Culturas Políticas na Bahia: Mutações em campanhas eleitorais*. Dissertação (mestrado). Salvador: Universidade Federal da Bahia (UFBA), Faculdade de Comunicação (Facom), 2007.

TANNOUS, Simão Alves. “*Relendo notícias*”: o jornalismo baiano e o governo de João Goulart (1963-1964). Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011.

TAVARES, Flávio. *1964: o golpe*. 1.ed. Porto Alegre, RS: L&PM, 2014.

TAVARES, Luís Henrique Dias. *História da Bahia*. São Paulo: UNESP, 2008.

VIANA FILHO, Luís. *O Governo Castelo Branco*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1975.

ZACHARIADHES, Grimaldo Carneiro (ORG). *Ditadura militar na Bahia: novos olhares, novos objetos, novos horizontes*. Salvador: Eduba, 2009.

\_\_\_\_\_. *Ditadura Militar na Bahia: Histórias de autoritarismo, conciliação e resistência*. Salvador: Edufba, 2014.

## ANEXOS

## ANEXO A - Quadro 03 - Estrutura Militar da Bahia no contexto da deflagração do golpe de 1964

Comandante do 4º Exército (Nordeste)	General Justino Alves
Comandante da 6ª Região Militar (Bahia-Sergipe)	General Manoel Mendes Pereira
Chefe do Estado-Maior da 6ª Região Militar	Coronel Humberto de Souza Mello
Chefe da 2ª Secção do Exército da 6ª Região Militar	Coronel Marino Freire Dantas
Juiz Auditor da 6ª Região Militar	Dr. Milton Fiúza.
Secretário de Segurança Pública	Coronel Francisco Cabral
Comandante da Polícia Militar	Coronel Lourildo Barreto.

Fonte: Quadro construído a partir do Inquérito Policial Militar respondido pelo prefeito de Esplanada Erikson Orlando de Carvalho Lins (Dr. Neno) e pelas edições de março e abril de 1964 do jornal *A Tarde*.

## ANEXO B - Quadro 04 - Estrutura Jurídica e Militar da cidade de Esplanada na deflagração do golpe de 1964

Juiz	Dr. Raul Soares Gomes
Promotor	Dr. Armando da Costa Tourinho
Delegado	Expedito Almeida
Carcereiro	Odair Antonio Silva

Fonte: Quadro construído a partir do Inquérito Policial Militar respondido pelo prefeito de Esplanada Erikson Orlando de Carvalho Lins (Dr.Neno).

ANEXO C - Quadro 05 - Relação parcial de cidades baianas que realizaram “Marchas da família com Deus pela Liberdade” ou Missas de congratulação ao golpe de 1964

	<b>Cidade</b>	<b>Missa ou Marcha</b>
1	Alagoinhas	Marcha
2	Amargosa	Marcha
3	Araci	Marcha
4	Aramari	Missa
5	Boa Nova	Marcha
6	Çatu	Marcha
7	Cachoeira	Marcha
8	Caculé	Marcha
9	Camaçari	Marcha
10	Cansanção	Marcha
11	Cruz das Almas	Marcha
<b>12</b>	<b><u>Esplanada</u></b>	<b><u>Missa</u></b>
13	Feira de Santana	Marcha
14	Governador Mangabeira	Marcha
15	Iguaí	Marcha
16	Inhambupe	Marcha
17	Itaparica	Marcha
18	Iramaia	Marcha
19	Itapetinga	Marcha
20	Itiúba	Missa
21	Maraú	Marcha
22	Mata de São João	Marcha
23	Monte Santo	Marcha
24	Muritiba	Marcha
25	Nazaré das Farinhas	Missa
26	Ouriçangas	Marcha
27	Salvador	Marcha
28	Santo Antonio de Jesus	Marcha
29	São Felix	Marcha
30	Serrinha	Marcha
31	Valença	Marcha

Fonte: Essas cidades aparecem nas edições de abril e maio de 1964 do jornal *A Tarde*. É possível a ampliação desse quadro com o acesso a outros jornais baianos do período.

ANEXO D - Quadro 06 - Relação parcial de prefeitos baianos que tiveram seu mandato atingido com o golpe de 1964

	<b>Cidade</b>	<b>Prefeito</b>	<b>Substituto</b>
1	Alagoinhas	Murilo Cavalcanti	Retornou ao cargo
2	Cruz das Almas	Jorge Guerra	Waltercio Barroso Fonseca
<b>3</b>	<b><u>ESPLANADA</u></b>	<b><u>Erikson Orlando de Carvalho Lins (Dr.Neno)</u></b>	<b><u>Aurelito Maciel de Oliveira</u></b>
4	Feira de Santana	Francisco Pinto	Joselito Falcão Amorim
5	Iaçu	Manoel Pinto Santana	Domingos Louzado de Almeida
6	Ilhéus	Herval Soledade	Não consta
7	Ipiaú	Euclides Neto	Retornou ao cargo
8	Itaberaba	Nelson Alencar	Carlos Spinoça
9	Itamarajú	Bonifácio Dantas (Chapéu de couro)	Walter Andrade de Carvalho
10	Iramaia	Olyto Dias Nascimento	Não consta
11	Medeiros Neto	Não consta nome	Dioclesio Pereira Sobrinho
12	Muritiba	Humberto Oliveira	Não consta o nome
13	Paramirim	Não consta o nome	Dr. Gabriel Ribeiro
14	Salvador	Virgildásio Senna	Nelson Oliveira
15	Várzea do Poço	Antonio Lopes Filho	Retornou
16	Vitória da Conquista	Fernando Pedral Sampaio	Não Consta

Fonte: Quadro construído principalmente a partir das edições de abril e maio de 1964 do jornal *A Tarde* e também a partir do Diário da Assembleia Legislativa da Bahia (ALBA).



## ANEXO E - Imagens da cidade de Esplanada



Imagem 08. COSTA, João. *Prefeitura de Esplanada*. 1957.1 fotografia. Fonte: IBGE.



Imagem 09. COSTA, João. *Praça João Pessoa em Esplanada, Bahia*. 1957. 1 fotografia. Fonte: IBGE.



Imagem 10. Costa João. *Correios e Telégrafos de Esplanada, Bahia*. 1957. 1 fotografia. Fonte: IBGE.



Imagem 11. COSTA, João. *Estação Ferroviária de Esplanada*. 1957. 1 fotografia. Fonte: IBGE.

## ANEXO F - Imagens de alguns personagens pesquisados

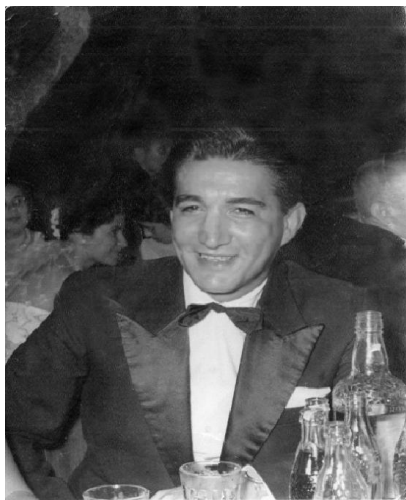


Imagem 12. Autor desconhecido. *Ex-Prefeito Erikson Orlando de Carvalho Lins, Dr. Neno*. Data desconhecida. 1 fotografia. Acervo da Família Lins.



Imagem 13. Autor desconhecido. *Ênio Mendes de Carvalho na ALBA*. 1988. 1 fotografia. Acervo da Família Mendes de Carvalho.

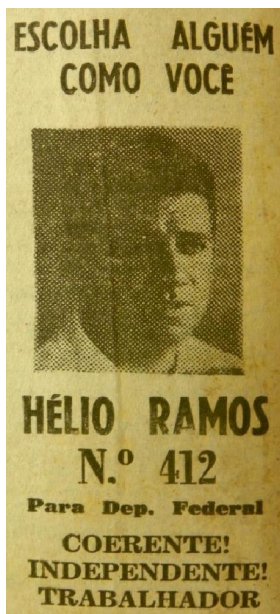


Imagem 14. Autor desconhecido. *Panfleto de Campanha do Dep. Hélio Ramos*. 2015. 1 fotografia. Fonte: *Jornal A Tarde*, 5 de out. de 1962. p. 2.



Imagem 15. Autor desconhecido. *Panfleto de Campanha de Waldir Pires*. 2015. 1 fotografia. *Jornal A Tarde* 5 de out de 1962.

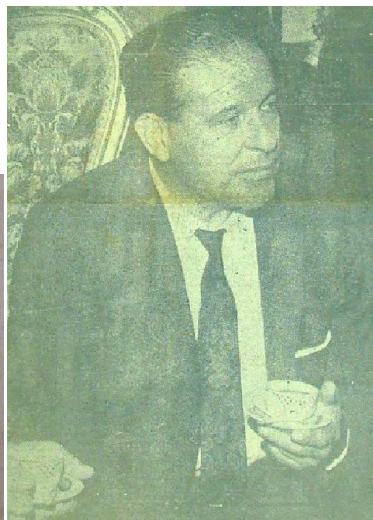


Imagem 16. Autor desconhecido. *Presidente João Goulart*. 2015. 1 fotografia. Fonte: *Jornal Estado da Bahia*, 14 de mar. de 1964. p. 1.



Imagem 17. Autor desconhecido. *General Justino Alves e o Governador Lomanto Júnior*. 2013. 1 fotografia. Fonte: Jornal A Tarde, 4 de maio de 1964. p. 3.



Imagem 18. Autor desconhecido. *Ex-Prefeito Aurelito Maciel de Oliveira com o Governador Lomanto Júnior*. 1964. 1 fotografia. Acervo da família Maciel Oliveira.



Imagem 19. Autor desconhecido. *Vereadora da UDN Desdêmona Penalva*. Data não identificada. 1 fotografia. Acervo do Sr. Eneuso Penalva.



Imagem 20. Autor desconhecido. *Frei Maurício*. 2014. 1 fotografia. Arquivo da Igreja de N. S. da Piedade, Salvador, Bahia.



Imagem 21. Autor desconhecido. *Dep. Estadual Francisco Benjamim*. 2014. 1 fotografia. Arquivo da ABLA.

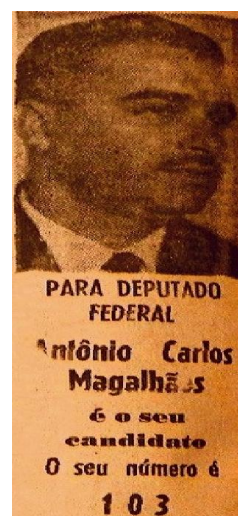


Imagem 22. Autor desconhecido. *Campanha de ACM em 1962*. 2015. 1 fotografia. Fonte: Jornal A Tarde, 5 de out. de 1962. p. 5.



Imagem 23. Autor desconhecido. *Capitão Adhemar de Lima Andrade (Ao lado esquerdo)*. Data não identificada. 1 fotografia.  
Fonte: [www.segundaguerra.org](http://www.segundaguerra.org)



Imagem 24. LIMA, Thiago M. *Entrevistado Sr. Odair Silva (Seu Daica)*. 2012. 1 fotografia.

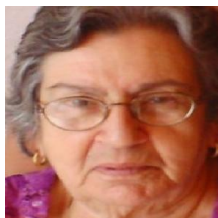


Imagem 25. LIMA, Thiago M. *Entrevistada Mafalda Machado (Dona Belita)*. 2009. 1 fotografia.



Imagem 26. LIMA, Thiago M. *Entrevistada Maria Epifânia Penalva Argolo*. 2015. 1 fotografia.